

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDRESSA CRISTINA DE MIRANDA DO CARMO

**TRABALHISMO FLUMINENSE: O GOVERNO E O *IMPEACHMENT* DE  
BADGER DA SILVEIRA (1963-1964)**

Niterói  
2019

ANDRESSA CRISTINA DE MIRANDA DO CARMO

**TRABALHISMO FLUMINENSE: O GOVERNO E O *IMPEACHMENT* DE  
BADGER DA SILVEIRA (1963-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História, da  
Universidade Federal Fluminense para  
obtenção do Título de Mestre. Área de  
Concentração: História Social

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Guilherme Carloni

Niterói  
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C287t Carmo, Andressa Cristina de Miranda do  
Trabalhismo Fluminense : O Governo e o Impeachment de Badger  
da Silveira (1963-1964) / Andressa Cristina de Miranda do  
Carmo ; Karla Guilherme Carloni, orientadora. Niterói, 2019.  
310 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.13794030737>

1. História do Rio de Janeiro (Estado). 2. Niterói (RJ)  
política e Governo. 3. Golpe Civil e Militar de 1964. 4.  
Badger Teixeira da Silveira. 5. Produção intelectual. I.  
Carloni, Karla Guilherme, orientadora. II. Universidade  
Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

*Dedico aos meus queridos pais,  
Fátima e Ronaldo.*

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, por todo amor, carinho e dedicação. E por terem sempre valorizado a minha educação, incentivando cada um dos meus sonhos e objetivos independente de qualquer circunstância. Vocês serão sempre minha maior fonte de inspiração! Eu amo vocês!

À minha orientadora, professora Karla Carloni, que esteve presente em todas as etapas dessa grande, complexa e instigante jornada que foi o mestrado. Sempre preocupada não só com o desenvolvimento da minha pesquisa, mas também com meu bem estar físico e mental. Obrigada por todo apoio e por todos os conselhos. Muito obrigada, Karla!

Às professoras Andréia Telo, Ismênia Martins, Janaína Cordeiro e Juniele Rabêlo que desde a graduação foram essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico. E para a construção do que viria a ser a minha pesquisa na pós-graduação.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Uma das poucas certezas que tenho na vida é que eu dificilmente estaria aqui hoje escrevendo os agradecimentos da minha dissertação, se eu não tivesse tido a chance de estudar nessa instituição federal. Escola essa pioneira com relação à aplicação de políticas públicas, como as cotas, possibilitando, assim, meu ingresso. Durante todo o ensino médio, abriu meu horizonte de expectativas, proporcionando experiências construtivas para uma vida inteira. E por tudo isso, eu me sinto extremamente privilegiada, agradecida e orgulhosa por fazer parte da Poli. “Uma vez politécnica, sempre politécnica!”

A todos os meus professores e professoras por terem me ensinado a importância da educação na vida de uma pessoa. Em especial, a minha professora de História do fundamental II, Roselaine, a qual previu que eu faria mestrado e doutorado, um dia. Ainda que na época eu não fizesse a mínima idéia do que seria isso. E a minha professora do ensino médio, e primeira orientadora, Muza Clara Velásquez. Obrigada pela confiança depositada em mim ao longo de todos esses anos.

Aos meus amigos, que me apóiam há mais de 10 anos: Caroline, Ester, Fernanda, Gabriel, Henrique, Letícia, Juliana, Marcelo e Ramón. Vocês tornaram minha vida muito mais leve e mais colorida. Obrigada! E aos meus colegas do mestrado, os quais dividiram angústias, dúvidas e risadas comigo durante toda essa jornada da pós. Especialmente, Amanda e Bárbara, minhas mais divertidas amigas e companheiras.

Por fim, e não menos importantes, aos funcionários da Universidade Federal Fluminense, principalmente, da coordenação do curso e da pós-graduação em História.

Liberdade apenas para os partidários do governo, apenas para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam – não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente. Não por fanatismo pela “justiça”, mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificante na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a “liberdade” se torna um privilégio. (Luxemburgo, Rosa. 1991. p. 91)

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar o governo e o *impeachment* do governador fluminense Badger Teixeira da Silveira (1963-1964). A dissertação aborda questões importantes como: a experiência liberal democrática; o “surto anticomunista”; os movimentos sindicais; a luta pela terra; a polarização política; o golpe civil e militar de 1964; e o início do regime autoritário, tendo como principal cenário a antiga capital do estado do Rio de Janeiro, Niterói. A pesquisa empírica incide-se sobre o exame de periódicos locais disponibilizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional; de fontes encontradas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e no fundo Polícias Políticas (POL) do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); de entrevistas disponibilizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), incluindo a entrevista concedida por Badger da Silveira no início da década de 1980.

Palavras-chave: Badger da Silveira, estado do Rio de Janeiro, Golpe civil e militar de 1964, *Impeachment*

## **Abstract**

The present study aims to analyse the government and the impeachment of the fluminense governor Badger Teixeira da Silveira (1963-1964). The dissertation approaches important questions like: the liberal democratic experience; the anticommunist outbreak; the labor movement; the fight over land; the political polarization; the civil and military coup of 1964; and the beginning of authoritarian regime, having as scene the capital of the former state of Rio de Janeiro, Niterói. The empirical research focuses on the examination of the local newspapers made available in the Hemeroteca of the National Library; the sources found in the National Archives Information System (SIAN) and in the fund of the Political Police (POL) of the Public Archive of the State of Rio de Janeiro (APERJ); the interviews made available by the Centre for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (CPDOC), including the interview granted by Badger da Silveira in the early 1980's.

Keywords: Badger da Silveira, State of Rio de Janeiro, Civil and Military Coup of 1964, Impeachment

## Sumário

Introdução.....	14
Capítulo I: A família Teixeira da Silveira e o trabalhismo fluminense.....	33
1.1. Eleição fluminense de 1958: <i>robertismo</i> .....	39
1.2. Ascensão e Morte de Roberto da Silveira.....	45
1.3. “Badger o continuador”.....	52
1.4. O Ministro Badger da Silveira rumo ao Ingá.....	59
1.5. Corrida Eleitoral de 1962: Disputas e alianças político-partidárias.....	63
1.6. Política & Imprensa: Badger x Tenório.....	67
1.7. Plataforma eleitoral de Badger da Silveira.....	83
Capítulo II: Governo Badger da Silveira (1963-1964).....	87
2.1. Aliança PTB-PSD.....	93
2.2. Secretariado de governo.....	101
2.3. Posse do governo do estado do Rio.....	105
2.4. Medidas do governo Badger.....	110
2.5. Badger e o funcionalismo público fluminense.....	118
2.6. O estado do Rio e o estado da Guanabara.....	130
2.7. Greves no estado do Rio.....	143
2.8. A luta pela terra no estado do Rio.....	155
2.9. Rumo ao golpe civil-militar de 1964.....	172
Capítulo III: Niterói, Abril de 1964: “Todo mês de abril foi de sobressaltos”.....	197
3.1. A volta do filho pródigo ao Palácio do Ingá.....	208
3.2. Primeira tentativa de impeachment contra o governador fluminense.....	215
3.3. “Paz sem voz, Paz sem voz, não é Paz é Medo”.....	221
3.4. “Nunca fui Comunista”.....	225
3.5. Badger da Silveira e o governo Castelo Branco.....	237
3.6. Entidades Cívicas Femininas fluminenses.....	245
Capítulo IV: <i>Impeachment</i> e cassação de Badger da Silveira.....	255
4.1. O estopim.....	263
4.2. Eleição do general Paulo Torres.....	273
4.3. Repercussão do impedimento de Badger em outros governos.....	277
4.4. Badger após o impedimento e a cassação.....	281
Considerações Finais.....	207
Referências.....	301

## **Lista de Ilustrações**

Figura 1: Mapa Ceperj – Regiões do atual estado do Rio de Janeiro;

Figura 2: Mapa do Estado do Rio de Janeiro em 1923;

Figura 3: Mapa do Estado da Guanabara em 1967;

Figura 4: Mapa da atual cidade de Niterói;

Figura 5: Os irmãos Badger e Roberto;

Figura 6: Badger da Silveira;

Figura 7: Candidatura PST (Senador e Governador);

Figura 8: Advertência ao povo Fluminense, Diário de Notícias, 03/10/1962;

Figura 9: O Mundo Ilustrado, 17/01/1963;

Figura 10: Cerimônia de posse na Assembleia Legislativa Fluminense

Figura 11: Badger deixando a Assembléia Legislativa

Figura 12: Carreata pelas ruas de Niterói

Figura 13: Badger em entrevista coletiva sobre a situação financeira do estado

Figura 14: Cerco sob a sede da UNE, na Guanabara

Figura 15: Charge sobre Lacerda e a ida do Congresso para Niterói

Figura 16: Badger e o seu filho com os cosmonautas

Figura 17: Camponeses e o padre Aníbal posando para imprensa

Figura 18: Passeata dos camponeses de Magé, em Niterói

Figura 19- Propaganda em comemoração ao 1º de governo Badger

Figura 20- Comício do dia 18 de março de 1964

Figura 21- Comício do dia 18 de março de 1964 na cidade natal de Badger

Figura 22- Ao lado de Goulart, Badger discursando em Bom Jesus de Itabapoana

Figura 23- Alguns Membros do Comando Revolucionário do Estado do Rio

Figura 24- Badger, Jango e Pinheiro Neto (no centro), no Palácio Laranjeiras

Figura 25 - Votação na Assembleia do estado do Rio

Figura 26 – Caricatura sobre o depoimento de Badger

Figura 27 – Badger e Brizola, foto tirada entre 1962-1964

## **Lista de Siglas**

ABI - Associação Brasileira de Imprensa  
ADFG - Ação Democrática Feminina Gaúcha  
ADP- Ação Parlamentar Democrática  
AI-1 - Ato Institucional nº 1  
AI-2 - Ato Institucional nº 2  
AIF - Agência de Informações Fluminense  
ALEF- Aliança Eleitoral pela Família  
APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
CAM - Centro de Armamento da Marinha  
CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia  
CBA - Cruzada Brasileira Anticomunista  
CBD - Confederação Brasileira de Desportos  
CBF - Confederação Brasileira de Futebol  
CDF - Cruzada Democrática Feminina  
Celf - Centrais Elétricas Fluminenses  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe  
Ceplan-central - Comissão Central de Planejamento e Coordenação  
Ceplan-secretarias - Comissões de Planejamento das Secretarias de Estado  
CGT- Comando Geral dos Trabalhadores  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CNTC- Confederação Nacional dos Trabalhos no Comércio  
CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CRER - Comando Revolucionário do Estado do Rio  
CSN - Conselho de Segurança Nacional  
DHBB - Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro  
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social  
DPPS - Divisão de Polícia Política e Social  
FALERJ - Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro  
FPN - Frente Parlamentar Nacionalista  
IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

ID-1 - 1ª Divisão de Infantaria Divisionária  
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
IPM - Inquérito da Polícia Militar  
IVB- Instituto Vital Brasil  
LBAC- Legião Brasileira Anti-Comunista  
LDFF - Liga Democrática Feminina Fluminense  
LIMDE - Liga da Mulher Democrata  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTR - Movimento Trabalhista Renovador  
NBC - *National Broadcasting Company*  
PCB - Partido Comunista do Brasil / Partido Comunista Brasileiro  
PDC - Partido Democrata Cristão  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PL - Partido Libertador  
PR- Partido Republicano  
PRT- Partido Rural Trabalhista  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSD - Partido Social Democrático  
PSP - Partido Social Progressista  
PST- Partido Social Trabalhista  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN - Partido Trabalhista Nacional  
SAEN - Superintendência de Águas e Esgotos de Niterói  
SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional  
STF - Supremo Tribunal Federal  
SUPRA - Superintendência da Política Agrária  
TJ - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
TJT - Tribunal de Justiça do Trabalho  
TRE - Tribunal Regional Eleitoral  
TRF - Tribunal Regional Federal  
TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UCF - União Cívica Feminina

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional de Estudantes

## Introdução

A dissertação tem por objetivo analisar o governo e o *impeachment* do governador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Badger Teixeira da Silveira, entre os anos de 1963 e 1964, na antiga capital do estado do Rio de Janeiro, Niterói. Governo esse marcado pela polarização política do início dos anos de 1960, momento em que o governador fluminense deu apoio total ao presidente João Goulart (1961-1964). Razão pela qual Badger foi preso durante o Golpe Civil-Militar de 1964. Todavia, o político não passou muito tempo preso. Depois da prisão, Badger passa a manter um diálogo com os golpistas. No entanto, isso não foi suficiente para diminuir o rechaço local contra a permanência do trabalhista que teve o seu impedimento e sua cassação decretados, em maio de 1964.

Apesar de o recorte temporal da pesquisa ter sido de curta duração, o mesmo nos permitiu analisar e examinar um conjunto de questões conjunturais que perpassaram não só a história fluminense, mas também a história brasileira, como: a República de 1946-1964; o sistema partidário e a radicalização política na década de 1960; o golpe civil e militar de 1964; e a instauração da Ditadura civil-militar no Brasil.

Segundo o historiador Jorge Ferreira, o período liberal democrático (1946-1964) é o menos estudado da História do Brasil.<sup>1</sup> Atualmente, vem crescendo o número de trabalhos que exploram esse período e muitos deles abordando diferentes recortes espaciais, saindo do eixo dos principais centros político-econômicos. Trazendo, assim, um novo olhar regional para o debate historiográfico a respeito da experiência liberal democrática e do golpe civil-militar no Brasil.

Em 2019, Badger da Silveira fará vintes anos de falecido. O ex-governador fluminense faleceu no dia nove de maio de mil novecentos e noventa e nove, em Niterói, na antiga capital do estado do Rio.<sup>2</sup> E ainda hoje pouco se fala sobre seu governo e a relevância do mesmo para analisar as tensões políticas desse breve período liberal democrático brasileiro. Período esse localizado entre dois regimes autoritários: a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Diante disso, ressaltamos a importância de investigarmos a atuação política de Badger da Silveira no antigo estado do Rio. O governador fluminense apoiou o governo

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Jorge. 1946–1964: a experiência democrática no Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a01v1428.pdf>> Acesso em: 14/09/2016

<sup>2</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC. Verbetes Badger da Silveira. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/badger-teixeira-da-silveira>>. Acesso em: 31/03/2019

Jango, atuando ativamente a favor das medidas e das propostas do governo federal. Chegando a discursar no simbólico comício de 13 de março de 1964, ao lado de figuras bastante conhecidas e estudadas pela historiografia, como o governador pernambucano Miguel Arraes, do Partido Social Trabalhista (PST), o deputado federal pelo estado da Guanabara, Leonel Brizola (PTB) e o próprio presidente João Goulart (PTB). Foi exatamente esse apoio dado por Badger a Jango que levou a sua deposição mais tarde, ainda que o governador fluminense não tenha oferecido uma resistência ao golpe e a ditadura.

Assim sendo, buscamos analisar o lado da Baía de Guanabara aliado ao governo Goulart e o impacto desse apoio no governo fluminense. É importante ressaltar também que não há muitos trabalhos que discutam o papel político do antigo estado do Rio a partir da segunda metade da década de 1950. Dito isso, destacamos a importância de tratarmos do nosso recorte espacial, a antiga capital fluminense.

### **Niterói, capital do antigo estado do Rio**

Para entender melhor a relação entre as esferas políticas, estadual e federal, e as disputas de poder na cidade de Niterói no início dos anos de 1960 é necessário compreender um pouco da trajetória desta cidade que foi por mais de um século a capital do estado do Rio de Janeiro.

Em 1835, a Vila Real da Praia Grande passa a chamar-se Niterói, tornando-se capital da província, enquanto que a cidade do Rio de Janeiro estabeleceu-se como uma região neutra da corte, através do ato adicional de 1834. Durante esse processo Niterói adquiriu certa autonomia político-administrativa, no entanto, era constantemente ameaçada pela proximidade da Corte.<sup>3</sup> De acordo com os historiadores Marieta Ferreira e Mário Grynszpan, “a extrema centralização imperial acentuava a relação de dependência da província para com a capital do país e permitia a constante ingerência da coroa nos negócios fluminenses”.<sup>4</sup>

Com a Proclamação da República, em 1889, tornou-se mais nítida a fragilidade da autonomia política da antiga província frente à capital do país, pois “não se enfraqueceram os laços que uniam as duas áreas, permanecendo no estado uma forte

---

<sup>3</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Niterói Poder: a cidade como centro político. IN: MARTINS, Ismênia; KNAUSS (orgs). Cidade Múltipla: temas de História de Niterói. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997, p. 95.

<sup>4</sup> FERREIRA, Marieta; GRYNSZPAN, Mário. *A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro*. IN: FERREIRA, Marieta (Coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 131

influência carioca e uma forte presença do governo federal e da política nacional”.<sup>5</sup> Como reflexo, nos anos finais do século XIX, surge à discussão da transferência da capital fluminense para o interior do estado<sup>6</sup>, visto que, a intervenção constante e a proximidade do distrito federal passam a ser verdadeiros problemas para os políticos fluminenses.

A Revolta da Armada, em 1893, foi o estopim da transferência, pois, em Niterói ocorreram vários combates e ameaças de bombardeios, que desestabilizaram a cidade.<sup>7</sup> Dentre as cidades especuladas para sediar a nova capital estavam Campos<sup>8</sup>, Teresópolis e Nova Friburgo, no entanto, Petrópolis<sup>9</sup> foi a cidade escolhida para ser a nova capital fluminense. A “cidade Imperial” foi a capital do antigo estado de Rio de Janeiro entre 1894-1902.

Ao longo desse período, o jornal *O Fluminense* publicou vários editoriais criticando a transferência para Petrópolis e requisitando a volta da capital para Niterói: “Quando se despojou Nictheroy de seus privilegios de capital, nesta coluna erguemos em nome dos interesses, publicos, o nosso protesto. [...] A transferência da capital para Nictheroy é uma medida de utilidade pública”.<sup>10</sup> Essa discussão gerou debates não só na imprensa, mas também na Assembléia Legislativa Fluminense, paulatinamente, levando à volta da capital para Niterói.

O regresso da centralidade política para as terras niteroienses fortaleceu o grupo político liderado por Nilo Peçanha, uma vez que, atuou significativamente na mobilização do retorno da sede, dando bases para construção de uma importante articulação política que ficou conhecida como *nilismo*. Como consequência desse capital político, em 1903, Nilo Procópio Peçanha tornou-se governador do estado do Rio de Janeiro, após vencer a eleição estadual de 1902.<sup>11</sup> Em 1906, foi eleito para a vice-presidência da República e, em 1909, assumiu a presidência<sup>12</sup> após a morte do presidente Afonso Pena.<sup>13</sup>

---

<sup>5</sup> FERREIRA, M. Apud FERREIRA; GRYSZPAN. Op. cit. p. 131

<sup>6</sup> FERREIRA, Marieta. Op. cit

<sup>7</sup> FERREIRA, Marieta. Op. cit.

<sup>8</sup> *O Fluminense, Transferência da capital, 28/01/1893. p. 1*

<sup>9</sup> *O Fluminense, A Fuga, 23/04/1899. p. 1*

<sup>10</sup> *O Fluminense, Notas, 12/09/1899. p. 2*

<sup>11</sup> *O Fluminense, A Nossa Posição, 16/07/1903. p. 1*

<sup>12</sup> *O Fluminense, Dr. Nilo Peçanha, 25/06/1909. p. 1*

<sup>13</sup> PINTO, Surama Conde Sá. *Revisitando o Nilismo*. IN: CÔRTE, Andréa Telo (org.). Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no cenário da federação. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010.

De acordo com a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, Niterói só se consolidou como centro político fluminense nos anos de 1950, no segundo governo de Amaral Peixoto (1950-1955) que modernizou a capital do estado do Rio de Janeiro.<sup>14</sup> Nesse sentido, o historiador Paulo Knauss destaca que “[...] a história das obras públicas é um capítulo da história do governo e que permite reconhecer sentidos do patrimônio arquitetônico fluminense”.<sup>15</sup>

Em 1960, a capital federal foi transferida para Brasília, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Com isso, ressurgiu a discussão a respeito da fusão do estado do Rio com a região do antigo distrito federal, ideia essa que estava presente nas discussões parlamentares desde 1891.<sup>16</sup> Contudo, optou-se pela criação de um novo estado na região da antiga capital federal, o estado da Guanabara.<sup>17</sup>

Da década de 1960 até o ano de 1975, o atual estado do Rio de Janeiro ficou dividido entre o estado do Rio e o estado da Guanabara, de modo que o primeiro englobava as seguintes áreas: Região Noroeste Fluminense, Região Norte Fluminense, Região Serrana, Região das Baixadas Litorâneas, Região Centro Sul-Fluminense, Região do Médio Fluminense, Região do Médio Paraíba, Região da Costa Verde, Baixada Fluminense e Região Metropolitana (menos a cidade do Rio de Janeiro). Como pode ser acompanhado nos mapas a seguir:

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Marieta. Op. cit.

<sup>15</sup> KNAUSS, Paulo. *Amaral Peixoto e a arquitetura moderna: a construção do patrimônio cultural fluminense*. IN: CÔRTE, Andréa Telo (org.). *Amaral Peixoto: história, memória, política*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012. p. 126

<sup>16</sup> FERREIRA, Marieta; GRZYNSZPAN, Mário. Op. cit. p.135

<sup>17</sup> MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

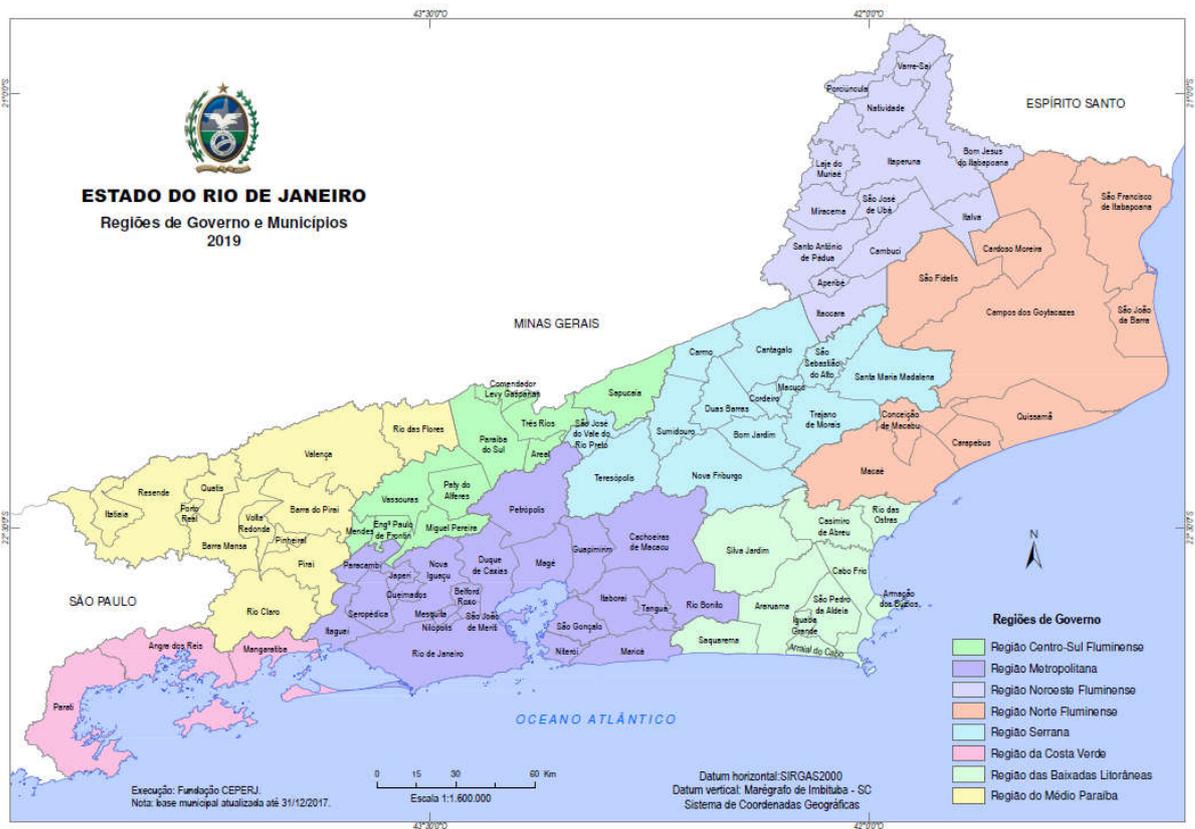


Figura 1- Mapa Ceperj – Regiões do atual estado do Rio de Janeiro<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ). Mapa do Estado do Rio de Janeiro - Regiões de Governo e Municípios. Disponível em: <[http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/div\\_poli/maparj2019.png](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/div_poli/maparj2019.png)>. Acesso em 29/01/2019

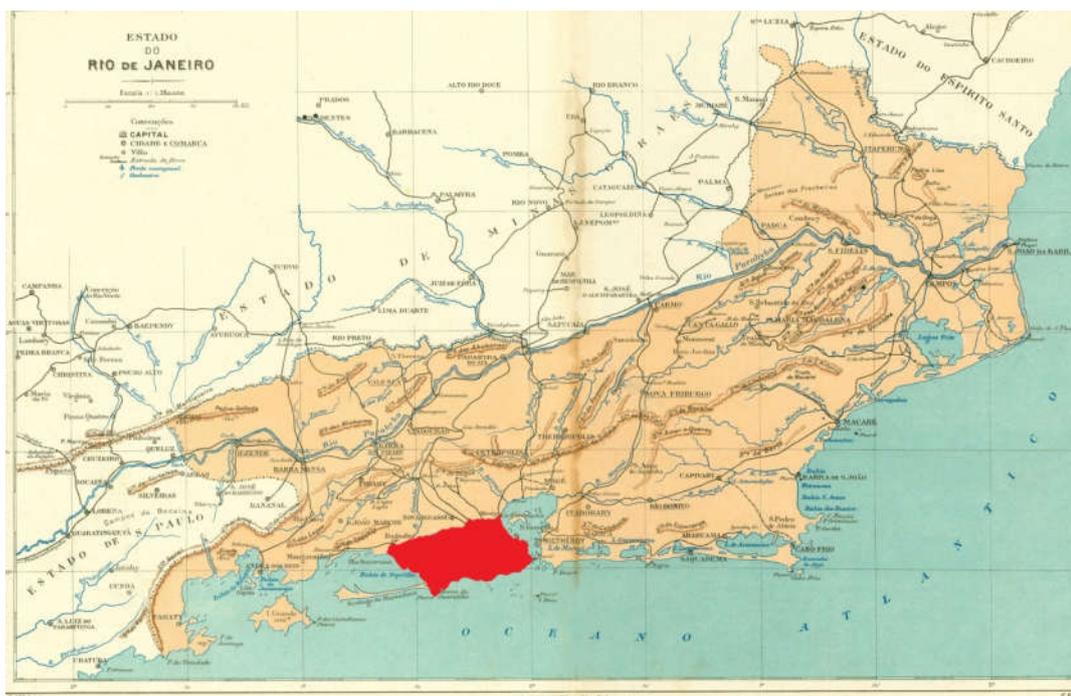


Figura 2- Mapa do Estado do Rio de Janeiro em 1923<sup>19</sup>



Figura 3- Mapa do Estado da Guanabara em 1967<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Rio Turismo. Disponível em: <<http://www.rio-turismo.com/mapas/mapa-antigo.htm>>. Acesso em 11/06/2018. Alteração em vermelho feita pela autora para evidenciar a cidade do Rio de Janeiro, capital federal, na época. Mais tarde, estado da Guanabara.

<sup>20</sup> Rio Turismo. Disponível em: <<http://www.rio-turismo.com/mapas/estado-guanabara.htm>>. Acesso em 11/06/2018.

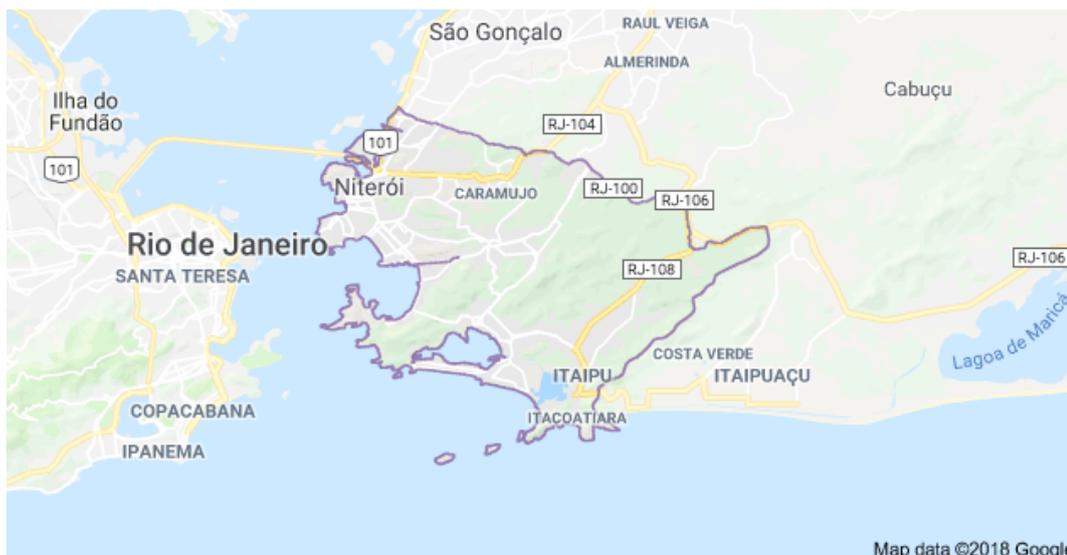


Figura 4- Mapa da atual cidade de Niterói<sup>21</sup>

A partir da segunda metade da década de 1950, o antigo estado do Rio de Janeiro, sobretudo sua capital Niterói, tornou-se um importante reduto político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Isso se devia as organizações sindicais, já que, entre os anos de 1950 até o golpe civil-militar de 1964, foram grupos bastante organizados no estado do Rio.<sup>22</sup>

A capital fluminense foi um importante centro de concentração industrial no estado do Rio. Para a historiadora Luciana Pucu, muito disso se devia a três pontos: a) a infraestrutura construída ao longo dos anos visando sustentar seu papel de capital; b) a proximidade com o antigo distrito federal, mais tarde estado da Guanabara; c) os incentivos fiscais dados por diferentes gestões do governo fluminense buscando estimular a vinda de indústrias para o estado do Rio.<sup>23</sup> Sendo assim, Niterói tinha um

<sup>21</sup> Google Maps. Disponível em: <  
[https://www.google.com.br/search?rlz=1C1GCEA\\_enBR779BR779&ei=jL\\_sWuKIIML4wgSVipyYCA&q=niteroi+mapa&oq=niteroi+mapa&gs\\_l=psy-ab.3..015j0i22i30k115.5780.7021.0.7188.5.5.0.0.0.122.342.0j3.3.0....0...1c.1.64.psy-ab..2.3.340...0i67k1.0.eM9cwZMwug4](https://www.google.com.br/search?rlz=1C1GCEA_enBR779BR779&ei=jL_sWuKIIML4wgSVipyYCA&q=niteroi+mapa&oq=niteroi+mapa&gs_l=psy-ab.3..015j0i22i30k115.5780.7021.0.7188.5.5.0.0.0.122.342.0j3.3.0....0...1c.1.64.psy-ab..2.3.340...0i67k1.0.eM9cwZMwug4)>. Acesso em: 24/02/2018

<sup>22</sup> PESSANHA, Elina. *Niterói Operário: o caso dos trabalhadores da indústria naval*. IN: MARTINS, Ismênia; KNAUSS (orgs). *Cidade Múltipla: temas de História de Niterói*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997.

<sup>23</sup> AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. *Niterói Operário: Trabalhadores, Política e Lutas Sociais na Antiga Capital Fluminense (1942-1964)*. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016. p. 14

número expressivo de operários trabalhando e mobilizando-se pela cidade, mas também por todo o estado.

Esse capital político ajudou a eleger os irmãos Roberto Teixeira da Silveira (1959-1961) e Badger Teixeira da Silveira (1963-1964) ao governo fluminense pela legenda do PTB. A família Teixeira da Silveira foi uma das principais responsáveis pela construção e desenvolvimento da cultura política trabalhista no antigo estado do Rio. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o conceito cultura política pode ser definido como:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim, como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.<sup>24</sup>

Sobre o trabalhismo, o historiador Jorge Ferreira ressalta que:

uma geração de homens e de mulheres, partilhando idéias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas do Brasil, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade.<sup>25</sup>

Todavia, esse “horizonte de expectativa”<sup>26</sup> não se concretizou. Jango, Badger, Brizola e vários outros líderes trabalhistas foram depostos e cassados durante e após o golpe civil-militar de 1964. Em maio de 1964, Badger foi destituído do seu cargo pelo movimento civil-militar, assumindo em seu lugar o general Paulo Torres. Badger da Silveira foi o último governador democraticamente eleito do antigo estado do Rio de Janeiro.

Durante o governo do ditador-general Ernesto Geisel (1974-1979), efetiva-se a fusão do estado do Rio com o estado da Guanabara, sancionada através da Lei Complementar nº 20, de 01 de julho de 1974. De acordo com o Art. 8º, “Os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passarão a constituir um único Estado, sob a

---

<sup>24</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 21.

<sup>25</sup> FERREIRA, Jorge. *O Imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 12

<sup>26</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2012

denominação de Estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975<sup>27</sup>, levando às configurações políticas e administrativas as quais conhecemos hoje.

Dessa forma, Niterói deixou de ser a capital fluminense e tornou-se um município do novo estado do Rio de Janeiro, no qual a sede ficou na antiga região do estado da Guanabara, consolidando a política carioca frente à política fluminense e comprovando, assim, o receio de parte da população fluminense, principalmente, políticos e empresários, que enxergavam a fusão como uma “ceifadora” da autonomia política e econômica da cidade.<sup>28</sup>

### **Aporte documental, metodológico e teórico**

Ao longo da nossa pesquisa observamos que não existem até o momento trabalhos acadêmicos que analisem a fundo os governos trabalhistas: de Roberto da Silveira (1958-1961) e de Badger da Silveira (1963-1964); e a importância dos mesmos para o crescimento do PTB no antigo estado do Rio de Janeiro. São poucas as pesquisas que comentam os governos dos dois políticos e, geralmente, são trabalhos que analisam algum tema relevante do período liberal democrático, como a reforma agrária<sup>29</sup> e os movimentos sindicais no território fluminense<sup>30</sup>. Ou em pesquisas mais gerais sobre o PTB ou o governo Goulart, as quais citam que as vitórias dos irmãos Silveira foram exemplos do crescimento eleitoral do PTB nacionalmente, sobretudo, nos pleitos de 1958 e de 1962.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> BRASIL, LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 1º DE JULHO DE 1974. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp20.htm)>. Acesso em: 26/02/2018

<sup>28</sup> FERREIRA, Marieta; GRYSZPAN, Mário. Op. cit. p. 153

<sup>29</sup> GRYSZPAN, Mário. *A mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, 1987; DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: Os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>30</sup> FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores do Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964*. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2012; COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. *Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeira de Macacu (1954-1964)*. 136f (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015; AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. Op.cit.

<sup>31</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989; ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação. Getulio Vargas, 1996; Ferreira, Jorge; GOMES. Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Outro fato importante é que existem poucos acervos e fontes primárias que fazem referência direta a trajetória de vida política de Badger da Silveira. Porém, encontramos algumas citações transversalmente em documentos relacionados a outros sujeitos históricos. Essa carência de fontes nos leva quase que automaticamente ao debate sobre o conceito de *memória*. Já que, o governo Badger encontra-se num certo ostracismo histórico seja com relação à “memória institucional” ou a “memória coletiva”.<sup>32</sup> De acordo com o historiador Jacques Le Goff,

a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje e, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.<sup>33</sup>

Levando em consideração a fala de Le Goff, a quase ausência de memória a respeito do governo Badger e de seu impedimento, pode ser explicada tanto pela fusão ocorrida em 1975, levando a antiga capital fluminense e seus respectivos governos a certo ostracismo haja vista a predominância da memória carioca nos dias atuais; quanto pelo fato de que as memórias sobre o golpe e a ditadura no Brasil são ainda hoje temas bastante controversos e que carregam muitas vezes em si: “deslocamentos de sentido”<sup>34</sup>, “ressentimento”<sup>35</sup>, “esquecimento e silêncio”<sup>36</sup>.

Nas comemorações<sup>37</sup> dos cinquenta anos do golpe, em 2014, o Museu do Inga, localizado no antigo palácio de governo fluminense, organizou a exposição **Ressonâncias - Rio de Janeiro, 1964**. O evento tinha o objetivo de discutir o golpe civil-militar nos dois lados da Baía de Guanabara, abordando de um lado o governo trabalhista de Badger da Silveira e do outro o governo de Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN). Com a curadoria da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Telo da Côrte,

---

<sup>32</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

<sup>33</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. reimpr. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003, p. 469

<sup>34</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>35</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins; NAXARA, Márcia, (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagação sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004; FERRO, Marc. *O ressentimento na história: ensaio*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

<sup>36</sup> POLLAK, Michell. *Memória, esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em: 10/09/16.

<sup>37</sup> Ou melhor, “descomemorações”.

então coordenadora do Centro de Estudo de História Fluminense do Museu do Inga, e do Prof. Dr. Paulo Knauss, professor da Universidade Federal Fluminense.

A exposição buscava resgatar a memória fluminense sobre o golpe e discutir as diferenças políticas entre os dois governos tão próximos territorialmente. O próprio termo “ressonâncias” já transmite a idéia de que as tensões políticas que marcaram os anos de 1963 e de 1964 repercutiram com força tanto no estado do Rio quanto no estado da Guanabara.

Foi através da exposição e da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em História (METEC)<sup>38</sup>, na qual tive a oportunidade de ser orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ismênia de Lima Martins e pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Telo, que acabei tendo meu primeiro contato com a História Fluminense, ainda em 2014. Começando, assim, analisar o golpe civil-militar e o período que o antecede com um novo olhar marcado pela História Regional.<sup>39</sup>

Ainda na monografia, comecei meus estudos analisando a atuação das entidades cívicas femininas fluminenses, na qual fui orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janaína Cordeiro. Ao final da pesquisa, chegamos à conclusão de que as mulheres das direitas no estado do Rio só começaram a aparecer no cenário político fluminense depois da vitória do movimento civil-militar, contestando, exatamente, a permanência de Badger no governo fluminense. E, a partir dessa constatação interessei-me por analisar o governo e o *impeachment* de Badger no mestrado, sendo agora orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Carloni.

Diante a inicial escassez de fontes, a pesquisa de periódicos que circulavam na época, disponibilizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, foi essencial para entendermos o governo Badger cronologicamente, mas também para preencher certas lacunas e dúvidas com relação alguns dos documentos encontrados no acervo Polícias Políticas (POL), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Pois, os documentos não estão sempre catalogados, elucidando, de onde, como, quando surgiram ou respeitando uma ordem cronológica. Sendo esse um dos desafios da pesquisa em arquivos públicos.

Ao longo da nossa análise sobre a corrida eleitoral de 1962, observamos que a disputa entre Badger da Silveira e Tenório Cavalcanti (PST), principais candidatos ao

---

<sup>38</sup> Ministrada naquele período pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gladys Sabina Ribeiro, do curso de História, da Universidade Federal Fluminense.

<sup>39</sup> AMADO, Janaína. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. IN: SILVA, Marcos Antônio da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

governo do estado do Rio, também foi alvo de disputas nos periódicos que os apoiavam respectivamente, *Última Hora* e *Luta Democrática*.

Segundo a historiadora Tânia de Luca, é importante atentar para o fato de que as notícias divulgadas nos periódicos não são a “verdade absoluta”. Sendo a “objetividade” dos periódicos um dos pontos mais criticados ao se trabalhar a imprensa como fonte de pesquisa. Visto que, historicamente os jornais são utilizados como instrumento político para veiculação de propostas e de visões político-partidárias. Dessa forma, o olhar jornalístico pode variar conforme o perfil sócio-político dos proprietários, jornalistas, colaboradores e/ou anunciantes que os compõem. Perspectivas que também podem ser alteradas ao decorrer do tempo e do espaço, dependendo de determinadas conjunturas políticas. E o papel dos (as) historiadores (as) é exatamente contextualizá-los e problematizá-los.<sup>40</sup>

A *Última Hora*, fundado em 1951 por Samuel Wainer, tinha como finalidade no ato de sua fundação ser um jornal de situação no governo Vargas (PTB), buscando comunicar-se diretamente com a população e passar a agenda do governo, tendo em vista que parte da imprensa brasileira fazia oposição ao ex-ditador.<sup>41</sup> Após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, o periódico continuou alinhado ao trabalhismo petebista. Durante as eleições de 1962, a *Última Hora* promoveu a campanha de Badger ao Palácio do Ingá, além disso, fez dura oposição ao deputado Tenório Cavalcanti e sua campanha.<sup>42</sup>

Enquanto que a *Luta Democrática* foi fundada em 1954, por Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque e Hugo Baldessarini. Desde 1945, Tenório era filiado da UDN. O deputado udenista concentrava suas forças políticas na Baixada Fluminense, especialmente a região de Duque de Caxias, atuando como oposição aos governos de Vargas e de Amaral Peixoto, nos anos de 1950.<sup>43</sup> Já em 1960, Cavalcanti filiou-se ao PST. E a partir daí o seu jornal começou a advogar intensamente a favor da luta pela

---

<sup>40</sup> LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Disponível em: <<https://lehmae.files.wordpress.com/2013/04/scan0117.pdf>>. Acesso em: 10/05/2018

<sup>41</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Última Hora*. Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>>. Acesso em: 05/05/2017

<sup>42</sup> *Última Hora, Porque Tenório esvaziou, 01/10/1962. p. 4*

<sup>43</sup> GASPARIAN, Helena. *Luta Democrática*. Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luta-democratica>>. Acesso em: 05/05/2017

terra no estado do Rio, sobretudo, na baixada fluminense, local onde se concentrava a maior parte do eleitorado de Tenório.<sup>44</sup>

De acordo com a pesquisadora Alzira Alves de Abreu, a imprensa também teve um papel fundamental no processo de radicalização política que levou a derrubada do presidente João Goulart, em 1964. A autora destaca que a década de 1960 foi marcada pelo “apogeu do jornalismo político”, fenômeno visto tanto nos jornais das direitas quanto nos das esquerdas.<sup>45</sup>

Conforme Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, entre a posse em setembro de 1961 e meados de 1963, parte da imprensa que não era ligada a partidos oposicionistas, apoiou as medidas do governo janguista. Contudo, o fracasso do plano trienal, o aumento da polarização política, as dúvidas a respeito da política de alianças conhecida como “equilibrista”<sup>46</sup> do presidente e seu gradual alinhamento com as esquerdas, levou a essa mesma imprensa a defender uma intervenção militar com o desígnio de destituir João Goulart e de suprimir grupos das esquerdas, considerados “subversivos”.<sup>47</sup>

No estado do Rio, parte da imprensa também se opôs ao governo de Badger da Silveira, principal representante do trabalhismo no território fluminense, ao passo que o acirramento político foi aumentando. E essa oposição aumentou, consideravelmente, após a vitória do movimento civil-militar que derrubou Jango. Dentre os periódicos que fizeram oposição aberta a Badger estavam: *O Jornal*, *Tribuna da Imprensa*, *O Fluminense* e o *Diário de Notícias*.

Após o golpe de 1964, a permanência do governador e do seu secretariado passou a ser constantemente criticada por grupos que apoiaram as chamadas “forças revolucionárias” que viam a conservação de Badger no poder como uma afronta as prerrogativas da dita “revolução”. Visto que, o governador fluminense foi um importante aliado de Jango. Nesse contexto, a imprensa oposicionista foi de suma importância no processo de radicalização política contra Badger.

---

<sup>44</sup> GRYSZPAN, Mário. *A mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro*. Op.cit.

<sup>45</sup> ABREU, Alzira Alves de. *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>46</sup> Foi a política de alianças de Goulart. O presidente buscou aliar-se tanto com políticos liberais, conservadores e/ou esquerdistas para conseguir maioria no Congresso Nacional, contudo essa postura de Jango passou a incomodar tanto as esquerdas quanto as direitas que buscavam um posicionamento unilateral da presidência. (MOTTA, 2002, pág. 252)

<sup>47</sup> Ferreira, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

O conglomerado midiático “Diário de Associados” de Francisco de Assis Chateaubriand fez forte oposição ao governo de Badger da Silveira, sobretudo, *O Jornal* fundado em 1919. Já a *Tribuna da Imprensa* foi fundada pelo udenista, Carlos Lacerda, em 1949. O jornal foi comprado em 1962, pelo jornalista Hélio Fernandes.<sup>48</sup> Sob sua administração, a *Tribuna* continuou seguindo uma linha pró-udenista e anti-trabalhista. Desse modo, fazia oposição a Badger da Silveira mesmo antes do golpe civil-militar. Após a vitória das chamadas “forças revolucionárias”, a *Tribuna da Imprensa* só intensificou os ataques contra o governo Badger e sua permanência no Palácio do Ingá.<sup>49</sup>

Em Niterói, o controle acionário do *O Fluminense* estava nas mãos do político Alberto Torres, da UDN. Torres assumiu o jornal em 1955. Desde então, o principal jornal do estado passou a ter um posicionamento político alinhado com os ideais políticos udenistas.<sup>50</sup> Em 1958, *O Fluminense* chegou a apoiar a candidatura de Roberto da Silveira devido à aliança atípica entre UDN e PTB fluminenses. A união entre os dois partidos levou à vitória do caçula da família Teixeira da Silveira, culminando na derrota do gigante político, Partido Social Democrático (PSD).

Na crise política de 1961, *O Fluminense* apoiou a posse de João Goulart, saindo em defesa do princípio da legalidade. No entanto, após a posse fez dura oposição, “como órgão da UDN”<sup>51</sup>, ao governo de Jango. E, conseqüentemente, ao governo estadual de Badger da Silveira, a partir de 1963. Em 1964, *O Fluminense* apoiou o movimento civil-militar, passando a intensificar a campanha contra o governador do estado do Rio, reivindicando a todo o momento a saída de Badger.

Alberto Torres vinha ser irmão do general Paulo Torres, que, mais tarde, veio a substituir Badger da Silveira após o mesmo ser impedido de governar, em maio de 1964. É importante ressaltar que *O Fluminense* fez oposição a Badger durante todo o seu governo. Ou seja, antes, durante e depois do golpe.

Já o *Diário de Notícias* fundado por Orlando Ribeiro Dantas, em 1930, teve uma trajetória política um tanto atípica. Conhecido como “o jornal da revolução”, ora apoiou Getúlio Vargas ora não. E com João Goulart também manteve uma dinâmica similar.

---

<sup>48</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Tribuna da Imprensa*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>>. Acesso em: 21/05/2018

<sup>49</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Tribuna da Imprensa*. Op.cit.

<sup>50</sup> COUTO, André. *O Fluminense*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FLUMINENSE,%20O.pdf>>. Acesso em: 23/05/2018

<sup>51</sup> COUTO, André. *O Fluminense*. Op. cit.

Durante a crise de 1961, apoiou a posse de Jango e continuou apoiando as medidas do presidente ao decorrer do seu governo, como as reformas de base. Contudo, em 1964, apoiou o movimento civil-militar, chegando a alimentar a oposição contra o governador Badger da Silveira. Já durante a ditadura, o periódico revê seu posicionamento e passa a fazer oposição ao regime autoritário.<sup>52</sup>

Concluimos, assim, que a imprensa, especialmente ligada a UDN, teve um papel destacado com relação ao recrudescimento da oposição no estado do Rio. Agindo, de certa forma, como “um quarto poder”<sup>53</sup>. Entretanto, sem buscar a “moderação”<sup>54</sup>, mas sim o radicalismo das direitas, ao reivindicar a saída de Badger da Silveira, um governador democraticamente eleito, sem bases legais e democráticas.

Por fim, vale destacar as duas últimas fontes que tivemos contato. O esboço autobiográfico do governador Badger da Silveira e a entrevista que o governador concedeu a pesquisadores durante o período da reabertura política.

A autobiografia de Badger nunca foi publicada. O documento encontra-se sob guarda da família do político fluminense, que o cedeu ao Museu do Ingá para a exposição “Ressonâncias – Rio de Janeiro, 1964” realizada em 2014. Sou muito grata a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Telo que me disponibilizou essa importante fonte histórica e que foi muito solícita comigo durante toda a minha pesquisa.

Reencontrei a professora durante a disciplina, oferecida pelo PPGH-UFF, “Memórias e Narrativas Políticas na Contemporaneidade”, ministrada pelas Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ismênia Martins e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juniele Rabêlo de Almeida, na qual a Prof.<sup>a</sup> Andréa era professora convidada. Durante a disciplina conversamos sobre minha pesquisa de mestrado e a Prof.<sup>a</sup> Andréa informou-me que tinha o esboço autobiográfico do governador Badger e se disponibilizou a enviá-lo para mim.

Por sua vez, tive acesso apenas algumas partes do documento (as mesmas partes disponibilizadas pela família do governador ao museu), os capítulos IV e V. Os capítulos são curtos<sup>55</sup> e tratam, respectivamente, de algumas questões do mandato de Badger como governador do estado do Rio; e sobre a prisão, o processo de

---

<sup>52</sup> FERREIRA, Marieta. Diário de Notícias (Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 04/02/2019

<sup>53</sup> ALBURQUERQUE, Afonso de. *Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil*. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17299/10937>>. Acesso em: 28/07/2017; ALBURQUERQUE, Afonso de. *As Três Faces do Quarto Poder*. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1068.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1068.pdf)>. Acesso em: 28/07/2017

<sup>54</sup> ALBURQUERQUE, Afonso de. Op. cit.

<sup>55</sup> O capítulo IV tem 11 páginas. Já o capítulo V tem 16 páginas.

*impeachment* e a cassação, em 1964. O esboço autobiográfico foi datilografado e contém algumas pequenas rasuras e anotações a mão, as quais não dificultam o entendimento da narrativa.

Contudo, algumas páginas estão fora de ordem e outras estão faltando. Porém, não sabemos se propositalmente ou não. Sendo assim, a narrativa encontra-se bastante fragmentada, principalmente do capítulo IV. Dificultando, assim, o entendimento do texto devido aos vácuos que as páginas perdidas deixam. Por sua vez, o relato oral do ex-governador fluminense ajuda a preencher alguns desses vazios.

A entrevista de Badger da Silveira foi concedida entre os anos de 1981 e de 1982, ao então professor da Universidade Federal Fluminense, José Ribas Vieira. O documento encontra-se sob guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Inicialmente, a página na internet referente à entrevista de Badger no CPDOC informava que a transcrição da mesma estava na íntegra no livro “A sociologia do Guerreiro”, da historiadora Lúcia Lippi Oliveira. E a consulta da entrevista deveria ser feita através do livro em questão.

Ao ir pegar o livro emprestado na Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas para tirar Xerox, porque não tem um exemplar do mesmo na Biblioteca Central do Gragoatá (BCG-UFF), observei que a única entrevista presente no livro era do sociólogo Guerreiro Ramos. O que faz todo sentido, já que a obra é intitulada “A sociologia do Guerreiro”. A partir daí, seguiu-se uma saga dentro da FGV até me enviarem ao acervo do CPDOC, bem próximo a sede da fundação, em Botafogo.

Lá, expliquei a situação novamente às funcionárias da sala de consulta, as quais pegaram outro exemplar do livro da Lúcia Lippi no acervo. Mostrei que ali só se encontrava a entrevista de Guerreiro Ramos. Assim, elas começaram a pesquisar o paradeiro da entrevista de Badger, só que as funcionárias não conseguiram localizar o documento. E por conta disso, entraram em contato com o setor de História Oral do acervo que ficou de procurar o depoimento de Badger.

Mantivemos contato pelo telefone e através do e-mail. E um mês depois, me enviaram a entrevista e disponibilizaram a mesma *online* no site do CPDOC. Deixo aqui meu agradecimento às funcionárias do acervo do CPDOC que foram bastante solícitas durante todo esse processo. E não só a elas, mas também as funcionárias do APERJ que sempre me atenderam bem e ajudaram-me sempre que necessário, desde o início da minha pesquisa ainda na monografia.

Vale destacar que só tive contato com a entrevista de Badger depois de ter escrito boa parte dos capítulos, faltando inicialmente apenas o segundo capítulo para escrever. E também só comecei a trabalhar com o esboço autobiográfico depois que já tinha pesquisado a imprensa e os arquivos públicos. Acredito que devido a isso consegui contrapor as fontes documentais e as memórias de Badger, evitando ao máximo o perigo da “ilusão biográfica”.<sup>56</sup>

Sobre a entrevista de Badger da Silveira, é importante ressaltar que a mesma foi realizada no período da reabertura política, ou seja, momento em que o país ainda se encontrava dentro da ditadura, sendo governado pelo ditador-general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), porém, dando os primeiros passos para a redemocratização. Sendo um relevante marco desse período a promulgação da Lei da Anistia, em 1979.<sup>57</sup> Deliberação essa que possibilitou o retorno de vários exilados políticos para o Brasil, mas também, anistiou os torturadores e algozes de muitos desses exilados, de milhares desaparecidos políticos e de pessoas assassinadas pelo regime autoritário.

Tendo em vista isso, a narrativa construída por Badger deve ser entendida dentro desse contexto ainda inseguro e incerto da ditadura. Atentando-se também para o fato de que o ex-governador fluminense tinha um histórico de ser um político mais moderado, tendendo para um perfil mais conciliador. Além disso, Badger da Silveira sempre foi muito cuidadoso com seu legado político e com o da sua família. E esse comportamento conciliador e cuidadoso também é refletido na sua entrevista.

Sendo assim, ao se trabalhar com esse tipo de fonte, “escrita de si”, devemos levar em conta que o mais importante não são os fatos em si ou a sua cronologia, mas sim a forma em que o sujeito histórico, protagonista dessa memória, constrói sua narrativa.<sup>58</sup> Entendendo que a narrativa não é simplesmente uma sucessão de fatos. E que a verdade mais uma vez não é absoluta, levando-se em consideração também que a memória é seletiva.

Visto que, ela é moldada, propositalmente ou não, conforme os interesses do autobiografado e/ou do entrevistado. Existindo, assim, uma diferença entre o tempo

---

<sup>56</sup> BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos & Abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>57</sup> LEI No 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 31/03/2019

<sup>58</sup> GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

vivido (experiência) e o tempo da narração (consciência).<sup>59</sup> O papel dos historiadores consiste exatamente no fato de conseguir diferenciar a memória, da História.

A “escrita de si” é uma típica fonte da história do tempo presente<sup>60</sup>, na qual os acontecimentos históricos ainda são relativamente recentes e muitos (ou alguns) dos agentes históricos envolvidos continuam vivos, dando suas versões sobre os fatos. A convivência do historiador com as testemunhas é uma das principais características que define o que é a História do Tempo Presente. Isto é, um tempo de uma geração. Para Henry Rousso,

falar de história do tempo presente não constitui unicamente uma conjuntura – explicar o século XX – mas coloca questões muito mais universais sobre o lugar do historiador, sobre a escrita da história, sobre o que está em jogo nas relações entre observadores e atores.<sup>61</sup>

Rousso destaca que o principal desafio ao se trabalhar com a história do tempo presente é criar uma distância epistemológica desse “passado próximo”<sup>62</sup> ou “passado recente”<sup>63</sup>. Ao mesmo tempo em que se busca um equilíbrio “entre aquilo que a testemunha pode dizer e transmitir de sua própria experiência vivida e aquilo que o historiador vai construir a partir dos traços de um passado que lhe é, no final das contas, em grande parte estrangeiro”.<sup>64</sup>

O autor ainda ressalta que os historiadores sempre se inclinaram a estudar a história do seu tempo<sup>65</sup>, contudo, nem sempre da mesma forma, nem sempre com os mesmos métodos e nem sempre com os mesmos objetivos.<sup>66</sup> Por outro lado, Henry Rousso enfatiza que as testemunhas (autobiografados e depoentes), ao estarem

---

<sup>59</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: Tomo III*. Campinas: Papyrus, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/ricoeur-p-tempo-e-narrativa-tomo-iii.pdf>>. Acesso em: 28/08/2017

<sup>60</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000; BÉDARIDA, François. *Tempo presente e presença da história*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos & Abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006; ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

<sup>61</sup> ROUSSO, Henry. *A contemporaneidade no cerne da historicidade*. IN: \_\_\_\_\_. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 215

<sup>62</sup> AREND, Sílvia; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009

<sup>63</sup> MÜLLER, Angélica; LEGELSKI, Francine. *Entrevista com Henry Rousso*. *Tempo*. Niterói. Vol. 24. n.2, p. 390-391

<sup>64</sup> MÜLLER, Angélica; LEGELSKI, Francine. *Op. cit.* p. 390-391

<sup>65</sup> Remontando desde os registros dos historiadores Heródoto e Tucídides durante a Antiguidade.

<sup>66</sup> ROUSSO, Henry. *A contemporaneidade no passado*. IN: \_\_\_\_\_. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 32

envolvidas com experiências traumáticas da história (guerras, ditaduras e afins) passam a estar num espaço de “vítimas”.<sup>67</sup>

Sobre isso, François Hartog destaca que “para uma vítima, o único tempo disponível é muito provavelmente o presente: aquele do drama que acaba de acontecer ou, ainda, que aconteceu há muito tempo, mas que para ela, está sempre presente. Seja um presente fixo ou um passado que não passa”.<sup>68</sup> Reforçando, deste modo, o paralelo entre testemunhas e vítimas que são “uma pessoa em duas” na visão de Hartog.<sup>69</sup> Nesse contexto, o (a) historiador (a) do tempo presente tem a importante função de contextualizar as narrativas dessas “testemunhas” a partir do cotejamento de outras fontes.

Diante disso, a História é um campo das ciências Humanas que é socialmente construído ao longo do tempo e do espaço, mas com base em fontes (documentais, orais, imagéticas, etc.), devidamente checadas e referenciadas, e analisadas a luz de procedimentos metodológicos e teóricos, firmados na academia ao decorrer dos vários anos da pesquisa histórica. Nesse sentido, as fontes são matéria-prima da História, enquanto que as questões levantadas pelos (as) historiadores (as) são o primeiro motor da pesquisa.

Em suma, a presente dissertação é dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo analisa como Badger da Silveira chega ao governo estado do Rio, começando com uma discussão sobre o período liberal democrático, passando pelo crescimento do PTB no território fluminense intrinsecamente ligado a trajetória política da família Teixeira da Silveira, até a candidatura e a vitória de Badger, no pleito de 1962. O segundo capítulo problematiza o governo Badger da Silveira a luz da crescente radicalização política, visando entender o posicionamento político de Badger frente toda a polarização. O terceiro capítulo discute o turbulento abril de 1964, começando pela prisão de Badger da Silveira, no dia primeiro, comentando o posicionamento de Badger depois do golpe e discutindo o processo de radicalização contra a continuidade do governador. O quarto capítulo discute o impedimento e a cassação de Badger, além da repercussão política da cassação do governador.

---

<sup>67</sup> MÜLLER, Angélica; LEGELSKI, Francine. *Entrevista com Henry Rousso*. Tempo. Niterói. Vol. 24. n.2, p. 2 e 3

<sup>68</sup> HARTOG, François. *Ainda Cremos em História?*. IN: \_\_\_\_\_. *Crer em História*. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 65

<sup>69</sup> HARTOG, François. *Op. cit.* p. 58

## Capítulo I: A família Teixeira da Silveira e o trabalhismo fluminense

Nesse primeiro capítulo trataremos da formação dos partidos nacionais, sobretudo do Partido Trabalhista Brasileiro, para entendermos a experiência liberal democrática de 1946-1964; faremos um breve recuo no tempo para discutirmos a eleição fluminense de 1958 para analisar o papel da família Teixeira da Silveira na política fluminense; analisaremos a corrida eleitoral de 1962 para compreendermos como Badger da Silveira chegou ao posto mais importante do executivo fluminense; e discutiremos as principais propostas de campanha do então candidato Badger.

No processo de enfraquecimento e fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) foi sancionado o Decreto-Lei nº 7.586, assinado por Getúlio Vargas, em maio de 1945.<sup>70</sup> Mais conhecido como Lei Agamenon<sup>71</sup>, o decreto tinha o objetivo de regular “em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945<sup>72</sup>”, regularizando, assim, o retorno dos partidos políticos com a especificidade dos mesmos serem de domínio nacional, rompendo com a tradição de partidarismo regional, conforme se lê no art. 110, §1º, do citado diploma legal: “Só podem ser admitidos a registro os partidos políticos de âmbito nacional”.<sup>73</sup>

Durante o processo de redemocratização, três partidos políticos destacaram-se: a União Democrática Nacional (UDN) criada oficialmente em 07 de abril de 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fundado oficialmente em 15 de maio de 1945 e o Partido Social Democrático (PSD) instituído oficialmente em 17 de julho de 1945.

---

<sup>70</sup>BRASIL. DECRETO-LEI Nº 7.586, DE 28 DE MAIO DE 1945. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De17586.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17586.htm)>. Acesso em: 20/09/2016

<sup>71</sup> Nome dado em homenagem a Agamenon Magalhães, Ministro da Justiça, em 1945, ex-interventor de Pernambuco e um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD). Agamenon ficou responsável pela construção e promulgação do novo código eleitoral brasileiro, atribuição essa dada pelo próprio Getúlio Vargas. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível online: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/agamenon\\_magalhaes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/agamenon_magalhaes)>. Acesso em: 20/04/2017

<sup>72</sup>“Art. 4º - Dentro de noventa dias contados desta data serão fixadas em lei, na forma do art. 180 da Constituição, as datas das eleições para o segundo período presidencial e Governadores dos Estados, assim como das primeiras eleições para o Parlamento e as Assembléias Legislativas. Considerar-se-ão eleitos e habilitados a exercer o mandato, independentemente de outro reconhecimento, os cidadãos diplomados pelos órgãos incumbidos de apurar a eleição. O Presidente eleito tomará posse, trinta dias depois de lhe ser comunicado o resultado da eleição, perante o órgão incumbido de proclamá-lo. O Parlamento instalar-se-á sessenta dias após a sua eleição. (Vide Decreto-lei nº 7.586, de 1945)” Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCT/LCT009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm)>. Acesso em: 20/04/2017

<sup>73</sup> BRASIL. DECRETO-LEI Nº 7.586, DE 28 DE MAIO DE 1945.

Esses partidos políticos foram importantes para a organização e a manutenção do novo sistema partidário.

O ditador Getúlio Vargas foi afastado do governo em outubro de 1945, porém, o fim do Estado Novo não diminuiu o seu capital político. De acordo com a socióloga Maria Victoria Benevides, os três principais partidos eram “criaturas de Vargas”<sup>74</sup>, uma vez que, foram arquitetados entorno da figura do então ditador: a UDN construiu-se como partido de oposição, enquanto que o PSD e o PTB foram construídos por aliados de Getúlio. Segundo a historiadora Lucília Delgado,

Se o PSD caberia atuar para garantir uma transição conservadora e capaz de manter antigos poderes e privilégios, ao PTB seria destinada a função de legitimar, frente aos trabalhadores, os termos de uma mudança que não seria mais do que uma ‘transição permitida’.<sup>75</sup>

Já para as pesquisadoras Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’ Araújo, as discussões sobre a fundação de dois partidos independentes, PSD e PTB, não começaram logo de início entre os apoiadores de Vargas, vide a expectativa da criação de um “partido único de massas”.<sup>76</sup> Essa idéia foi idealizada ao decorrer de 1942-1944, “com o projeto União Cultural Brasileira, orientado pela experiência argentina da União Cívica Radical”.<sup>77</sup>

Todavia, a proposta fracassou frente “as dificuldades concretas de articular, em um mesmo partido, as tradicionais elites do país e as novas lideranças sindicais”.<sup>78</sup> Só, em 1945, viabilizou-se a criação de dois partidos autônomos, o PSD, criado por interventores estadonovistas e oligarcas rurais, vinculados ao Ministro da Justiça Agamenon Magalhães (1945); e o PTB, fundado por lideranças sindicais e defensores da política trabalhista, adeptos das políticas sociais implementadas no Ministério do Trabalho, chefiado por Marcondes Filho (1941-1945) que promoveu pautas antigas do

---

<sup>74</sup>BENEVIDES, 1983 apud DELGADO, Lucília. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 26-27

<sup>75</sup> DELGADO, Lucília. Op.cit., p. 31

<sup>76</sup>GOMES, Angela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6595/785.pdf>>. Acesso em: 12/02/2018. p.11

<sup>77</sup> GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. IN: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical: (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 58

<sup>78</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 265

movimento sindical brasileiro, ao longo do Estado Novo, como a normatização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943.

A fundação do PTB foi inspirada no modelo do Partido Trabalhista Inglês, visando “um partido com bases nas massas trabalhadoras e que deveria constituir-se em divisor de águas entre a extrema esquerda e a extrema direita.”<sup>79</sup> O PTB foi o partido que mais se alinhou ao *getulismo*, e uma marca disso é a ligação indireta do partido com o movimento queremista<sup>80</sup> e a candidatura de Vargas para a eleição presidencial de 1950 pela legenda petebista. Segundo Angela de Castro Gomes, “O PTB nascera *de e para* Vargas, ainda no Estado Novo, e se afirmara nas eleições de 1945 *com* Vargas”.<sup>81</sup>

Em suma, a criação do PTB está vinculada, simultaneamente, a promoção do *trabalhismo*, do legado de Vargas e a defesa de um Estado intervencionista, popular e nacionalista.<sup>82</sup> Conforme Delgado, a relação intrínseca entre “getulismo-petebismo” foi alvo de críticas constantes dos grupos oposicionistas, principalmente, a UDN, o partido da “eterna vigilância”.<sup>83</sup>

Conforme Maria Victoria Benevides, a União Democrática Nacional se colocava como a “legítima herdeira da tradição liberal do Brasil”.<sup>84</sup> Essa auto-identificação carregava “uma moldura de ambigüidades e de contradições”<sup>85</sup> que se manifestavam no perfil ideológico do partido. A socióloga também ressalta que o liberalismo udenista era marcado pela defesa da propriedade privada; da livre concorrência (criticava o intervencionismo estatal); dos direitos individuais; e do liberalismo político. No entanto, o liberalismo político defendido pela UDN era marcado por duas grandes contradições: “o apelo à intervenção militar e as reservas quanto à extensão da participação política”.<sup>86</sup>

---

<sup>79</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Op.cit. p. 255

<sup>80</sup> “Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome “queremismo” se originou do slogan utilizado pelo movimento: “Queremos Getúlio”. [...] Os queremistas reivindicavam o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Caso as eleições fossem mesmo confirmadas, queriam o lançamento da candidatura de Vargas.” Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC. *Verbetes Queremismo*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>>. Acesso em: 24/01/2018

<sup>81</sup> GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. Op.cit. p. 62

<sup>82</sup> GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. Op.cit. p. 62

<sup>83</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 23

<sup>84</sup> Benevides, Maria Victoria. Op cit. p. 243

<sup>85</sup> Benevides, Maria Victoria. Op cit.

<sup>86</sup> Benevides, Maria Victoria. Op cit. p. 248

Essas contradições fundamentam as principais críticas feitas a UDN, uma vez que, a defesa do princípio da legalidade era uma das bandeiras mais importantes da organização que também ficou conhecida como o “partido dos bacharéis”<sup>87</sup>, sendo assim, ao ser conveniente com movimentos golpistas, a legalidade tão defendida pelos bacharéis desmantela-se. Daí a máxima idealizada por Benevides: “a UDN é *progressista no que se opõe, reacionária no que se propõe*”.<sup>88</sup>

A UDN estava longe de ser um partido popular e homogêneo. Tendo em vista isso, Benevides destaca a existência de várias UDN’s, as quais variavam conforme suas seções e seus diretórios espalhados pelo Brasil, que primavam ora pelas classes médias ora pelas oligarquias locais, de acordo com a demanda do partido na região. Segundo a pesquisadora, a UDN e o PSD eram partidos conservadores e pouco se distinguiam politicamente.<sup>89</sup>

Já a cientista política Lúcia Hippolito destaca que o PSD era um partido centrista por excelência, ou seja, convivia com influências das direitas e das esquerdas, sendo uma das suas principais regras “conciliação e moderação”.<sup>90</sup> Diante disso, o PSD, seria “um partido em que convivem raposas (líderes tradicionais, atentos às reivindicações das bases do interior) e reformistas (líderes mais jovens, voltados para as demandas do emergente eleitorado urbano)”.<sup>91</sup>

Hippolito ressalta que o Partido Social Democrático por ser de centro tinha o importante papel de estabilizar a política brasileira ao decorrer do período democrático (1946-1964) e das crises, principalmente, de 1954 (suicídio de Vargas) e de 1961 (renúncia de Jânio de Quadros).<sup>92</sup> E foi através do voto que o PSD transformou-se no maior partido político brasileiro dessa época.<sup>93</sup>

Lucilia Delgado, em seu livro *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, ressalta que a desestruturação do Estado Novo foi permeada por uma relação dual entre continuidade/sequência e transformação/ruptura, sendo a construção do PSD e do PTB um importante exemplo dessa dinâmica,

[...] novos enquanto organizações partidárias, trariam em suas estruturas e bases organizativas resquícios do Estado Novo. Tais

---

<sup>87</sup> Benevides, Maria Victoria. Op cit. p. 259

<sup>88</sup> Benevides, Maria Victoria. Op. cit. p. 250

<sup>89</sup> Benevides, Maria Victoria. Op cit. p. 220

<sup>90</sup> HIPPOLITO, Lucia. Op.cit. p. 52

<sup>91</sup> HIPPOLITO, Lucia, op.cit. p. 56

<sup>92</sup> HIPPOLITO, Lucia, op.cit. p. 98

<sup>93</sup> HIPPOLITO, Lucia, op.cit. p. 48

seqüelas traduzir-se-iam especialmente pela defesa, por esses partidos, de políticas, de medidas adotadas por Vargas, no decorrer dos anos 30.<sup>94</sup>

Diante disso, PTB e PSD foram muitas vezes aliados políticos durante o período liberal-democrático brasileiro de 1946-1964, começando pela candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, na eleição presidencial de 1945. Aliança essa que já começou vencendo.

De acordo com o historiador Jorge Ferreira, entre 1946-1964, instaurou-se efetivamente pela primeira vez no país um regime de democracia representativa, no qual as cidadãs e os cidadãos brasileiros obtiveram acesso aos seus direitos políticos e puderam exercer, igualmente, seus direitos civis. No entanto, há um relevante debate historiográfico que problematiza a existência da experiência liberal democrática no Brasil.<sup>95</sup>

Segundo o autor são três os principais argumentos contrários a afirmação da existência do período liberal democrático: a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), imposta em 1947, no governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); o fato de as mulheres e os homens não alfabetizados continuarem sem poder votar; e, por fim, as teses tradicionais<sup>96</sup> que apontam o *populismo*, vinculado, especialmente, a figura de Getúlio Vargas e ao PTB, como principal mazela desse período.<sup>97</sup>

No livro *O populismo e sua história*, publicado em 2001, diferentes pesquisadores discutem a construção da expressão ao longo do tempo. Para Ferreira, o populismo seria uma categoria socialmente construída e, portanto, há um imaginário político e social entorno do termo.<sup>98</sup> Assim, o *populismo* é uma das imagens que mais maculam o papel da sociedade brasileira frente ao “exercício da democracia”, pois constrói o imaginário de que o povo não sabe votar e que o mesmo é uma massa de manobra moldada ao bel-prazer de “lideranças carismáticas”. Atenuando e, muitas

---

<sup>94</sup>DELGADO, op.cit., p. p. 28

<sup>95</sup>FERREIRA, Jorge. *A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos*. IN: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (Coordenador). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2013.

<sup>96</sup>Ver: JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo?*. IN: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968; WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

<sup>97</sup>FERREIRA, Jorge. *A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964)*. Op.cit.

<sup>98</sup>FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. IN: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 64

vezes, desconsiderando as lutas trabalhistas e as conquistas dos trabalhadores nesse período. Ferreira ressalta que nessa perspectiva:

A história da classe trabalhadora no Brasil, sobretudo com a ascensão de Vargas ao poder, reduz-se, assim, a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes, sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios para manipular, dominar e desvirtuar os assalariados de seus “reais” e “verdadeiros” interesses. [...] Como diz Barrington Moore Jr., não importa de onde venham as interpretações, moderadas ou revolucionárias, a história da luta dos trabalhadores por suas conquistas confunde-se com “a história da domesticação do proletariado”.<sup>99</sup>

O historiador destaca que as críticas contrárias à primeira experiência de democracia representativa no Brasil começaram ainda em 1946. Difundidas, em sua maioria, por membros mais conservadores da UDN e das Forças Armadas, os quais desqualificavam o regime devido, segundo eles, à “manipulação” e à “demagogia” de membros do PTB e do PSD, “além da ‘corrupção’ vigente no movimento sindical”.

As críticas consolidaram-se, sobretudo, após o golpe civil-militar de 1964. Pois, os principais atores políticos, que atuaram na radicalização política que levou à ruptura do regime democrático e à implementação da ditadura, construíram um imaginário negativo entorno do período de 1946-1964, com a finalidade de legitimar o golpe e o governo ditatorial. Ao mesmo tempo em que desacreditaram as conquistas dos trabalhadores e recusaram a atuação política do PTB.<sup>100</sup>

No livro *A invenção do Trabalhismo*, Angela de Castro Gomes faz um contraponto ao conceito de *populismo*, ao discutir a formação da classe trabalhadora no Brasil, buscando analisar a agência política dos trabalhadores e a influência da mesma na construção da política trabalhista, idealizada ainda no Estado Novo e defendida no período democrático, sobretudo, pelo PTB. Segundo a historiadora,

A invenção do trabalhismo e a montagem do sindicalismo corporativista, complementadas pela criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituíram as pedras de toque para a incorporação política dos trabalhadores. Contudo, a solidez desta construção, que se desencadeou já no contexto do término da Segunda Guerra Mundial e do esgotamento do regime político do Estado Novo, não pode ser entendida sem o referencial da história das condições de vida e luta dos trabalhadores brasileiros nas décadas anteriores. O sucesso do

---

<sup>99</sup> FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. Op.cit. p. 97

<sup>100</sup> FERREIRA, Jorge. *A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964)*. Op.cit.

discurso trabalhista e da organização de interesses corporativista baseou-se na re-significação de todo um elenco de demandas e de toda uma tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e da dignidade do trabalhador, desta feita enunciados e reconhecidos pelo Estado. Assim, o processo histórico pelo qual o Estado ampliou seus poderes, intervindo na sociedade através da figura política do Executivo, foi o mesmo pelo qual a classe trabalhadora ganhou o status de ator político relevante.<sup>101</sup>

Durante o período de democracia representativa, o Partido Trabalhista Brasileiro foi o partido político que mais cresceu eleitoralmente, principalmente, devido ao seu projeto político partidário, o qual visava prioritariamente às questões trabalhistas e sociais, capitalizando o apoio da classe trabalhadora. Conforme o cientista político Antônio Lavareda, os partidos políticos apresentaram diferentes desempenhos nas urnas ao longo de 1945-1963.<sup>102</sup>

O PSD que começou como uma grande força política passou a sofrer um processo de desgaste eleitoral, enquanto que, a UDN manteve certa estabilidade, “o certo é que não tem respaldo nos dados a suposição de que acompanhava o PSD no processo de declínio”.<sup>103</sup> Em comparação, o PTB teve um crescimento exponencial. Lavareda destaca que a conquista da presidência da República pelo partido teve bastante influência nisso, “a eleição de Getúlio, em 1950, bem como a posse de Goulart, agiram decisivamente em benefício do PTB”.<sup>104</sup>

De acordo com o cientista político Gláucio Ary Dillon Soares, o crescimento eleitoral do PTB poderia também ser explicado através da “contínua expansão de sua rede organizacional”.<sup>105</sup> O antigo estado do Rio de Janeiro teve um papel fundamental nesse processo de crescimento e de consolidação do partido.

### **1.1. Eleição fluminense de 1958: *robertismo***

As eleições de 1958 foi um divisor de águas para o PTB. Segundo a cientista política Maria Celina D’Araújo, em seu livro *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-1965*, a mesma não representou um crescimento eleitoral significativo, contudo, o partido trabalhista alcançou “o maior número de cargos executivos de sua história”, até

---

<sup>101</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. p. 284-285. Grifos nossos.

<sup>102</sup> LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1991.

<sup>103</sup> LAVAREDA, Antônio. Op. cit. p. 94

<sup>104</sup> LAVAREDA, Antônio. Op. cit. p. 92

<sup>105</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 67.

então.<sup>106</sup> No total foram cinco governos estaduais conquistados: Piauí – Francisco Chagas Rodrigues; Ceará – Parsifal Barroso; Amazonas – Gilberto Mestrinho; Rio Grande do Sul – Leonel Brizola; e Rio de Janeiro – Roberto da Silveira. D’ Araújo destaca que:

A política brasileira ficaria profundamente marcada pela presença desses dois governadores, com nítida vantagem para o governador gaúcho, não só pela audácia de suas decisões no governo estadual, mas sobretudo devido à morte precoce do governador fluminense em 1961.<sup>107</sup>

O desenvolvimento da carreira política de Roberto da Silveira está intrinsecamente ligado ao próprio crescimento do capital político do PTB no estado do Rio. Natural do município de Bom Jesus de Itabapoana (norte fluminense), Roberto Teixeira da Silveira, advogado por formação, construiu sua carreira acadêmica e política na capital fluminense, Niterói.

Foi líder estudantil durante o Estado Novo; participou da fundação da ala jovem do PSD, entretanto, não teve apoio do partido para concorrer a deputado estadual nas eleições de 1947. Em novembro de 1946, o jovem Roberto enviou uma carta a Amaral Peixoto, importante líder fluminense e genro de Vargas, anunciando sua saída do diretório de Bom Jesus de Itabapoana e da “chefia do movimento estudantil pessedista do Estado do Rio”.<sup>108</sup>

Já no início da ditadura estadonovista, o comandante Ernani do Amaral Peixoto assumiu a interventoria do estado e permaneceu no cargo até 1945. Em 1939, casou-se com a filha do ditador, Alzira Vargas, que na época era auxiliar de gabinete do pai. Durante a crise do Estado Novo, em 1945, Amaral Peixoto foi um dos principais fundadores do PSD.

Entre as décadas de 1930 e de 1950, o *amaralismo* foi uma importante articulação política no antigo estado do Rio. De acordo com o historiador Rafael Navarro, “mais do que um grupo, Amaral Peixoto construiu um estilo de fazer política,

---

<sup>106</sup> D’ ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação. Getulio Vargas, 1996. p. 119

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Arquivo: Ernani do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Série: psd-r - Partido Social Democrático – Regional. p. 2

compartilhado por lideranças municipais e estaduais. Podemos afirmar, a partir daí, a criação de uma cultura política amaralista”.<sup>109</sup>

Na carta, Roberto da Silveira afirma sua admiração por Amaral Peixoto, lembrando sua militância estudantil a favor do interventor do estado do Rio, “no seio da classe universitária fluminense, desde 1942”.<sup>110</sup> Sob liderança e apoio de Amaral, Roberto fundou a Frente de Juventude Fluminense, “organização pujante que congregou líderes estudantis valorosos em torno do P.S.D., oferecendo resistência à maioria udenista dentro das Faculdades e colégios niteroienses”<sup>111</sup>; escreveu discursos e artigos jornalísticos (Roberto começou sua carreira como jornalista no periódico fluminense, *Diário da Manhã*<sup>112</sup>), “defendendo lealmente os postulados pessedistas”.<sup>113</sup>

Além disso, o jovem Roberto da Silveira agradeceu pelos cargos de redator do Departamento de Imprensa e, depois, de oficial de gabinete do interventor do estado do Rio, Lúcio Martins Meira<sup>114</sup>, em 1946, que conseguiu graças à indicação de Amaral Peixoto. E também se mostrou grato pelo posto de delegado de polícia em Resende, que o pessedista indicou o seu irmão mais velho, Badger da Silveira.<sup>115</sup>

Por fim, Roberto garantiu que continuaria defendendo Peixoto, mas saía do PSD e se filiava ao PTB, devido ao seu desencantamento com

os partidos classificados pelo dr. Getúlio Vargas sob a bandeira comum da liberal democracia decadente e mistificadora do povo. O grande estadista indicou o caminho: o socialismo democrático, defendido no programa do P.T.B., longe dos extremismos e da “bulhenta democracia de canibais”.<sup>116</sup>

Em seu depoimento de história de vida, concedido em entrevista ao prof. José Ribas Vieira, entre os anos de 1981-1982, Badger da Silveira ressalta que sua família inicialmente ajudou a fundar o PSD, “Roberto participou da fundação do Partido Social Democrático aqui em Niterói, o meu pai em Bom Jesus e eu em Resende no tempo em

---

<sup>109</sup> COSTA, Rafael Navarro. *Tecendo redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo*. (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 104

<sup>110</sup> CPDOC. Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Op. cit.

<sup>111</sup> CPDOC. Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Op. cit.

<sup>112</sup> DHBB/CPDOC. *Verbetes Roberto Teixeira da Silveira*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-teixeira-da-silveira>>. Acesso em: 26/03/2018

<sup>113</sup> CPDOC. Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Op. cit.

<sup>114</sup> *A noite, O novo interventor no E. do Rio, 08/02/1946. p. 1*

<sup>115</sup> CPDOC. Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Op. cit. p. 3

<sup>116</sup> CPDOC. Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Op. cit. p. 3

que eu era delegado de polícia”.<sup>117</sup> Entretanto, o ex-governador destaca que o patriarca da família, Boanerges Borges da Silveira, mudou de ideia com relação à filiação partidária, aconselhando os filhos a filiarem-se ao PTB. Segundo relato de Badger:

[...] quando o Getúlio propôs a criação do PTB, o papai, que era getulista, escreveu uma carta para mim e uma para o Roberto dizendo que o partido a que nós devíamos nos filiar era o Partido Trabalhista Brasileiro, que se afinava com a ideologia política dele, papai. E evidentemente nós acompanhamos essa idéia.<sup>118</sup>

Na entrevista, Badger ainda destaca que seu pai era um homem atuante na política local do município de Bom Jesus de Itabapoana, chegando a exercer o cargo de vereador em Itaperuna (antes de Bom Jesus se desligar do antigo município, em 1939). O ex-governador também enfatiza que seu pai, Boanerges da Silveira, “se realizava politicamente” na figura dos filhos, “principalmente o Roberto que já estava surgindo como...”.<sup>119</sup> Badger ressalta que a migração partidária do PSD para o PTB deu-se após o ano de 1945<sup>120</sup>, indo de acordo com a data da carta enviada por Roberto à Amaral Peixoto que se encontra arquivada no acervo do CPDOC.

A partir do depoimento de Badger, pode-se observar a influência do patriarca na escolha política dos filhos. Mas também, como a família encaminhava-se para construir uma espécie de “ramo” político dos “Silveira’s” na política brasileira. Todos os filhos homens de Boanerges da Silveira, Badger, José e Roberto, filiaram-se ao PTB e exerceram cargos públicos e políticos importantes ao decorrer de 1946-1964. Sendo o principal representante dessa “linhagem”, o filho caçula, Roberto, o qual carregava sobre si todas as expectativas políticas da família, especialmente, do patriarca, como podemos ver no relato de Badger.

O cientista político Gláucio Soares ressalta que o PSD (1945-1964) era um partido que primava pela experiência, isto é, “o progresso dependia da habilidade de angariar votos e do tempo de serviço. [...] Poucos foram os pessedistas que chegaram jovens à cúpula partidária”.<sup>121</sup> No PTB, Roberto teria maiores chances. E de fato, o

---

<sup>117</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 1

<sup>118</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 2

<sup>119</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 2

<sup>120</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 1 e 2

<sup>121</sup> SOARES, Gláucio. op. cit. p. 87

político fluminense teve uma ascensão meteórica, tornando-se uma referência nacional do partido, antes mesmo de completar quarenta anos.<sup>122</sup>

Roberto da Silveira elegeu-se deputado estadual do estado do Rio por dois mandatos consecutivos, nas eleições de 1947 e de 1950. Porém, se afastou do cargo no segundo mandato para ser secretário de Interior e Justiça do governo fluminense entre 1951-1954; e em 1954, com apenas 31 anos, concorreu ao cargo de vice-governador pela chapa Miguel Couto Filho (PSD) – Roberto da Silveira (PTB).<sup>123</sup>

Ambos foram eleitos, mas Silveira teve o maior número de votos. Vale ressaltar que naquela época as eleições para governador e vice-governador eram independentes uma da outra, assim como, presidente e vice-presidente.<sup>124</sup> No município de Campos, por exemplo, Silveira obteve 18.420 votos, enquanto que Miguel Couto conseguiu 16.734.<sup>125</sup> Isso nos mostra que gradativamente a força política do PSD estava decaindo no estado do Rio, enquanto que a força do PTB estava crescendo em comparação.

Em 1950, Amaral Peixoto (PSD) candidatou-se ao governo fluminense com o apoio do PTB e outros partidos, vencendo as eleições.<sup>126</sup> Foi no governo Peixoto (1951-1954) que Roberto da Silveira exerceu o cargo de secretário de Interior e Justiça.<sup>127</sup> Dessa forma, o trabalhista continuou mantendo uma relação muito próxima com Amaral e o PSD.

No entanto, o enfraquecimento do *amaralismo* deu-se na eleição estadual de 1958, exatamente com a vitória de Roberto. O então vice-governador (1954-1958) desfez a histórica aliança política entre PTB e PSD, no estado do Rio, desincompatibilizando-se do cargo para disputar as eleições para o governo fluminense. Contrariando, assim, os interesses políticos de Amaral Peixoto que lançou o deputado Getúlio Barbosa de Moura como candidato a governador e o deputado Celso Peçanha como vice, pela legenda pessedista.

Numa análise posterior, em seu depoimento para o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, “criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado

---

<sup>122</sup> Roberto da Silveira não chegou a fazer 40 anos. Pois, morreu em 1961, após um trágico acidente de helicóptero, com 38 anos.

<sup>123</sup> LORETTI, Jorge; FARIAS, Ignez Cordeiro de. *Jorge Loretti: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, Assembléia Legislativa do Estado, 2001.

<sup>124</sup> LAVAREDA, Antônio. Op. cit.

<sup>125</sup> *O Fluminense, Encerrada, ontem, a apuração em Campos, 07/11/1954, p. 6*

<sup>126</sup> COSTA, Rafael Navarro. *(Re) definindo práticas: Amaral Peixoto e a política fluminense no período democrático*. IN: CÔRTE, Andréa Telo (org.). *Amaral Peixoto: história, memória, política*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012

<sup>127</sup> LORETTI, Jorge. Op. cit., p. 56

do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC”, o desembargador Jorge Loretto, ex-chefe do gabinete civil dos governos dos irmãos Silveira (Roberto 1958-1961; Badger 1962-1964) e ex-membro da UDN, destaca que:

[...] logo após ser eleito vice-governador, Roberto já começou a preparar sua candidatura ao governo. Argumentava que o PTB já dera o vice de Amaral, Tarcísio Miranda, e o de Miguel, que era ele próprio; em 1958 chegara a vez de dar o cabeça da chapa. Isso ficou mais forte em seu ânimo tempos depois, quando começou a perceber que Amaral pretendia ser candidato a senador.<sup>128</sup>

O PTB fluminense, visando garantir a eleição de Roberto para governador e derrotar o gigante PSD, aliou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC), ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social Progressista (PSP) e a União Democrática Nacional, formando “uma ampla coligação de forças, denominada ‘coligação popular-nacionalista’”.<sup>129</sup> A UDN também se aliou ao PTB, na eleição estadual do Piauí, elegendo Francisco Chagas. A candidatura de Roberto também contou com o apoio do então Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>130</sup> que se encontrava na ilegalidade desde o governo Dutra (1946-1951).<sup>131</sup>

Percebe-se, portanto, como as relações e alianças políticas variavam conforme as especificidades e as necessidades de cada município e estado brasileiros. As prerrogativas nacionais dos partidos políticos influenciavam, mas o que prevalecia nas eleições municipais e estaduais era a lógica local e regional. Daí a aliança entre PTB e UDN fluminenses para eleger Roberto da Silveira, com o apoio do PCB. Sendo o principal objetivo do acordo a quebra da hegemonia pessedista no estado do Rio. Ademais, segundo a socióloga Maria Victoria Benevides, durante as eleições de 1958:

a UDN inaugura uma nova política de acordos e coligações estaduais, como a única fórmula de vitória, “sem sacrifício da linha estratégica do partido”, como acentuava Juraci Magalhães, defensor convicto dos

---

<sup>128</sup> LORETTI, Jorge. op. cit., p. 67

<sup>129</sup> GRZYNSZPAN, Mário. *A mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, 1987. Disponível em: <[http://nmspp.net.br/arquivos/para\\_leitura/conflitos\\_no\\_campo\\_no\\_rj/Mobilizacao%20camponesa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf](http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/conflitos_no_campo_no_rj/Mobilizacao%20camponesa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf)> Acesso em: 15/06/2016. p. 250

<sup>130</sup> Entre 1922-1961, o partido respondia por esse nome. Contudo, em 1961, passa a chamar-se Partido Comunista Brasileiro. Cf. DHBB-CPDOC. Verbete Partido Comunista Brasileiro (PCB). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 25/01/2019

<sup>131</sup> GRZYNSZPAN, Mário. Op.cit.

acordos, obedecendo “as realidades locais onde as coligações são inevitáveis. Vivas os acordos! Os acordos são feitos para se evitar as derrotas gloriosas!” (19/06/1958, Arquivo UDN)<sup>132</sup>

A coligação popular-nacionalista formou a chapa Roberto da Silveira (PTB) – Paulo Araújo (UDN), tendo Miguel Couto como candidato a senador pelo PSP. Silveira ganhou a eleição, no entanto, Araújo, secretário-geral da UDN, perdeu para o pessedista Celso Peçanha. Com a vitória de Roberto, o PTB derrotou o PSD e atenuou as forças do *amaralismo/pessedismo* no estado do Rio, construindo uma nova articulação política, entorno de Roberto, conhecida como *robertismo*.<sup>133</sup> Conforme as memórias de Jorge Loretti, o ponto forte de Roberto era a “campanha pessoal: corpo-a-corpo, viagens, comícios, muitos comícios”.<sup>134</sup>

Em seu depoimento, Badger da Silveira destaca que seu irmão era “um líder absoluto”, não em termos “absolutistas”, mas que transmitia confiança a todos os seus correligionários. “Todos acreditavam na capacidade de liderança do Roberto. E o Roberto tinha uma coisa muito interessante: ele não resolvia nada sozinho. Ele podia ter um ponto de vista sobre determinado assunto político, mas antes ele ouvia todos os companheiros [...]”.<sup>135</sup>

O ex-governador também destaca a popularidade de Roberto, afirmando que ele gostava do “contato pessoal” com seu eleitorado, “se tinha uma seresta ele ia para lá, pegava o violão e tocava. E se tinha uma feijoada, ele ia lá e participava, sempre com a maior intimidade com todos”.<sup>136</sup> Saudosista, Badger afirma que seu irmão “era um homem extraordinário, fora de série como se diz”.<sup>137</sup> Fomentando, assim, intencionalmente ou não, o mito entorno da figura de Roberto da Silveira.

## 1.2. Ascensão e Morte de Roberto da Silveira

Conhecido pelo seu carisma político, Roberto da Silveira representava uma geração de políticos petebistas interessados numa agenda mais reformista, os quais conquistaram força, sobretudo, após a corrida eleitoral de 1958. De acordo a

---

<sup>132</sup> BENEVIDES, op. cit., p. 105

<sup>133</sup> LORETTI, Jorge. Op. cit.

<sup>134</sup> LORETTI, Jorge. Op. cit., p. 72

<sup>135</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 6

<sup>136</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 6

<sup>137</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 6

historiadora Lucília Delgado, o grupo reformista de maior relevância dentro do partido foi o “Grupo Compacto”, o qual defendia “a adoção, pelo PTB, de um programa mais a esquerda, voltado para a defesa das reformas de base”.<sup>138</sup> Os membros desse grupo faziam parte, majoritariamente, da ala jovem do partido.

Segundo Maria Celina D’ Araújo, a formação desse grupo não causou nenhuma dissensão dentro do PTB, uma vez que, suas demandas foram incorporadas pelos dirigentes sem qualquer tipo de represália aos membros. “A exemplo do que ocorria no PSD, com a formação da Ala Moça, e na UDN, com a Bossa Nova, um grupo de parlamentares aparecia dentro do PTB como porta-voz de uma postura mais agressiva em termos programáticos”.<sup>139</sup>

Lucília Delgado destaca que o PTB no final da década de 1950 passou a assumir uma “posição de destaque e, pela primeira vez, com condições reais de hegemonia dentro da aliança partidária com o PSD”.<sup>140</sup> Esse período também foi marcado pelo processo de radicalização política dentro do partido, levando ao enfraquecimento da relação entre os dois partidos.

A crescente aproximação do PTB com o campo e suas demandas políticas agravava os ânimos políticos entre petebistas e pessedistas que nunca tiveram “uma trajetória [...] livre de contradições e conflitos”.<sup>141</sup> A demanda dos petebistas reformistas pela reforma agrária não agradava a ala conservadora do PSD, ligada historicamente as oligarquias rurais. Diante disso, os pessedistas conservadores ensaiaram uma aproximação com a oposicionista e também conservadora UDN.<sup>142</sup>

O presidente Juscelino Kubitschek (PSD - 1956-1961) chegou a cogitar a endossar o udenista Juracy Magalhães como o seu sucessor no pleito de 1960. Contudo, o nome de Juracy foi superado pelo apelo popular do pré-candidato Jânio Quadros que garantiu o apoio da UDN nacional, levando Kubitschek a apoiar a candidatura do marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott.<sup>143</sup>

Nessa conjuntura, Roberto da Silveira fazia parte da ala reformista do PTB. O historiador Mário Grynszpan destaca a atuação do governador trabalhista nas disputas por terras na região fluminense, colocando-se em defesa de posseiros ainda durante sua campanha em 1958:

---

<sup>138</sup> DELGADO, Lucília. Op. cit., 205

<sup>139</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit., p. 120

<sup>140</sup> DELGADO, Lucília. Op. cit., 217

<sup>141</sup> DELGADO, Lucília. Op. cit., 218

<sup>142</sup> DELGADO, Lucília. Op. cit.

<sup>143</sup> BENEVIDES Apud DELGADO, Lucília. Op. cit.

Os conflitos de terra ocorridos na Baixada foram um dos focos de atenção básicos do governador Roberto Silveira já durante a sua campanha, falando a camponeses da região de Pedra Lisa, Roberto havia prometido a proteção dos posseiros e a reforma da estrutura agrária do estado. Para tanto, enviou para a apreciação da Assembléia Legislativa, no dia 30 de abril de 1959, o Projeto nº 255-59 que instituiu o Plano Piloto de Ação Agrária.<sup>144</sup>

De acordo com D' Araújo, um grupo ligado aos governadores Roberto da Silveira e Leonel Brizola defendia, inicialmente, que o PTB lançasse candidatura própria<sup>145</sup>, argumentando que “o PTB já tinha amadurecido o suficiente para não ser mais caudatário do PSD”.<sup>146</sup> Ambos os políticos faziam parte da ala jovem do partido e despontavam como importantes lideranças reformistas. Por sua vez, Brizola caminhava gradualmente em direção a radicalização política, tornando-se “um dos líderes da esquerda nacionalista”.<sup>147</sup>

Numa trajetória política até então muito similar a de Roberto da Silveira, Leonel de Moura Brizola filiou-se ao PTB em agosto de 1945. Em 1947, elegeu-se deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Casou-se com Neusa Goulart, irmã do também líder petebista João Belchior Marques Goulart, em 1950. Foi eleito governador sul-riograndense no relevante pleito de 1958.<sup>148</sup>

O nome escolhido por Roberto e Brizola para concorrer à presidência, em 1960, foi o do então vice-presidente brasileiro João Goulart (1955-1961), cunhado de Brizola, que também era presidente nacional do PTB e principal liderança trabalhista no país, após a morte de Vargas. No entanto, a tese da candidatura própria foi derrotada pela Frente Parlamentar Nacionalista.<sup>149</sup>

---

<sup>144</sup>GRYNSZPAN, op.cit., p. 251

<sup>145</sup>D' ARAÚJO, Maria Celina. Op.cit., p. 125.

<sup>146</sup>D' ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit., p. 133

<sup>147</sup> DHBB-CPDOC. *Verbetes Leonel Brizola*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>>. Acesso em: 15/06/2018

<sup>148</sup> A crise política de 1961 consolidou a liderança de Brizola. O político gaúcho foi responsável pela resistência política que garantiu a posse de João Goulart na presidência da República em agosto de 1961. Em 1962, foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara, registrando o maior número de votos vistos até então, intensificando sua luta pela implementação das reformas de base, especialmente, a agrária, “na lei ou na marra”. No auge da radicalização política, Brizola foi responsável pela criação do “Grupo dos Onze Companheiros”.

<sup>149</sup> Cf. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)*. In: Ferreira, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.) *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

A FPN defendia o nome do marechal Lott para a presidência.<sup>150</sup> Enquanto que Goulart concorreu à vice-presidência novamente. O irmão do meio de Badger e de Roberto, o médico José Teixeira da Silveira, deputado federal pelo Paraná (PTB), foi um dos membros da FPN.<sup>151</sup>

Nota-se, portanto, que essa linha de pensamento defendida por Roberto e Brizola sobre a necessidade de candidatura própria petebista era bastante condizente com a própria trajetória de Roberto para o governo do estado do Rio. Silveira dissolveu a costumeira aliança PSD-PTB, dando bases para o fortalecimento do PTB no território fluminense e para o desenvolvimento de uma nova articulação política entorno do trabalhismo e da família Teixeira da Silveira.

Após o PTB fechar questão sobre apoiar o marechal, em 1959, Roberto da Silveira deu todo seu apoio à chapa Lott-Jango. De acordo com o relato de Badger da Silveira, “Roberto se empenhou vivamente na campanha do Lott. Ele percorreu o estado do Rio, onde ele podia levar o marechal ele levava, fazia discurso, fazia apelo em favor da candidatura dele”.<sup>152</sup>

Em seu depoimento, Badger da Silveira destaca que em determinado momento da campanha, Jânio teria ido ao Palácio do Ingá e durante o encontro teria pedido o apoio de Roberto. Pedido esse que foi recusado. De acordo com Badger, Roberto teria dito a Jânio:

Olha, para mim a coisa mais fácil seria fazer o senhor ganhar aqui no estado do Rio. Eu não precisaria nem sair do palácio. Bastaria me omitir e o senhor venceria as eleições aqui. Mas eu tenho esse compromisso, compromisso partidário, compromisso de honra em defender a candidatura do Lott e não posso.<sup>153</sup>

Devido à recusa, Jânio teria feito ameaças políticas ao seu irmão. Porém, Roberto continuou recusando endossar o candidato da UDN. Conforme o relato de Badger, “O resultado foi que o estado do Rio foi o único estado em que o marechal Lott

---

<sup>150</sup>D' ARAÚJO, Maria Celina. Op.cit.

<sup>151</sup> DELGADO, Lucília. Op. cit., 208; DHBB/CPDOC. *Verbete José Teixeira da Silveira*. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-teixeira-da-silveira>>. Acesso em 15/06/2018

<sup>152</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 13

<sup>153</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 14

ganhou as eleições, em todo o Brasil. E ganhou por muito pouco, ganhou por quatro mil e tantos votos do Jânio Quadros”.<sup>154</sup>

Na visão de Badger, o marechal Henrique Teixeira Lott teria sido “um candidato difícil”<sup>155</sup>, pois “não tinha nenhuma cancha de político para disputar uma eleição”.<sup>156</sup> Resumindo, o marechal não tinha carisma político, fato esse também comentado por Jorge Loretti em seu depoimento.<sup>157</sup> Em comparação, Jânio Quadros seria, segundo o relato de Badger, “um homem de uma inteligência invulgar, um homem extraordinário”<sup>158</sup> e por isso teria tido facilidade para ganhar a eleição presidencial, derrotando Lott.

Paralelamente às discussões na política nacional, o governo Roberto da Silveira foi marcado pela deflagração da Revolta das Barcas, em maio de 1959. Segundo o cientista político Edson Nunes, a barca era o único meio de transporte público responsável por fazer uma ligação rápida e direta entre o distrito federal e a capital fluminense e suas adjacências. Porém, o serviço prestado pela concessionária era ineficiente, os atrasos constantes e as imensas filas mudavam constantemente a rotina trabalho-casa/casa-trabalho dos trabalhadores e demais usuários.<sup>159</sup>

Vale destacar, que o governo estadual sofria as consequências do rompimento PTB e PSD e da aliança atípica entre PTB e UDN, na eleição estadual de 1958. Nesse contexto, o empresário José Carreteiro, dono do Grupo Carreteiro, que tinha o direito de concessão das barcas Niterói - Rio (Frota Barreto), era ligado a Amaral Peixoto, “chegando mesmo a patrocinar comícios pessedistas dentro do estaleiro”.<sup>160</sup> O PTB fez várias tentativas de aproximação com o Grupo Carreteiro, mas todas foram rechaçadas, pois a “liderança do grupo repudiava o trabalhismo”<sup>161</sup>, haja vista a relação próxima entre o partido e os sindicatos, especialmente, dos marítimos na capital fluminense.

O estopim que ocasionou à revolta foi a greve dos funcionários do Grupo Carreteiro, a qual levou a paralisação do serviço das barcas. Por sua vez, a paralisação

---

<sup>154</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 14

<sup>155</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 14

<sup>156</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 13

<sup>157</sup> LORETTI, Jorge. Op. cit.

<sup>158</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 14

<sup>159</sup> NUNES, Edson de Oliveira. *A revolta das barcas: populismo, violência e conflito político*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

<sup>160</sup> NUNES, Edson de Oliveira. Op. cit. p.66

<sup>161</sup> Idem.

acirrou os conflitos entre estado x empresa; empresa x sindicato; estado x população, culminando no quebra-quebra da estação de barcas, em Niterói, por parte da população e o choque entre a população e os militares que foram convocados pelo governador.<sup>162</sup>

A revolta das barcas é um dos emblemáticos acontecimentos da história do tempo presente<sup>163</sup> que marcam a memória fluminense, juntamente com a morte do governador Roberto da Silveira, em fevereiro de 1961 e o incêndio do *Gran Circus* Norte-Americano<sup>164</sup> em dezembro do mesmo ano.

No dia 20 de fevereiro de 1961, Roberto sofreu um grave acidente aéreo, em Petrópolis, ao ir visitar famílias e feridos desabrigados após uma enchente na região do rio Pomba e do rio Paraíba. Durante o período em que ficou hospitalizado, na mesma cidade em que ocorreu o acidente, a unidade de saúde recebeu milhares de visitantes a procura de notícias e para prestar solidariedade ao jovem governador.<sup>165</sup>

Dentre os visitantes estava o polêmico governador carioca Carlos Lacerda (UDN) que, na ocasião, foi recebido por Badger da Silveira e Jorge Loretti. Em sua visita, Lacerda declarou que “o povo da Guanabara está sofrendo e vivendo as apreensões da família fluminense, bem como rezando pelo pronto restabelecimento do governador fluminense”.<sup>166</sup>

A Assembleia Legislativa do estado do Rio entrou em recesso logo após o acidente de Roberto. Segundo reportagem do *Correio da Manhã*, buscando evitar que o vice Celso Peçanha assumisse o governo.<sup>167</sup> Por sua vez, essa manobra não atenuou a disputa entre governistas e opositoristas, os quais debatiam o afastamento ou não de Roberto da Silveira do cargo.

Conforme o jornal *Diário Carioca*, que perdeu o jornalista Luís Paulistano no acidente<sup>168</sup>, o líder da maioria na Assembléia, o deputado Palmir Silva, companheiro de Roberto desde os tempos de militância estudantil<sup>169</sup>, afirmou que:

---

<sup>162</sup> NUNES, Edson de Oliveira. Op. cit.

<sup>163</sup> Ver mais: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014; FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Disponível em: < [http://revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf](http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf)>. Acesso em: 01/09/2017

<sup>164</sup> Ver: KNAUSS, Paulo. *A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea — o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a03v5327.pdf>>. Acesso em: 18/05/2017

<sup>165</sup> *Diário Carioca*, *Acidente com Roberto abalou todo o Brasil*, 23/02/1961, p. 5

<sup>166</sup> *Diário Carioca*, *Lacerda e o filho visitaram Roberto*, 23/02/1961, p. 5

<sup>167</sup> *Correio da Manhã*, *Mundo Político: Acidente com Roberto causa pânico no PTB*, 22/02/1961, p. 14

<sup>168</sup> *Diário Carioca*, *Conclave da imprensa no adeus a Paulistano*, 22/02/1961, p. 5

<sup>169</sup> CPDOC. Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Série: psd-r - Partido Social Democrático – Regional. p. 2

Se houver necessidade, de fato, do afastamento do governador, pouparemos êsse trabalho à Oposição. O próprio governador tomará a iniciativa de apresentar um pedido de licença. Dentro da situação atual, no entanto, não se pode cogitar de afastamento, pois o governador Roberto Silveira está lúcido e comanda tôda a máquina administrativa fluminense.<sup>170</sup>

De acordo com o depoimento de Jorge Loretti, que permaneceu na casa de saúde ao lado dos familiares de Roberto, o estado de saúde do governador era crítico, mas:

[...] o grande queimado ilude muito. A imprensa noticiou os prognósticos médicos, mas também noticiou que ele permanecia lúcido. Os médicos diziam o seguinte: ‘Por todos os estudos feitos, quem tem uma queimadura extensa, atingindo mais de 50% do corpo, não tem condições de sobrevivência’. E ele tinha cerca de 70%. Mas não posso negar que todos alimentávamos a esperança de que, por ser muito moço e sadio, Roberto pudesse reagir. Agora do ponto de vista da opinião pública, passado o primeiro impacto, o do acidente, passadas as primeiras mortes, que ocorreram no mesmo dia, como Roberto sobreviveu as pessoas achavam que poderia se recuperar. A verdade é que ele durou essa semana inteira, lúcido até quase o final. Isso ilude muito, dá a impressão de que a pessoa está se recuperando. e Roberto, cheio de otimismo, era o próprio sentimento de recuperação e de vida, porque era um homem cheio de energia, de planos para o futuro.<sup>171</sup>

O governador veio a falecer no dia 28 do mesmo mês, com apenas 38 anos, comovendo o estado do Rio. Seu enterro foi uma demonstração da força política que Roberto da Silveira detinha no território fluminense. Segundo o periódico *A Noite*, “Caminhando nas ruas o povo não escondia sua dor. Em cada fisionomia, lia-se o sentimento que ia em cada coração. O comércio foi fechado e a cidade parou, praticamente”.<sup>172</sup> O operário Manoel Santos, que desmaiou ao saber do falecimento de Roberto, declarou ao *Correio da Manhã* que “os trabalhadores haviam perdido um grande amigo”.<sup>173</sup>

Nessa conjuntura de dor e de pesar, o então presidente da República, o udenista Jânio Quadros (1961), “decretou luto oficial por 3 dias em todo o território nacional”.<sup>174</sup> Com a morte de Silveira, o seu vice, o pessedista Celso Peçanha, assumiu o governo do

---

<sup>170</sup> *Diário Carioca*, Governador continuará no exercício do cargo, 23/02/1961. p. 5

<sup>171</sup> LORETTI, Jorge. Op. cit. p. 97-98

<sup>172</sup> *A Noite*, Cobre-se de luto o Estado do Rio com a morte do seu líder, 01/03/1961. p. 11

<sup>173</sup> *Correio da Manhã*, Multidão invadiu o Ingá para últimas homenagens ao governador fluminense, 01/03/2017. p.16

<sup>174</sup> *Correio da Manhã*, Sepultamento hoje, às 11 horas, do governador Roberto Silveira, 01/03/2017. p. 16

estado do Rio. Em um discurso dirigido ao povo fluminense, Peçanha lamentou a perda de Roberto e declarou que:

Emocionado, a todos vós me dirijo, sem distinção de classes, credos ou raças, com palavras que busco no fundo meu coração, para manifestar os meus dolorosos sentimentos pelo falecimento prematuro do Governador Roberto Silveira, roubado ávida em circunstâncias tão trágicas, quando maiores eram as esperanças em seu idealismo de homem público de acentuadas qualidades e no seu dinamismo de administrador que não poupava esforços para atender à confiança nele depositada.

A dor a todos abatendo, os fluminenses se unem à ilustre família enlutada e todos juntos, num só pensamento, a Deus sevolvem na oração mais fervorosa pela glória eterna de alma tão grande.<sup>175</sup>

Em nota oficial, a seção fluminense do PSD também demonstrou seu desalento, enfatizando que estava: “profundamente consternada pelo falecimento do Governador ROBERTO SILVEIRA, junta o seu pesar ao de todo o povo do estado do Rio que, nesta hora, pranteia o baquear de uma figura moça a quem a vida ainda reservaria grandes triunfos”.<sup>176</sup>

Em sua entrevista, Badger da Silveira destaca que durante suas viagens de carro para a Brasília após a morte de Roberto teria se deparado com várias demonstrações de pesar. Como podemos ver no trecho a seguir: “E quantos lugares eu passei, em Minas, em Goiás, em que eu parava para almoçar ou qualquer coisa, o sujeito via a chapa do carro e logo perguntava, sabia que eu era irmão do Roberto, me abraçava e chorava. Gente que nunca tinha visto o Roberto!”.<sup>177</sup> Vê-se, assim, como o falecimento de Roberto da Silveira foi um marco não só na política fluminense, mas também nacional.

### 1.3. “Badger o continuador”<sup>178</sup>

O governo de Celso Peçanha (1961-1962) foi marcado pela contínua disputa política entre PSD e PTB fluminenses. Em sua declaração de posse, o novo governador comentou as diferenças políticas presentes no estado do Rio:

---

<sup>175</sup> CPDOC. Arquivo PSD antigo RJ. PSD/R de 1961.03.01/1. 01/03/1961.

<sup>176</sup> CPDOC. Arquivo PSD antigo RJ. PSD/R de 1961.03.01/2

<sup>177</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 16

<sup>178</sup> *Última Hora, Primeiro pronunciamento da viúva do governador fluminense quarenta dias depois do trágico acidente de helicóptero, 12/04/1961. p. 5*

Esta é a hora de dor, é a hora de altas responsabilidades. Fiquem, pois, superadas quaisquer divergências de ordem partidária ou doutrinária e a mim todos ajudem na tarefa que terei de não faltar à memória de Roberto Silveira e às tradições de honra, de generosidade e compreensão de nossa terra e de nossa gente.<sup>179</sup>

Conforme o *Diário Carioca*, apesar da declaração, os trabalhistas imediatamente tornaram-se oposição ao governo peessedista.<sup>180</sup> Porém, partidos membros da coligação popular-nacionalista, como o PDC<sup>181</sup>, apoiaram o governo Peçanha em troca de secretarias.

Para além da disputa já comentada entre PTB e PSD fluminenses, o motivo do PTB tornar-se oposição, segundo o periódico *Diário Carioca*, foram denúncias efetuadas sobre um possível golpe orquestrado por Peçanha e seus aliados, nos últimos dias de vida de Roberto da Silveira<sup>182</sup>, considerado “o mais categorizado líder do PTB depois do sr. João Goulart”.<sup>183</sup> Tentativa de golpe que foi denunciada pelo deputado peessedista Vasconcelos Torres e pelo deputado udenista Simão Mansur<sup>184</sup>, gerando maior instabilidade política no governo fluminense.

Todavia, a decisão do partido em virar oposição não foi bem vista por todos os membros, provocando uma crise entre os petebistas fluminenses. Os principais políticos “adesistas” eram o deputado estadual Daso Coimbra e o deputado federal Jonas Bahiense.<sup>185</sup> Essa disputa dentro do partido levou a expulsão de Coimbra, que se transferiu para o PSD.<sup>186</sup> De acordo com *O Jornal*, Daso Coimbra declarou que sua saída devia-se ao fato de que:

Uma minoria partidária monopolizou o governo Roberto Silveira, enquanto vivo, e tenta agora explorar impiedosamente a figura morta do ilustre líder trabalhista, atitude que está colocando a cúpula partidária completamente divorciada dos interesses da massa trabalhadora.<sup>187</sup>

---

<sup>179</sup> CPDOC. Arquivo PSD antigo RJ. PSD/R de 1961.03.01/1. 01/03/1961. ; *O Fluminense*, Afirma Celso Peçanha: “não faltarei à memória de Roberto Silveira”, 01/03/1961. p. 1

<sup>180</sup> *Diário Carioca*, PTB não aceita barganha com Celso: será oposição, 03/03/1961. p. 5

<sup>181</sup> *Diário Carioca*, P.D.C. também aderiu, 07/03/1961. p. 5

<sup>182</sup> *Diário Carioca*, Celso convidou secretários para dar o “golpe branco”, 26/02/1961. p. 5

<sup>183</sup> *Correio da Manhã*, Mundo Político: Acidente com Roberto causa pânico no PTB, 22/02/1961. p. 14

<sup>184</sup> *Diário Carioca*, Deputado confirma que Celso tramou golpe contra Roberto, 25/02/1961. p. 5

<sup>185</sup> *O Jornal*, Deputados contestam, 15/03/1961. p. 3

<sup>186</sup> *Diário Carioca*, PTB expulsou Daso Coimbra, 17/03/1961. p. 5

<sup>187</sup> *O Jornal*, Coimbra deixou o PTB, 16/03/1961. p. 3

Sendo essa uma evidente crítica a ala do partido que apoiava Badger da Silveira, irmão mais velho de Roberto e presidente em exercício da seção fluminense do PTB. Por outro lado, em março de 1961, Jonas Bahiense publicou um telegrama em apoio a Badger, atenuando, momentaneamente, o movimento adesista. O deputado, em seu telegrama, salientou que:

No intuito de desfazer dúvidas instigadas por elementos interessados em cavar desunião dentro do partido, informo ao estimado companheiro que estou disposto aos maiores esforços em favor da consolidação de sua candidatura. Temos o dever de somar forças, e se o PTB seguir um caminho de equilíbrio, firmeza e prudência, o trabalhismo não perderá a liderança política do Estado.<sup>188</sup>

Essa postura de Bahiense ia de encontro com a posição tomada pelo partido, na reunião da Comissão Executiva trabalhista fluminense, realizada no início de março de 1961, da qual saiu à seguinte nota oficial:

A Comissão Executiva do PTB fluminense, deputados federais e a bancada da Assembléia Legislativa do Estado, em reunião realizada hoje, sob a presidência do ministro Badger Silveira, examinando a situação política que se criou com o falecimento do seu líder e chefe, o governador Roberto Silveira, deliberou por unanimidade, que o partido unido e coeso, sob os ideais daquele que foi o maior líder popular da história da política fluminense, manter-se-á vigilante na defesa da obra e dos ideais do seu chefe, tão trágicamente desaparecido.

Resolveu, também, louvar a atitude de seus companheiros deputados Augusto De Gregório, Paiva Muniz e Álvaro Fernandez, que decidiram colocar a decisão do problema sucessório nas mãos do presidente do Partido, demonstrando, assim o seu alto desprendimento.<sup>189</sup>

Já em seu depoimento, Badger afirma que depois da missa de sétimo de Roberto teria convocado uma reunião com diferentes setores do partido, durante a qual teria aceitado efetivamente o cargo de presidente do PTB fluminense, sob as seguintes condições: 1º- o partido deveria votar uma moção, dando um voto de confiança ao governador Celso Peçanha; 2º- o partido não aceitaria qualquer cargo no novo governo estadual, “para poder criticar aquilo que não estivesse de acordo com os interesses do povo fluminense e aplaudir tudo aquilo que fosse do interesse do povo, principalmente a

---

<sup>188</sup> *Diário Carioca, Adesistas isolados: Jonas apóia Badger, 19/03/1961. p. 5*

<sup>189</sup> *Diário Carioca, PTB não aceita barganha com Celso: será oposição, 03/03/1961. p. 5*

continuação das obras que o Roberto tinha iniciado”.<sup>190</sup> O ex-governador ressalta que sua proposta foi aceita a base de aplausos.<sup>191</sup>

Conforme o relato de Badger, ele só teria tomado essa decisão após uma conversa com Jonas Bahiense. Logo depois da morte de Roberto, o deputado federal teria o procurado e dito para que ele apoiasse Celso Peçanha, “porque o PTB jamais repetiria a façanha do Roberto”.<sup>192</sup>

Badger ressalta que teria ficado muito chocado com a proposta, sobretudo, porque Bahiense teria afirmado que já tinha conversado com Peçanha e feito um acordo com o novo governador. No qual se previa que Bahiense iria assumir a secretária de Transportes, além de ter:

o controle do Departamento de Estradas de Rodagem, o Jaime Bittencourt iria para a secretaria de Educação e o Álvaro Fernandes teria um posição também dentro do governo do Celso, já estava tudo combinado. E que eu deveria então ser o presidente do partido para poder aceitar esses acordos em nome do partido.<sup>193</sup>

Após sua proposta ser aceita na reunião com “as bases do partido, da bancada federal, bancada estadual, prefeitos etc.”<sup>194</sup>, Badger enfatiza que Jonas Bahiense teria ficado seu inimigo. “Não só adversário, mas inimigo. Rompeu com o partido e foi ser o secretário de Transportes do governo Celso Peçanha”.<sup>195</sup> Veremos que a saída de Bahiense só aconteceu mais para frente, durante a campanha eleitoral, em 1962.

Ao analisar essas fontes, tanto as reportagens dos jornais quanto o depoimento de Badger, percebe-se que a principal questão abordada nelas é que com a morte de Roberto da Silveira abriu-se uma lacuna de poder dentro da seção fluminense petebista. E que isso gerou disputa dentro do partido. É exatamente esse “vácuo” que Badger da Silveira preenche ao ser o mais cotado para substituir seu irmão no comando efetivo do PTB do estado do Rio, sendo também apontando como principal nome para concorrer à eleição estadual de 1962.

---

<sup>190</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 17

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 17

<sup>193</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 17

<sup>194</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 17

<sup>195</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 17

Em seu relato, Badger destaca que seu nome como candidato teria surgido já nessa primeira reunião da cúpula do PTB fluminense. Todavia, ele não teria aceitado de imediato. “Pela Constituição eu era inelegível pelo fato de ser irmão do Roberto. [...] Eu pessoalmente achava isso. Mas achava também que não devia dizer que não queria de maneira nenhuma porque já tinha 10 candidatos pretendentes ao governo do estado.”<sup>196</sup> O ex-governador acrescenta que a sua candidatura “podia pelo menos transitoriamente caminhar para a consolidação de uma liderança no partido capaz de impedir o esfacelamento do partido com a morte do Roberto”.<sup>197</sup>

Ponto esse também comentando por Jorge Loretti em sua entrevista. Na qual destaca que após a morte de Roberto da Silveira, o PTB fluminense tinha vários nomes disponíveis dentro do partido para disputar a eleição estadual de 1962, dentre eles:

Bocaiúva Cunha ligado ao Samuel Wainer – fora um dos diretores da Última Hora –, homem de alto relacionamento social e político, com grande tradição no Estado do Rio, porque era filho de Ranulfo Bocaiúva, ex-prefeito de Niterói, e bisneto de Quintino Bocaiúva, ex-presidente do estado na República Velha. [...] A segunda figura era o deputado Augusto de Gregório, diretor da *Folha Carioca* e muito ligado a Ricardo Jafet, ex-presidente do Banco do Brasil. O terceiro era Paiva Muniz, que no princípio era mais moderado, mas no final aproximou-se muito dos grupos radicais [...]. Mas, apesar de tudo, Badger conseguiu controlar o partido e na convenção foi escolhido candidato a governador.<sup>198</sup>

De acordo com o depoimento do jornalista Rogério Coelho Neto<sup>199</sup>, ao Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, Roberto não teria preparado nenhum sucessor ao longo de seu mandato. Sendo assim, o PTB teria optado por “trazer uma pessoa da família”.<sup>200</sup> Em suas memórias, Jorge Loretti ressalta que Badger “deveria ser candidato para provocar uma certa ressurreição nos sonhos que tinham unido aquelas pessoas em torno do nosso chefe maior, que fora Roberto”.<sup>201</sup>

---

<sup>196</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 21

<sup>197</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 21 e 22

<sup>198</sup> LORETTI, Jorge. op.cit., p.112

<sup>199</sup> Trabalhou em diversos jornais que circulavam na capital fluminense durante as décadas de 1950 e 1960, dentre eles: *Diário do Comércio* e *Jornal do Brasil*. Foi assessor de imprensa nos governos Roberto da Silveira e Badger da Silveira.

<sup>200</sup> COELHO NETO, Rogério. Rogério Coelho Neto (depoimento, 1998). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/rogerio-coelho-neto>>. Acesso em: 15/04/2017. p. 7

<sup>201</sup> LORETTI, Jorge. op.cit., p.111



Figura 5 – Os irmãos Badger e Roberto<sup>202</sup>

Opinião essa também compartilhada pela viúva de Roberto, a bonjesuense, Ismélia Saad Silveira. Em entrevista concedida ao jornal *Última Hora*, quarenta dias após a morte de Roberto, Ismélia declarou estar abalada pela perda do marido, mas reconhecia que a candidatura de Badger era uma necessidade, pois o cunhado iria concretizar “tudo aquilo que Roberto não teve tempo de fazer”.<sup>203</sup> Além disso, a ex-primeira dama completou dizendo que: “como Roberto dizia, com o apoio do povo e a proteção de Deus, o partido do meu marido, o PTB, voltará a governar o Estado, procurando dar melhores dias ao povo fluminense, a quem Roberto devia tudo que tinha”.<sup>204</sup>

Pode-se observar, portanto, que a morte de Roberto da Silveira foi o grande catalisador da candidatura de seu irmão Badger da Silveira, no pleito de 1962. Segundo o relato de Rogério Coelho Neto, Badger não teria o mesmo fascínio político tão característico do seu irmão caçula, “mas era um político, também, muito cioso da responsabilidade do governo do estado”.<sup>205</sup>

---

<sup>202</sup> MEMORIAL GOVERNADORES ROBERTO E BADGER SILVEIRA. Disponível em: <<http://memogovrobertoebadgersilveira.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 28/07/2017

<sup>203</sup> *Última Hora*, Primeiro pronunciamento da viúva do governador fluminense quarenta dias depois do trágico acidente de helicóptero, 12/04/1961. p.5

<sup>204</sup> *Última Hora*, Primeiro pronunciamento da viúva do governador fluminense quarenta dias depois do trágico acidente de helicóptero. Op. cit.

<sup>205</sup> COELHO NETO, Rogério. Op. cit. p.7

Nesse contexto de instabilidade política, Badger da Silveira surgiu como o “continuador” (alcunha citada na reportagem do jornal *Última Hora* supracitada<sup>206</sup>) do trabalho do seu irmão e como garantia da manutenção do PTB no poder fluminense. Ainda que tivesse outros nomes mais conhecidos pelo eleitorado dentro do partido para concorrer à eleição estadual de 1962, Badger conseguiu aglutinar as forças políticas dentro do PTB, fluminense e nacional, para apoiar a sua candidatura.

Ao mesmo tempo em que buscou não se aliar ao governo Peçanha, suprimindo a oposição dentro do próprio partido, representadas nas figuras de Daso Coimbra e de Jonas Bahiense, após obter o apoio da maioria de seus correligionários sobre as suas propostas. Levando a alguns jornais, como o *Diário Carioca*<sup>207</sup>, afirmarem que o PTB tinha tornado-se oposição ao governo pessedista.

A herança política deixada por Roberto da Silveira pode ser entendida como um vivo resultado do crescimento do trabalhismo no estado. A vitória de Roberto, em 1958, foi o grande ponto de mudança, ao derrotar o *amaralismo*.

Roberto da Silveira, acompanhado e apoiado de perto pelo seu irmão mais velho Badger, consolidou a posição do PTB no estado do Rio, contribuindo bastante na construção do que seria o trabalhismo fluminense. Esse muito centralizado na própria figura de Roberto, um jovem e promissor político, carismático, reformista e com grande apoio popular; e na família Teixeira da Silveira.

Badger, por sua vez, era um político discreto, moderado, o qual, no entanto, defendia os projetos reformistas de seu irmão mais novo. Vale ressaltar que Badger da Silveira não era uma figura estranha no cenário político e social fluminense. Contudo, após a morte de seu irmão, seu nome tornou-se mais forte dentro e fora do partido.

---

<sup>206</sup> *Última Hora, Primeiro pronunciamento da viúva do governador fluminense quarenta dias depois do trágico acidente de helicóptero. Op. cit.*

<sup>207</sup> *Diário Carioca, PTB não aceita barganha com Celso: será oposição, 03/03/1961. p. 5*

#### 1.4. O Ministro Badger da Silveira rumo ao Ingá



Figura 6- Badger da Silveira<sup>208</sup>

Badger Teixeira da Silveira nasceu em 10 de março de 1916, era o filho mais velho do casal Boanerges Borges da Silveira e Maria do Carmo Teixeira da Silveira. Formou-se em Direito, em 1941, pela antiga Faculdade de Direito de Niterói. Segundo o depoimento do jornalista Rogério Neto, “a Faculdade de Direito de Niterói foi a grande escola de lideranças do estado do Rio”.<sup>209</sup> Vários nomes da política fluminense formaram-se nela, dentre eles: Badger da Silveira, Roberto da Silveira, Jorge Loretti, Celso Peçanha, entre outros, incluindo o futuro governador de Sergipe, João Seixas Dória (1963-1964).

Em seu depoimento, Badger destaca que Roberto ingressou na faculdade um ano depois de sua colação. Enquanto que ele mesmo buscou “tentar a advocacia no interior”<sup>210</sup>, seguindo primeiro para o estado de Espírito Santo que faz divisa com Bom Jesus de Itabapoana, depois para sua cidade natal “e posteriormente fui nomeado

<sup>208</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). PRONT-RJ, Notação 21876, foto de Badger da Silveira.

<sup>209</sup> COELHO NETO, Rogério. Op. cit. p. 6

<sup>210</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 1

delegado de polícia em São Fidélis. E de São Fidélis eu fui transferido para Resende”<sup>211</sup>, com indicação do ainda interventor Amaral Peixoto.<sup>212</sup> Exercendo o cargo entre os anos de 1944 e de 1947.<sup>213</sup>

Na segunda metade da década de 1940, Badger também se casou com Renée Ferraiolo Silveira, natural de Resende, filha do ex-prefeito da cidade José Ferraiolo (1935-1939) e um dos fundadores do PSD resendense.<sup>214</sup> Foi exatamente no município de Resende (RJ) que Badger começou sua carreira política, como vereador. Chegando a exercer o cargo de presidente da Câmara Municipal.<sup>215</sup>

Nas eleições de 1947, Roberto foi eleito pela primeira vez deputado estadual pelo PTB e, segundo o depoimento do ex-chefe de gabinete civil fluminense Jorge Loretti, Resende foi um dos municípios no qual o caçula da família Teixeira da Silveira angariou mais votos. Isso só teria sido possível, “porque seu irmão Badger era casado numa família tradicional da cidade”.<sup>216</sup>

Durante o mandato de Roberto da Silveira como vice-governador fluminense (1954-1958), Badger, então político resendense, mudou-se para a capital fluminense e assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro, em 1955.<sup>217</sup> Já no governo de Roberto (1959-1961), Badger exerceu diferentes cargos públicos, sendo esses: “secretário de Educação, secretário sem pasta, diretor da Fundação Anchieta, diretor da Empresa Fluminense de Energia Elétrica<sup>218</sup> e ministro do Tribunal de Contas”.<sup>219</sup>

O capital político conquistado pela família Teixeira da Silveira ao longo dos anos tornou-se tão expressivo que a presidência da seção petebista do estado do Rio passou das mãos de Roberto da Silveira diretamente para as mãos de Badger da Silveira, em 1960. Como presidente em exercício do PTB fluminense, Badger participou de forma ativa na campanha do marechal Henrique Teixeira Lott para a presidência da

---

<sup>211</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 1

<sup>212</sup> CPDOC. Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Op. cit. p. 3

<sup>213</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 20

<sup>214</sup> ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE RESENDE. Disponível em: <<http://arquivosresende.blogspot.com.br/2009/09/normal-0-21-normal-0-21-o-resendense.html>>. Acesso em: 29/01/2017

<sup>215</sup> *A Noite, Solenemente empossados vereadores e prefeito de Resende, 20/02/1951. p. 50*

<sup>216</sup> LORETTI, Jorge. op.cit.

<sup>217</sup> *Diário Carioca, Reforma no Tribunal de Contas, 02/02/1955. p. 3*

<sup>218</sup> *Última Hora, Governo paga dívidas aos operários em Macabu, 25/05/1960. p. 4*

<sup>219</sup> KORNIS, Mônica. Op. cit.

República, ficando responsável por organizar um programa de comícios-relâmpagos realizados por seu irmão Roberto, “em favor das candidaturas Lott e Jango”.<sup>220</sup>

Durante a instalação do Comitê Nacionalista Lott-Jango, Badger da Silveira fez a seguinte declaração sobre o papel dos petebistas na eleição presidencial de 1960:

Todos os trabalhistas fluminenses, desde os mais simples aos mais graduados, entre êstes incluído o meu irmão o Governador Roberto Silveira, cumprirão seu dever a 3 de outubro, votando em massa e conclamando o povo a votar nos candidatos nacionalistas à Presidência e Vice- Presidência da República.<sup>221</sup>

Percebe-se, portanto, que Badger da Silveira era um agente importante nos bastidores da política fluminense. Desse modo, fica fácil entender o porquê de ser o principal “pré-candidato” trabalhista no estado do Rio após a morte fatídica de seu irmão. Ainda em março de 1961, o nome de Badger foi escolhido pelo PTB fluminense, para concorrer a governador nas eleições de 1962. De acordo com o *Diário Carioca*:

A escolha do sr. Badger Silveira foi unânime, e provocou verdadeiro delírio entre a massa presente, constituída por trabalhistas de todo o Estado do Rio, entre os quais deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, secretários do governo do sr. Roberto Silveira e líderes estudantis e sindicais.<sup>222</sup>

A candidatura de Badger da Silveira foi lançada pelos petebistas no início de abril de 1961, segundo publicação do *Diário Carioca*.<sup>223</sup> A campanha, por um lado, foi marcada por um uso da memória do governador Roberto da Silveira, defendendo a continuação do legado político do trabalhista e, por outro, foi alvo de críticas e de descrença dos concorrentes pelo mesmo motivo. Isto é, desqualificavam a candidatura de Badger por ser “unicamente” irmão de Roberto.<sup>224</sup> Podemos observar isso na coluna “Política & Futebol”, do *Jornal do Brasil*, que traz a seguinte anedota:

Acontecia um comício no Estado do Rio. A certa altura, orador e público mantiveram o seguinte diálogo:  
- Qual é o melhor jogador da seleção?  
- Pelé.

---

<sup>220</sup> *Tribuna da Imprensa, Lott em Niterói, 17/08/1960. p. 10*

<sup>221</sup> *Última Hora, PTB não falhará, 31/03/1960. p. 2*

<sup>222</sup> *Diário Carioca, Trabalhistas lançam candidatura de Badger, 14/03/1961. p. 5*

<sup>223</sup> *Diário Carioca, Badger homologado pelo PTB, 09/04/1961. p. 11*

<sup>224</sup> *Luta Democrática, Na Luta Política: Contradições, 19/07/1962. p. 3*

- Como se chama seu irmão?
- Zoca.
- Se Pelé morresse, vocês colocariam Zoca em seu lugar?
- Claro que não, respondeu a multidão.
- Então, como é que alguns de vocês estão pensando em votar no Badger Silveira para o governo do Estado? ...<sup>225</sup>

Piada essa publicada quinze dias antes do início da copa do mundo de futebol de 1962, sediada no Chile. A seleção brasileira saiu, mais tarde, vitoriosa da competição. Devido às constantes críticas ao fato de Badger ser parente consanguíneo de um ex-governador do estado do Rio, a candidatura só foi oficializada em abril de 1962, após ser analisada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em suas memórias, o jornalista Rogério Coelho Neto destaca que a “batalha jurídica” devia-se ao fato de que “se estabeleceu uma polêmica: diziam que ele [Badger] não ia suceder Celso Peçanha, e sim ao período de governo do irmão”.<sup>226</sup>

Com relação à polêmica da inelegibilidade, Badger ressalta em seu depoimento que ele e o PTB teriam consultado diferentes constitucionalistas, como Temístocles Cavalcanti, ex-consultor geral da República (1955) e deputado carioca pela UDN (1960-1962)<sup>227</sup>; Orosimbo Nonato, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF, 1941-1960)<sup>228</sup>, entre outros. Segundo o relato de Badger, os pareceres de Temístocles e de Orosimbo teriam sido favoráveis a sua candidatura.<sup>229</sup>

O irmão do meio de Badger, José da Silveira, deputado federal pelo Paraná, também consultou juristas. No arquivo do CPDOC, encontra-se uma carta escrita por Hermes Lima, então ex-deputado da constituinte de 1946 e professor de Direito, enviada para José Silveira, respondendo sua consulta a respeito da situação da candidatura do seu irmão mais velho.<sup>230</sup>

No documento, Hermes Lima afirma que a inelegibilidade prevista no artigo 140 da Constituição de 1946 era uma “arma contra oligarquias e nepotismo”.<sup>231</sup> Por sua vez,

<sup>225</sup> *Política & Futebol, Jornal do Brasil, Política & Futebol, 15/05/62, p.8*

<sup>226</sup> COELHO NETO, Rogério. Op. cit. p. 9, grifo nosso

<sup>227</sup> DHBB/CPDOC. *Verbetes Temístocles Brandão Cavalcanti*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/temistocles-brandao-cavalcanti>>. Acesso em: 13/12/18

<sup>228</sup> DHBB/CPDOC. *Verbetes Orosimbo Nonato da Silva*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/orosimbo-nonato-da-silva>>. Acesso em: 13/12/18

<sup>229</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 22

<sup>230</sup> CPDOC, Arquivo Hermes Lima. HL c 1961.00.00/2. p. 2

<sup>231</sup> CPDOC, Arquivo Hermes Lima. HL c 1961.00.00/2. p. 2

Lima chega à conclusão de que o “texto não tem aplicação” no caso de Badger e que “aplicá-lo seria um esforço de imaginação e não de defesa contra ambições oligárquicas ou de nepotismo”.<sup>232</sup> Sendo assim, era “no mínimo excesso [...] negar registro a candidatura de um irmão do falecido governador Roberto da Silveira a próxima [eleição] governamental do Estado do Rio”.<sup>233</sup>

Pareceres esses que foram de acordo com a decisão posterior da justiça eleitoral. Segundo o *Jornal do Brasil*, “o TSE julgou improcedente o recurso apresentado por eleitor, que considerava o Sr. Badger Silveira inelegível, por ser irmão do ex-Governador Roberto Silveira”.<sup>234</sup> O recurso foi impetrado pelo eleitor fluminense Romeu Leuto Vieira, em setembro de 1961, alegando a inelegibilidade com base nos artigos 139 e 140 da Constituição de 1946.<sup>235</sup>

As decisões favoráveis partem em sua maioria do entendimento de que Badger da Silveira não estaria substituindo seu irmão no cargo. Mas sim, Celso Peçanha que assumiu o governo do estado logo após a morte de Roberto. Sendo assim, ele não era inelegível. No entanto, a disputa só estava começando e mais obstáculos surgiriam no caminho de Badger até o Palácio do Ingá.

### **1.5. Corrida Eleitoral de 1962: Disputas e alianças político-partidárias**

O aparente realinhamento do deputado Jonas Bahiense com a candidatura de Badger noticiado pela imprensa, em 1961<sup>236</sup>, não durou muito. Pois, em maio de 1962, após Badger ser registrado pelo TSE, formou-se uma dissidência petebista liderada pelos deputados Álvaro Fernandes e Bahiense. Segundo a imprensa, a dissidência fechou acordo com o PSD, no qual ficou estipulado o apoio a candidatura do próximo candidato do PSD ao governo do Estado do Rio, em troca de Alvarez Fernandez como candidato a vice-governador<sup>237</sup> e de passar imediatamente a secretária de Comunicações e Transportes para o deputado Jonas Bahiense.<sup>238</sup>

---

<sup>232</sup> CPDOC, Arquivo Hermes Lima. HL c 1961.00.00/2. p. 4

<sup>233</sup> CPDOC, Arquivo Hermes Lima. HL c 1961.00.00/2. p. 5

<sup>234</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger foi registrado pelo TSE*, 28/04/1962. p. 3

<sup>235</sup> *Jornal do Brasil*, *Eleitor impugna Badger*, 21/09/1961, p. 3

<sup>236</sup> *Diário Carioca*, *Adesistas isolados: Jonas apóia Badger*, 19/03/1961. p. 5

<sup>237</sup> *Luta Democrática*, *Reviravolta na Política Fluminense*, 18/05/1962. p.3

<sup>238</sup> *O Jornal*, *Panorama Político: PTB contra PTB*, 03/06/1962. p. 6

Todavia, Fernandes não foi candidato a vice-governador, pois o PSD fechou acordo com outro político<sup>239</sup> e Bahiense acabou candidatando-se a senador, pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST), partido esse do principal adversário político de Badger nas eleições de 1962, o deputado federal Tenório Cavalcanti.<sup>240</sup> Como podemos observar na propaganda eleitoral abaixo:



Figura 7 - Candidatura PST (Senador e Governador)<sup>241</sup>

Em sua entrevista, Badger da Silveira ressalta que foi escolhido como candidato por unanimidade durante a convenção do PTB. “E ainda com liberdade para escolher um candidato a senador e o candidato a vice-governador.”<sup>242</sup> O político indicado por Badger foi João Batista de Vasconcelos Torres, do PSD. Silveira justifica sua escolha afirmando que “havia assumido um compromisso”<sup>243</sup> com Torres após o pessedista tê-lo ajudado durante a tentativa de *impeachment* contra Roberto, durante o curto período, no qual seu irmão ficou acamado. Badger relata que:

Quando eles pleitearam o impedimento do Roberto e eu fiquei assustado, apavorado com a possibilidade deles impedirem o Roberto e o Roberto piorar, agravar o estado de saúde dele, eu convoquei o estado-maior do PTB e disse das minhas preocupações. E falei que precisava desmascarar isso na Assembléia antes que eles votassem e insistissem. Porque realmente, se eles fossem lá e fizessem um exame médico, com uma junta médica, o Roberto estava todo enfaixado, não

<sup>239</sup> Comentaremos mais adiante no capítulo.

<sup>240</sup> *O Jornal, Regionais: Campos*, 23/08/1962. p. 5

<sup>241</sup> *Luta Democrática*, 07 e 08/10/1962, p.2

<sup>242</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 22

<sup>243</sup> Idem.

podia se mexer, não podia assinar, podiam realmente votar o impedimento dele. Então havia a necessidade de um nome para denunciar isso. E o Bocayuva lembrou: “O nome é Vasconcelos Torres.” [...]

Então eu falei para o Bocayuva: “Você procura o Vasconcelos e conversa com ele.” O Vasconcelos telefonou para mim, do Rio, eu estava em Petrópolis com o Roberto ainda doente, e falou: “Vou fazer isso porque acho que é uma indignidade o que estão querendo fazer com o Roberto, mas sei que vou arriscar a minha carreira política.” E eu falei: “Olha, Vasconcelos, eu assumo um compromisso com você em nome do Roberto. Você terá a vaga que você quiser dentro do PTB para concorrer ao que você quiser.” E ele então quis concorrer a senador.<sup>244</sup>

Já com relação ao vice-governador, Badger optou pela dobradinha PTB-PDC, formando a chapa Badger da Silveira (PTB) - Athanagildo Leite Ferraz (PDC), unindo os presidentes de ambas as seções fluminenses. De acordo com Gláucio Soares, o Partido Democrata Cristão foi um partido regional que cresceu substancialmente a partir de coligações, “apresentando-se como uma alternativa ideologicamente mais consistente e menos reacionária do que a UDN, particularmente nos estados mais urbanizados”.<sup>245</sup> O partido foi fundado em 1945, pelo professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Antônio Cesarino Júnior.

Segundo as pesquisadoras Marieta Ferreira e Dora Flaksman, o PDC foi criado com o objetivo de ser “um partido que atuasse como canal de comunicação com um amplo espectro social e fosse porta-voz da Igreja junto às classes subalternas”. Além disso, as pesquisadoras destacam que a principal tarefa do PDC seria “propor um projeto modernizador e reformista que conduzisse a um capitalismo social [...] Com isso procurava-se criar uma terceira posição ideológica e política, distinta da defesa pura e simples ou do capitalismo ou do comunismo”.<sup>246</sup> Entretanto, o partido não conquistou muito apoio da Igreja e da elite católica brasileira, ao contrário de propostas similares em outros países.

Por mais que o PDC tivesse ligações ideológicas com a UDN, as autoras enfatizam que o mesmo não pode ser considerado um partido antigetulista ou antitrabalhista. Daí a facilidade em fechar alianças com o PTB fluminense. Para Antônio Lavareda, o PDC foi o único partido político nesse período, além do PTB, “que

---

<sup>244</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 23

<sup>245</sup> SOARES, Gláucio. Op. cit. p. 86

<sup>246</sup> FERREIRA, Marieta; FLAKSMAN, Dora. *Partido Democrata Cristão (1945)*. DHBB/CPDOC. Disponível online: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-1945>>. Acesso em: 22/05/2017

crescia velozmente e de forma coerente. [...] Ao lado disso, começava a “despontar” nos espaços que exigiam maior implantação e capacidade de barganha”.<sup>247</sup>

De acordo com o colunista Pedro Müller, do *Jornal do Brasil*, o PDC tomou a decisão de apoiar a candidatura de Badger, nas eleições de 1962, após uma convenção do partido, na qual 90 votos foram para o candidato petebista, enquanto que 68 foram para o senador Paulo Fernandes, candidato do PSD.<sup>248</sup>

Segundo o depoimento de Jorge Loretti para o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, outros partidos também teriam ficado divididos quanto a apoiarem Badger, dentre eles: o Partido Libertador (PL) que acabou optando por apoiar a candidatura de Edmundo Macedo Soares e Silva (PSB) e a UDN fluminense que se fragmentou politicamente entorno da questão de lançar candidato próprio ou de apoiar a candidatura de outro partido.<sup>249</sup>

Uma ala udenista ligada a Jorge Loretti teria defendido a candidatura de Badger, buscando uma reedição da coligação popular-nacionalista das eleições de 1958 que elegeu Roberto a governador. Enquanto que, outra ala da UDN comandada pelos deputados Alberto Torres, Paulo Araújo e Mário Guimarães que teriam se desentendido com Roberto, visaria apoiar a candidatura do ex-governador fluminense Miguel Couto Filho, pela legenda do Partido Social Progressista (PSP).<sup>250</sup>

Por outro lado, o jornalista do *Diário Associados*, João Baptista da Costa (UDN), criador do programa “Grande Jornal Fluminense”, da Rádio Jornal do Brasil, era um dos defensores da tese de candidatura própria, tendo em vista isso, lançou-se como pré-candidato ao cargo de governador. Nessa conjuntura, Baptista fez a seguinte declaração a imprensa:

Como é público e notório, dois caminhos se abrem à nossa gloriosa agremiação, em tão difícil emergência. Um caminho é o da afirmação categórica da sua consciência, do seu ideal e do seu programa, através do lançamento de um candidato próprio, como partido quer que, democraticamente, competir para crescer. O segundo caminho, é do acôrdo com o Partido Social Progressista, acôrdo sem grandeza e sem elevação, que não beneficia, absolutamente a UDN. Nossa posição, todos o sabem, é decididamente pela primeira alternativa, por não aceitarmos que a UDN, no Estado do Rio, insista em andar a reboque de outros Partidos, teime em despersonalizar-se, em enfraquecer-se,

---

<sup>247</sup> LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1991. p. 92

<sup>248</sup> *Jornal do Brasil*, Pedro Müller informa: PDC por Badger, 25/07/1962, p. 10

<sup>249</sup> LORETTI, Jorge. Op. cit., 113-114

<sup>250</sup> LORETTI, Jorge. Op. cit.

em diminuir-se. Entendemos, muito ao contrário, que sua obrigação é lutar, com candidato próprio, pela afirmação ideológica e programática, no interesse do Estado, como parcela viva e atuante do principal sustentáculo do regime democrático na nossa terra, que é a UDN.<sup>251</sup>

No entanto, prevaleceu na convenção dos udenistas fluminenses, realizada no dia 19 de maio de 1962<sup>252</sup>, o apoio a chapa Miguel Couto Filho (PSP) – Saramago Pinheiro (UDN).<sup>253</sup> Sem o endossamento da UDN fluminense, mas com o apoio da UDN nacional<sup>254</sup>, um grupo dissidente da organização, decidiu apoiar a candidatura de João Baptista ao cargo de vice-governador do estado do Rio, formando uma grande coligação com o apoio do Partido Rural Trabalhista (PRT), do PSD, do PST, entre outros partidos.

De acordo com *O Jornal*, o PRT ficou responsável por lançar a candidatura do jornalista.<sup>255</sup> Em suas memórias, o ex chefe de gabinete dos governos Silveira, Jorge Loretti, destaca que o grupo que ele fazia parte na UDN teria continuado apoiando a candidatura de Badger.<sup>256</sup>

Em síntese, os adversários de Badger na disputa para o governo estadual foram: o deputado Tenório Cavalcanti pela legenda do PST, apoiado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo PCB, que se encontrava na ilegalidade; o senador e ex-governador fluminense Miguel Couto Filho, pelo PSP-UDN-MTR (Movimento Trabalhista Renovador); o ex-governador fluminense Edmundo Macedo Soares e Silva pelo PSB-PL; o senador Paulo Fernandes pelo PSD-PRT.<sup>257</sup> Para o cargo de vice-governador concorreram: Athanagildo Ferraz (PDC-PTB); Saramago Pinheiro (UDN-PSP); e João Baptista da Costa (PRT-PSD- PST-PTN).<sup>258</sup>

## 1.6. Política & Imprensa: Badger x Tenório

A eleição fluminense de 1962 foi bastante disputada e os periódicos que circulavam no antigo estado do Rio de Janeiro, sobretudo na capital Niterói, tiveram

---

<sup>251</sup> *O Fluminense*, João Baptista confiante no lançamento de sua candidatura pela UDN, 19/05/1962, p.2

<sup>252</sup> *Tribuna da Imprensa*, Aos convencionais udenistas do Estado do Rio, 17/05/1962, p. 7

<sup>253</sup> *O Fluminense*, Udenistas firmes com Saramago e Miguel Couto, 27/05/1962, p.3

<sup>254</sup> *O Jornal*, Panorama Político: Confusão na UDN (ER), 03/06/1962, p. 6

<sup>255</sup> *O Jornal*, Dissidentes udenistas selam acôrdo com PSD no Estado do Rio: apoio a João Baptista, 04/08/1962, p. 6

<sup>256</sup> LORETTI, Jorge. Op.cit. p, 113

<sup>257</sup> *O Fluminense*, Cinco candidatos disputam o Ingá, 24/08/1962, p. 3

<sup>258</sup> *Jornal do Brasil*, Partidos fluminenses já com chapas prontas e com 5 candidatos ao Govêrno, 22/08/21962, p. 3

papel fundamental nisso. Vale ressaltar que a imprensa, como toda fonte de informação e de pesquisa, não é neutra, uma vez que, os jornais estão inseridos na conjuntura política, econômica e social, sendo assim, também são campos de disputa política e de defesa de determinada visão de mundo.<sup>259</sup>

Nesse sentido, os principais candidatos ao governo do estado do Rio, Badger da Silveira (PTB) e Tenório Cavalcanti (PST), utilizaram a imprensa, respectivamente, *Última Hora* e *Luta Democrática*, como um braço de suas respectivas campanhas, especialmente, para denegrir a imagem um do outro frente ao eleitorado fluminense. De acordo com o *Jornal do Brasil*, a rivalidade era tamanha, que assessores dos dois candidatos chegaram a entrar em vias de fato.<sup>260</sup>

A *Última Hora*, jornal pró-PTB, apoiou a candidatura de Badger da Silveira. Entre seus dirigentes e colunistas estava o trabalhista fluminense Bocaiúva Cunha, um dos principais nomes da seção do estado do Rio. Ao decorrer da disputadíssima campanha eleitoral, o periódico fez duras críticas a alguns adversários de Badger, como o secretário de Comunicações e Transportes Jonas Bahiense<sup>261</sup> e o deputado Tenório Cavalcanti<sup>262</sup>.

Já a *Luta Democrática* era de propriedade de Tenório. O parlamentar que inicialmente era correligionário da UDN através da coluna “Escreve Tenório Cavalcanti” expressava diariamente suas opiniões sobre as situações política carioca e fluminense, além disso, “defendia sentidas reivindicações populares”.<sup>263</sup> A fundação do periódico aumentou o prestígio político de Tenório entre as “camadas mais pobres da população carioca e fluminense”.<sup>264</sup>

De acordo com o pesquisador Israel Beloch, a *Luta Democrática* contribuiu na difusão da imagem de Tenório como o homem da capa preta, nela o deputado “escondia a metralhadora apelidada “Lurdinha”, da qual nunca se separava”.<sup>265</sup> Beloch destaca

---

<sup>259</sup> Ver mais: CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa*. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso em: 25/05/2017

<sup>260</sup> *Jornal do Brasil, Campanha política descamba para insultos no Estado do Rio, 09/09/1962. Caderno especial, p. 4*

<sup>261</sup> *Última Hora, Jonas no Govêrno, 25/05/1962. p. 3*

<sup>262</sup> *Última Hora, Porque Tenório esvaziou, 01/10/1962. p. 4*

<sup>263</sup> BELOCH, Israel. Op.cit.

<sup>264</sup> BELOCH, Israel. *Tenório Cavalcanti*. DHBB/CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio>>. Acesso em: 08/06/2017

<sup>265</sup> BELOCH, Israel. Op.cit.

que a fama de Tenório era tamanha que o personagem pistoleiro Honório Boamorte, do filme “Carnaval em Caxias” (1954), foi inspirado na figura do deputado.<sup>266</sup>

Em 1960, Cavalcanti saiu da UDN e filiou-se ao PST, candidatando-se a governador do novo estado da Guanabara, com uma agenda mais voltada para questões trabalhistas.<sup>267</sup> Entretanto, Carlos Lacerda, candidato udenista, ganhou a eleição, tornando-se o primeiro governador carioca.

Segundo o historiador Mário Grynszpan, a candidatura de Tenório contribuiu na vitória de Lacerda. Visto que, o candidato do PST dividiu o voto popular com o petebista Sérgio Magalhães. Em virtude disso, Carlos Lacerda ganhou a eleição carioca “por uma margem estreita de votos”.<sup>268</sup> Com a reiterada intenção de torna-se governador, Tenório candidatou-se na eleição estadual fluminense de 1962.

Ao decorrer da corrida eleitoral, Cavalcanti, por meio do seu periódico, fez vários ataques a Badger da Silveira. Dentre as inúmeras matérias sensacionalistas publicadas pela *Luta Democrática*, chama atenção as que menosprezam a concorrência apresentada na figura de Badger<sup>269</sup>; falam sobre uma possível desistência de Silveira, retratando-o como um homem histérico e sem apoio às vésperas da eleição<sup>270</sup>; e afirmam que o petebista era covarde e que tinha insultado Leonel Brizola.<sup>271</sup>

Ao comentar a acirrada disputa com Tenório, em seu depoimento, Badger relembra um episódio que teria ocorrido no início da campanha eleitoral. Badger relata que teria sido convidado para entregar um prêmio ao prefeito de São João de Meriti, Ário Wözl Teodoro, do PTB. A entrega teria ocorrido durante a comemoração do aniversário do município que fica localizado na baixada fluminense.<sup>272</sup>

Antes de Badger começar a fazer o seu discurso, Tenório Cavalcanti teria chegado ao evento “acompanhado de uns seis ou oito capangas”<sup>273</sup>, conforme o relato de Silveira. Após cumprimentá-lo, Tenório teria pedido para falar antes de Badger. O ex-governador narra que a partir daí Cavalcanti teria dado sequência a um longo

---

<sup>266</sup> BELOCH, Israel. Op.cit.

<sup>267</sup> BELOCH, Israel. Op.cit.

<sup>268</sup> GRYSZPAN, Mário. Op. cit. p. 271

<sup>269</sup> *Luta Democrática, Sozinho no páreo: Porque o Sr. Bádger da Silveira não deu sequer para a saída, 04 e 05/02/1962. p. 5*

<sup>270</sup> *Luta Democrática, Badger ameaça desistir, 21/08/1962.p.1*

<sup>271</sup> *Luta Democrática, Badger da Silveira insulta Brizola, 14/08/1962. p.5*

<sup>272</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 26

<sup>273</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 26

discurso de “uma hora e vinte minutos”. Badger destaca que Tenório teria começado sua fala afirmando que:

ele não era candidato, que ele estava ali porque tinha sido um dos artífices da separação de São João do Meriti e que portanto ele tinha direito de estar ali etc. Na realidade, era mentira; ele tinha sido contra. Eu não sabia na hora, mas ele tinha sido contra a criação, o desmembramento. Então ele falou muito que não era candidato, mas fez um programa de governo, de estrada de rodagem, disso, daquilo. Falou uma porção de coisas. Uma série de coisas que eu fui tomando nota. Inclusive disse que tinha sido procurado em casa por dois batedores de carteira que foram se queixar porque não estava rendendo muito e além do mais tinham que dividir a metade para a polícia. Então, para espinafrear a polícia ele fez esse relato dos batedores de carteira. Disse que dava mil cruzeiros por dia às crianças pobres de Caxias. E uma série de outras coisas que eu não me recordo bem mas que eu fui anotando. E no final ele disse: “Ministro Badger, V. Excia. pode ser meu filho. E por isso eu quero lhe dar conselhos.” E começou uma série de conselhos. E terminou pedindo que fizéssemos uma campanha em alto nível, democrática, para que o povo não assistisse a debates inúteis, mais não sei o quê e tal.<sup>274</sup>

Depois do discurso do pissetista, Badger da Silveira teria assumido, finalmente, o palanque sob a descrença de seus correligionários que teriam ficado arrasados com as colocações de Cavalcanti. Porém, o ex-governador afirma que não teria se amedrontado. Pelo contrário, teria buscado desconstruir toda a fala de Tenório, com uma pitada de sarcasmo, como podemos observar no relato a seguir:

“Senhor presidente, eu quero entregar este troféu ao prefeito Ário Teodoro que merece, quero agradecer ao jovem que prestou uma homenagem à memória de meu saudoso irmão Roberto da Silveira e a minha presença aqui já estaria justificada. Mas eu fui citado pelo ilustre deputado Tenório Cavalcanti. Deputado Tenório Cavalcanti, V. Excia. disse que não veio aqui como candidato. Mas fez um discurso de candidato. V. Excia. falou 1h20min sobre problemas da Baixada, sobre problema de água, sobre problema de transportes, principalmente sobre o problema da polícia. Então a idéia que V. Excia. deu aqui foi a de uma plataforma de governo.” Aí animou o pessoal do PTB, palmas e tal, já ficou mais ou menos assim. Depois eu falei: “V. Excia., deputado, disse que dois batedores de carteira foram à sua casa se queixar de que o trabalho deles, se é que isso é trabalho, não estava rendendo porque tinha que dar metade para a polícia porque tinha que dar a metade para a polícia do estado. Na minha casa, deputado Tenório Cavalcanti, nunca entrou um marginal para confidenciar comigo.” O pessoal batia palmas! E ele ficava doido! Sentado na cadeira, virava para lá, virava para cá. E tudo

---

<sup>274</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 26

aquilo que foi bobagem que ele falou, eu fui... Depois eu disse: “Deputado Tenório Cavalcanti. V. Excia, realmente, com essa sua aparência já de homem encarquilhado, barba branca, tossindo de vez em quando, tem idade para ser meu pai. Mas eu sou um homem muito vivido, deputado, para não aceitar conselhos de V. Excia.” Ele ficou doido, o Tenório!<sup>275</sup>

Diante desse episódio, Badger destaca que toda que vez fazia campanha na baixada, teria começado seu discurso dizendo que qualquer coisa que acontecesse com ele seria culpa do pissetista: “Sou um homem que não tenho inimigos. Nenhum inimigo! Se alguma coisa acontecer comigo, foi por ordem do senhor Tenório Cavalcanti”. De acordo com Badger, várias ameaças teriam chegado aos seus ouvidos, toda vez que se dirigia a baixada fluminense.<sup>276</sup>

Observa-se, portanto, que a disputa entre Badger e Tenório foi bastante acalorada. Além disso, que Silveira utilizou-se da fama belicosa de Cavalcanti para assegurar e transpor sua campanha na baixada fluminense, importante reduto político do candidato do PST. No entanto, não se tem provas se de fato ameaças de morte foram feitas contra Badger por Tenório.

Em suas memórias, Badger da Silveira afirma que a partir desse momento a sua estratégia de campanha na baixada foi o “combate ostensivo ao Tenório Cavacanti”.<sup>277</sup> Seguindo a mesma linha nas outras regiões do estado do Rio, conforme a intensidade e força dos seus outros adversários políticos. Contudo, Badger relata que em “determinada altura dos acontecimentos, eu cheguei à conclusão de que o páreo estava entre mim e o Tenório, que os outros não representavam nada”.<sup>278</sup>

Outro ponto interessante apontado por Badger, em seu depoimento, sobre essa disputa é que o candidato do PTB responsabiliza a candidatura de Tenório como a grande responsável pelo registro vitorioso da sua própria candidatura na justiça eleitoral. Visto que, as pesquisas de boca de urna os apontavam como os principais candidatos, com chances reais de assumir o governo fluminense. Diante disso, Badger enfatiza que

---

<sup>275</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 27

<sup>276</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 27

<sup>277</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 27

<sup>278</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 33

“se eu não fosse candidato, o Tenório teria chance de ganhar. E todo mundo tinha medo que fosse o Tenório o governador do estado do Rio”.<sup>279</sup>

Muito desse medo estaria ligado ao imaginário social entorno de Cavalcanti. Visão essa compartilhada e reforçada por Badger em sua entrevista, na qual assegura que o deputado “era realmente um pistoleiro, um homem sem escrúpulo nenhum, corrupto. Era um desses fenômenos da política do estado do Rio, fruto daquele ambiente da Baixada Fluminense”.<sup>280</sup>

Tenório Cavalcanti, por sua vez, que também se recandidatou a deputado federal<sup>281</sup> pelo estado da Guanabara<sup>282</sup>, com o slogan “Dê tudo a Tenório para exigir tudo”<sup>283</sup>, se apresentava sempre como o candidato popular<sup>284</sup>, e como “o líder do povo fluminense”, como podemos ver, na coluna “Na Luta da Política” publicada no dia 18 de julho de 1962:

Tenório Cavalcanti continua a sua luta nacional a favor do Povo e, especificamente, a sua campanha no Estado do Rio, para Governador até a Vitória. O Povo está com Tenório e as cúpulas partidárias manejam de todo o jeito e teitio, apavoradas coma formidável liderança de Tenório no Estado do Rio, verdadeiro líder do Povo Fluminense. O Povo quebra tôdas as siglas, todos os esquemas partidários, tôdas as combinações e apoia o seu líder autêntico, Tenório que há-de levar ao Ingá numa demonstração impressionante de sua firme vontade. Estão combatendo Tenório como se êle fosse um simples político: Tenório é uma força telúrica, arranzante, emocional, que vence e rebenta tôdas as barreiras. Êle é a transfiguração do Herói. Vem do mais profundo impulso das massas, como o seu protesto mais viril e mais autêntico. É o líder autêntico, com letra grande. Seu nome tem a fôrça catalisadora de reunir em si, pelo fenômeno extraordinário da transferência, a vontade coletiva de milhões de criaturas humanas! É impossível derrotá-lo. Adiram. É a maré montante do Povo. É inútil ir contra a maré. Tem a fôrça dos fenômenos telúricos.<sup>285</sup>

---

<sup>279</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 24

<sup>280</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 24

<sup>281</sup> O Decreto-Lei nº 7.586, “permitiu a candidatura múltipla, podendo o candidato concorrer simultaneamente para presidente, senador ou deputado federal num mesmo ou mais estados. Getúlio Vargas, por exemplo, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, foi eleito senador no Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Social Democrático (PSD) e no Estado de São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, ainda, a deputado federal pelos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal (antigo estado da Guanabara), São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sempre pelo mesmo partido, o PTB.” TSE. Lei Agamenon. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/glossario/termos/lei-agamenon>>. Acesso em: 22/01/2018

<sup>282</sup> *Luta Democrática, Fluminenses: Votem duas vezes em Tenório para governador e deputado federal, 07-08/10/1962. p. 1*

<sup>283</sup> *Luta Democrática, Dê Tudo a Tenório para Exigir Tudo, 02/10/1962. p. 5*

<sup>284</sup> *Luta Democrática, Tenório desarticula os grandes partidos, 30/01/1962. p.3*

<sup>285</sup> *Luta Democrática, Na luta da política: Tenório Cavalcanti, 18/07/1962. p.3*

Conforme Grynszpan, Cavalcanti “desenvolveu sua campanha em moldes populares e nacionalistas”.<sup>286</sup> Como reflexo, a reforma agrária, “grande aspiração do campesinato e medida então vista como necessária por boa parcela da população”<sup>287</sup>, passa a ser um ponto central na campanha de Tenório. Grynszpan ressalta que a *Luta Democrática* dedicou-se cada vez mais a cobertura de mobilizações camponesas, sobretudo a partir de 1961, correspondendo ao início da empreitada eleitoral de 1962.<sup>288</sup>

Tendo em vista isso, a reforma agrária foi campo de disputa política nessa eleição estadual. Era uma das três principais bases de ação de governo pretendidas pelo ministro Badger da Silveira em sua plataforma eleitoral.<sup>289</sup> Segundo o plano, corrigir a estrutura agrária era uma necessidade coletiva inadiável, uma vez que, visava “o estabelecimento de relações mais justas e humanas entre os que detêm a propriedade de terra e os que a cultivam.”<sup>290</sup>

A plataforma eleitoral de Badger ainda destacava que o aumento no número de “conflitos pela posse da terra” era um balizador do “estado de inquietante ebulição social”, no qual se encontrava o estado do Rio de Janeiro e todo o território nacional. Daí a importância em se discutir a reforma agrária como “imperativo histórico”.

O plano petebista garantia que a reforma no governo Badger seria *progressiva*, porque não era possível efetuar uma “mudança instantânea na atual estrutura agrária fluminense”, sendo assim, o processo deveria ser realizado gradualmente; *integrada*, já que se pretendia ter a colaboração de vários setores da administração estadual e federal, atuando de forma conjunta; e *funcional*, pois buscava corrigir de forma efetiva a disparidade econômica e social através do “parcelamento de latifúndios ou agremiação de minifúndios, visando constituir unidades agrárias produtivas e adequadas as suas funções”.<sup>291</sup>

Apesar do apoio de Badger a reforma agrária e aos trabalhadores, as esquerdas endossaram a candidatura de Tenório Cavalcanti na disputa para o Palácio do Ingá. O deputado estadual pernambucano Francisco Julião<sup>292</sup> (PSB), importante porta-voz das

---

<sup>286</sup> GRYNSZPAN, Mário. Op. cit. p. 271

<sup>287</sup> GRYNSZPAN, Mário. Op. cit. p. 273

<sup>288</sup> GRYNSZPAN, Mário. Op. cit.

<sup>289</sup> Comentaremos mais a frente, ao discutir o plano eleitoral de Badger.

<sup>290</sup> *Última Hora, Plataforma Eleitoral de Badger Silveira (II): Reforma agrária, industrialização e educação: trilogia do governo Badger, 27/09/1964, p. 5*

<sup>291</sup> *Idem.*

<sup>292</sup> Nas eleições de 1962, Julião foi eleito deputado federal através da coligação PSB-PST, em Pernambuco. Aliança que também elegeu Miguel Arraes a governador do estado pernambucano.

Ligas Camponesas<sup>293</sup>, também apoiou o nome de Tenório Cavalcanti para o governo do estado do Rio. Por outro lado, em 1958, as esquerdas tinham apoiado o nome de Roberto da Silveira, irmão de Badger, para assumir o governo fluminense.<sup>294</sup>

Em seu relato, Badger afirma que em determinado momento o Partido Comunista teria tentado apoiar sua candidatura o que ele próprio teria recusado afirmando na época que não queria confundir seu eleitorado. Entretanto, Badger da Silveira ressalta que essa não teria sido a real razão da sua recusa, mas sim o receio de que se juntasse com o PCB, o registro da sua candidatura teria sido negado pela justiça.<sup>295</sup>

Por fim, Silveira diz que “os comunistas tinham uma linha a seguir que chocava às vezes com a minha linha de administração. Por exemplo, eles estavam envolvidos naquela campanha de invasão de terras, todos eles”.<sup>296</sup> O que Badger repudiava veementemente, configurando, assim, um impasse na sua relação com os comunistas, segundo as memórias do ex-governador.

Badger da Silveira relata também em sua entrevista que mais ou menos dois meses antes das eleições, o candidato do PSD, o senador Paulo Fernandes, teria procurado buscando uma aliança. E teria sugerido que formassem uma nova chapa com Badger liderando e Fernandes sendo o vice. Contudo, Badger não teria aceitado de imediato, porque não queria quebrar o acordo com o PDC. Teria deixado a cargo do PSD resolver a situação diretamente com os pedecistas, sobretudo, seu companheiro de chapa, Athanagildo Ferraz.<sup>297</sup>

De acordo com o depoimento de Silveira, o PSD teria oferecido nomear o presidente do PDC ao cargo de ministro do Tribunal de Contas, visando à desistência do mesmo. Depois disso, Ferraz teria ido falar diretamente com Badger: “Ele veio

---

<sup>293</sup> A organização foi fundada em 1955, no Engenho da Galiléia localizado na Zona da Mata pernambucana. Até o golpe de 1964, vários núcleos das ligas foram criados em outros estados brasileiros, sobretudo, nordestinos. As Ligas eram entidades civis que lutavam pelo acesso a terra e contra a exploração do trabalhador rural. De acordo com os historiadores Mário Grynszpan e Marcus Dezemone, “as lutas envolviam a resistência, a recusa a abandonar a terra, a reivindicação de sua desapropriação, a realização de manifestações protestos, a busca de apoio e de solidariedade”. GRYSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical: (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 220

<sup>294</sup> GRYSZPAN, Mário. *Op. cit.*

<sup>295</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 31

<sup>296</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 31

<sup>297</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 33

conversar comigo que desistiria se eu pedisse a ele para desistir. Eu falei que não podia, que não tinha condição de pedir, que a decisão era pessoal, era dele, e o que ele decidisse estava certo”.<sup>298</sup>

Por fim, Athanagildo teria resolvido ficar na chapa. Em seu relato Badger, salienta que o pedecista “lutou muito” entre seus correligionários para que apoiassem a candidatura do PTB, representado por Badger, ao governo do estado.<sup>299</sup> Enquanto isso, Silveira afirma que o então presidente Jango não deu muito apoio a sua candidatura. A impressão de Badger sobre o assunto é que:

muita gente não acreditava na minha eleição, inclusive o presidente João Goulart. Muito depois eu senti que ele quis me ajudar. Ele me deu três lugares para indicar: dois diretores da Chevap e um diretor da Siderúrgica. E eu indiquei o Vandir de Carvalho para a Siderúrgica Nacional, e Augusto de Carvalho e José de Araújo Filho para a Chevap. Quando faltava uma semana para a eleição dos diretores da Siderúrgica, me apareceu um cidadão dizendo-se representante da Federação de Indústrias de São Paulo com um cheque de Cr\$ 50 milhões para ajudar na minha campanha eleitoral. [...] Evidentemente eu não aceitei e o Jango foi correto porque nomeou aquele que eu havia indicado. Por isso eu penso que, como eu lutei com uma dificuldade de dinheiro muito grande na minha campanha eleitoral, foi um meio que ele arranjou para poder dar dinheiro para a minha campanha.<sup>300</sup>

Todavia, Badger enfatiza que Goulart não foi uma única vez ao estado do Rio falar em seu favor.<sup>301</sup> Já em seu esboço autobiográfico, Badger da Silveira relata que em determinada audiência marcada com Jango no Palácio das Laranjeiras teria se revoltado com os seguranças e assessores do presidente após ter sido barrado nos portões do palácio.

Ao não ter sua passagem permitida, Badger aos gritos teria ameaçado: “se eu não entrar neste palácio, deixo de ser candidato ao governo do estado. Darei uma entrevista dizendo que fui barrado no palácio. Renuncio a minha candidatura”.<sup>302</sup>

---

<sup>298</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 33

<sup>299</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 33

<sup>300</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 34

<sup>301</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 34

<sup>302</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico. Capítulo IV. s/p. O documento encontra-se sob guarda da família do político fluminense, que o cedeu ao Museu do Ingá para a exposição

Depois disso, teriam liberado sua passagem e ao encontrar-se com João Goulart o mesmo teria dito que tinha adiado a reunião para o dia seguinte.<sup>303</sup> Em seu relato oral, Badger já destaca um presidente mais simpático que chega a conversar com ele, remarcando a reunião para o outro dia. Assim, Badger teria retornado.

Em sua entrevista, o ex-governador narra que ao chegar novamente ao palácio, às nove horas da manhã, a situação teria se desenrolado da seguinte forma:

[...] entrei diretamente no palácio e o [Eugênio] Cailar: “Ih, Badger, acabei de ligar para a sua casa, estou tentando falar com você que o presidente não vai poder falar com você hoje.” Eu falei: “Não tem problema não, marca outro dia. Se ele não pode falar comigo hoje, marca outro dia.” “Mas em todo caso espera aí. Eu vou subir e vou falar com ele que você já está aqui.” Daí o Cailar desceu e falou: “O presidente disse para você subir.” Eu subi a escada, ele estava no banheiro, de cueca, fazendo a barba. Aí conversamos, ele falou: “Badger, você vai ganhar as eleições.” E eu falei: “Eu estou com muita esperança, acredito que sim.” Ele falou: “Mandei fazer uma pesquisa com o Ibope e o resultado é muito favorável a você.” “É, eu também tenho acompanhado as pesquisas do Ibope e a conclusão que eu tenho é de que vou ganhar as eleições.” E ele falou: “Badger, eu tinha pelo Roberto uma afeição fraternal. Eu perdi meu único irmão e transferi para o Roberto esse sentimento de amizade fraterna. Eu considerava o Roberto como meu irmão. E com a morte do Roberto eu transferi para você esse sentimento. Eu considero você como meu irmão.” Eu falei: “Olha, presidente, há uma reciprocidade. Eu também sempre considerei o senhor como um grande amigo e depois da morte do Roberto, essa amizade aumentou muito e eu também o considero como se fosse meu irmão. Agora, eu sou um homem humilde por natureza mas não deixo ninguém me humilhar. Eu sou humilde, mas ninguém me humilha. Eu não aceito humilhação de forma nenhuma. E ontem eu fui humilhado aqui na porta do palácio. E disse coisas que talvez eu não devesse dizer.” Ele foi e disse: “É um filho da... de um coronel aí que eu designei para organizar essas audiências e ele fez uma burrada dessas. Eu soube, mas você sabe que eu não faria nunca uma coisa dessas com você. Você entra aqui a hora que quiser, no instante que quiser, não precisa marcar hora, nem audiência. A hora em que você quiser falar comigo...”<sup>304</sup>

Em suas memórias, Badger da Silveira enfatiza que sua relação com Jango só não foi melhor por conta de “ciumadas”<sup>305</sup> “ou coisas de governo”<sup>306</sup> que atrapalhavam

---

“Ressonâncias – Rio de Janeiro, 1964”, realizada em 2014, com curadoria da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Telo e do prof. Dr. Paulo Knauss. Tive acesso apenas aos capítulos IV e V.

<sup>303</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico. Capítulo IV. s/p.

<sup>304</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 66 e 67

<sup>305</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico. Capítulo IV. s/p.

<sup>306</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 67

uma maior interação entre o governo federal e o governo estadual. Entretanto, isso não impediu que Badger apoiasse o presidente durante sua futura administração.

Outra figura importante do PTB que não deu um forte apoio a candidatura de Badger foi Brizola que se candidatava ao cargo de deputado federal pelo estado da Guanabara. Segundo o relato de Badger, “Leonel Brizola, que foi apoiado pelos comunistas da Guanabara, ele também boicotou o máximo possível a minha candidatura aqui”.<sup>307</sup> Essa quase ausência de endosso por parte de Jango e de Brizola foi usada como arma de campanha contra Badger pelo Tenório.<sup>308</sup>

Ao ser questionado pelo entrevistador sobre se a falta de auxílio estava ligada a falta de “uma atitude mais decisiva na Campanha da Legalidade”, Badger desmente, afirmando que “tudo isso é campanha de jornal”, pois ele teria feito vários comícios na capital fluminense em defesa de Jango. Contudo, afirma que não teria concordado com arruaças pretendidas por alguns apoiadores da campanha: “Nós queríamos defender a legalidade dentro da legalidade. Então fiz quantos comícios aqui na Martim Afonso, aqui nas barcas. [...] saí pelo interior. [...] Aliás, nós tínhamos um comitê, uma comissão composta de trabalhistas e comunistas”.<sup>309</sup>

De acordo com reportagem da *Última Hora*, Badger da Silveira como presidente do PTB assinou a proclamação oficial emitida pela seção fluminense a favor da posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. No comunicado, Badger também afirmou que manteria a sede petebista do estado do Rio “em plantão, dia e noite, para permanecer vigilante e tomar as medidas que se tornarem necessárias é defesa da causa, bem assim, assistir os trabalhadores que acaso venham sofrer quaisquer coações no seu livre direito de manifestação [...] Viva o BRASIL livre!”.<sup>310</sup>

A despeito das faltas de apoio do “partidão”, da maioria dos partidos fluminenses e de membros do seu próprio partido, Badger liderava as pesquisas de intenção de voto. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) publicada pelo *Jornal do Brasil*, a disputa estadual se encontrava entre Badger e Tenório. A pesquisa foi publicada poucas semanas antes da eleição e indicava que o candidato do PTB fluminense tinha 36% das intenções de voto,

---

<sup>307</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 34

<sup>308</sup> *Luta Democrática, Escreve Tenório Cavalcanti, 04/10/1962. p. 3*

<sup>309</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 35

<sup>310</sup> *Última Hora, Badger Silveira: defesa da Legalidade, 30/08/1961, p. 2*

enquanto que o candidato do PST detinha 22,6%.<sup>311</sup> Apesar da vantagem clara a Badger, Tenório Cavalcanti permanecia como uma ameaça.

Tenório ignorava abertamente a vantagem de Badger e continuava a campanha contra o candidato do PTB. Nesse sentido, a *Luta Democrática* publicou reportagens com as seguintes manchetes sensacionalistas: “‘Gang’ de Badger Silveira despacha tocaieiros para assinar Jonas Baiense”<sup>312</sup>; “‘Enquete’ comprova: Tenório será governador do Estado do Rio”<sup>313</sup>.

Às vésperas da eleição, o comitê de Badger da Silveira aumentou o teor da sua campanha ofensiva contra Tenório. Divulgando em vários periódicos, dentre eles, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, um “alerta”, avisando os eleitores do perigo de “desperdiçar” os votos com outros candidatos Miguel Couto (PSP), Paulo Fernandes (PSD) e Macedo Soares (PSB). Visto que, a disputa real estava entre Tenório e ele<sup>314</sup>

A nota publicada pelo *Jornal do Brasil* e transcrita pelo *Diário de Notícias*, no dia 03 de outubro de 1962, advertiu os eleitores fluminenses e clamou por união “em nome da democracia e da família cristã”, para vetar uma possível vitória de Cavalcanti nas urnas e a instauração de um “Govêrno vermelho”:

---

<sup>311</sup> *Jornal do Brasil, Pesquisa do IBOPE no Estado do Rio, 21/09/1962. p. 3*

<sup>312</sup> *Luta Democrática, “Gang” de Badger Silveira despacha tocaieiros para assinar Jonas Baiense, o bravo trabalhista que está denunciando o roubo do cofre, 25/09/1962. p. 1*

<sup>313</sup> *Luta Democrática, “Enquete” comprova: Tenório será governador do Estado do Rio, 26/09/1962. p.1*

<sup>314</sup> *Correio da Manhã, Eleitor Fluminense, 05/10/1962, p. 2; Diário de Notícias, Eleitor Fluminense, 05/10/1962, p. 11*

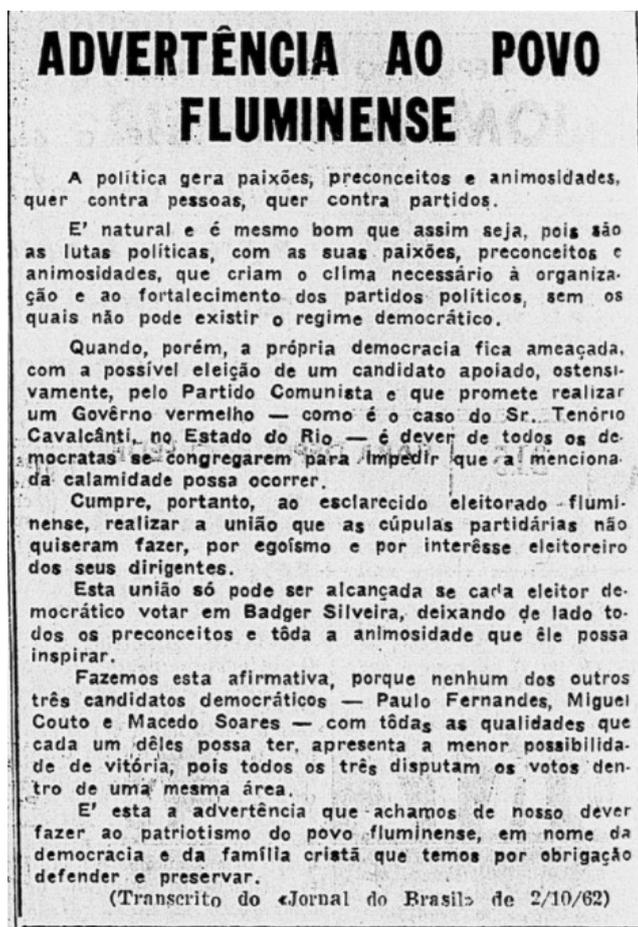


Figura 8 - Advertência ao povo Fluminense, Diário de Notícias, 03/10/1962<sup>315</sup>

Percebe-se que a mensagem principal da nota era um grande alerta aos eleitores do estado do Rio sobre o risco de “um pistoleiro irresponsável apoiado pelo Partido Comunista” ganhar a eleição estadual de 1962. Conforme o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, no Brasil há uma enraizada tradição anticomunista, sobretudo, entre os períodos de 1935/1937<sup>316</sup> e de 1961/1964.<sup>317</sup> Assim, pode-se notar que Badger da Silveira utilizou-se do temor anticomunista para minar a candidatura de Tenório Cavalcanti.

Outras mensagens similares se seguiram, lembrando sempre aos eleitores que Badger e Tenório dividiam o voto popular e que os outros candidatos não tinham força

<sup>315</sup> *Diário de Notícias, Advertência ao povo Fluminense, 03/10/1962. p.2*

<sup>316</sup> Motta, Rodrigo Patto Sá. *A primeira “onda” anticomunista: 1935/37*. IN: Em guarda contra o “perigo vermelho”. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002

<sup>317</sup> Motta, Rodrigo Patto Sá. *O segundo grande surto anticomunista: 1961/64*. IN: Em guarda contra o “perigo vermelho”. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002

para interromper a escalada perigosa de Cavalcanti.<sup>318</sup> Convocando, assim, o eleitorado fluminense a não desperdiçar seus votos.<sup>319</sup>

Vê-se que com essa linha de campanha Badger da Silveira matava dois coelhos com uma cajadada só, pois desmoralizava Tenório ao fazer uso da imagem cultivada pelo próprio pissetista e seu jornal *Luta Democrática*, como homem violento e do povo, reacendendo o medo do “perigo vermelho” no estado do Rio. Além disso, deixava claro que para derrotar o homem da capa preta precisava dos votos dos candidatos conservadores, mais “fracos” eleitoralmente, enfraquecendo, assim, a base eleitoral dos seus demais concorrentes ao Palácio do Ingá.

De acordo com o plano eleitoral de Badger, Miguel Couto, Macedo Soares e Paulo Fernandes eram representantes do conservadorismo do estado do Rio, assim, “inaceitável pelas novas condições do País e, portanto, pelas massas”.<sup>320</sup> Em contrapartida, Tenório intensificava a campanha contra Badger, rebatendo as acusações feitas a ele, mas também declarando seu apoio ao PTB carioca. Segundo o candidato pissetista, ele apoiava o PTB guanabariano, porque a seção seguia sua “linha popular” e se afinava ao seu “pensamento, doutrina e ação”.<sup>321</sup>

Porém, esse respeito demonstrado ao PTB carioca não se aplicava a Badger da Silveira e ao PTB fluminense. Na coluna “Escreve Tenório Cavalcanti”, o parlamentar defendeu que a ala badgerista dentro do PTB era “entreguista e reacionária”. Também, acusou Badger de utilizar a memória do “ilustre irmão morto” para angariar votos, lembrando de forma jocosa que “Caim também era irmão de Abel!”.<sup>322</sup> O pissetista ainda afirmou que “o verdadeiro PTB do E. do Rio está comigo!”.<sup>323</sup>

Grande opositor de Getúlio Vargas em seus tempos de UDN, Tenório, numa virada de posicionamento marcada pela velha e “boa” politicagem, elogiou a figura do ex-ditador e prometeu que se eleito estabeleceria “no E. do Rio o reinado do verdadeiro trabalhismo e a defesa segura dos ideais de Getúlio Vargas e João Goulart”, além de garantir que ajudaria a reestruturar o PTB fluminense.<sup>324</sup>

Tenório Cavalcanti também afirmava que Badger da Silveira não tinha bandeira ideológica e a campanha do petebista só tinha um único slogan “Sou irmão de Roberto”.

---

<sup>318</sup> *Diário de Notícias, Eleitor Fluminense, 05/10/1962. p.11*

<sup>319</sup> *Jornal do Brasil, Eleitor do Estado do Rio: Veja, Reflita e Decida, 07/10/1962. p.16*

<sup>320</sup> *Última Hora, Plataforma eleitoral da candidatura Badger Silveira (1), 26/09/1964. p.5*

<sup>321</sup> *Luta Democrática, Escreve Tenório Cavalcanti, 04/10/1962. p. 3*

<sup>322</sup> *Idem.*

<sup>323</sup> *Idem.*

<sup>324</sup> *Idem.*

Tendo em vista isso, a candidatura de Badger seria uma “farsa política”, pois não carregava mensagem política alguma.<sup>325</sup>

Sobre a recorrente acusação de utilizar o nome do falecido irmão para angariar votos, Badger fez a seguinte declaração, no dia 05 de setembro de 1962:

Para os que me combatem por usar o nome de meu irmão, na campanha, respondo dizendo que não julgo ter a sua capacidade de trabalho e o seu talento administrativo, mas posso, melhor do que ninguém dar continuidade e aperfeiçoar os seus planos de governo, interrompidos desde sua morte.<sup>326</sup>

Pode-se observar, portanto, que Badger reconhecia que não tinha o mesmo tino e carisma político de Roberto da Silveira. No entanto, se colocava sempre como o único continuador do trabalho do seu irmão caçula e do trabalhismo fluminense.

Do seu lado, Badger da Silveira acusava Tenório do uso da “mais desonesta demagogia de que se tem notícia na história política fluminense” para dividir os votos populares, assim como fez na eleição carioca de 1960 que levou a vitória de Carlos Lacerda. Além de colocar em questão o fato de Tenório ter sido anteriormente udenista e reacionário, mas naquele pleito, apoiado pelo seu antigo rival PCB, apresentava-se como um “homem de esquerda”, sendo assim, um candidato nenhum pouco confiável moralmente.<sup>327</sup>

Apesar dos esforços de Tenório em contestar a vantagem do petebista, o Ministro Badger da Silveira levou a melhor, vencendo as eleições de 1962, com 260.841 mil votos. Entretanto, o candidato a vice-governador pela chapa PTB-PDC, o líder pedecista Athanagildo Ferraz, perdeu para o jornalista João Baptista da Costa, dissidente da UDN. Tenório, por sua vez, conseguiu ser eleito deputado federal pelo estado da Guanabara.

De acordo com Grynszpan, na eleição estadual fluminense, Tenório recebeu 224.734 votos, sendo uma diferença pequena de 36.107 votos para Badger. Os demais candidatos receberam as seguintes quantidades de votos: “150.041 para Paulo

---

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> *Jornal do Brasil, Reforma agrária, educação e industrialização os três pontos do plano de Badger, 05/09/1964, p. 10*

<sup>327</sup> *Última Hora, Plataforma eleitoral da candidatura Badger Silveira (1), 26/09/1964, p.5*

Fernandes; 108.822 para Miguel Couto Filho; 34.135 para Edmundo de Macedo Soares; 79.201 votos em branco e 46.083 nulos”.<sup>328</sup>

A vitória de Badger foi mais uma demonstração de força do trabalhismo fluminense. Levando a consolidação do mito político entorno de Roberto da Silveira. Por sua vez, Tenório Cavalcanti não recebeu bem a derrota e a *Luta Democrática* representou muito bem isso através de suas manchetes, as quais noticiavam que: “A despeito da fraude Tenório está vencendo”<sup>329</sup>; “‘Gang’ de Badger recorre à fraude”<sup>330</sup>; “Reviravolta espetacular nas urnas: POVO ELEGUEU TENÓRIO!”<sup>331</sup>; “Escândalo: votos em branco eram contados para Badger”.<sup>332</sup> Entretanto, nenhuma dessas acusações provaram-se verdadeiras.



Figura 9 - O Mundo Ilustrado, 17/01/1963<sup>333</sup>

Conforme a *Tribuna da Imprensa*, Tenório chegou a ameaçar a tomar posse do mandato pela força ou pela justiça eleitoral. Badger da Silveira respondeu dizendo que não se impressionava “com as declarações de Tenório” e como prova disso estava se preparando calmamente para assumir o governo do estado do Rio e “dar prosseguimento

<sup>328</sup> GRZYNSZPAN, Mário. Op. cit. p. 272

<sup>329</sup> *Luta Democrática, A despeito da fraude Tenório está vencendo*, 09/10/1962. p.1

<sup>330</sup> *Luta Democrática, “Gang” de Badger recorre à fraude*, 09/10/1962. p. 5

<sup>331</sup> *Luta Democrática, Reviravolta espetacular nas urnas*, 14 e 15/10/1962. p.1

<sup>332</sup> *Luta Democrática, Escândalo*, 25/10/1962. p.1

<sup>333</sup> Cartunista Adail José de Paula, *O Mundo Ilustrado*, 17/01/1963. p. 30

à obra administrativa iniciada pelo [seu] irmão Roberto.”<sup>334</sup> Durante o curto governo de Badger, Tenório Cavalcanti continuou tentando na justiça a revogação do mandato do governador petebista.

### 1.7. Plataforma eleitoral de Badger da Silveira

Badger da Silveira tomou posse do governo do estado do Rio de Janeiro, no dia trinta e um de janeiro de 1963.<sup>335</sup> Os três pontos principais de sua campanha foram *reforma agrária, industrialização e educação*. Como já comentado, a plataforma petebista defendia a implementação de uma reforma agrária “progressiva, integrada e funcional”. Além disso, Badger pretendia continuar executando o Plano Piloto de Ação Agrária, implementado inicialmente no governo do seu irmão Roberto da Silveira, buscando acabar com a ação dos grileiros em território fluminense.<sup>336</sup>

Com relação à industrialização, o ministro Badger destacava em seu plano que o estado do Rio de Janeiro não tinha “uma política industrial” (em moldes de São Paulo e Minas Gerais) e devido a isso o setor de indústria fluminense desenvolvia-se “num ritmo extraordinariamente lento”. De acordo com o trabalhista, o estado tinha a capacidade ideal para construir um parque industrial próspero, visto que, era “localizado em meio à região mais industrializada do país.”<sup>337</sup>

Em sua plataforma de governo, Badger da Silveira também ressaltava que o crescimento econômico só seria possível por meio de um “planejado esforço industrial”. Nesse sentido, defendia que a industrialização geraria muitas oportunidades de emprego na região, elevando, assim, os padrões de vida da população fluminense. Ademais, os “crescentes contingentes de mão-de-obra que, anualmente, demandam os mercados de trabalho do Estado” seriam absorvidos, atendendo também a demanda de trabalhadores provindos do campo.

Nas palavras do petebista: “O estabelecimento de uma política de desenvolvimento industrial é um imperativo que não admite mais adiamentos e cuja efetivação não deve medir sacrifícios”.<sup>338</sup> E para isso previa a execução de dezessete diretrizes, dentre elas; 1ª elaborar uma “política estadual de industrialização”; 4ª apoiar as indústrias de base; 6ª criar e dar incentivos a zonas e a cidades industriais; 8ª instituir

---

<sup>334</sup> *Tribuna da Imprensa, Badger será o 6º governador em 5 anos, 21/01/1963. p. 3, grifos nossos*

<sup>335</sup> *Tribuna da Imprensa, Badger assume o governo sem problemas, 01/02/1963. p.3*

<sup>336</sup> *Jornal do Brasil, Candidato do PTB ao Ingá prega união dos democratas contra os dois extremismos, 02/06/1962. p.3*

<sup>337</sup> *Última Hora, Plataforma Eleitoral de Badger Silveira (II), 27/09/1964, p. 5*

<sup>338</sup> *Idem.*

um “fundo de desenvolvimento industrial”; e criar um “laboratório estadual de pesquisas e análises tecnológicas”.<sup>339</sup>

O plano de governo de Badger da Silveira enfatizava que os avanços industrial e econômico estava intrinsecamente atrelados ao desenvolvimento da educação, pois “não é compreensível qualquer forma de progresso material e social sem a execução paralela duma política educacional que conjugue o ensino com as exigências desse progresso”. Na área da educação, o candidato petebista pretendia diminuir o índice estimado em 25% de crianças fluminenses em idade escolar que não eram alfabetizadas e encontravam-se fora das escolas.<sup>340</sup> O slogan de Badger era “nenhuma criança fluminense ficará sem escolas em 1966”.<sup>341</sup>

Entre as dezenove diretrizes propostas pelo trabalhista no campo da educação estavam: 1ª promover a educação para a democracia e para o desenvolvimento; 3ª reduzir o número de crianças não alfabetizadas; 4ª tornar obrigatória a educação primária; 8ª implementar o ensino agrícola, industrial, comercial, conforme as condições de cada região; 10ª criar medidas que facilitassem o acesso de jovens secundaristas nas faculdades técnicas superiores, “com a finalidade de preparar pessoal qualificado indispensável ao desenvolvimento da indústria e da agricultura do Estado”.<sup>342</sup>

Assim, percebe-se que a campanha badgerista relacionava educação com qualificação profissional, ou seja, unicamente como meio de inserção no mercado de trabalho. Entendimento esse bastante recorrente no país, marcado historicamente por um “dualismo educacional”, no qual as elites brasileiras monopolizam o espaço acadêmico (trabalho intelectual), enquanto que o ensino profissionalizante e o trabalho manual são destinados aos filhos da classe trabalhadora, alimentando, assim, a desigualdade social e racial no Brasil.<sup>343</sup>

Durante sua campanha, Badger da Silveira defendeu também à necessidade de ser formar uma frente única contra os extremismos de direita e de esquerda. Segundo o petebista, o Brasil se encontrava em um momento difícil, no qual a democracia estava

---

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> Idem.

<sup>341</sup> *Jornal do Brasil, Reforma agrária, educação e industrialização os três pontos do plano de Badger, 05/09/1964, p. 10*

<sup>342</sup> *Última Hora, Plataforma Eleitoral de Badger Silveira (II), 27/09/1964, p. 5*

<sup>343</sup> CAMPELLO, Ana Margarida; FILHO, Domingos. *Educação Profissional*. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César (Org.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009

sendo constantemente ameaçada por “grupos organizados tentando impor uma ditadura direitista ao País”.<sup>344</sup>

Conforme o então ministro Badger, as “forças golpistas” esperavam “um sinal de fraqueza das forças democráticas” para desferirem um golpe contra a democracia brasileira. Diante disso, era necessário “uma união geral de vigilância democrática”.<sup>345</sup>

De acordo com o *Jornal do Brasil*, Badger da Silveira declarou que daria continuidade ao legado do seu irmão e:

Seguindo o slogan adotado por Roberto, vou dedicar o primeiro ano de meu Governo, se eleito, para consertar e, depois, construir. Minha primeira tarefa será a da recuperação moral, a recuperação do prestígio da autoridade, hoje tão rebaixado depois do Governo do Sr. Celso Peçanha.<sup>346</sup>

Sendo assim, é inegável o fato de que Badger da Silveira, ao decorrer da corrida eleitoral de 1962, prevaleceu-se da memória política e simbólica de seu falecido irmão Roberto da Silveira para se preservar e para manter o PTB no poder fluminense. Fato nunca negado por ele. Contudo, Badger não conseguiu a vitória somente graças à herança política deixada pelo irmão.

Ao longo do capítulo, pode-se observar que o crescimento do trabalhismo no território fluminense foi um fator determinante para a vitória de Badger. E que ele surge como o “continuador” do legado de Roberto e do PTB, num momento complicado do partido em que havia um grande “vácuo no poder” que precisava ser preenchido imediatamente, do contrário, a seção fluminense trabalhista poderia fragmentar-se, perdendo, assim, o capital político conquistado ao longo dos anos.

Além disso, a disputa ideologicamente acirrada com Tenório Cavalcanti também ajudou Badger a conquistar o cargo de governador do estado do Rio. A candidatura de Badger da Silveira era mais palatável para os grupos conservadores que repudiavam Tenório. E o petebista soube usar muito bem esse repúdio, ao alimentar o medo do “perigo comunista”, sobretudo, na conservadora capital fluminense, Niterói.

No segundo capítulo discutiremos o curtíssimo governo Badger (durou apenas quinze meses), visando entender o posicionamento político do governador fluminense

---

<sup>344</sup> *Jornal do Brasil, Candidato do PTB ao Ingá prega união dos democratas contra os dois extremismos, 02/06/1962. p.3*

<sup>345</sup> *Idem.*

<sup>346</sup> *Jornal do Brasil, Reforma agrária, educação e industrialização os três pontos do plano de Badger, 05/09/1964. p. 10*

ao longo da polarização política que marcou o início da década de 1960. Para isso, discutiremos questões importantes que marcaram seu governo, como: luta pela terra, greves trabalhistas na capital fluminense, apoio ao governo do presidente João Goulart, temor anticomunista e golpe civil-militar de 1964.

## Capítulo II: Governo Badger da Silveira (1963-1964)

Eu intransigentemente apoiava tudo do presidente João Goulart<sup>347</sup>

O segundo capítulo tem por objetivo analisar o curto governo Badger da Silveira, a luz da crescente radicalização política que permeou o ano de 1963 e o início de 1964, buscando entender a relação do governador fluminense com a agenda política do presidente João Goulart. Diante disso, problematizamos alguns pontos da administração badgerista, assim como, discutimos o posicionamento político do governador Badger ao longo da conjuntura que antecede e marca o golpe do civil-militar de 1964.

Vale ressaltar que vários acontecimentos do governo Badger estiveram relacionados diretamente com o cenário nacional de crise e de polarização da sociedade que marcaram o governo Goulart. Temas como reforma agrária, greves, austeridade econômica, anticomunismo, entre outros. Antes mesmo de assumir o governo fluminense, no dia 31 de janeiro de 1963, Badger da Silveira já teve importantes questões políticas para tratar publicamente. Uma delas referente à campanha a favor da volta do presidencialismo.<sup>348</sup>

Em 1961, o sistema parlamentarista foi instaurado no Brasil<sup>349</sup>, como “uma solução de circunstância política”, segundo os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes.<sup>350</sup> Isto é, como medida para solucionar a crise político-militar que tomou o país após a renúncia do presidente Jânio Quadros, representante da coligação partidária liderada pela UDN, e, a consequente, investidura do vice-presidente João Goulart, importante liderança do PTB, ao cargo.

O cenário internacional e nacional era tenso. Com o fim da 2ª Guerra Mundial, o panorama internacional ficou marcado por uma disputa político-ideológica

---

<sup>347</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 70

<sup>348</sup> No presidencialismo, “o foco está no presidente e este é eleito por voto direto e normalmente possui autonomia para decidir a composição do governo. Sua estabilidade tem por base o mandato e não depende de apoio legislativo. [...] O sistema político brasileiro é atualmente definido como um presidencialismo de coalizão (Abranches 1988). Esse sistema tem por base um presidente eleito diretamente e com mandato próprio, mas que para governar conta com o apoio de uma coalizão multipartidária.” O (a) presidente (a) é chefe de Estado e de Governo. BATISTA, Marina. *O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão*. Rev. Sociol. Polit., v. 24, n. 57, p. 127-155, mar. 2016

<sup>349</sup> BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, DE 02 DE SETEMBRO DE 1961. Rio de Janeiro, DF.

<sup>350</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 103

protagonizada pelas as duas superpotências mundiais da época: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse período ficou conhecido como Guerra Fria (1945-1989), uma vez que, os dois países com receio de uma *mutual assured destruction (MAD)*<sup>351</sup> não entraram em conflito armado direto. No entanto, ingressaram numa disputa velada por alianças políticas e econômicas para promover seus sistemas econômicos e ideológicos antagônicos: o capitalismo estadunidense e o socialismo soviético.<sup>352</sup>

No início da disputa, a América Latina encontrava-se totalmente alinhada com os interesses estadunidenses, visto que, a proximidade territorial facilitava o diálogo econômico e ideológico. Contudo, a Revolução Cubana, em 1959, balançou e colocou em risco a influência dos EUA no continente americano, ao mesmo tempo em que abriu portas para uma maior difusão de ideias progressivas ou revolucionárias entre as esquerdas. Diante disso, o temor ao “espectro comunista” voltou a rondar o Brasil.<sup>353</sup>

Esse alarde cresceu substancialmente com a posse do presidente João Goulart, em 1961. Como político trabalhista, Goulart era sensível aos debates sociais levantados pelos soviéticos. O medo de um possível “efeito Cuba” no Brasil levou os ministros militares a tentarem impedir a posse de Goulart através de um golpe. Porém, não tiveram sucesso.<sup>354</sup>

Jango conseguiu assumir a presidência da República, mas só depois de intensa manifestação política, defendendo a legalidade da sua posse. Movimento esse liderado pelo então governador gaúcho Leonel Brizola (1958-1962) que contou com o apoio massivo da imprensa, da população e de políticos de diferentes matizes político-ideológicas.<sup>355</sup> Essa mobilização ficou conhecida na literatura como “campanha da legalidade”.

Visando o fim da crise, o Congresso Nacional sancionou o parlamentarismo<sup>356</sup>, restringindo, assim, os poderes executivos do presidente Goulart, sendo essa a principal

---

<sup>351</sup> Destruição mútua assegurada devido ao poder bélico de ambas as nações, sobretudo, com relação à posse de bombas atômicas.

<sup>352</sup> HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed., 42. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>353</sup> A “primeira ‘onda’ anticomunista” é datada de 1935-1937. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta ressalta que o crescente antagonismo às ideias comunistas validou a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932. Além disso, o discurso anticomunista ajudou a legitimar o Golpe de Estado de Vargas, em 1937. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A primeira “onda” anticomunista: 1935/37*. Op.cit.

<sup>354</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit.

<sup>355</sup> Idem.

<sup>356</sup> “No parlamentarismo, o governo somente existe enquanto mantém apoio da maioria do Legislativo e o foco do poder está no gabinete. Quando nenhum partido alcança status majoritário o governo é formado

razão de sua implementação. Contudo, havia uma disposição que previa o fim do sistema parlamentarista, sob determinadas condições. Com base no artigo 25, da Emenda Constitucional nº 4, “poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do término do atual período presidencial”.<sup>357</sup>

De acordo com Ferreira e Gomes, a finalidade desse dispositivo era minar as chances de Jango, de governar num regime presidencialista, deixando a volta do presidencialismo somente para o governo seguinte. O parlamentarismo instaurado no Brasil tinha várias outras incongruências. Os historiadores destacam que a “a falta de clareza da legislação” limitava as ações de João Goulart. E “isso explica sua resistência inicial em aceitar a proposta e, principalmente, seu claro posicionamento a favor do retorno ao presidencialismo, desde o momento da sua posse”.<sup>358</sup>

Foi um período bastante conturbado. Em apenas um ano, o primeiro-ministro brasileiro foi substituído quatro vezes, passando pelo cargo os políticos: 1º Tancredo Neves (PSD); 2º Auro de Moura Andrade (PSD); 3º Francisco de Paula Brochado da Rocha (PSD); 4º Hermes Lima (PSB).<sup>359</sup>

Segundo a entrevista dada por Badger da Silveira, entre os anos de 1981 e de 1982, ele teria sido o autor de uma ação que pretendia anular “a decisão que criou o parlamentarismo”. O ex-governador fluminense afirma que Jango teria o chamado e pedido a ele que entrasse com o processo. Goulart também teria indicado a Badger que contratasse os honorários de determinados advogados para defenderem a causa.

Anos depois ao dar seu depoimento, Badger afirma que ele teria sido utilizado como “instrumento” para inviabilizar o voto de um ministro do Supremo Tribunal Federal, ligado a um dos advogados, como se pode observar no fragmento a seguir:

“Você procura o advogado tal e contrata os honorários com ele.” Eu procurei esse advogado e contratei os honorários com ele, não sei quantos mil cruzeiros, e o Jango pagou a esse advogado. Eu dei a procuração, e o advogado, juntamente com outros advogados,

---

com apoio de uma coalizão multipartidária. Esse é o caso de grande parte das democracias europeias.” Além disso, o chefe de Governo é o (a) primeiro-ministro (a), enquanto que o (a) presidente (a) é chefe de Estado. BATISTA, Marina. Op. cit.

<sup>357</sup> EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, DE 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28/09/2018

<sup>358</sup> KORNIS, Mônica Almeida. *Parlamentarismo: sim ou não?*. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao)>. Acesso em: 26/10/2018

<sup>359</sup> KORNIS, Mônica Almeida. *Parlamentarismo: sim ou não?*. Op.cit.

entraram com essa ação. Acontece que logo depois eu fui procurado por esse mesmo advogado dizendo que havia desistido, que não queria continuar. É porque ele era cunhado de um ministro do Supremo Tribunal Federal e esse ministro era contra a volta do presidencialismo. E com esse advogado cunhado dele assinando a petição, ele estaria impedido. Foi uma forma de impedir esse ministro de participar. Eu sei que esse ministro ficou com um ódio de mim muito grande porque ele pensou que eu tivesse feito isso de propósito. Realmente o propósito foi de torná-lo impedido de participar da votação da ação porque eu dei a procuração para o cunhado dele. Mas eu não conhecia nem o cunhado, não conhecia nada. Achava que eu podia efetivamente entrar com essa ação.<sup>360</sup>

Nota-se, a partir dessa fala que Badger não cita os nomes dos envolvidos. Em outro trecho do depoimento Badger afirma que ação não foi parar na Justiça, “porque logo depois veio o plebiscito”, em janeiro de 1963.<sup>361</sup> Vale a pena destacar que nessa parte da transcrição do documento, a mesma encontra-se com uma marcação de “interrupção de gravação”<sup>362</sup> e dessa forma, não se tem o final da narrativa de Badger sobre o assunto.

Por fim, Silveira não especifica em seu depoimento em qual momento do período parlamentarista teria ocorrido esse pedido de Jango. Nesse momento da entrevista, o ex-governador demonstra-se confuso, chegando a declarar que “isso é uma coisa que eu preciso lembrar melhor”.<sup>363</sup>

Levando-nos a questionar se o mesmo teria ocorrido ou não, já que não temos outras fontes para confrontar, até o momento. Porém, o ponto interessante que podemos tirar desse específico relato de Badger é a forma na qual o ex-governador se vê durante todo esse processo. Isto é, como um relevante sujeito político, o qual teria desempenhado um papel importante durante a empreitada de Jango para desestabilizar o sistema parlamentarista. Ainda que, em determinados momentos, Badger faça uma releitura de seu ato, afirmando que teria sido mero “instrumento” de Jango.<sup>364</sup>

Todavia, o ex-governador antes de finalizar sua narrativa sobre o episódio, ressalta que “não sei se está registrado nos jornais, não me lembro não. Mas eu fui o

---

<sup>360</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 44

<sup>361</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 44

<sup>362</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 44

<sup>363</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 43

<sup>364</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 44

autor dessa ação para anular a decisão que criou o parlamentarismo”.<sup>365</sup> Ou seja, mais uma vez Badger da Silveira destaca o seu protagonismo durante a luta pela volta do presidencialismo.

O que é de fato amplamente conhecido é que o presidente João Goulart promoveu uma campanha a favor da antecipação da realização do plebiscito previsto na EC nº 4. Nessa conjuntura, Badger da Silveira, ainda como candidato ao governo do estado, manifestou-se a favor da realização da consulta pública, afirmando que a volta do presidencialismo ou a continuidade do parlamentarismo seria, assim, “de acordo com a vontade soberana do povo Brasileiro”. Essa declaração foi feita em agosto de 1962, na convenção municipal do PTB em Bom Jesus de Itabapoana (cidade natal do trabalhista), a qual Badger presidiu, segundo publicação do *O Fluminense*.<sup>366</sup>

A proposta de Goulart também foi apoiada por vários políticos que pretendiam se candidatar as eleições presidenciais de 1965, como Juscelino Kubitschek (PSD), Magalhães Pinto (UDN mineira) e Carlos Lacerda (UDN carioca).<sup>367</sup> Ao ser questionado sobre isso durante a entrevista com o professor José Ribas Vieira, Badger da Silveira afirma que nessa época não lhe:

passava que o plebiscito já tinha suas vistas voltadas para a sucessão presidencial. Tanto que na campanha eu não tomei conhecimento de que a UDN estivesse contra o parlamentarismo. Eu achava que aquela vitória do Jango tinha sido uma vitória contra a própria UDN.<sup>368</sup>

Em suas memórias, Badger ainda ressalta que no estado do Rio, o PSD e a UDN teriam ficado omissos, enquanto que as esquerdas teriam dado todo o apoio. “As esquerdas estavam conosco na defesa do presidencialismo”.<sup>369</sup> A crescente demanda política pela realização do plebiscito fez com que o Congresso Nacional antecipasse-o, deixando para o dia 06 de janeiro de 1963.<sup>370</sup>

Em setembro de 1962, durante os momentos finais de sua campanha para o governo do estado do Rio, Silveira declarou ao *Jornal do Brasil* que “a execução da sua plataforma dependerá basicamente do regime que vier a ser instituído no País em

---

<sup>365</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 44

<sup>366</sup> *O Fluminense*, Badger presidiu convenção do PTB de Bom Jesus, 18/08/1962, p. 3

<sup>367</sup> Cf. FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit, p. 52

<sup>368</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 45

<sup>369</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 45

<sup>370</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit.

conseqüência do plebiscito de 6 de janeiro próximo”.<sup>371</sup> Visto que, sua “plataforma foi equacionada em função do regime presidencialista, isto é, foi disposta taticamente para ser comandada pelo Executivo, e não para ter sua execução sujeita ao sabor das oscilações políticas comuns e inerentes ao parlamentarismo”.<sup>372</sup> Vê-se, dessa forma, que Badger tinha um posicionamento favorável ao retorno do presidencialismo, alinhado, assim, com a agenda política do governo federal, antes mesmo de ser eleito governador do estado do Rio.

Após a vitória nas urnas, em outubro de 1962, Badger continuou manifestando-se a favor do sistema presidencialista. Na entrevista concedida anos mais tarde, Silveira ressalta que o próprio Jango teria pedido a ele que participasse da campanha: “então percorri o estado, fiz comícios, participei de toda a campanha como governador eleito”.<sup>373</sup>

Desse modo, o futuro governador fluminense juntou-se a campanha nacional organizada para promover a volta do presidencialismo e o voto “Não” no grande dia.<sup>374</sup> Como apontado por Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes:

Os defensores do presidencialismo precisariam orientar o eleitorado a responder “corretamente” à pergunta que constaria na cédula: “Apóia o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo? Ou seja, para os leitores que apoiavam o retorno ao presidencialismo, a resposta “certa” era NÃO. Portanto, votar NÃO era votar SIM ao presidencialismo. [...] A preocupação era não perder votos – muitos votos – pela própria formulação da consulta plebiscitária.”<sup>375</sup>

Badger liderou a mobilização no estado do Rio, segundo o *Jornal do Brasil*.<sup>376</sup> O que foi reafirmado pelo ex-governador em seu depoimento, no qual ressalta que “o movimento do plebiscito, de um modo geral, foi de um entusiasmo muito grande. E realmente, aqui no Estado do Rio o comando foi meu e teve um êxito muito grande. Mas é que o povo não queria mesmo aceitar aquele golpe que eles deram”.<sup>377</sup>

De acordo com *O Fluminense*, Badger incitou o povo “a derrubar” o ato que instaurou o parlamentarismo no Brasil. Chegando a defender que “o presidente João

---

<sup>371</sup> *Jornal do Brasil*, Badger diz que sua plataforma tem caráter presidencialista, 30/09/1962, p. 11

<sup>372</sup> Idem.

<sup>373</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 43

<sup>374</sup> *Jornal do Brasil*, Goulart e governadores vão lutar pelo presidencialismo, 31/10/1962, p. 3

<sup>375</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p. 127

<sup>376</sup> *Jornal do Brasil*, Proclamação dos resultados do plebiscito só noutro mês, 09/01/1963, p. 3

<sup>377</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 45

Goulart precisa ser libertado desse estranho e confuso regime, para, uma arrancada de três anos, dar ao Brasil condições de liderança em toda a América Latina”.<sup>378</sup> Em seu relato oral, Silveira ressalta que seus discursos a favor da volta do presidencialismo teriam tido o seguinte tom:

Não me lembro bem. Mas eu achava que, como era discurso popular, em praça pública, eu lembro que falava muito que haviam usurpado do presidente João Goulart os poderes que ele havia adquirido quando fora eleito vice-presidente. E que aquilo fora uma manobra, um golpe de direita que, não conseguindo derrubar o presidente, aceitaram, diante do clamor popular, uma forma de diminuir seus poderes como presidente da República. Então era necessário que se fizesse aquele movimento popular e que caminhasse para o plebiscito porque o povo é que iria decidir e não a força. Essa era a tônica de todos os discursos que a gente fazia.<sup>379</sup>

Sem sobressaltos, o “Não” ganhou com cerca de 9,5 milhões de votos. No estado do Rio teria tido 80% votos, conforme afirmação de Badger.<sup>380</sup> E no dia 23 de janeiro de 1963, foi restaurado o sistema de governo presidencialista no Brasil<sup>381</sup>, dando início a uma nova fase do governo Goulart.<sup>382</sup> Sobre a votação, Badger afirmou ao *Jornal do Brasil* estar “satisfeito com os resultados e considerou o comparecimento do povo às urnas como excepcional, ‘porque não houve nenhum estímulo imediato ao interesse pessoal e sim uma manifestação cívica que representou o fortalecimento do regime democrático’”.<sup>383</sup>

## 2.1. Aliança PTB-PSD

Paralelamente a essa discussão, Badger da Silveira formava seu secretariado, criando expectativas sobre quais seriam as articulações políticas da sua administração.<sup>384</sup> Conforme o depoimento do jornalista Rogério Coelho Neto, ao Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, o governo de Badger teria “um

---

<sup>378</sup> *O Fluminense, Badger enxorta a derrubada do Parlamentarismo, 03/01/1963, p. 7*

<sup>379</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 44

<sup>380</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 45

<sup>381</sup> BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6, DE 23 DE JANEIRO DE 1963. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-6-23-janeiro-1963-363624-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29/09/2018

<sup>382</sup> Ibidem.

<sup>383</sup> *Jornal do Brasil, Proclamação dos resultados do plebiscito só noutro mês, 09/01/1963, p. 3*

<sup>384</sup> *Jornal do Brasil, Badger acha que ainda é cedo para divulgar quais serão seus secretários, 11/01/1963, p. 10.*

detalhe interessante” em comparação ao do seu irmão Roberto, o fato de que teria tido maior “independência política”, visto que, Badger teria assumido “menos compromissos eleitorais” ao decorrer de sua campanha.<sup>385</sup>

Já em sua própria entrevista, Badger da Silveira vai além, afirmando que “antes não havia compromisso nenhum” com relação à escolha do secretariado.<sup>386</sup> Entretanto, o PTB fluminense tinha sim um compromisso, sendo esse, com seu companheiro de chapa, o PDC.

Na visão de Coelho Neto, Badger “se elegeu porque era irmão do Roberto, na comoção. Fez algumas alianças, mas não prometendo, não definindo funções: fulano vai ser isso, beltrano vai ser aquilo. Tanto que o PTB teve um espaço muito maior no governo Badger”.<sup>387</sup> Como já discutido, nas eleições de 1958, Roberto da Silveira concorreu através de uma ampla aliança partidária, a “coligação popular-nacionalista”, formada com a finalidade de vencer a hegemonia do PSD no território fluminense. A disputa levou a deterioração da velha relação entre petebistas e pessedistas fluminenses.

Badger, por sua vez, reacendeu as chamas da aliança PTB-PSD no estado do Rio. União rearticulada com o apoio de Amaral Peixoto, presidente do PSD.<sup>388</sup> Ainda em outubro de 1962, logo depois de vencer a eleição, Silveira declarou a imprensa que “embora só tenha compromisso com o Partido Democrata Cristão, aceitará todo e qualquer entendimento com outras agremiações partidárias”.<sup>389</sup> Conforme publicação do *O Fluminense*, Silveira também ressaltou que o seu governo “não abrigará ódio e nem perseguições, mas será energético”.<sup>390</sup>

Segundo *O Jornal*, a inspiração de articular novamente PTB-PSD fluminenses foi sugestão feita pelo próprio Jango ao governador eleito. “[...] dentro do esquema de evitar a aproximação que se observa, no plano nacional, entre os srs. Amaral Peixoto e Herbert Levi, êste presidente da UDN”.<sup>391</sup>

Goulart buscava angariar o apoio de importantes políticos do PSD para conseguir a maioria no Congresso Nacional, na tentativa de neutralizar a oposição dentro do Legislativo, sobretudo, após a volta do presidencialismo. Devido a essa agenda, o rótulo crítico de “conciliador”, que fazia referência ao comportamento

---

<sup>385</sup> COELHO NETO, Rogério. Rogério Coelho Neto (depoimento, 1998). Op. cit, p. 7

<sup>386</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 41

<sup>387</sup> Idem.

<sup>388</sup> *Última Hora, Aliança PSD-PTB também no estado do Rio, 08/01/1963, p. 4*

<sup>389</sup> *O Fluminense, Badger: Vou fazer um govêrno diferente, 18/10/1962, p. 1*

<sup>390</sup> Idem.

<sup>391</sup> *O Jornal, Três secretárias para acôrdo, 05/01/1963, p. 3*

político do presidente, tomou mais força, especialmente entre as esquerdas vinculadas ao discurso cada vez mais radical de Leonel Brizola.<sup>392</sup>

De acordo com *O Jornal*, três secretarias foram oferecidas ao PSD em troca do “apoio da bancada pessedista às medidas legislativas que se fizerem necessárias para derrubar nomeações ou reclassificações de funcionários públicos”.<sup>393</sup> Em contraproposta, o comandante Peixoto defendeu que “os pessedistas aceitariam as Pastas prometidas e mais os postos chaves em todos os municípios onde o partido elegeu prefeitos”.<sup>394</sup> Já conforme o depoimento de Badger, o acordo foi acertado da seguinte forma:

Depois das eleições, evidentemente eu com 16 deputados do PTB não tinha condição de governar. Então telefonei para o Comandante, marquei encontro com ele e nós nos encontramos onde hoje é o Banerj, na Av. Amaral Peixoto. Eu tinha escritório no 8º andar e ele foi lá, conversamos e estabelecemos normas. O PSD, com tantos deputados, eu acho que a cada cinco ou oito deputados, não me lembro bem, daria uma secretaria. Eu tenho a impressão que oito deputados. Então eles teriam duas secretarias: a de Justiça, que ele indicou o Hamilton Xavier, e a de Energia Elétrica que o Amaral indicou um outro nome mas eu perguntei se não poderia ser o Heleno Nunes e ele disse que podia.<sup>395</sup>

Vê-se, assim, que o ex-governador não cita a importância do acordo a nível federal, apontando apenas a necessidade da mesma para a governabilidade do seu mandato. Mas os jornais da época reforçavam a importância de Jango para o realinhamento político a nível estadual dos dois partidos. Por sua vez, a aliança PTB-PSD não foi bem recebida por todos os pessedistas fluminenses, sobretudo, os do interior do estado, segundo publicação do *O Jornal*.<sup>396</sup>

A oposição lembrou a forma como os correligionários do PSD foram tratados pelos petebistas durante o governo Roberto da Silveira, acrescentando que “o acôrdo pode ser muito bom para a cúpula do PSD [...] mas não para nós, pessedistas do interior,

---

<sup>392</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit. p. 145

<sup>393</sup> *O Jornal, Três secretárias para acôrdo, 05/01/1963, p. 3*

<sup>394</sup> *O Jornal, Três secretárias para acôrdo, 05/01/1963, p. 3*

<sup>395</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 41 e 42

<sup>396</sup> *O Jornal, Pessedistas de municípios do interior rebelam-se contra a aliança de cúpula com o PTB, 18/01/1963, p. 6*

que somos, realmente, o sustentáculo do partido, que sofremos as agruras da derrota [...]”.<sup>397</sup> Todavia, o acordo foi fechado e o PSD fez parte do governo Badger.

*O Jornal* destaca que os políticos interioranos também temiam que “o futuro governador venha realmente a cumprir a ameaça de derrubar todos os atos de nomeações dos govêrnos Celso Peçanha e Carvalho Janotti e julgam não colaborar para que centenas de correligionários sofram privações e perseguições”.<sup>398</sup>

Como destacado pelo *O Fluminense*, “em apenas quatro anos”, o estado do Rio teve cinco governadores diferentes: “Roberto Silveira, Celso Peçanha, José Kezen (por alguns dias), José de Carvalho Jannotti e o Des. Luiz Miguel Pinaud”.<sup>399</sup> Em julho de 1962, o governador Celso Peçanha (Fev/1961 – Jul/1962), que tinha assumido o governo após a morte de Roberto, se descompatibilizou do cargo para concorrer ao Senado, pelo PSD.<sup>400</sup>

O então presidente da Assembléia Legislativa do estado do Rio, o deputado José de Carvalho Janotti (PSD), foi quem assumiu o governo no lugar de Peçanha.<sup>401</sup> Segundo o depoimento de Badger da Silveira, ele e o PTB teriam apoiado Janotti,

Em troca disso ele daria três secretarias ou duas secretarias para o PTB. Pois bem, para surpresa minha ele foi eleito. Mesmo com o apoio do PTB, eu não acreditava que ele se elegeria presidente da Assembléia. Bem, ele assumiu, eu estive no palácio, dei os nomes dos secretários que eram do PTB, ele nomeou...<sup>402</sup>

Percebe-se, portanto, a velha política de troca de apoio por cargos. O PTB ficou com a secretária de Finanças e com a Secretária de Transportes. Além disso, pode-se observar também nessa fala de Badger certa confusão ao se referir ao cargo assumido pelo pessedista como “presidente da Assembléia” e não como governador.

José de Carvalho Janotti só assumiu o governo, porque a eleição indireta do vice-governador do estado do Rio, José Kezen (PSD), foi considerada ilegal pelo

---

<sup>397</sup> *O Jornal, Pessedistas de municípios do interior rebelam-se contra a aliança de cúpula com o PTB, 18/01/1963, p. 6*

<sup>398</sup> *O Jornal, Pessedistas de municípios do interior rebelam-se contra a aliança de cúpula com o PTB, 18/01/1963, p. 6*

<sup>399</sup> *O Fluminense, Cinco governadores em quatro anos, 19/01/1963, p. 1*

<sup>400</sup> *Diário Carioca, 07/09/1962, p. 7*

<sup>401</sup> *Diário Carioca, Janotti é o governador: E. do Rio, 07/07/1962, p. 3*

<sup>402</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 40

Tribunal de Justiça Fluminense.<sup>403</sup> A deliberação também foi ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).<sup>404</sup> O Partido Social Trabalhista foi quem impetrou o recurso contra Kezen.<sup>405</sup> Provavelmente, deve ter sido durante essa polêmica que o PTB, encabeçado por Badger, teria endossado Janotti.

Em entrevista concedida posteriormente, Badger ressalta que teria escolhido para assumir a pasta de Transportes do governo Janotti um “apolítico”, isto é, o secretário não era originariamente um político. Com o objetivo de “evitar, amanhã, se eu necessitasse que ele saísse do cargo, ele sairia sem criar problemas de ordem política”.<sup>406</sup>

De acordo com o relato de Badger, o jovem médico Moacir Rodrigues do Carmo escolhido pessoalmente por ele para assumir a secretária de Transportes teria pedido demissão quatro meses depois de empossado. Ao ser questionado por Badger, Moacir teria feito a seguinte acusação, “porque é uma corrupção muito grande e eu estou vendo meu nome sendo envolvido e daqui a pouco e estarei sendo salpicado por essa lama toda. Então eu vou sair, você me desculpe...”.<sup>407</sup> Já a publicação do *Correio da Manhã* destaca que o secretário de Transportes pediu demissão em dezembro de 1962, alegando que saía do cargo devido ao aumento de 20% das passagens de ônibus, concedido contra sua vontade.<sup>408</sup>

Sobre a demissão, Silveira afirma em seu depoimento que teria respondido a Moacir do Carmo: “eu precisava de você até agora, lá, um elemento nosso, o apoio, evidente, pelo menos alguém saber que o Janoti não estava contra nós até agora. De agora em diante ele pode estar porque nós vamos ganhar as eleições de qualquer maneira”.<sup>409</sup> Badger acrescenta que já ali na campanha teria rompido com Janotti.<sup>410</sup>

Em seus governos, Celso Peçanha e Carvalho Janotti foram acusados de fazer várias nomeações, sobretudo de parentes, a cargos públicos. Janotti chegou a nomear

---

<sup>403</sup> Através da emenda estadual nº 51. Cf. DHBB-CPDOC. Verbetes José de Carvalho Janotti. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janotti-jose-de-carvalho>>. Acesso em: 16/10/18

<sup>404</sup> *Última Hora, Inconstitucional a eleição indireta do vice-governador do estado do Rio, 21/07/1962, p. 4*

<sup>405</sup> *O Fluminense, Janotti: Nôvo Governador do Estado, 06/07/1962, p. 1 e 4*

<sup>406</sup> Idem.

<sup>407</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 40

<sup>408</sup> *Correio da Manhã, Notícias Fluminenses, 28/12/1962, p. 4*

<sup>409</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 40

<sup>410</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 41

Peçanha (que não conseguiu ser eleger a senador) a Ministro-Procurador do Tribunal de Contas do estado do Rio<sup>411</sup>, causando muita revolta. Conforme título de publicação do *Diário Carioca*, “Janotti cometeu o ‘escândalo do século’: Celso nomeado!”.<sup>412</sup>

Sobre esse assunto, Badger afirma em sua entrevista que logo depois que foi confirmada sua vitória no pleito de 1962 teria tido um encontro com Carvalho Janotti, no qual teria dito ao pessedista:

Olha, Janoti, você evidentemente tem amigos, tem parentes que você há de querer colocar no estado. Então você toma nota desses nomes todos, vê as vagas que tem e quando faltar uns três ou quatro dias para você sair do governo, você nomeia todo mundo porque eu não vou mexer com ninguém. Evidentemente você vai dispor aí de uns 250, 300 cargos para você nomear seus amigos, parentes. Isso é humano e eu admito que você faça isso. Agora, não comece a fazer nomeações porque senão você vai ficar doido e não vai conseguir governar. Porque o dia em que você nomear um, no dia seguinte tem 10. Se você nomear os 10, no dia seguinte tem 100. Aí você entrar em um tumulto que não vai ter tempo para coisa nenhuma.<sup>413</sup>

Com isso, observa-se que Badger não era contrário a nomeação de parentes para cargos públicos, especialmente, para cargos pré-existentes desocupados ou “entregues” no início de uma nova administração. Como admitido pelo próprio entrevistado “Isso é humano”. A prática do nepotismo<sup>414</sup> é recorrente na história política brasileira. Vale assinalar que uma das primeiras medidas de Badger, ao assumir o Executivo fluminense, foi nomear seu irmão José Teixeira da Silveira à presidência da Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro.<sup>415</sup>

---

<sup>411</sup> *Jornal do Brasil*, Janotti paga dívida a Peçanha nomeando-o para o Tribunal de Contas, 28/11/1962, p.8

<sup>412</sup> *Diário Carioca*, Janotti cometeu o “escândalo do século”: Celso nomeado!, 29/11/1962, p. 7

<sup>413</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 40

<sup>414</sup> O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) define nepotismo como “favorecimento dos vínculos de parentesco nas relações de trabalho ou emprego. As práticas de nepotismo substituem a avaliação de mérito para o exercício da função pública pela valorização de laços de parentesco. Nepotismo é prática que viola as garantias constitucionais de impessoalidade administrativa, na medida em que estabelece privilégios em função de relações de parentesco e desconsidera a capacidade técnica para o exercício do cargo público. O fundamento das ações de combate ao nepotismo é o fortalecimento da República e a resistência a ações de concentração de poder que privatizam o espaço público”. Cf. CNJ. *O que é Nepotismo?*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/campanhas/356-geral/13253-o-que-e-nepotismo>>. Acesso em: 08/11/2018

<sup>415</sup> *O Jornal, Bancos*, 20/01/1963, p. 3. José Silveira era o irmão do meio de Badger e de Roberto. Formado em Medicina pela Faculdade Fluminense de Medicina, começou sua carreira política no Paraná. Como os irmãos, José também era filiado ao PTB. Nas eleições de 1962, o político candidatou-se a deputado federal pelo estado do Rio, mas não conseguiu se eleger, visto que se dedicou mais a campanha de Badger ao governo. Cf. DHBB-CPDOC, *Verbete José Teixeira da Silveira*. Disponível em: <

Atualmente, o STF “consolidou o entendimento de que a proibição do nepotismo é exigência constitucional, vedada em todos os Poderes da República (STF, Súmula Vinculante nº 13, 29 de agosto de 2008)”.<sup>416</sup> No âmbito da administração pública federal, a decisão é regulada através do Decreto nº 7.203, de junho de 2010.<sup>417</sup>

Por outro lado, Badger da Silveira era contra as nomeações em massa e contra criações de cargos unicamente para contemplar familiares e aliados políticos. Em outra parte do seu depoimento, Badger afirma que Janotti teria ficado “tão baratinado no palácio que para o mesmo cargo ele nomeou às vezes até quatro. O que conseguiu tomar posse e ser registrado primeiro no Tribunal de Contas foi o que ficou”.<sup>418</sup>

Tendo em vista isso, Badger chegou a fazer um apelo a Assembleia Legislativa e ao governador Carvalho Janotti para que não fossem criados mais cargos, visando o não emperramento da máquina pública fluminense, conforme reportagem do *Jornal do Brasil*.<sup>419</sup> Amaral Peixoto também entrou na discussão, recomendando aos parlamentares do PSD que evitassem a criação do cargo para Celso Peçanha no Tribunal de Contas do estado.<sup>420</sup> A relação do partido com o ex-chefe do executivo estava bastante tensa, mas Celso Peçanha permaneceu no PSD.<sup>421</sup>

Nessa conjuntura, o *Jornal do Brasil* fez a seguinte crítica numa das suas publicações:

Seguindo naquele ritmo de calamidade pública que caracterizou a passagem do Sr. Celso Peçanha pelo Ingá, o atual Governador fluminense, em conclusão com a Assembleia Legislativa, está ultrapassando todos os índices do despudor administrativo, rompendo tôdas as barreiras de ordem ética e até mesmo das simples preocupações pela opinião de seus coestaduanos.  
[...] Aproximadamente duas mil nomeações [...] foram feitas, após as eleições, para atender uma clientela cuja composição inclui não só os deputados e prefeitos derrotados no pleito recente, como os próprios familiares do Governador Janotti e os membros do seu secretariado

---

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-teixeira-da-silveira>>. Acesso em: 30/09/2018

<sup>416</sup> CNJ. *O que é Nepotismo?*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/campanhas/356-geral/13253-o-que-e-nepotismo>>. Acesso em: 08/11/2018

<sup>417</sup> BRASIL. Decreto nº 7.203, de junho de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7203.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7203.htm)>. Acesso em: 08/11/2018

<sup>418</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 40

<sup>419</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger pede a deputados que não criem empregos, para não agravar déficit*, 01/11/1962, p. 4

<sup>420</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger pede a deputados que não criem empregos, para não agravar déficit*, 01/11/1962, p. 4

<sup>421</sup> *A Noite*, *Continua no partido*, 21/11/1962, p. 2

que, conjuntamente, assinam os respectivos atos de tamanho escândalo.

[...] Os fluminenses estão humilhados e estarecidos. Confiam apenas em que o nôvo Governador, ao assumir o Exército Estadual, tenha fôrça bastante para se voltar inclusive contra seus correligionários e anule toda essa imprudência. Será o seu grande teste como homem público.<sup>422</sup>

Acompanhando a crítica que estava em alta, Badger manifestou-se, mais uma vez, contrário as nomeações em massa, declarando a imprensa que “certas medidas imorais no Estado do Rio”<sup>423</sup> não seriam mantidas na sua administração. Uma vez que, sua principal missão no governo do estado seria a “restauração do conceito e do prestígio da autoridade, bastante abalada”, e que “para isso teremos de tomar as medidas mais drásticas, que poderão desagradar tanto aos que nos apoiaram em nossa campanha eleitoral, quanto aos nossos inimigos políticos”.<sup>424</sup> Diante disso, Badger defendeu uma política de moralização e de austeridade do governo e das instituições públicas fluminenses.

A insatisfação geral com o governo Janotti (Jul/1962 – Jan/1963) era tamanha que se cogitou uma intervenção federal<sup>425</sup> e a abertura de um processo de crime de responsabilidade<sup>426</sup> contra o governador. Ambas as ações foram conjecturadas por desembargadores do Tribunal de Justiça Fluminense.

No dia 18 de janeiro de 1963, Carvalho Janotti renunciou ao cargo, assumindo em seu lugar o presidente do TJ do estado do Rio, o desembargador Luís Miguel Pinaud. Janotti largou o executivo estadual com o objetivo de assumir o cargo de Ministro de Tribunal de Contas fluminense. De acordo com o *Jornal do Brasil*, nomeação que “ganhou numa barganha política com o ex-governador Celso Peçanha”.<sup>427</sup> O velho toma lá dá cá.

Por fim, havia altas expectativas para o governo Badger. Esperava-se que o novo governador resolvesse as questões problemáticas dos governos Peçanha e Janotti, como a crise dos hospitais, o aumento “abusivo” das passagens de ônibus e as contratações em

---

<sup>422</sup> *Jornal do Brasil, Botim fluminense, 18/12/1962, p. 6*

<sup>423</sup> *Jornal do Brasil, Badger diz que vai anular medidas imorais tomadas pelos governos anteriores, 20/01/1963, p. 11*

<sup>424</sup> *Jornal do Brasil, Badger diz que vai anular medidas imorais tomadas pelos governos anteriores, 20/01/1963, p. 11*

<sup>425</sup> *Correio da Manhã, Intervenção no Estado do Rio será requerida quina-feira ao Tribunal de Justiça do Estado, 01/01/1963, p. 6*

<sup>426</sup> *O Jornal, Intervenção no Estado do Rio será requerida quina-feira ao Tribunal de Justiça do Estado, 17/01/1963, p. 5*

<sup>427</sup> *Jornal do Brasil, Janotti deixa Govêrno às pressas para escapar de processo, 20/01/1963, p. 16*

massa no funcionalismo público. Posteriormente, Celso Peçanha e Carvalho Janotti também foram acusados de depredar e de desfalcar parte do patrimônio do Palácio do Ingá<sup>428</sup>, sede e residência oficial dos governos fluminenses, até a fusão na década de 1970.

## 2.2. Secretariado de governo

Em entrevista coletiva, no Hotel Glória, no dia 25 de janeiro de 1963, Badger da Silveira anunciou a composição do seu secretariado de governo. Vários jornais cobriram a notícia, dentre eles: *Jornal do Brasil*<sup>429</sup>, *Última Hora*<sup>430</sup>, *Correio da Manhã*<sup>431</sup>, *O Jornal*<sup>432</sup>, *O Fluminense*<sup>433</sup>. O governador diplomado<sup>434</sup> declarou a imprensa que a escolha dos nomes “foi feita, após acurados estudos e à base de valores partidários, mas sem barganhas e cambalachos prejudiciais aos reais e legítimos interesses do Estado do Rio”. Destacando em seu anúncio que não sofreu pressões de qualquer tipo.<sup>435</sup>

As pastas das secretarias foram compostas, inicialmente, da seguinte forma: **Administração** – João Gomes da Silva (PTB); **Agricultura** – Athanagildo Ferraz (PDC); **Educação** – Válter Pacheco (PTB); **Energia Elétrica** – Almirante Heleno Nunes (PSD); **Finanças** – Jefferson Bruno (técnico); **Justiça** – Hamilton Xavier (PSD); **Obras Públicas** – Egídio Thuler (PTB); **Saúde** – Carlos Antônio da Silva (técnico); **Segurança** – Herval Basílio (PTB); **Trabalho** – Feliciano Costa (PSP); **Transportes** – Edgardo Machado (PTB); **Chefe de Gabinete Civil** – Jorge Loretto (UDN); **Sub-chefe** (secretário particular) – Raul Loureiro Cid; **Chefe de Gabinete Militar** – Coronel Joaquim da Costa Santos.

Nota-se, assim, que foi um secretariado formado unicamente por homens e boa parte desses eram correligionários do PTB (5 no total), como apontado no depoimento do jornalista Rogério Coelho Neto.<sup>436</sup> Uma secretaria foi para o PDC, partido aliado dos trabalhistas fluminenses durante o pleito de 1962. E o nome escolhido foi exatamente o

---

<sup>428</sup> *Jornal do Brasil*, Celso e Janotti levaram porcelanas e cristais e quase destruíram Ingá, 08/03/1963, p.5

<sup>429</sup> *Jornal do Brasil*, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8

<sup>430</sup> *Última Hora*, Badger anuncia secretariado e vai anular nomeações em massa, 26/01/1963, p. 2

<sup>431</sup> *Correio da Manhã*, Badger diz que assume o govêrno com “déficit” de 20 bilhões, 26/01/1963, p. 4

<sup>432</sup> *O Jornal*, Superior a receita o déficit orçamentário que Badger enfrentará, 26/01/1963, p. 3

<sup>433</sup> *O Fluminense*, Badger promete ao povo govêrno de austeridade, 26/01/1963, p. 4

<sup>434</sup> Segundo o esboço autobiográfico de Badger, a ua cerimônia de diplomação ocorreu no dia 15 de dezembro de 1962: “quando saí do Tribunal, tive que subir em uma kombi e fazer um discurso pois a multidão exigia”. SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV. s/p

<sup>435</sup> *O Fluminense*, Badger promete ao povo govêrno de austeridade, 26/01/1963, p. 4

<sup>436</sup> COELHO NETO, Rogério. Rogério Coelho Neto (depoimento,1998). Op. cit.

do candidato a vice na chapa PTB-PDC, Athanagildo Ferraz (presidente da seção fluminense pedecista).

Duas secretarias foram para o PSD (vide acordo), uma para o PSP. Segundo a imprensa, a UDN foi representada na figura de Jorge Loretti. Por sua vez, Badger afirma em seu depoimento que “o Loretti não representava partido nenhum. Ele era um amigo pessoal que havia sido secretário de Administração do Roberto e depois chefe da Casa Civil no final do governo do Roberto. E quando eu assumi, o convidei para ser o chefe da Casa Civil”.<sup>437</sup>

É fato que os udenistas majoritariamente mantiveram-se contrários ao mandato de Silveira, cogitaram até tentar a impugnação da posse do governador eleito, conforme publicação do *O Jornal*.<sup>438</sup> Os demais cargos teriam sido nomeações técnicas. Sobre isso, Badger afirma no seu depoimento que:

Como eu encontrei uma situação financeira no estado muito difícil, e sem crédito, o governo do estado desacreditado, eu então quis fazer um governo sem participação de político militante. Então nomeei o presidente da Associação Médica para secretário de Saúde. Nomeei um amigo meu, que era fiscal de renda aposentado, um advogado, Jefferson Bruno, para a secretaria de Fazenda.<sup>439</sup>

Durante a coletiva de imprensa, Badger da Silveira também tratou de outros pontos importantes de sua futura administração, como o “déficit” orçamentário do estado do Rio<sup>440</sup>, chegando a afirmar que receberia um “Estado falido”.<sup>441</sup> Conforme o *Jornal do Brasil*, Badger exemplificou a crise financeira citando “o fato de o orçamento estadual para 1963 prever uma receita de Cr\$ 25 bilhões, com despesa prevista da ordem de Cr\$ 43 bilhões, o que acarretará um déficit aproximado de Cr\$ 19 bilhões para o presente exercício estadual”.<sup>442</sup> Situação essa reafirmada pelo ex-governador no seu depoimento concedido anos depois.<sup>443</sup>

---

<sup>437</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 85

<sup>438</sup> *O Jornal, Bancada da UDN na Assembleia impugnará posse de Badger e pedirá policiamento reforçado, 30/01/1963, p.6*

<sup>439</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 42

<sup>440</sup> *O Jornal, Superior a receita o déficit orçamentário que Badger enfrentará, 26/01/1963, p. 3*

<sup>441</sup> *Jornal do Brasil, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8*

<sup>442</sup> *Jornal do Brasil, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8*

<sup>443</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 49

Na coletiva, o governador diplomado também advertiu que a situação caótica do estado era “decorrente da amoralidade administrativa, da falta de pudor de alguns políticos que fizeram do Estado uma terra arrasada, como se comprova nas numerosas nomeações de apadrinhados ou nomeações com fins politiquieiros”.<sup>444</sup> Sendo essa declaração uma visível alfinetada aos governos de Celso Peçanha e de Carvalho Janotti.

Como proposta para sanar o déficit orçamentário, Badger anunciou a imprensa que as “primeiras providências serão no sentido de moralizar, com a máxima brevidade, a administração estadual”, sendo a primeira delas: “a exoneração de aproximadamente oito mil funcionários estaduais, “nomeados irregularmente a partir de julho de 1961”<sup>445</sup>, porém os funcionários que ganhavam entorno de 320 mil cruzeiros anuais não seriam afetados, “desde que estes recorram e tenham demonstrado capacidade no trabalho”.<sup>446</sup>

O político fluminense também afirmou que implementaria um programa de emergência, no qual estava previsto “a execução de um plano de economia, que objetivará, principalmente, o reaparelhamento do sistema arrecadador e a contenção, ao máximo, das despesas públicas”.<sup>447</sup> E garantiu que não decretaria “estado de calamidade pública, embora ele exista”.<sup>448</sup> Já em seu relato oral, Badger destaca que a meta inicial de sua administração teria sido “equilibrar o orçamento” já no primeiro ano de governo.<sup>449</sup>

Durante a coletiva de imprensa, Badger da Silveira também assegurou que continuaria com as obras públicas iniciadas ainda no governo do seu irmão. E reforçou que trabalharia no “trinômio Reforma Agrária (‘igual à que manda a Constituição’), Industrialização e Educação”<sup>450</sup>, além disso afirmou que combateria o jogo do bicho e iniciaria uma campanha para que a ponte Rio-Niterói fosse construída.<sup>451</sup> E garantiu, ainda, que estava trabalhando na elaboração de um plano de recuperação da cidade de Niterói, “que prevê a regularização e modernização de todos os serviços públicos da Capital Fluminense”.<sup>452</sup>

---

<sup>444</sup> *Jornal do Brasil*, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8

<sup>445</sup> *Jornal do Brasil*, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8

<sup>446</sup> *Correio da Manhã*, Badger diz que assume o govêrno com “déficit” de 20 bilhões, 26/01/1963, p. 4

<sup>447</sup> *Jornal do Brasil*, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8

<sup>448</sup> *Correio da Manhã*, Badger diz que assume o govêrno com “déficit” de 20 bilhões, 26/01/1963, p. 4

<sup>449</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 49

<sup>450</sup> *Correio da Manhã*, Badger diz que assume o govêrno com “déficit” de 20 bilhões, 26/01/1963, p. 4

<sup>451</sup> *Jornal do Brasil*, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8

<sup>452</sup> *Jornal do Brasil*, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8

Por fim, o governador diplomado asseverou que contava “com a maioria da bancada fluminense (50 deputados num total de 62) e com o apoio do PSD, PSP, PDC, PR, PL e do PTN. Os poucos que não me apóiam eu os desprezo, porque agem contra os interesses do Estado do Rio”.<sup>453</sup>

Em contrapartida, o Diretório Nacional do PST, influenciado por Tenório Cavalcanti (deputado federal eleito pelo estado do Guanabara e principal adversário de Badger na eleição de 1962), impetrou um mandado de segurança contra a posse do petebista, alegando que a diplomação de Badger da Silveira foi autorizada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), “embora soubesse que o seu registro como candidato estava *sub judice* face às dúvidas levantadas quanto à sua elegibilidade, por se tratar de irmão do ex-governador Roberto Silveira”.<sup>454</sup>

O PST também era contra a posse do vice-governador eleito João Baptista da Costa. Tenório alegava que “ele (João Baptista) não poderá ser empossado porque, não havendo Governador, não há vice”.<sup>455</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, essa argumentação do deputado causou espanto no meio político fluminense, porque Baptista da Costa apoiava Tenório com relação à inelegibilidade de Badger.<sup>456</sup> É importante ressaltar que tanto o vice eleito quanto Tenório queriam ser investidos no cargo de governador do estado do Rio, daí o confronto.

Dito isso, o Partido Rural Trabalhista também entrou com recurso contra a posse de Badger da Silveira. O PRT foi o partido que registrou a candidatura de João Baptista da Costa (dissidente da UDN) e buscava que com a cassação do mandato de Badger, o vice fosse empossado no seu lugar.<sup>457</sup>

A ação foi registrada no Tribunal Supremo Eleitoral (TSE). O pedido foi redigido pelo jurista Ivair Nogueira Itagiba. Conforme *O Jornal*, o PRT argumentava “o impedimento do sr. Badger Silveira, com base nos artigos 139 e 140 da Constituição Federal, que declaram inelegíveis os parentes até o segundo grau do governador, para o período subsequente”.<sup>458</sup> Retomando, assim, o mesmo argumento indeferido durante a pré-campanha e a campanha de 1962.

---

<sup>453</sup> *Correio da Manhã*, Badger diz que assume o govêrno com “déficit” de 20 bilhões, 26/01/1963, p. 4

<sup>454</sup> *Jornal do Brasil*, Impugnação de Tenório a Badger sai do TRF para TER, 23/01/1963, p. 10

<sup>455</sup> *Jornal do Brasil*, Impugnação de Tenório a Badger sai do TRF para TER, 23/01/1963, p. 10

<sup>456</sup> *Jornal do Brasil*, Impugnação de Tenório a Badger sai do TRF para TER, 23/01/1963, p. 10

<sup>457</sup> *O Fluminense*, Recurso do PRT contra diplomação de Badger, 29/01/1963, p. 3

<sup>458</sup> *O Jornal*, Novo recurso de posse contra Badger: PRT, 27/01/1963, p. 3

Havia uma expectativa de que os recursos impetrados não fossem julgados a tempo do dia da posse de Badger.<sup>459</sup> Sobre isso, Cavalcanti declarou ironicamente a imprensa, que no caso de sua ação não fosse julgada que:

Tanto melhor se for em março próximo, [...] porquanto, somente assim, o sr. Badger da Silveira, cuja inelegibilidade, (disto estou absolutamente convicto e tranqüilo) será proclamada pelo Supremo, terá oportunidade de preparar o palácio para receber condignamente o legítimo governador do povo, que sou eu mesmo [...].<sup>460</sup>

Percebe-se, assim, que a disputa pelo cargo de governador fluminense continuou, mesmo após o fim das eleições. Com relação a essa situação, Badger afirmou à imprensa que “o Deputado Tenório Cavalcanti gosta de promoção publicitária, e quando não aparece nas manchetes policiais gosta de aparecer em outros tipos de manchetes”.<sup>461</sup> Sobre João Baptista da Costa, o governador eleito disse que era “lamentável” o posicionamento do seu vice, a favor de Tenório.<sup>462</sup>

No entanto, esses intentos de impedir a posse de Badger não vingaram. O desembargador Ferreira Pinto, presidente do TRE fluminense, deu parecer favorável a posse do petebista e de João Baptista da Costa, “alegando, em síntese, que diplomou o Sr. Badger Silveira porque havia concedido o registro de sua candidatura, decisão confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral, e porque o Sr. Badger Silveira obteve maioria dos votos no pleito de 7 de outubro”.<sup>463</sup> Em seu relato, Badger da Silveira resume a situação da seguinte forma:

Com base na Constituição que dizia que, pelo fato de eu ser irmão do Roberto, eu estava impedido de concorrer à sucessão dele. Porque a Constituição parece-me que fala em impedimento no período anterior. E eles entendiam que o período anterior era o período dos quatro anos do governo do Roberto. Mas houve o entendimento de que o período se dividiu em dois. Então foi o período até quando o Roberto morreu e depois veio o Celso e o Janotti e houve essa interrupção no período governamental. E por isso eu pude ser candidato, fui registrado aqui e fui registrado no Tribunal Superior Eleitoral.<sup>464</sup>

---

<sup>459</sup> *Jornal do Brasil, Impugnação de Tenório a Badger sai do TRF para TER, 23/01/1963, p. 10*

<sup>460</sup> *O Jornal, Tenório: tenho tanta certeza de minha vitória que até já organizei meu secretariado, 13/01/1963, p. 7*

<sup>461</sup> *Jornal do Brasil, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8*

<sup>462</sup> *Jornal do Brasil, Badger vai demitir oito mil nomeados desde julho de 1961, 26/01/1963, p. 8*

<sup>463</sup> *Jornal do Brasil, TRE responde a TRF sobre caso Badger, 29/01/1963, p. 5*

<sup>464</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h50min).

Vê-se, portanto, que Badger saiu, mais uma vez, vitorioso dessa batalha extrajudicial, tomando posse no dia 31 de janeiro de 1963, como previsto. E com o amparo da justiça fluminense. Porém, Tenório continuou impetrando recursos contra o mandato de Badger ao longo do governo trabalhista.

### 2.3. Posse do governo do estado do Rio

O dia da posse de Badger da Silveira iniciou-se com uma missa de ação de graças, encomendada pelo PTB, na Catedral de São João Batista, em Niterói. A celebração foi realizada pelo Arcebispo Metropolitano de Niterói Dom Antônio de Almeida Morais Júnior. Durante a missa, o arcebispo pediu a Badger que “se inspirasse sempre no exemplo do seu falecido irmão, o ex-Governador Roberto Silveira, a fim de garantir, em nome de Cristo, uma era de paz para a família fluminense”.<sup>465</sup>

Após a cerimônia religiosa, Badger dirigiu-se a Assembléia Legislativa do Estado do Rio, onde foi empossado pelo então presidente da casa, deputado Antônio Carlos Sá Rego (UDN).<sup>466</sup> De acordo com o *Correio da Manhã*, o restante da bancada da UDN não compareceu a solenidade, pois continuavam negando a elegibilidade de Badger. Em comunicado oficial, o partido declarou que seguiriam numa “linha de independência e vigilância, sem oposição ou apoio ao novo governador”.<sup>467</sup>

Durante seu discurso no Legislativo, Badger da Silveira evocou novamente a memória de Roberto, dizendo que após melhorar a situação financeira do estado, iria concluir as obras iniciadas no governo do seu irmão mais novo. Além de prometer “discriminar, em todo território fluminense, o uso, para bem do povo, do dinheiro público”<sup>468</sup>, reforçando, assim, seu discurso sobre “moralização da vida política e administrativa fluminense”.<sup>469</sup>

O vice-governador João Baptista da Costa e os 62 deputados estaduais eleitos também foram empossados.<sup>470</sup> Em seu discurso de posse, Baptista da Costa declarou que “se colocaria a disposição do Governador para ajudá-lo a devolver ao povo a confiança e a fé nos dirigentes do País e do Estado”.<sup>471</sup> Demonstrando, dessa forma,

---

<sup>465</sup> *Jornal do Brasil*, Badger toma posse evocando o exemplo de Roberto Silveira, 01/02/1963, p. 4

<sup>466</sup> *Correio da Manhã*, Badger e J. Batista já estão empossados no Estado do Rio, 01/02/1963, p. 14

<sup>467</sup> *Correio da Manhã*, Badger tomará posse com UDN ausente por negar elegibilidade, 31/01/1963, p.11

<sup>468</sup> *Jornal do Brasil*, Badger toma posse evocando o exemplo de Roberto Silveira, 01/02/1963, p. 4

<sup>469</sup> *Última Hora*, Povo levou Badger ao lugar de Roberto: iniciada a ação no Ingá, 01/02/1963, p. 2

<sup>470</sup> *O Fluminense*, 62 deputados integrarão o legislativo estadual, 31/01/1963, p. 1

<sup>471</sup> *Jornal do Brasil*, Badger toma posse evocando o exemplo de Roberto Silveira, 01/02/1963, p. 4

certa, aquiescência com o mandato de Badger, ainda que, nos bastidores, esperasse que o mesmo fosse eventualmente impugnado.



Figura 10- Cerimônia de posse na Assembleia Legislativa Fluminense<sup>472</sup>

Depois da solenidade, Badger da Silveira seguiu em carreta pelas ruas da capital Niterói, “sendo saudado pelos moradores dos edifícios localizados na Avenida Amaral Peixoto, por uma chuva de papel picado e por aplausos do povo”.<sup>473</sup> Em sua reportagem, a *Última Hora* ressaltou que Badger tomou posse “levado nos braços do povo”, chegando a fazer um paralelo com a posse de Roberto, em 1959.<sup>474</sup>

<sup>472</sup> *A Noite*, *Badger, Nôvo Governador dos Fluminenses*, 01/02/1963, p. 1

<sup>473</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger toma posse evocando o exemplo de Roberto Silveira*, 01/02/1963, p. 4

<sup>474</sup> *Última Hora*, *Povo levou Badger ao lugar de Roberto: iniciada a ação no Ingá*, 01/02/1963, p. 2

De acordo com o esboço autobiográfico do ex-governador, quando ele saiu do Legislativo “havia também uma grande multidão à porta da Assembléia me saudando e cumprimentando”.<sup>475</sup> Podemos ver isso abaixo em algumas fotos, armazenadas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), que retratam a posse de Badger da Silveira:



Figura 11- Badger deixando a Assembléia Legislativa <sup>476</sup>

---

<sup>475</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p

<sup>476</sup> ARQUIVO NACIONAL, Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_43059\_010. Essa foto não tem legenda, então assumimos que pelo local e pela sequência das fotos, a mesma foi tirada em frente à Assembléia Legislativa Fluminense no dia da posse de Badger.



**Figura 12- Carreata pelas ruas de Niterói<sup>477</sup>**

Segundo o *Jornal do Brasil*, os trabalhadores e os estudantes, de diferentes municípios fluminenses, que foram prestigiar o novo governador, transformaram a posse de Badger numa “verdadeira apoteose popular”. O periódico também destaca que:

A caravana de ônibus, caminhões e automóveis, que acompanhou o Governador Badger Silveira, levou, precisamente, uma hora, para fazer o percurso entre a Assembléia e o Palácio do Governo, sendo constituída por mais de mil veículos.

[...] Desde as primeiras horas da tarde, a exemplo do que ocorrera na posse do Sr. Roberto Silveira, a cidade de Niterói passou a viver um carnaval antecipado. O povo saiu às ruas, agitando, de preferência, bandeiras do PTB, para comemorar a investidura de Badger Silveira no Governo do Estado.<sup>478</sup>

Nota-se, assim, que Badger da Silveira tinha bastante apoio popular, no momento em que assumiu o governo fluminense. E muito desse endosso estava ligado ao capital político e as redes de sociabilidade que Badger e sua família construíram ao longo dos anos, mas também interligado com o próprio crescimento do trabalhismo no estado do Rio.

<sup>477</sup> ARQUIVO NACIONAL, Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_43059\_012.

<sup>478</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger toma posse evocando o exemplo de Roberto Silveira*, 01/02/1963, p. 4

No Palácio do Ingá, o governador Luís Miguel Pinaud, transmitiu o cargo oficialmente para Badger da Silveira.<sup>479</sup> Cerimônia essa realizada “no Salão Nobre do Paço Governamental”.<sup>480</sup> Depois da transmissão de cargo, Badger visitou o túmulo de seu irmão, Roberto da Silveira, prestando homenagens ao ex-governador. Por fim, acompanhado do novo prefeito de Niterói, Sílvio Picanço (PSD), Badger assistiu um desfile carnavalesco na av. Amaral Peixoto,<sup>481</sup> terminando sem incidentes a sua posse.<sup>482</sup>

#### 2.4. Medidas do governo Badger

O primeiro ato do novo governador foi mandar abastecer os hospitais fluminenses com gêneros alimentícios.<sup>483</sup> De forma, a começar a trabalhar na crise hospitalar do estado do Rio.<sup>484</sup> Em sua autobiografia, Badger ressalta que:

Iniciei o governo do Estado do Rio de Janeiro com um déficit orçamentário de 19 bilhões. Os fornecedores haviam suspenso o fornecimento de alimentos e de remédios para os hospitais. Pedi a todos um voto de confiança e no dia em que assumi os fornecedores mandaram caminhões repletos de alimentos para serem distribuídos.<sup>485</sup>

Badger da Silveira também iniciou seu mandato, requisitando um estudo sobre os polêmicos aumentos das tarifas de ônibus concedidos por Carvalho Janotti, em dezembro (20%) e por Pinaud em janeiro (10%).<sup>486</sup> O Secretário de Comunicações e de Transportes, Edgardo Machado (PTB), declarou a imprensa da época que:

para obter o aumento de 10 por cento nas tarifas, o Sindicato dos Empresários de Ônibus justificou que o aumento dos combustíveis provocou uma queda no orçamento das empresas, sem especificar, porém, através de dados concretos e reais, o prejuízo de cada uma delas.<sup>487</sup>

---

<sup>479</sup> DHBB-CPDOC, Verbete Luís Miguel Pinaud. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pinaud-luis-miguel>>. 15/10/2018

<sup>480</sup> *Correio da Manhã*, Badger e J. Batista já estão empossados no Estado do Rio, 01/02/1963, p. 14

<sup>481</sup> *Correio da Manhã*, Badger e J. Batista já estão empossados no Estado do Rio, 01/02/1963, p. 14

<sup>482</sup> *Jornal do Brasil*, Badger toma posse evocando o exemplo de Roberto Silveira, 01/02/1963, p. 4

<sup>483</sup> *Correio da Manhã*, Badger manda abastecer de gêneros alimentícios hospitais do Est. do Rio, 03/02/1963, p. 2

<sup>484</sup> *Jornal do Brasil*, Badger leva alimentos a três hospitais que não tinham nem remédios, 02/02/1963, p. 5

<sup>485</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p

<sup>486</sup> *Jornal do Brasil*, Passagens baixam no E. do Rio, 21/02/1963, p. 11

<sup>487</sup> *Jornal do Brasil*, Badger manda rever as tarifas, 06/02/1963, p. 10

Não muito tempo depois, o governador desautorizou o aumento das passagens. De acordo com o *Jornal do Brasil*, o governo Badger justificou a decisão afirmando que os aumentos “não foram fundamentados em pareceres técnicos e, por isso, devem ser anulados”.<sup>488</sup> Reduzindo, dessa maneira, as passagens dos ônibus em 10%. Além de afirmar a criação de uma comissão “com a tarefa de fixar, em definitivo, os preços que deverão vigorar nas empresas de transportes coletivos”.<sup>489</sup>

A decisão de Badger foi apoiada pelo Conselho Sindical de Niterói, pelo Sindicato de Rodoviários, pela União de Estudantes Fluminenses e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, os quais deliberaram a realização de “um grande comício de apóio à resolução Governamental que vem a encontro do povo, hoje já tão sacrificado pelo aumento de custo de vida”.<sup>490</sup>

Segundo *O Fluminense*, as empresas voltaram a cobrar os preços antigos da passagem menos de um mês depois, em março de 1963.<sup>491</sup> Não tendo muita repercussão na imprensa sobre esse retorno do preço da passagem e o posicionamento do governo sobre o mesmo. Vale lembrar que o periódico fazia oposição a administração badgerista.

Logo depois de assumir a governadoria, Badger da Silveira também assinou seu primeiro decreto de governo, o qual criou dois órgãos públicos: a Comissão Central de Planejamento e Coordenação (Ceplan-central) e as Comissões de Planejamento das Secretarias de Estado (Ceplan-secretarias).<sup>492</sup> Esses aparelhos foram criados com o objetivo de assessorar o governo “em todos os assuntos de planejamento e coordenação de atividades governamentais, nos setores social, econômico, administrativo e financeiro”.<sup>493</sup>

A Ceplan-central tinha como principal finalidade a construção do “Plano Diretor do Desenvolvimento do Estado Rio”, inspirando-se no modelo do Plano Trienal implementado pelo Governo Federal.<sup>494</sup> Conforme o historiador Carlos Eduardo Sarmiento, o plano nacional tinha por objetivo “estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário”, sendo

---

<sup>488</sup> *Jornal do Brasil, Passagens baixam no E. do Rio, 21/02/1963, p. 11*

<sup>489</sup> *Jornal do Brasil, Passagens baixam no E. do Rio, 21/02/1963, p. 11*

<sup>490</sup> *O Fluminense, Outra derrubada à vista: Será tornado sem efeito aumento dos preços dos ônibus, 17/02/1963, p. 4*

<sup>491</sup> *O Fluminense, Passagens de ônibus voltaram aos preços antigos: ontem, 12/03/1963, p. 7*

<sup>492</sup> *Jornal do Brasil, Badger assina decreto criando 2 órgãos para planejar o progresso, 03/02/1963, p. 12*

<sup>493</sup> *Correio da Manhã, Plano Diretor, 03/02/1963, p. 2*

<sup>494</sup> *Correio da Manhã, Plano Diretor, 03/02/1963, p. 2*

essa primeira fase, bastante, ortodoxa.<sup>495</sup> Já a segunda fase do plano previa a implementação das reformas de base,<sup>496</sup> seguindo, assim, uma vertente mais alternativa dos estudos econômicos, baseada na corrente da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).<sup>497</sup>

Idealizado pelo economista Celso Furtado, então ministro extraordinário do Planejamento e principal representante da escola cepalina no Brasil, o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social” foi a principal estratégia econômica do governo Goulart durante o início da etapa presidencialista.<sup>498</sup> Todavia, o plano não vingou vide à crescente oposição de grupos das esquerdas, representadas nas figuras dos políticos Brizola, Francisco Julião e Luís Carlos Prestes, os quais acreditavam que o presidente deveria implementar imediatamente a reforma agrária<sup>499</sup> e que “o plano era apoiado pelas oligarquias para reajustar a contabilidade da espoliação estrangeira”<sup>500</sup>, sendo assim, entreguista. Conforme Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes:

O inovador plano de estabilização elaborado por Celso Furtado e San Tiago Dantas durou apenas quatro meses: de janeiro a abril de 1963. Seu desmonte, em maio, foi crucial na história do governo Goulart. As evidências são de que o presidente não demonstrou efetivo comprometimento com o plano. Ele poderia tê-lo levado mais adiante, mesmo arcando com os custos políticos que, aliás, estavam previstos desde sua formulação. Para não se desgastar e não desagradar seus aliados de esquerda, sobretudo o movimento sindical, abriu mão do plano. Com isso, perdeu a confiança de grupos empresariais que o apoiavam no combate à inflação. De certa forma, facilitou a adesão desses setores aos apelos dos que já se opunham às políticas de seu governo.<sup>501</sup>

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o governador fluminense almejava que a elaboração do plano estadual desenrolar-se de forma harmoniosa, tendo a cooperação de

---

<sup>495</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo*. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_plano\\_trienal\\_e\\_a\\_politica\\_economica](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica)> Acesso em: 31/10/1963

<sup>496</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p. 147

<sup>497</sup> Criada em 1948. Era um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). A CEPAL defendia as seguintes ideias: “a industrialização pela substituição de importações; a deterioração dos termos de troca; a necessidade de proteção do mercado interno; o papel fundamental do Estado no processo de desenvolvimento”, além de cunhar o termo “subdesenvolvimento” para pensar os países da América Latina. Cf. OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Do atraso ao subdesenvolvimento*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/Atraso>>. Acesso em: 31/10/1963

<sup>498</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. Op. cit.

<sup>499</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p. 152

<sup>500</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p. 153

<sup>501</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p. 160

vários organismos públicos, federais e municipais.<sup>502</sup> A assinatura do decreto extinguiu a Comissão de Desenvolvimento, criada em 1961. O acervo do órgão extinto foi transferido para a Ceplan.<sup>503</sup> O periódico destaca que Badger da Silveira justificou a criação dos aparelhos, alegando que

“os novos órgãos visam a conseguir na administração pública do Estado um melhor rendimento técnico, racionalizando e dinamizando as atividades administrativas e permitindo, com a coordenação dos diversos setores, o planejamento do desenvolvimento fluminense”.<sup>504</sup>

Essa ideia de otimização de setores importantes da economia não era nova no cenário político brasileiro. No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foram criados os grupos executivos. Eram órgãos de caráter técnico responsáveis por “elaborar e coordenar os programas setoriais definidos pela política econômica do governo”.<sup>505</sup> Eram ligados diretamente ao Conselho do Desenvolvimento, acelerando, assim, a realização de projetos desenvolvimentistas sem precisar passar pelo Congresso Nacional.<sup>506</sup> Outros grupos executivos foram criados ao longo dos governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964), visando o desenvolvimento de determinados setores no país.<sup>507</sup>

No estado do Rio, o quadro da Ceplan-central foi composto pelo chefe e subchefe de Gabinete Civil do governo e por três assessores de livre escolha de Badger, “entre técnicos em administração, engenheiros e economistas de reconhecida competência em atividades de planejamento e organização”. Enquanto que as Ceplan-secretarias foram formadas por “Diretores de órgãos de importância no funcionamento das secretarias, pelo chefe de Gabinete do Secretário e por um funcionário na qualidade de Coordenador Técnico”, visto que sua principal função era auxiliar os secretários de

---

<sup>502</sup> *Jornal do Brasil*, Badger assina decreto criando 2 órgãos para planejar o progresso, 03/02/1963, p.12

<sup>503</sup> *Jornal do Brasil*, Badger assina decreto criando 2 órgãos para planejar o progresso, 03/02/1963, p.12

<sup>504</sup> *Jornal do Brasil*, Badger assina decreto criando 2 órgãos para planejar o progresso, 03/02/1963, p.12

<sup>505</sup> KORNIS, Mônica. *Grupos Executivos*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-executivos>>. Acesso em: 29/12/2018

<sup>506</sup> Dentre os órgãos criados por JK estavam: GEIA- Grupo Executivo da Indústria Automobilística (1956); GEICON- Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (1958); GEIMAPE- Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (1959); GEAMPE- Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (1960). Cf. CPDOC. *JK: Fatos e Eventos*. Disponível em: <<https://jk.cpdoc.fgv.br/linha-do-tempo/fatos-eventos>>. Acesso em: 29/12/2018

<sup>507</sup> KORNIS, Mônica. *Grupos Executivos*. Op.cit.

governo e seus desempenhos seriam de acordo com as pastas, as quais foram submetidas.<sup>508</sup>

O governo Badger também desenvolveu outros planos. Como o Plano de Ajuda aos municípios, começando por Niterói com o apoio do prefeito da cidade Silvio Picanço; o Plano de aplicação de créditos; o Plano de Eletrificação (elaborada ainda no governo Roberto da Silveira); e o governador tinha o objetivo de colocar em prática um projeto que ligaria por via terrestre as cidades do Rio e de Niterói.

Sobre o projeto, Badger da Silveira afirma em seu depoimento que sua proposta para construção de um túnel ligando o Gragoatá (Rio) ao Calabouço (Guanabara) teria sido boicotada pelo então chefe da casa civil da presidência da República, Darcy Ribeiro. De acordo com Badger, “a interferência do Darcy Ribeiro atrasou uns quatro meses [o projeto] e acabou vindo a Revolução e eu não pude...”.<sup>509</sup>

Badger da Silveira também destaca em seu relato que teria tentado criar uma editora na capital fluminense com a finalidade de editar livros didáticos. Segundo o relato do ex-governador, “o objetivo era reunir um grupo de professores de todas as matérias que anualmente daria o livro, geografia por exemplo, história, e essa editora editaria o livro para ser ou distribuído gratuitamente, se o governo tivesse recursos, ou então pelo preço de custo”. Badger ainda afirma que tudo estaria acertado para a criação da editora e que o maquinário viria da Alemanha, entretanto, o chefe da casa civil teria sido contra e embarrado o projeto.<sup>510</sup>

Conforme o depoimento de Badger da Silveira coletado anos mais tarde, Darcy Ribeiro teria convencido “o presidente João Goulart de que aquilo era um absurdo, que não se podia criar uma editora, não tinha cabimento, não ia dar resultado, que aquilo havia fracassado não sei onde. O fato é que eu não consegui essa editora”. Ao ser questionado sobre os motivos que teriam levado Darcy boicotar suas iniciativas, Badger declara não saber quais seriam e também afirma que: “Ainda tenho vontade de conversar com o Darcy para saber porque ele boicotava as minhas iniciativas”.<sup>511</sup>

Antes de assumir a casa civil, Darcy Ribeiro foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), em 1959, e tinha sido o ministro da educação, durante

---

<sup>508</sup> *Jornal do Brasil*, Badger assina decreto criando 2 órgãos para planejar o progresso, 03/02/1963, p.12

<sup>509</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 47. Grifos Nossos

<sup>510</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 47

<sup>511</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 47

o período parlamentarista. Atualmente está no rol dos principais nomes da educação brasileira.<sup>512</sup> Sendo assim, o episódio narrado por Badger causa certo estranhamento, principalmente, porque o ex-governador não se aprofunda muito na narrativa sobre os motivos que poderiam levar o educador a rechaçá-lo constantemente. Contudo, o que se pode observar a partir desse relato é que Badger não teria tido um fácil trânsito dentro do gabinete de João Goulart, apesar de ser um aliado do presidente e apoiar suas principais medidas de governo.

No segundo semestre de 1963, o governo Badger foi responsável pela criação das Centrais Elétricas Fluminenses (Celf).<sup>513</sup> Proposta essa que já constava na plataforma de campanha do trabalhista.<sup>514</sup> A Celf era uma sociedade de economia mista, na qual o estado do Rio tinha 51% das ações.<sup>515</sup>

Segundo o *Correio da Manhã*, previa-se no projeto de lei que as centrais “poderão organizar, quando e onde convier, subsidiárias ou associar-se a outras empresas, podendo suas atribuições estender-se, também a produção transmissão, e distribuição em grosso de energia elétrica”.<sup>516</sup> Já a *Última Hora* destaca que a empresa iria tornar homogênea a política de energia no território fluminense, além de possibilitar que o governo monopolizasse a energia do estado.<sup>517</sup>

Sobre a estatal, Badger da Silveira declara em seu depoimento que “o objetivo da Celf era ir transferindo para o governo todos os serviços de energia elétrica do estado”. Badger ainda destaca que “inclusive eu havia mandado fazer um levantamento para desapropriar a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, a *Bone & Share*, aqui no Estado do Rio”.<sup>518</sup> As medidas previstas por Badger de controle de serviços essenciais e estatização de empresas estrangeiras ligadas a setores importantes para o desenvolvimento econômico do estado não foram fato isolado do seu governo.

Ainda quando era governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola encampou várias empresas estrangeiras ligadas aos setores de energia e de comunicação, respectivamente: a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, filial da *American and Foreign Power Company* (Amforp), em 1959; e a Companhia Telefônica Rio-

---

<sup>512</sup> GALVÃO, Cláudia. *Darcy Ribeiro*. DHBB-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-darci>>. Acesso em: 06/01/2019

<sup>513</sup> *Jornal do Brasil, Centrais Elétricas*, 10/08/1963, p. 9

<sup>514</sup> *Última Hora, Badger apresenta o seu “Plano Estadual de Eletrificação”*, 04/10/1962, p. 5

<sup>515</sup> *Jornal do Brasil, A semana econômica por João Muniz de Souza*, 01/09/1963, p. 37

<sup>516</sup> *Correio da Manhã, Badger explorará energia*, 17/07/1963, p. 7

<sup>517</sup> *Última Hora, Governo cria “Centrais” para monopolizar a energia do Estado*, 15/07/1963, p. 3

<sup>518</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 60 e 61

Grandense, subsidiária da *International Telephone and Telegraph* (ITT), em 1962.<sup>519</sup> Essas encampações estremeceram a relação entre Brasil e EUA, sobretudo, porque as mesmas foram contemporâneas a Revolução Cubana, representando, assim, um perigo aos interesses econômicos, políticos e ideológicos do governo estadunidense no Brasil.

Jango, por sua vez, desde o início de seu mandato, defendeu “o controle sobre o capital estrangeiro, a nacionalização e a estatização de setores básicos da economia”.<sup>520</sup> Sendo essa, uma bandeira importante do setor nacionalista das esquerdas da época. A tensão entre o governo brasileiro e o governo estadunidense ficou insustentável após Goulart alinhar-se completamente a bandeira das esquerdas nacionalistas que visavam à implementação das reformas de base após o fracasso do plano trienal, ainda em 1963.<sup>521</sup>

De acordo com a *Última Hora* a criação da Celf atraiu empresas para o estado do Rio. O secretário de Energia, almirante Heleno Nunes, afirmou à *Última Hora* que “o ‘Plano de Eletrificação’ do governo Badger Silveira está despertando a confiança de importantes industriais, que já se mostram interessados ou já estão montando novas unidades fabris no território fluminense”.<sup>522</sup> Vê-se, assim, que Badger estava fomentando a industrialização no estado, sendo esse um dos três pilares da sua plataforma de campanha e de governo.

Em suas memórias, o ex-governador afirma que também teria formulado um projeto que buscava promover o turismo no estado, sobretudo, na região dos Lagos e nos municípios de Angra dos Reis e de Parati. Para presidir a FLUMITUR<sup>523</sup>, Badger da Silveira destaca que teria convidado Lucy Bloch, esposa do fundador da revista *Manchete*, Adolfo Bloch.<sup>524</sup> E a esposa<sup>525</sup> do diretor da revista *O Cruzeiro*, Leão Gondin de Oliveira, contudo ela não teria aceitado o cargo, mas teria indicado Acioly Neto “que era secretário d’*O Cruzeiro*”.<sup>526</sup>

---

<sup>519</sup> KELLER, Vilma; DIAS, Sônia; COSTA, Marcelo; FREIRE, Américo. *Leonel de Moura Brizola*. DHBB-CPDOC Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>>. Acesso em: 29/12/2018

<sup>520</sup> PANDOLFI, Dulce. O cenário político-partidário do período. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_cenario\\_politico\\_partidario\\_do\\_periodo](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_cenario_politico_partidario_do_periodo)>. Acesso em: 29/12/2018

<sup>521</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit

<sup>522</sup> *Última Hora*, *Plano de Eletrificação atrai indústrias para o Estado do Rio*, 19/08/1963, p. 3

<sup>523</sup> Fundada em 1960, no governo Roberto da Silveira. Hoje é a Secretária de Estado de Turismo do estado do Rio de Janeiro. TURISRIO. Disponível em: <<http://www.turisrio.rj.gov.br/atribuicoes.asp>>.

<sup>524</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 53

<sup>525</sup> Badger não cita o nome da senhora em questão. E até o momento não consegui encontrá-lo.

<sup>526</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 53

De acordo com Badger, ambas as revistas promoveram esses municípios idílicos do estado do Rio através de várias reportagens. O ex-governador afirma que sua administração teria esperado construir um “núcleo que objetivamente ia receber turistas internacionais que era o *Club Méditerranée*. Eu fui procurado por esse grupo que queria comprar a Praia da Ferradura em Búzios”.<sup>527</sup>

A atriz francesa Brigitte Bardot veio ao Brasil, conforme Badger, para fazer exatamente “uma propaganda já antecipada do *Club Méditerranée*”. O ex-governador fluminense afirma que o grupo teria almejado do:

governo do estado apenas que colocasse água e eu prometi que colocaria água em Armação dos Búzios no prazo que eles pediram. Tanto que já havia feito o estudo, já estava fazendo a demarcação por onde viriam os canos levando água para lá. E eles já estavam iniciando a compra da Praia da Ferradura. Eles iam construir, de início, 300 cabanas mais um centro comunitário onde teria restaurante, uma série de coisas.<sup>528</sup>

Podemos ver na imprensa da época que a atriz de fato veio ao estado do Rio de Janeiro e passou um tempo em Armação dos Búzios, no início de 1964.<sup>529</sup> Tornando-se uma espécie de “embaixatriz” desse balneário que é hoje um dos principais destinos de viagem da população carioca e fluminense e de turistas brasileiros (as) e estrangeiros (as) durante o verão de 40º do estado do Rio.<sup>530</sup> Por fim, Badger da Silveira afirma em seu depoimento oral que “logo depois veio a Revolução”, dando a entender que seu envolvimento com o projeto terminou ali.<sup>531</sup>

Percebe-se, assim, que a maioria das medidas implantadas e propostas por Badger ao longo de seu governo estavam em completa sintonia com o governo federal. Em suma, o governo Badger seguiu abertamente a cartilha desenvolvimentista proposta

---

<sup>527</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 53

<sup>528</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 53

<sup>529</sup> *Jornal do Brasil*, *Brigitte chega hoje com seu noivo brasileiro para ficar no Rio até o carnaval*, 07/01/1964, p. 8; *Última Hora*, *Brigitte Bardot chega ao Rio com o Noivo*, 07/01/1964, p. 2; *Manchete*, *Onde se esconde BB*, n° 620, p. 95

<sup>530</sup> Nesse sentido, em 2014 foi lançado um documentário intitulado “A Búzios de Bardot” sobre a passagem da atriz no Brasil. Cf. *O Globo*, *Há 50 anos, Brigitte Bardot revelava Búzios para o mundo*, 09/02/2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/especiais-bairros/ha-50-anos-brigitte-bardot-revelava-buzios-para-mundo-11535844>>. Acesso em: 05/02/2019

<sup>531</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 53

pelo ministro Celso Furtado. Provando-se, assim, um importante aliado de Goulart durante a crise que marcou os anos de 1963 e início de 1964.

## 2.5. Badger e o funcionalismo público fluminense

Nos primeiros dias de seu governo, Badger da Silveira seguiu sua promessa de enxugar a máquina pública, começando pelo estudo dos quadros de funcionários públicos fluminenses. Através do Decreto nº 10.762<sup>532</sup>, determinou-se o prazo de 10 dias para que a Secretaria de Administração Geral fizesse um “levantamento de todos os atos baixados a partir de 2 de janeiro de 1962 pelos Sr. Celso Peçanha e Carvalho Janotti, referentes à admissão de novos funcionários, transferências indiscriminadas de lotação de cargos e aposentadorias de servidores”.<sup>533</sup> A Secretaria de Educação também deveria seguir o mesmo procedimento para verificar a situação no magistério.

Entre as 23 justificativas para a fundamentação do decreto encontravam-se “1- considerando que é ilegítimo o uso de liberalidade na manipulação da coisa pública, principalmente quando ela se converte em instrumento dócil de satisfação de interesses políticos ou até mesmo de conveniências particulares”; “2- considerando que a criação de cargos, não raro de remuneração polpuda, sem atender às conveniências do serviço público quase sempre vazios de quaisquer atribuições, não consulta o interesse da administração sobre onerar desnecessariamente os cofres públicos”; e:

7- considerando que em tais circunstâncias, impõem-se a adoção de medidas tendentes a pôr termo imediato a situação anômala em que se encontra a Administração Pública, objetivando a restauração de sua moralidade perdida ou de seus interesses menosprezados, como também, a preservação do erário público;<sup>534</sup>

Com publicações de novos decretos e atos de governo, começaram as exonerações e transferências no estado do Rio. Na Secretária de Educação, professoras que tinham sido “irregularmente” transferidas para a capital fluminense foram realocadas no interior do estado, com base no decreto nº 10.764. Na secretária de Agricultura, o secretário Athanagildo Ferraz inviabilizou, através de portarias, a admissão “de funcionários extranumerários mensalistas” admitidos em janeiro de 1963.

---

<sup>532</sup> *Correio da Manhã, Exonerações no RJ só aguardam o exame dos quadros de servidores, 05/02/1963, p. 4*

<sup>533</sup> *Jornal do Brasil, Badger faz levantamento das nomeações assinadas por Peçanha e Janotti, 05/02/1963, p. 5*

<sup>534</sup> *Correio da Manhã, Exonerações no RJ só aguardam o exame dos quadros de servidores, 05/02/1963, p. 4*

Já na Secretária de Saúde e Assistência, assistentes sociais que estavam “à disposição do gabinete do secretário” foram reconduzidas para unidades de saúde na capital e no interior do estado.<sup>535</sup>

O governo Badger também foi atrás dos servidores públicos conhecidos, popularmente como “marajás”<sup>536</sup>, os quais exerciam cargos altamente remunerados (acima de Cr\$ 200 mil cruzeiros mensais), mas de baixa produção e muitas vezes de fachada (fantasia). Em sua entrevista, Badger destaca que os marajás “estavam em todas as secretárias”.<sup>537</sup> Já em sua autobiografia, o ex-governador enfatiza que “eles recebiam salários semelhantes aos desembargadores”.<sup>538</sup>

Essa ação de Badger ficou conhecida na imprensa como “operação-moralidade”.<sup>539</sup> Dentre os funcionários afetados estavam Celso Peçanha (Ministro-Procurador do Tribunal de Contas) e sua esposa Ilka Peçanha (educadora). Segundo o *Jornal do Brasil*, Ilka retornou a função de professora de ensino primário, sendo, portanto, demitida (rebaixada) do cargo de “Consultora Técnica de Educação”, a qual tinha sido nomeada anteriormente pelo marido. Fora os Peçanhas, mais de 80 funcionários foram exonerados dos seus respectivos cargos.<sup>540</sup> O *Correio da Manhã* destaca que as demissões não obedeceram à discriminação partidária, ou seja, pessoal ligado a partidos aliados foram atingidos.<sup>541</sup>

A respeito disso, Badger afirma, em seu depoimento dado anos depois, que: “eram 154 marajás e eu exonerei todos. E, para surpresa minha, depois, 26 eram diretamente ligados a deputados que me apoiavam. Irmão, cunhado ou primo, parente de deputados que me apoiavam. Então exonerei esses marajás”.<sup>542</sup>

Na lista de exonerados também constavam nomes de deputados; de parentes de Carvalho Janotti; e também de familiares de Peçanha.<sup>543</sup> Na imprensa, tinha-se a expectativa de que fossem demitidos mais 9 mil funcionários públicos.<sup>544</sup>

---

<sup>535</sup> *Correio da Manhã, Começou a derrubada prometida pelo governador Badger, 12/02/1963, p. 2*

<sup>536</sup> *Jornal do Brasil, Badger derruba “marajás”, 12/02/1963, p. 12*

<sup>537</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 50

<sup>538</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p.

<sup>539</sup> *Jornal do Brasil, Operação-Moralidade, 14/02/1963, p. 6*

<sup>540</sup> *Jornal do Brasil, Badger derruba “marajás”, 12/02/1963, p. 12*

<sup>541</sup> *Correio da Manhã, Exonerações de Badger no E. do Rio não obedecem a discriminação partidária, 13/02/1963, p. 12*

<sup>542</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 50

<sup>543</sup> *Correio da Manhã, Exonerações de Badger no E. do Rio não obedecem a discriminação partidária, 13/02/1963, p. 12*

<sup>544</sup> *Jornal do Brasil, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10*

Conforme o *Jornal do Brasil*, no decreto constavam as seguintes razões para as demissões: “abuso de poder, pois além dos cargos criados, muitos outros preexistentes são desnecessários ao funcionamento da máquina burocrática”; os cargos “de nomenclaturas variadas, mal encobrendo o propósito de favorecer a determinados grupos, oneraram a fundo as finanças estaduais”;

na sua multiplicidade os ocupantes dos cargos elevados não oferecem nenhuma contraprestação de serviço ao Estado, pois na maioria, o ócio é a atribuição inerente a tais sinecuras, o que não os impede, entretanto, de receber vencimentos e vantagens quase iguais, iguais e até superiores, aos Desembargadores, que integram, depois de espinhosa e longa vida funcional, a mais alta hierarquia da carreira judiciária.<sup>545</sup>

O periódico ainda destaca que a administração badgerista deu ênfase ao fato de que:

um governo que assumiu para com o povo o irrevogável e solene compromisso de pautar os seus atos pela mais rigorosa moralidade administrativa, jamais poderia concordar com a manutenção de todos esses privilégios, afrontosos e altamente lesivos aos cofres estaduais.<sup>546</sup>

Com esses decretos Badger cumpria uma das suas promessas, que era a moralização da máquina pública. Despontando, inicialmente, com uma imagem positiva. Dentre os jornais que saíram em defesa da medida estavam o *Correio da Manhã*<sup>547</sup> e o *Jornal do Brasil*<sup>548</sup>. Conforme o *Correio da Manhã*, a atitude do novo governador “merece aplauso”, ainda que, se esperasse que os exonerados entrassem com recursos na justiça, buscando “a manutenção do filhotismo oficial”.<sup>549</sup>

Entretanto, o periódico acreditava que o Judiciário “em função do bem público, saberá o que fazer”. A única questão que ficou mal resolvida, segundo a imprensa, foi a situação do ex-governador Carvalho Janotti, que não teve o nome relacionado na lista de exonerados. O *Correio da Manhã* saiu em defesa de que Janotti fosse demitido, assim como, Peçanha tinha sido. “**Arcades ambos**”.<sup>550</sup>

---

<sup>545</sup> *Jornal do Brasil*, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10

<sup>546</sup> *Jornal do Brasil*, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10

<sup>547</sup> *Correio da Manhã*, Promessa cumprida, 13/02/1963, p. 6

<sup>548</sup> *Jornal do Brasil*, Operação-Moralidade, 14/02/1963, p. 6

<sup>549</sup> *Correio da Manhã*, Promessa cumprida, 13/02/1963, p. 6

<sup>550</sup> *Correio da Manhã*, Promessa cumprida, 13/02/1963, p. 6

Sobre isso, Badger declarou a imprensa que também pretendia exonerar Carvalho Janotti, mas esperava que fossem concluídos os estudos sobre “se a lei que prorrogou de 60 para 180 dias o prazo para o Sr. Janotti tomar posse no cargo de Ministro é constitucional. Em caso contrário, [...] o ex-Governador também será exonerado[...]”.<sup>551</sup>

Badger da Silveira também enviou uma mensagem juntamente com um projeto de lei a Assembleia Legislativa, “pedindo a extinção dos cargos que se vagaram nos quadros do Poder Executivo e do Tribunal de Contas, em decorrência da dispensa de funcionários”.<sup>552</sup> Como justificativa, o governador enfatizou que os cargos eram “inúteis e onerosos”.<sup>553</sup>

Segundo declaração feita por Badger ao *Jornal do Brasil*, suas medidas tinham sido apoiadas pelo presidente João Goulart, pelo ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, e pelo presidente do PSD, Amaral Peixoto.<sup>554</sup> O governador ainda asseverou que:

os decretos de exoneração fortalecerão ainda mais a sua posição política, sustentando que não perderá, com a medida, a maioria na Assembleia Legislativa, pois os novos Deputados Estaduais também desejam a moralização da administração pública fluminenses.<sup>555</sup>

Logo depois, o governo fluminense publicou outro decreto no Diário Oficial, demitindo cinco mil servidores públicos. Não foram atingidos funcionários que ganhavam até Cr\$ 32 mil mensais. E os demitidos tiveram o prazo de trinta dias para recorrer da decisão na Secretária de Administração Geral.<sup>556</sup> Alguns dos novos exonerados também entraram com recursos no Tribunal de Justiça.<sup>557</sup> Dessa vez, “marajás” e “barnabés”<sup>558</sup> foram demitidos.

Ao contrário do que foi declarado pelo trabalhista em seu relato, ao não fazer discriminação partidária, Badger se colocou numa situação complicada com os partidos

---

<sup>551</sup> *Jornal do Brasil*, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10

<sup>552</sup> *O Fluminense*, Badger iniciou, ontem, a prometida “derrubada”, 13/02/1963, p. 2

<sup>553</sup> *Correio da Manhã*, Exonerações de Badger no E. do Rio não obedecem a discriminação partidária, 13/02/1963, p. 12

<sup>554</sup> *Jornal do Brasil*, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10

<sup>555</sup> *Jornal do Brasil*, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10

<sup>556</sup> *Jornal do Brasil*, Badger demite mais de cinco mil, 15/02/1963, p. 11

<sup>557</sup> *Jornal do Brasil*, 7 recorrem contra atos de Badger, 20/02/1963, p. 5

<sup>558</sup> “sinônimo de funcionário público, principalmente daquele servidor mais humilde, de vida apertada” cf. MORAES, José Geraldo Vinci. *Barnabé, o funcionário*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/barnabe-o-funcionario/>>. Acesso em: 19/10/2018

que tinha se aliado, durante a composição de seu secretariado de governo. Sobretudo, após o decreto dos cinco mil, o qual ficou conhecido, no estado do Rio, como “decreto mata-mendigos”.<sup>559</sup>

De acordo com o *Jornal do Brasil*, “as bancadas do PSD e do PSP se colocaram contra as medidas moralizadoras do Governador Badger Silveira, censurando-o, em notas oficiais, porque exonerou marajás que pertencem aos seus quadros partidários”.<sup>560</sup> Diante disso, o deputado estadual Palmir Silva, então líder do PTB, declarou ao periódico que isso não desmobilizaria o governador de continuar com suas ações para “equilibrar as contas públicas” e que Badger utilizou-se de “um critério justo e humano” para garantir “os direitos dos modestos servidores estaduais”.<sup>561</sup>

O início dos trabalhos na Assembleia Legislativa Fluminense foi marcado pela forte oposição as ações “moralizadoras” de Badger, especialmente, contra as demissões dos ditos “barnabés”. O deputado udenista Simão Mansur foi quem liderou a oposição. Em seu discurso, chegou a questionar o cargo de Ministro de Tribunal de Contas exercido por Badger da Silveira antes de ser eleito governador. Conforme o *Correio da Manhã*, Mansur fez requerimento à mesa diretora, para saber maiores informações sobre os vencimentos de Badger como ministro do Tribunal e Contas do estado (“se, depois de eleito governador, continuo a recebê-los”) e a respeito da situação do trabalhista no cargo público.<sup>562</sup>

Durante entrevista na TV, no programa de Gilson Amado, o governador fluminense declarou que a exoneração dos “marajás” era uma “medida absolutamente necessária”. Ainda afirmou que as nomeações feitas pelos dois governadores que o antecederam tinham sido um golpe contra o erário público.<sup>563</sup> E Badger não parou por aí.

Na seção “Cartas à Redação”, do periódico *Correio da Manhã*, publicado no dia 19 de fevereiro de 1963, Badger da Silveira rebateu algumas das acusações que tinha sofrido ao longo da semana, discutindo alguns pontos da sua política “moralizadora”, numa carta intitulada “**Marajás do RJ**”:

---

<sup>559</sup> *O Fluminense*, *Ilegal o decreto “mata-mendigos”*, 23 e 24/02/1963, p. 2

<sup>560</sup> *Jornal do Brasil*, *Bancadas do PSD-PSP tomam posição contra moralização de Badger no Estado do Rio*, 16/02/1963, p. 5; *O Fluminense*, 19/02/1963, p. 1

<sup>561</sup> *Jornal do Brasil*, *Bancadas do PSD-PSP tomam posição contra moralização de Badger no Estado do Rio*, 16/02/1963, p. 5

<sup>562</sup> *Correio da Manhã*, *Assembleia do estado do Rio inicia seus trabalhos sob forte oposição a Badger*, 19/02/1963, p. 4;

<sup>563</sup> *Última Hora*, *Badger na TV: “Degola” foi medida necessária*, 19/02/1963, p. 2

Em atenção a um editorial publicado na edição do dia 12-2-63 do seu prestigioso matutino, desejo, no empenho de melhor esclarecer a opinião pública e em consideração às tradições do Correio da Manhã, ressaltar os seguintes fatos:

1- No dia 11, assinei um decreto exonerando setenta e nove funcionários, a maioria com vencimentos acima de Cr\$ 200.000;

2- Não demiti até agora senão esses funcionários, conhecidos pelo povo como “marajás”, sendo, portanto, destituída de qualquer fundamento a afirmação de que eu teria apenas demitido pequenos funcionários, nos quais não toquei nem pretendo tocar;

3- Quanto às transferências de professoras, devo informar que assinei um decreto anulando cerca de 300 remoções, ocorridas no último semestre do ano passado e motivadas por interesses políticos menores. Com isso deu-se o fechamento de dezenas de escolas do interior que ficaram sem professoras, uma vez que estas foram removidas para grandes cidades que, aliás, já apresentavam excedentes nos seu quadros do magistério.

Foi, assim, um ato altamente moralizador que veio, inclusive, sanar uma injustiça de que estavam sendo vítimas antigas mestras, que sem “pistolão”, não teriam mais acesso a um final de carreira em centros mais progressistas.

Badger Silveira

Governador do RJ.<sup>564</sup>

Por sua vez, Celso Peçanha, Ilka Peçanha e os outros ex-funcionários<sup>565</sup> demitidos ou rebaixados entraram com recursos contra as exonerações.<sup>566</sup> O ex-governador pessedista alegou que o estado tinha fundos para pagar o funcionalismo. E que Silveira ao afirmar que o estado do Rio estava falido tinha por agenda “três coisas”:

1º) – Forçar o Govêrno federal a conceder-lhe auxílio; 2º) – Impressionar o Tribunal de Justiça, que vai julgar os recursos contra a “derrubada” de servidores; e finalmente, 3º) – instruir os recursos dos servidores exonerados quando êstes forem encaminhados ao Supremo.<sup>567</sup>

A fala de Peçanha é uma resposta a exposição feita pelo governador fluminense, durante conferência no Palácio do Ingá, em março de 1963. Badger da Silveira expôs um relatório oficial, o qual corroborava a informação dada antes de assumir o governo de que a situação financeira do estado fluminense era calamitosa e que o orçamento para o ano de 1963 tinha um déficit de 19 bilhões de cruzeiros. Na reunião, estavam também

---

<sup>564</sup> *Correio da Manhã, Marajás no RJ, 19/02/1963, p. 4*

<sup>565</sup> *Jornal do Brasil, Estado do Rio não dispõe de verba para pagar mês de fevereiro a funcionários, 28/02/1963, p. 4*

<sup>566</sup> *Jornal do Brasil, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10*

<sup>567</sup> *O Fluminense, Celso Peçanha assegura: “Tem recursos, o Estado para pagar o funcionalismo”, 06/03/1963, p. 1*

presentes os presidentes da Assembléia Legislativa, o deputado Cordolino Ambrósio, e do Tribunal de Justiça do estado do Rio, o desembargador José Navega Creton.<sup>568</sup>

De acordo com o *Diário Carioca*, os líderes das bancadas do PSP e do PSD, respectivamente, os deputados Raul de Oliveira Rodrigues e Togo de Barros, afirmaram, dessa vez, que “seus partidos apoiarão o governador Badger da Silveira”.<sup>569</sup>

O líder pessedista chegou a declarar que:

Os números são irresponsáveis e eloqüentes. Depois de ouvirmos a magnífica exposição do governador, desejo reafirmar que o Partido Social Democrático, que apóia a administração de Badger Silveira, vai apoiá-lo com mais entusiasmo na obra patriótica de reerguimento do Estado.<sup>570</sup>

Os presidentes da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, Eneidas Costa, e da Federação das Associações de Servidores, Hélio Drumond também declararam apoio as palavras de Badger e asseveraram que o funcionalismo estava “disposto a apertar o cinto, colaborando na obra do soerguimento das finanças fluminenses”.<sup>571</sup> O governador recebeu apoio até, do então senador, Juscelino Kubistchek.<sup>572</sup> Vê-se, assim, que Badger conseguiu aglutinar as forças políticas para o seu lado novamente, pelo menos nesse primeiro momento.

---

<sup>568</sup> *Diário Carioca*, Badger: Situação financeira do Estado é catastrófica: déficit de 19 bilhões, 06/03/1963, p. 7

<sup>569</sup> *Diário Carioca*, Badger: Situação financeira do Estado é catastrófica: déficit de 19 bilhões, 05/03/1963, p. 9

<sup>570</sup> *Diário Carioca*, Badger: Situação financeira do Estado é catastrófica: déficit de 19 bilhões, 05/03/1963, p. 9

<sup>571</sup> *Diário Carioca*, Badger: Situação financeira do Estado é catastrófica: déficit de 19 bilhões, 05/03/1963, p. 9

<sup>572</sup> *Diário Carioca*, JK telefonou para Badger, 06/03/1963, p. 4



Figura 13- Badger em entrevista coletiva sobre a situação financeira do estado<sup>573</sup>

Por sua vez, Celso Peçanha terminou seu protesto no *O Fluminense*, dizendo que

O funcionalismo e o povo podem estar certos de que o “déficit” alegado pelo Governador é apenas “escritural”, pois só o crescimento vegetativo da receita, que no meu Governo chegou à casa dos 47 por cento e agora é desprezado, basta para cobrir o aumento de despesa havido com pessoal.<sup>574</sup>

As reações contrárias a medida não pararam por aí. Visando noticiar quais eram os principais argumentos contra as demissões em massa, *O Fluminense* consultou o advogado Jorge Sader<sup>575</sup>, que defendia Celso Peçanha e boa parte dos servidores que recorreram contra os decretos das exonerações.<sup>576</sup> No olhar do jurista, “não há tribunal, em qualquer parte do Brasil, capaz de sufragar as decisões governamentais, que sacrificam inúmeras pessoas e excluem do mesmo sacrifício um número muitíssimo maior, sob a evidente influência de critérios políticos [...]”. Sader considerava as disposições inconstitucionais.<sup>577</sup>

Atrelado ao problema das demissões em massa estava à questão do pagamento dos servidores estaduais que permaneceram trabalhando na máquina pública. O governo

<sup>573</sup> Arquivo Nacional, BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_43059\_008, 06/03/1963

<sup>574</sup> *O Fluminense*, Celso Peçanha assegura: “Tem recursos, o Estado para pagar o funcionalismo”, 06/03/1963, p. 1

<sup>575</sup> *O Fluminense*, Ilegal a “derrubada” de funcionários, 12/03/1963, p. 3

<sup>576</sup> *Jornal do Brasil*, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10

<sup>577</sup> *O Fluminense*, Ilegal a “derrubada” de funcionários, 12/03/1963, p. 3

fluminense afirmava não ter verbas suficientes para pagar o funcionalismo<sup>578</sup>, por conseguinte, buscava auxílio do governo federal.<sup>579</sup> Devido a isso, os salários do mês de fevereiro de 1963 foram atrasados.

Segundo o *Correio da Manhã*, os funcionários fluminenses receberiam com “um atraso progressivo, com congelamento de 25% do aumento anterior concedido, pelo prazo de 6 meses.”<sup>580</sup> O *Diário Carioca*, por sua vez, destacou que o governador afirmou que cogitava mandar para o Legislativo Fluminense um projeto de lei, discutindo o corte do aumento de 25% do funcionalismo público.<sup>581</sup>

Na sua primeira entrevista coletiva, após a posse, Badger da Silveira ainda reforçou o discurso de que “o seu primeiro ano, será totalmente de sacrifícios, com medidas que sabe ser antipáticas, mas que só vêm de encontro às reais aspirações do povo fluminense”.<sup>582</sup> Além disso, Badger assegurou “taxativamente”, conforme o *Diário Carioca*, que

já mandei fazer um corte de 40% nas despesas gerais do Estado e mandarei para a Assembleia, uma mensagem aumentando em 20% o impôsto de vendas e consignações, como único meio de colocar em dia o pagamento do funcionalismo e ainda proceder algumas obras no Estado.<sup>583</sup>

Badger também afirmou que iria lançar no território fluminense um concurso ao estilo do “Seu Talão Vale um Milhão”<sup>584</sup>, o qual era um sorteio de compensação tributária que já ocorria em outros estados brasileiros.<sup>585</sup> A proposta já estava há algum

---

<sup>578</sup> *Jornal do Brasil, Estado do Rio não dispõe de verba para pagar mês de fevereiro a funcionários*, 28/02/1963, p. 4

<sup>579</sup> *Jornal do Brasil, Estado do Rio pede ajuda do govêrno federal para pagar ao funcionalismo*, 14/02/1963, p. 10

<sup>580</sup> *Correio da Manhã, Funcionalismo do RJ receberá com atraso e terá redução de 25%*, 07/03/1963, p. 10

<sup>581</sup> *Diário Carioca, Badger anuncia a imprensa: “Drásticas medidas para tirar o Estado do Rio do caos total”*, 07/03/1963, p. 7

<sup>582</sup> *Diário Carioca, Badger anuncia a imprensa: “Drásticas medidas para tirar o Estado do Rio do caos total”*, 07/03/1963, p. 7

<sup>583</sup> *Diário Carioca, Badger anuncia a imprensa: “Drásticas medidas para tirar o Estado do Rio do caos total”*, 07/03/1963, p. 7

<sup>584</sup> *Jornal do Brasil, Badger confessa que não fez obras porque queria o dinheiro para pagar os funcionários*, 07/03/1963, p. 10

<sup>585</sup> Em 1959, o “Seu Talão Vale um Milhão” foi um dos motivos que ocasionou a revolta popular conhecida como a “Guerra do Pente”, na capital do estado do Paraná, Curitiba. Cf. NETO, Jamil Zügeib. *Libaneses na “Guerra do Pente” em Curitiba: Emigração, Sofrimento Étnico e Integração Cultural*. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v1n1/05.pdf>>. Acesso em: 26/10/2018; BORGES, João Bosco Oliveira. Quando Curitiba perdeu a cabeça: uma etnografia da controvérsia em torno da “Guerra do Pente”. 133f (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014

tempo sendo cogitada entre políticos do estado do Rio<sup>586</sup>, haja vista o sucesso do concurso no estado da Guanabara.<sup>587</sup>

Um dia depois das declarações feitas pelo governador à imprensa, a Associação de Magistrados Fluminenses enviou um pedido para o Tribunal de Justiça, solicitando uma intervenção federal no estado do Rio. De acordo com o *Jornal do Brasil*, os juízes alegaram no documento que “o atraso do pagamento do funcionalismo público representa uma coação moral e material sobre os magistrados”. O pedido foi assinado por 13 juízes.<sup>588</sup>

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, consultou juristas para saber se a solicitação feita pelos magistrados tinha fundamento jurídico e os mesmos “consideraram o recurso desprovido de base legal, porque o atraso no pagamento do funcionalismo é fato comum e mesmo rotineiro na vida pública de todos os Estados”.<sup>589</sup> O chefe de gabinete civil do governo, Jorge Loretti, também entrou na discussão, posicionando-se de forma similar aos juristas consultados pelo periódico anteriormente.<sup>590</sup>

Badger da Silveira, que tinha instalado o governo fluminense no Palácio dos Suspiros, em Nova Friburgo<sup>591</sup>, declarou a imprensa não ter conhecimento oficial sobre o requerimento dos magistrados.<sup>592</sup> Ainda a respeito desse assunto fez a seguinte declaração: “acredito que o pedido tenha sido precipitação de um pequeno grupo e não representa o pensamento da grande maioria dos juízes fluminenses. O pagamento do funcionalismo sairá com atraso porque realmente o Estado não pode pagar em dia”.<sup>593</sup> Badger também afirmou que duvidava que os magistrados concordassem com tal medida extrema, já que, “são homens de bem que conhecem a situação aflitiva do tesouro fluminense”.<sup>594</sup>

Logo depois, foi publicado no *Diário Oficial* o anúncio de que os pagamentos dos servidores públicos referente ao mês de fevereiro iriam sair a partir da data daquela

---

<sup>586</sup> *O Fluminense, Chegará a 50 bilhões a arrecadação anual do Estado, 04/01/1963, p. 3*

<sup>587</sup> *O Fluminense, Na Assembléia Legislativa, 17/01/1963, p. 2*

<sup>588</sup> *Jornal do Brasil, Juízes pedem intervenção federal no estado do Rio “porque atraso no pagamento é coação”, 08/03/1963, p. 5*

<sup>589</sup> *Jornal do Brasil, Juízes pedem intervenção federal no estado do Rio “porque atraso no pagamento é coação”, 08/03/1963, p. 5*

<sup>590</sup> *Jornal do Brasil, Pedido de intervenção no Estado do Rio não tem fundamento, afirma Loreti, 10/03/1963, p. 12*

<sup>591</sup> *Jornal do Brasil, Badger como Roberto em Friburgo, 08/03/1963, p. 5*

<sup>592</sup> *Jornal do Brasil, Pedido de intervenção no Estado do Rio não tem fundamento, afirma Loreti, 10/03/1963, p. 12*

<sup>593</sup> *O Fluminense, Badger não crê em intervenção, 10/03/1963, p. 3*

<sup>594</sup> *Diário Carioca, Badger não acredita na intervenção, 10/03/1963, p. 7*

publicação, ainda em março de 1963.<sup>595</sup> Conforme o *Jornal do Brasil*, a concretização do pagamento do funcionalismo, ainda que atrasado, prejudicava o argumento a favor da intervenção no estado do Rio.<sup>596</sup>

Já o *Correio da Manhã* destaca que “o desembargador Cumplido de Sant’Ana, através do presidente do TJ, encaminhou ao governador requerimento de informações a respeito da situação financeira do Estado e do atraso do pagamento”.<sup>597</sup> O periódico também entrevistou Badger da Silveira, o qual afirmou que já tinha entrado em contato pessoalmente com o desembargador e tinha o informado dos motivos do atraso dos vencimentos e a, conseqüente, situação financeira do estado. Além disso, a administração badgerista também enviou ao TJ uma “tabela de pagamento”, especificando em quais dias seriam pagos os servidores, de acordo com o cargo e o local de trabalho.<sup>598</sup>

Enquanto isso, as exonerações continuaram ocorrendo no estado do Rio.<sup>599</sup> E o ex-governador Celso Peçanha teve seu recurso indeferido pela justiça fluminense.<sup>600</sup> Por outro lado, alguns servidores conseguiram liminares contra suas respectivas demissões.<sup>601</sup> O desembargador Nestor Perlingeiro justificou sua decisão da seguinte forma:

A competência de examinar a legalidade configura principalmente na lesão de direitos individuais, decorrentes de atribuições constitucionais. Nestas condições, fixando-se em suas atribuições constitucionais, e considerando que os impetrantes têm mais de cinco anos de serviços públicos, o que lhes dá direito à estabilidade, decidiu pela concessão das liminares.<sup>602</sup>

A política “moralizadora” renderia aos cofres públicos cerca de Cr\$ 200 milhões anuais, segundo informação passada pelo próprio governo fluminense a imprensa.<sup>603</sup> Percebe-se que com essa ação de “caça aos marajás”, Badger conquistou o apoio de parte da imprensa e da população. Ao mesmo tempo em que inicia a restauração das

---

<sup>595</sup> *Jornal do Brasil, Pagamento prejudica intervenção fluminense, 14/03/1963, p. 12*

<sup>596</sup> *Jornal do Brasil, Pagamento prejudica intervenção fluminense, 14/03/1963, p. 12*

<sup>597</sup> *Correio da Manhã, Servidores RJ receberão com atraso a partir de 5ª feira, 12/03/1963, p. 7*

<sup>598</sup> *Correio da Manhã, Servidores RJ receberão com atraso a partir de 5ª feira, 12/03/1963, p. 7*

<sup>599</sup> *Correio da Manhã, Governo do estado do Rio assinou novos atos dispensando servidores, 14/03/1963, p. 15*

<sup>600</sup> *Diário Carioca, Ex-governador perde na justiça, 21/03/1963, p. 7*

<sup>601</sup> *Correio da Manhã, Concedida liminar contra demissões assinadas pelo governador: Estado do Rio, 27/03/1963, p. 7*

<sup>602</sup> *Correio da Manhã, Concedida liminar contra demissões assinadas pelo governador: Estado do Rio, 27/03/1963, p. 7*

<sup>603</sup> *Jornal do Brasil, Badger demiti 80 e promete demitir mais nove mil hoje, 13/02/1963, p. 10*

contas públicas, retirando boa parte dos apadrinhados e aliados políticos de seus opositores das folhas de pagamento do estado.

Sendo, portanto, uma política vitoriosa para a gestão trabalhista que conseguiu de certa forma “retaliar” seus adversários, mantendo um discurso de austeridade econômica e de moralidade política. Embora, Badger da Silveira afirmar, em seus depoimentos, que não fez as exonerações “com objetivo político de vingança, perseguição, nada. Apenas com o objetivo de equilibrar as finanças do estado”.<sup>604</sup>

Em suas memórias, Badger também destaca que foi revendo alguns pontos dos decretos ao decorrer de sua administração, ao passo que a situação financeira do estado foi melhorando, como “readmitir aqueles demitidos que tivessem mais de cinco filhos. No mês seguinte eu mandei readmitir os que tivessem mais de quatro filhos”.<sup>605</sup> A readmissão devido à quantidade de filhos foi noticiada na época pela imprensa.<sup>606</sup>

Na entrevista, o ex-governador fluminense faz um longo balanço sobre as demissões em massa, comentando também a repercussão negativa:

Tem muita gente, e eu acho humano isso, natural, que até hoje tem ódio de mim. É como eu disse: quando se faz um bem, a pessoa pode esquecer, mas quando se faz um mal a pessoa não esquece, é muito difícil. De forma que eu já me encontrei, algumas vezes, com pessoas que vieram me falar isso. Encontrei um cidadão com um cheque na mão de Cr\$ 6 milhões que disse: “Está aqui, dr. Badger, está aqui! Isso eu agradeço ao senhor.” “A mim por quê?” “Porque o senhor demitiu a minha filha e o Paulo Torres renomeou e mandou pagar os atrasados. Eu estou recebendo aqui os atrasados dela: Cr\$ 6 milhões.” Eu falei: “Não, eu não demiti a sua filha. Eu demiti dois mil e tantos funcionários para poder equilibrar a situação financeira do estado. [...] O senhor está me falando como se eu tivesse perseguido a sua filha e eu não sei nem o nome. Não a conheço, não conheço ninguém dos que eu demiti. De forma que é bom que saiba por que eu fiz isso. E é bom que saiba também que eu ia readmitir a sua filha quando chegasse na hora, atrasada, em que o estado tivesse condições de reabsorver.” Ele ficou muito sem graça e tal. Mas de forma que criou uma celeuma, ainda mais que os jornais de oposição aproveitaram para dizer que era uma desumanidade, uma série de coisas. Mas eu sempre fiquei com a minha consciência muito tranqüila pelo fato de não ser movido por uma paixão política, por uma perseguição política, nada disso. Apenas com o objetivo realmente de regularizar a situação do estado. [...] Mas

---

<sup>604</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 50

<sup>605</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 50

<sup>606</sup> *Jornal do Brasil, Governo fluminense manda readmitir extranumerários que tenham muitos filhos, 30/11/1963, p. 13*

isso foi uma das lacunas que ficaram, que eu não pude refazer porque veio a Revolução. Do contrário eu não deixaria um sequer sem retornar ao estado.<sup>607</sup>

Observa-se, assim, que a “operação-moralidade” ou “política moralizadora” foi a primeira batalha política de Badger no comando do estado do Rio. E a polêmica das exonerações continuou durante todo o seu curto governo. A relação Badger x funcionalismo público ainda teria novos desdobramentos ao longo do curto mandato.

## 2.6. O estado do Rio e o estado da Guanabara

Outra questão discutida, simultaneamente, nos primeiros meses do governo Badger foi a questão do abastecimento de água no estado do Rio, sobretudo, com relação ao estado da Guanabara. Uma semana depois da posse de Badger da Silveira, em fevereiro de 1963, as cidades de Niterói e de São Gonçalo ficaram sem água<sup>608</sup>, devido ao desabamento da “ponte sobre o rio Macacu, localizada entre os quilômetros 40 e 41, da Estrada do Contorno, onde passa a tubulação da adutora de Inumana”.<sup>609</sup> O sistema era responsável por “quatro quintos” do fornecimento de água dos municípios gonçalense e niteroiense.

Em nota oficial, o governo fluminense assegurou que o abastecimento nessas cidades normalizaria dentro de 48 horas, após quase uma semana sem água.<sup>610</sup> Até lá, Badger fez um apelo aos proprietários de carros-pipa, “para que os cedam à Superintendência de Águas e Esgotos [de Niterói], a fim de que somados aos que pertencem a SAEN e aos que já estão à nossa disposição, possam contribuir para amenizar os sacrifícios de todos”.<sup>611</sup>

Ainda na mesma semana, de acordo com reportagem da *Última Hora*, Badger da Silveira declarou numa entrevista concedida a uma revista carioca (o jornal não citou qual especificamente) que “não mais permitirá que a água da adutora do Guandu saia do Estado do Rio para a Guanabara e que está disposto mesmo a entrar em choque com o

---

<sup>607</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 50 e 51

<sup>608</sup> *O Fluminense*, Ameaçado o niteroiense ficar sem água dez dias, 08/02/1963, p. 1

<sup>609</sup> *Correio da Manhã*, Ponte que ameaça cair há sete anos desmoronou e Niterói está sem água, 09/02/1963,

<sup>610</sup> *Correio da Manhã*, Normalização da água somente dentro de 48 horas, 13/01/1963, p. 2

<sup>611</sup> *O Fluminense*, Amanhã, ou sexta-feira, a normalização d'água, 13/02/1963, p. 1. Grifo Nosso

Governador Carlos Lacerda por causa da água”.<sup>612</sup> Durante a entrevista, o governador também fez alusão ao fornecimento de energia elétrica, afirmando que:

Imaginem os senhores (disse referindo aos jornalistas) que o Estado do Rio produz energia elétrica em escala quase que bastante para sua auto-suficiência. Entretanto, o que se vê, são indústrias da maior importância para o Estado prejudicadas porque o abastecimento é desviado, como a água, para outros Estados. Isso também vai acabar. O fluminense não pode mais continuar sendo sacrificado em benefício de outros.<sup>613</sup>

Em contrapartida, o *Jornal do Brasil* destaca que Badger desmentiu ter pretensões de cortar o fornecimento de água do Guandu a Guanabara, declaração que tinha sido atribuída a ele por um vespertino carioca (mais uma vez sem especificar qual). O governador declarou que: “nunca pensei em cortar pura e simplesmente a água para o Rio, o que seria uma desumanidade”, porém, ressaltou que “é um absurdo que a Guanabara utilize quase toda a água de nascentes fluminenses”, enquanto que “se sabe que a água destinada aos Municípios fluminenses, pelas adutoras da Guanabara é insignificante”. Tendo em vista isso, o trabalhista garantiu que iria analisar juntamente com “autoridades cariocas” a questão do abastecimento de água e de energia, “possivelmente por intermédio de uma comissão comum que apresente soluções”.<sup>614</sup>

Silveira também sugeriu que iria estudar com o estado da Guanabara e com o governo Federal a possibilidade de uma indenização, com relação ao território cedido para a instalação do Distrito Federal, mais tarde, estado da Guanabara. Com a indenização, Badger esperava “solucionar inúmeros problemas do seu Estado”, segundo reportagem do *Jornal do Brasil*.<sup>615</sup>

Com a crise de abastecimento, os preços de fornecimento de água através de carros-pipa aumentaram de maneira exorbitante. Diante disso, Badger solicitou a abertura de um inquérito para investigar o envolvimento ou não de servidores nas cobranças desmedidas. Vários estabelecimentos públicos e privados ficaram de portas fechadas devido à falta d’água.<sup>616</sup>

---

<sup>612</sup> *Última Hora, Badger: Guanabara não terá mais água do Guandu, 12/02/1963, p. 2*

<sup>613</sup> *Última Hora, Badger: Guanabara não terá mais água do Guandu, 12/02/1963, p. 2*

<sup>614</sup> *Jornal do Brasil, Badger não quer cortar água para o Rio; quer maior cota, 13/02/1963, p. 5*

<sup>615</sup> *Jornal do Brasil, Badger não quer cortar água para o Rio; quer maior cota, 13/02/1963, p. 5*

<sup>616</sup> *Jornal do Brasil, Governo fluminense manda abrir inquérito para apurar comércio da água, 14/02/1963, p. 6*

Sobre as declarações do governador fluminense, o diretor do Departamento de Águas da Guanabara, Veiga Brito, afirmou ao *Jornal do Brasil* que “confirmando a minha expectativa, o governador Badger Silveira desautorizou essas notícias. Era o que dêle esperava e agradeço a sua preocupação em desfazer a intriga”. Segundo a reportagem, o órgão carioca estava ajudando a capital fluminense durante a crise, fornecendo água para maternidades, hospitais, creches e outros estabelecimentos essenciais.<sup>617</sup>

Todavia, a discussão sobre o abastecimento de água continuou viva ao longo dos meses. Em entrevista concedida à Rádio Mayrink Veiga, Badger foi questionado pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio-Guanabara sobre o problema de abastecimento de água na baixada fluminense. Respondendo a pergunta, Silveira afirmou que havia um plano de saneamento desenvolvido para a baixada, consistindo na construção de nove grandes reservatórios, dentre os quais dois já estavam em fase de conclusão e complementou dizendo que o estado tinha recebido verba do Governo Federal para a manutenção do projeto, destacando de forma sutil o vínculo do governo estadual com a Presidência da República. Contudo, o governador fluminense crítica a interferência política de Lacerda no estado do Rio:

[...] soube hoje, que o governador do Estado da Guanabara deu pipas de água ao município de São João de Meriti. Eu não sei qual é a finalidade do governador do Estado da Guanabara fazer isso dentro do Estado do Rio [...] quando nós sabemos que vários bairros do Estado da Guanabara não tem água nenhuma; ou isso é uma provocação, ou isso é uma demagogia, ou isso é uma propaganda eleitoral que não deve ser feita honestamente, desta maneira. [...] Foi até bom fazer esta pergunta, porque provoca esta resposta, que há de ser ouvida por muita gente: Nós temos procurado o entendimento alto em benefício da administração do Estado Rio e do Estado da Guanabara, mas não podemos aceitar uma interferência dessa, senão como [...] provocação ou demagogia ou propaganda eleitoral [...]. De forma que, governos anteriores, que não o Roberto Silveira, permitiram que se tirasse água do Estado do Rio para levar para o Estado da Guanabara; mas vai ser tirada, atendendo aos interesses dos municípios da baixada fluminense. [...] antes do término do meu governo, estará definitivamente resolvido, é o problema da água da baixada.<sup>618</sup>

---

<sup>617</sup> *Jornal do Brasil, Reparos na elevatória deixam sem água 5 bairros da Guanabara, 14/02/1963, p. 5*

<sup>618</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Geral. Notação 90. Dossiê 5. Transcrição da entrevista com o governador Badger Silveira no programa “Conversando com o povo” da Rádio Mayrink Veiga, data não especificada.

Note-se, assim, que os governadores do Rio e da Guanabara estavam em conflito. Conforme as publicações do *Jornal do Brasil*<sup>619</sup> e do *O Jornal*<sup>620</sup>, “a guerra da água”<sup>621</sup> só acabaria após ambos os governos assinarem um convênio elaborado pela administração fluminense que se encontrava sendo analisado por técnicos cariocas, em abril de 1964. Os periódicos destacam um fato comentado por Badger, durante entrevista na rádio, sobre os dois reservatórios construídos. Por fim, ressaltam que os motivos que dificultavam a assinatura do acordo eram “o preço da água e sua regulamentação”.<sup>622</sup>

De um lado, o acordo estabelecia “normas para regularizar a distribuição de água captada em mananciais fluminenses, pelas adutoras da Guanabara, para o abastecimento dos Municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis, Meriti e Caxias”, do outro as autoridades dos dois estados não se entendiam quanto ao valor a ser pago pelos fluminenses que ofereciam pagar Cr\$ 1,20 por metro cúbico, enquanto que os cariocas queriam Cr\$ 6,00 criando, portanto, um impasse.<sup>623</sup>

Muito desse embate administrativo, devia-se também a uma questão político-partidária. Badger da Silveira era correligionário e aliado político do presidente João Goulart, enquanto que Carlos Lacerda era o principal adversário político de Jango, liderando a oposição udenista no estado da Guanabara.

Devido à sua atuação nos meios de comunicação - rádios, jornais e televisão - Lacerda conquistou um importante capital político que contribuiu para difusão das suas ideias anticomunistas e para a consolidação do que seria chamado de *lacerdismo*.<sup>624</sup> Tornando-se um dos nomes mais cotados para substituir Goulart, após as esperadas, mas sumariamente frustradas, eleições presidenciais de 1965.

Realizado no final de março de 1963, o “Congresso Continental de Solidariedade à Cuba” foi outro assunto importante que trouxe à baila os governadores carioca e fluminense. O evento que inicialmente tinha sido cogitado para ser sediado no estado da Guanabara foi proibido por Carlos Lacerda, conforme noticiado por vários

---

<sup>619</sup> *Jornal do Brasil, Lacerda e Badger firmarão convênio sobre água captada no estado do Rio, 03/04/1963, p. 5*

<sup>620</sup> *O Jornal, Guerra da água acaba nos próximos 3 meses com um acordo formado, 07/04/1963, p. 16*

<sup>621</sup> *O Jornal, Guerra da água acaba nos próximos 3 meses com um acordo formado, 07/04/1963, p. 16*

<sup>622</sup> *O Jornal, Guerra da água acaba nos próximos 3 meses com um acordo formado, 07/04/1963, p. 16*

<sup>623</sup> *Jornal do Brasil, Lacerda e Badger firmarão convênio sobre água captada no estado do Rio, 03/04/1963, p. 5*

<sup>624</sup> KELLER, Vilma. *Carlos Lacerda*. DHBB-CPDOC Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Carlos%20Lacerda.pdf>>. Acesso em: 23/10/18

jornais da época: *Correio da Manhã*<sup>625</sup>, *Diário Carioca*<sup>626</sup>, *Jornal do Brasil*<sup>627</sup>, *O Fluminense*<sup>628</sup>, *Última Hora*<sup>629</sup>.

O governador udenista, exímio anticomunista e também conhecido como “o corvo”<sup>630</sup>, considerou que o objetivo do Congresso Pró-Cuba<sup>631</sup> era “a propaganda de guerra, enquadrada na Lei de Segurança Nacional”<sup>632</sup>, além de “criminoso e ilegal”.<sup>633</sup> Já em entrevista para a rede televisiva estadunidense *National Broadcasting Company* (NBC), Lacerda declarou que “nada tinha contra a realização do Congresso, desde que ele fosse efetuado fora da Guanabara”.<sup>634</sup>

Nessa conjuntura, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)<sup>635</sup>, local onde seria realizado o evento no território carioca, a União Nacional de Estudantes (UNE)<sup>636</sup> e vários sindicatos foram alvos de cercos policiais. A Divisão de Polícia Política e Social (DPPS) chegou a ficar de prontidão<sup>637</sup> vide autorização do secretário de segurança carioca, coronel-aviador Gustavo Borges.<sup>638</sup> Além disso, várias prisões foram efetuadas.<sup>639</sup>

Segundo nota oficial emitida pela UNE, a decisão proibitiva de Lacerda era “de caráter nitidamente antidemocrático”, ferindo, assim, “a Constituição Federal naquilo que ela possui de mais democrático, que é a defesa do direito de reuniões e congressos”.<sup>640</sup> A associação estudantil também recorreu contra o cerco, o qual foi submetida.<sup>641</sup> Como podemos observar na foto abaixo:

---

<sup>625</sup> *Correio da Manhã, Impedidos no Rio fidelistas levam congresso para Niterói, 27/03/1963, p. 12*

<sup>626</sup> *Diário Carioca, Congresso pró-Cuba deixa a GB pelo Estado do Rio, 27/03/1963, p. 1 e 3*

<sup>627</sup> *Jornal do Brasil, Congresso pró-Cuba foi instalado em Niterói, 27/03/1963, p. 4*

<sup>628</sup> *O Fluminense, Badger, Lacerda e Congresso Pró-Cuba, 29/03/1963, p. 1*

<sup>629</sup> *Última Hora, Começou, em Niterói, o Congresso Pró-Cuba, 27/03/1963, p. 11*

<sup>630</sup> Chamado assim pelo jornal trabalhista, *Última Hora*, e pela oposição.

<sup>631</sup> Como ficou popularmente conhecido.

<sup>632</sup> *Jornal do Brasil, Congresso pró-Cuba foi instalado em Niterói, 27/03/1963, p. 4*

<sup>633</sup> *Jornal do Brasil, Danilo quis dizer a Krueger por que Lacerda impediu o Congresso de apoio a Cuba, 29/03/1963, p. 4*

<sup>634</sup> *Jornal do Brasil, Lacerda fala à NBC, 27/03/1963, p. 4*

<sup>635</sup> *Correio da Manhã, Impedidos no Rio fidelistas levam congresso para Niterói, 27/03/1963, p. 12*

<sup>636</sup> *Jornal do Brasil, Cêrco a UNE, 29/03/1963, p. 4*

<sup>637</sup> *Jornal do Brasil, DPPS de prontidão, 28/03/1963, p. 5*

<sup>638</sup> *Diário Carioca, Congresso pró-Cuba deixa a GB pelo Estado do Rio, 27/03/1963, p. 1 e 3*

<sup>639</sup> *Jornal do Brasil, Exército daria ajuda, 27/03/1963, p. 4*

<sup>640</sup> *Diário Carioca, Congresso pró-Cuba deixa a GB pelo Estado do Rio, 27/03/1963, p. 1 e 3*

<sup>641</sup> *Jornal do Brasil, Presidente da UNE recorre na Justiça contra cerco da PM, 29/03/1963, p. 4*



Figura 14- Cerco sob a sede da UNE, na Guanabara <sup>642</sup>

Enquanto isso, o arcebispo da Guanabara D. Jayme de Barros Câmara louvava a atitude do udenista <sup>643</sup>, chegando a enviar um telegrama para Lacerda, manifestando seu apoio:

Excelentíssimo senhor Governador Carlos Lacerda.

Acompanhando a marcha dos acontecimentos relacionados com o Congresso de apoio ao regime comunista cubano, louvo a enérgica atitude de Vossa Excelência, baseada em dispositivos legais, impedindo que a Guanabara se transforme num campo de agitação. Cordialmente, D. Jayme Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro. <sup>644</sup>

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o IBOPE realizou uma pesquisa durante esse período, na qual registrou que 63% da população do estado da Guanabara apoiaram a decisão do governador carioca, enquanto que apenas 19% disseram que não. Além de evidenciar que 49% concordavam com a idéia, veiculada por Lacerda, de que o Congresso de Solidariedade a Cuba “ameaçaria as instituições democráticas e a segurança nacional”. Esses dados mostram, portanto, “o afloramento da sensibilidade anticomunista” na Guanabara. <sup>645</sup>

O governador carioca também foi apoiado pela Confederação Nacional de Comércio que acusou a necessidade da “criação de um órgão especial destinado ao

<sup>642</sup> *Correio da Manhã*, 29/03/1963, p. 14

<sup>643</sup> *Jornal do Brasil*, *Cardeal louva Lacerda*, 27/03/1963, p. 4

<sup>644</sup> *Correio da Manhã*, *Cardeal apóia o govêrno GB contra Congresso*, 27/03/1963, p. 12

<sup>645</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião*. Revista Tempo, vol. 20, 2014, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, p. 8

esclarecimento da opinião pública sobre os perigos do comunismo”.<sup>646</sup> O *Jornal do Brasil* destaca que Jango aceitou a proibição conferida por Lacerda, contrariando, a Frente Parlamentar Nacionalista que queria o apoio do presidente para retificar a decisão.<sup>647</sup>

Conforme o *Jornal do Brasil*, o governo federal não tinha respaldo jurídico para recorrer da decisão, visto que, o governador cumpriu com os prazos legais de informar o Tribunal de Justiça carioca sobre os motivos da sua polêmica determinação, com base na Lei 1.207/1950.<sup>648</sup> O então Ministro da Justiça João Mangabeira chegou a declarar que “o Lacerda age sempre erradamente. Pela primeira vez, ele está certo. Não devia proibir o Congresso, mas que pode proibi-lo, não há dúvida”.<sup>649</sup> Segundo análise do próprio periódico, toda a situação referente à proibição do congresso foi um “exercício de tática”:

*Resumindo, pode-se dizer que dois motivos levaram o Sr. João Goulart a agir como agiu, negando cobertura aos que pretendiam responder uma provocação com outra provocação:*

- 1- *O ato do Govêrno da Guanabara poderia ser acoimado de escandaloso e até acusado de haver dado ao Congresso pró-Cuba uma projeção popular e internacional que normalmente não teria; mas era um ato perfeitamente justificável dentro do formalismo legal, contra o qual, portanto, nada deveria fazer o Govêrno da República.*
- 2- *Com a proibição do Congresso pró-Cuba, o Governador da Guanabara tentava arrastar o Presidente da República a uma luta em tôrno de tema explosivo, cuja exploração no exterior, desprezado o lastro de rancor pessoal e político que está na tradição da vida política brasileira, serviria ao objetivo do primeiro, que era expor o segundo à opinião americana como um filocomunista.*<sup>650</sup>

Vê-se, portanto, que inicialmente o *Jornal do Brasil* tinha uma postura “cordialmente” crítica com relação ao governo Goulart, não oferecendo ainda uma oposição sistematizada, como ocorre nas vésperas do golpe civil-militar de 1964.

Nessa conjuntura bastante acirrada ideologicamente, o governador Badger da Silveira aceitou sediar o “Congresso pró-Cuba” na capital fluminense, baseando-se no direito constitucional de “liberdade de reunião e de pensamento”.<sup>651</sup> A decisão foi ratificada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio, “através de dois terços de sua

---

<sup>646</sup> *Jornal do Brasil, Propaganda contra o comunismo, 28/03/1963, p. 5*

<sup>647</sup> *Jornal do Brasil, Goulart aceita proibição a Congresso pró-Cuba, 27/03/1963, p. 1*

<sup>648</sup> *Jornal do Brasil, Lacerda comunica proibição, 27/03/1963, p. 4*

<sup>649</sup> *Jornal do Brasil, Coluna do Castello: Govêrno está perplexo: Lacerda dentro da lei, 29/03/1963, p. 4*

<sup>650</sup> *Jornal do Brasil, Proibição do Congresso foi exercício de tática, 29/03/1963, p. 6*

<sup>651</sup> *Jornal do Brasil, Congresso pró-Cuba foi instalado em Niterói, 27/03/1963, p. 4*

bancada”<sup>652</sup>, demonstrando, assim, que o governador tinha o apoio da maioria no legislativo.

De acordo com nota oficial divulgada pela Agência de Informações Fluminense (AIF): “O Govêrno fluminense está atento a tôda e qualquer manifestação que importe em transgressão a preceitos de nossa Carta Magna”.<sup>653</sup> Percebe-se, desse modo, que Badger atuou como “fiel da balança” na disputa entre Jango e as esquerdas x Lacerda e as direitas, ao autorizar a realização do congresso em Niterói.



Figura 15- Charge sobre Lacerda e a ida do Congresso para Niterói<sup>654</sup>

Após a decisão de Badger, Lacerda enviou uma tropa de choque da PM para a Praça Quinze, local onde, até hoje, fica localizada a estação das barcas que é responsável pela ligação Rio-Niterói. Na batida, os policiais cariocas prenderam entorno de 40 pessoas que estavam indo, para a capital fluminense, participar do congresso. O grupo foi levado para a DPPS.<sup>655</sup>

Primeiro, o evento tinha sido cogitado em ser sediado no estádio Caio Martins, localizado em Icaraí. Mas, por fim, ocorreu na sede do Sindicato dos Operários Navais, em Niterói.<sup>656</sup> Todavia, Badger não escapou das críticas. De acordo com *O Fluminense*, a Legião Brasileira Anti-Comunista (LBAC) liberou nota oficial afirmando que lamentava:

<sup>652</sup> *Diário Carioca*, Congresso pró-Cuba deixa a GB pelo Estado do Rio, 27/03/1963, p. 1 e 3

<sup>653</sup> *Jornal do Brasil*, Congresso pró-Cuba foi instalado em Niterói, 27/03/1963, p. 4

<sup>654</sup> *Jornal do Brasil*, 28/03/1963, p. 5

<sup>655</sup> *Correio da Manhã*, Impedidos no Rio fidelistas levam congresso para Niterói, 27/03/1963, p. 12

<sup>656</sup> *Diário Carioca*, Congresso pró-Cuba deixa a GB pelo Estado do Rio, 27/03/1963, p. 1 e 3

o gesto infeliz do Governador Badger Silveira que, no momento em que poderia se projetar nacionalmente como intemerato defensor das verdadeiras liberdades públicas, defensor intransigente da Constituição, determinando o respeito ao preceituado pela Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional), vem numa atitude que muito o deprecia junto aos verdadeiros e denodados patriotas que há muitos anos combatem a inflação comunista no país, autorizar, permitir a realização desse malfadado Congresso que enodoa as nossas tradições democráticas de povo livre e amante do respeito à dignidade e as liberdades públicas.<sup>657</sup>

De um lado, a entidade anticomunista advertiu Badger, afirmando que o governador ainda lamentaria a sua decisão de autorizar o “Congresso Vermelho Pró-Cuba”<sup>658</sup>, o que mais tarde se provaria verdadeiro. De outro, a LBAC elogiou o comportamento de Lacerda que “enfrentando todos os perigos, todos os percalços e o próprio Governo Federal, ameaçado até de intervenção, proibiu a realização do Congresso soviético nas livres terras da Guanabara”.<sup>659</sup>

Com reportagem intitulada, em letras pequenas, “Afirma Legião Anti-Comunista” e em letras garrafais, “Carlos Lacerda cumpriu a lei: Badger Silveira descumpriu-a”, *O Fluminense* destaca que a organização anticomunista finalizou seu manifesto reafirmando que o governador carioca obedeceu aos preceitos da Constituição Federal, segundo fato confirmado pelo próprio Governo Federal, enquanto que Badger infringiu a Carta Magna ao permitir a realização do congresso. O documento foi assinado pelo presidente nacional da LBAC, o jornalista Joaquim Miguel Vieira Ferreira.<sup>660</sup>

Visando impedir incidentes, o secretário de Segurança do estado do Rio, Herval Basílio (PTB), colocou de prontidão todo aparelho policial da capital fluminense. Ademais, 42 deputados nacionalistas viajaram para verificar a instalação do congresso, em Niterói.<sup>661</sup> O Congresso Continental de Solidariedade a Cuba contou com a participação de representantes de diferentes países americanos e europeus, além de representantes de vários estados brasileiros.<sup>662</sup>

Conforme *O Fluminense*, agentes infiltrados do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foram ao Congresso pró-Cuba observar “os elementos que

---

<sup>657</sup> *O Fluminense*, Presidente da LAC protesta contra Congresso Pró-Cuba em Niterói, 28/03/1963, p. 1

<sup>658</sup> *O Fluminense*, Presidente da LAC protesta contra Congresso Pró-Cuba em Niterói, 28/03/1963, p. 1

<sup>659</sup> *O Fluminense*, Presidente da LAC protesta contra Congresso Pró-Cuba em Niterói, 28/03/1963, p. 1

<sup>660</sup> *O Fluminense*, Afirma Legião Anti-Comunista: Carlos Lacerda cumpriu a lei: Badger Silveira descumpriu-a, 30/03/1963, p.1

<sup>661</sup> *Jornal do Brasil*, Deputados instalam hoje Congresso pró-Cuba, 28/03/1963, p. 5

<sup>662</sup> *Diário Carioca*, Congresso pró-Cuba deixa a GB pelo Estado do Rio, 27/03/1963, p. 1 e 3

estão atuando solidariamente com simpatizantes de Fidel Castro”. Na mesma reportagem destacam que o padre Menceslau Valiukevicius, pároco da Igreja Nossa Senhora de Fátima, em São Gonçalo, tentou realizar em contraposição “um comício católico, em defesa dos cubanos sacrificados pelo regime de Fidel Castro”.<sup>663</sup>

O padre era uma figura bastante conhecida no cenário político-social fluminense.<sup>664</sup> No governo de Roberto, cultivou boas relações com a família Teixeira da Silveira, principalmente, com relação ao projeto de construção de uma Basílica em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, no município de São Gonçalo.<sup>665</sup>

Em 1962, entrou em conflito com o movimento estudantil secundarista fluminense<sup>666</sup>, chegando a ser chamado de “terrorista” pelos estudantes.<sup>667</sup> Na eleição estadual, Valiukevicius apoiou os candidatos tidos como os mais conservadores, os ex-governadores Edmundo Macedo Soares (PSB), Miguel Couto Filho (PSP) e o pessedista Paulo Fernandes.<sup>668</sup> Sendo essa também uma indicação da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF)<sup>669</sup>, no estado do Rio.<sup>670</sup>

Sobre o comício anti-fidelistas, o vigário optou por adiá-lo após conversa com o então chefe do DOPS-RJ, delegado Rodoval Brito de Menezes. O titular da polícia política fluminense desmobilizou o pároco de seu intento devido à possibilidade de ocorrer conflitos haja vista o crescente acirramento ideológico.<sup>671</sup> Por sua vez, o nome do padre Menceslau Valiukevicius aparece mais algumas vezes como referência da luta anticomunista no território fluminense.

Em abril de 1963, o padre aparece num relatório da DOPS, tentando impedir a fala do sacerdote Francisco Lage Pessoa (padre Lage)<sup>672</sup>, durante uma manifestação de

---

<sup>663</sup> *O Fluminense, Polícia está relacionando congressistas pró-Cuba, 29/03/1963, p.1*

<sup>664</sup> *Jornal do Brasil, Aniversaria hoje, Padre Menceslau, 17/07/1960, p. 6; Correio da Manhã, Basílica de N.S. de Fátima para o Barro Vermelho, em S. Gonçalo, 09/08/1960, p. 4*

<sup>665</sup> *O Fluminense, Valiosas as doações recebidas pela “Campanha Pró Futura Basílica de Nossa Senhora de Fátima”, 04/01/1961, p. 1;*

<sup>666</sup> *Última Hora, Padre acusado de comandar “Rififi” estudantil que resultou três feridos, 15/06/1962, p.2*

<sup>667</sup> *Última Hora, “Padre terrorista será processado”, 03/08/1962, p. 1*

<sup>668</sup> *O Fluminense, Desvirtuam a verdade com notas tendenciosas 25/09/1962, p. 1*

<sup>669</sup> Em 1962, substituiu a Liga Eleitoral Católica. A atuação da associação consistia em “mobilizar o eleitorado católico para apoiar os candidatos comprometidos com os princípios sociais da Igreja. Sua atuação restringiu-se às eleições legislativas federais e estaduais e para o governo de alguns estados realizadas em 7 de outubro de 1962.” Cf. KORNIS, Mônica. *Verbete Aliança Eleitoral pela Família*. CPDOC-DHBB. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-eleitoral-pela-familia-alef>>. Acesso em: 06/11/2018

<sup>670</sup> *O Fluminense, Desvirtuam a verdade com notas tendenciosas 25/09/1962, p. 1*

<sup>671</sup> *O Fluminense, Polícia está relacionando congressistas pró-Cuba, 29/03/1963, p.1*

<sup>672</sup> Referência na luta por direitos humanos, “foi do Padre Lage e de um dos fundadores do sindicalismo rural a frase que se tornou palavra de ordem em toda a América Latina: O povo unido jamais será vencido. Muito antes, pois, do advento da Teologia da Libertação, o Padre Lage já havia se colocado ao

lavradores na capital fluminense. A manifestação foi organizada pela Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), em prol da reforma agrária. Segundo o relatório, padre Menceslau não estava sozinho, junto com ele estavam uma freira, moças e rapazes da paróquia Nossa Senhora de Fátima.<sup>673</sup>

Chamado de “inimigo da pátria” pelo jornal petebista *Última Hora*<sup>674</sup>, em setembro de 1963, o padre Menceslau Valiukevicius foi apontado alvo de investigação do Exército devido a denúncias de estar armazenando um arsenal de armas dentro da igreja Nossa Senhora de Fátima, para grupos subversivos das direitas.<sup>675</sup>

Todavia, a própria *Última Hora* desmentiu, mais tarde, os boatos, afirmando que o general Cunha de Melo, comandante da 1ª Infantaria Divisionária contestou as acusações contra o vigário.<sup>676</sup> Contudo, em abril de 1964, o padre Menceslau foi peça chave no processo de radicalização política contra o governador Badger da Silveira.

Menos de uma semana depois da realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, o governador fluminense recebeu a visita de dois cosmonautas no Palácio do Ingá, em abril de 1964.<sup>677</sup> Os tripulantes das missões espaciais soviéticas *Vostok III* e *Vostok IV*, respectivamente Adrian Nicolayev e Pavel Popovich, trocaram presentes e conversaram sobre futebol com Badger. Além de conversarem com estudantes do Liceu Nilo Peçanha que se encontravam no Palácio.<sup>678</sup>

Esses acontecimentos no estado Rio não são casos fortuitos. Os mesmos estão relacionados à política externa independente iniciada no curto governo Jânio Quadros e que continuou sendo mantida durante o mandato de João Goulart. Um dos objetivos da política era a diversificação de parceiras econômicas, buscando o desenvolvimento do país em diferentes setores: ciência, comércio, economia, educação, indústria, entre

---

lado dos pobres, juntamente com João Goulart, lutando para instalar no Brasil os sindicatos rurais e a reforma agrária.” Após o golpe civil-militar foi preso no dia 10 de abril de 1964, sendo solto apenas em maio de 1965. Depois disso, o padre Lage afastou-se da Igreja. “Exilado no México, implantou naquele País o curso de Língua Portuguesa na Universidade do México. Casou-se com a mexicana Maria Elena Isaura Camacho Pessoa, com quem teve um filho.” DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o desenho da utopia*. 2ª ed. – Belo Horizonte: Rona, 2004. p. 223 a 227. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro\\_rua\\_viva\\_01.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro_rua_viva_01.pdf)>. Acesso em: 05/11/2018

<sup>673</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícias Políticas (POL). PRONT RJ, Notação 21876, Badger da Silveira

<sup>674</sup> *Última Hora*, *Inimigo da Pátria*, 17/08/1963, p. 3

<sup>675</sup> *Última Hora*, *Exército busca novos arsenais clandestinos no estado do Rio*, 21/09/1963, p. 1; *Última Hora*, *Exército investiga existência de arsenal em São Gonçalo: padre Menceslau envolvido*, 21/09/1963, p. 2

<sup>676</sup> *Última Hora*, *No estado do Rio*, 25/09/1963, p. 2

<sup>677</sup> *Correio da Manhã*, *Cosmonautas visitaram o E. do Rio*, 03/04/1963, p.3

<sup>678</sup> *Diário Carioca*, *Astronautas aterrissaram no Ingá*, 03/04/1963, p. 7

outros.<sup>679</sup> O programa de governo, enviado pelo então primeiro-ministro Tancredo Neves ao Congresso Nacional, na parte referente à política internacional destaca que:

podemos dizer que a posição internacional do nosso país de que depende nossa orientação em face das questões concretas que se nos deparam, tem evoluído constantemente para uma atitude de independência em relação a blocos político-militares, que não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição, e que não nos desvincula dos princípios democrático e cristão, nos quais foi moldada a nossa formação política.<sup>680</sup>

Nessa conjuntura, Goulart reatou as relações diplomáticas do país com a URSS. Sobre o reatamento, o ministro San Tiago Dantas discursou na Câmara dos Deputados afirmando que a decisão não foi tomada “por nenhum motivo de simpatia, nem mesmo de tolerância ideológica ou doutrinária, mas, sim, por considerações de ordem política e de ordem econômica, em que entram em linha de conta, única e exclusivamente, os interesses do nosso País”.<sup>681</sup> É nesse contexto de reaproximação que os “gêmeos do espaço” visitam a capital fluminense.

Segundo o *Jornal do Brasil*, os cosmonautas foram recebidos com “grande consagração popular”, sendo “saudados por líderes sindicais e representantes do Governo estadual”, ao chegar numa lancha especial, em Niterói.<sup>682</sup> De acordo com o *Diário Carioca*, eles chegaram acompanhados de uma comitiva formada por diplomatas e jornalistas soviéticos.<sup>683</sup> Um forte esquema de segurança foi montado para protegê-los, sendo intitulado pelo *O Fluminense* como “Operação Intocáveis”.<sup>684</sup> Após o encontro no Ingá, Nicolayev e Popovich foram homenageados com um almoço no Clube de Regatas Icarai.<sup>685</sup>

Durante a visita, os “gêmeos do espaço” declararam a imprensa que “que êsse contato com autoridades brasileiras visava, principalmente, a um maior intercâmbio

---

<sup>679</sup> PINHEIRO, Leticia. *A política externa independente durante o governo João Goulart*. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_politica\\_externa\\_independente](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_politica_externa_independente)>. Acesso em: 03/01/2018

<sup>680</sup> DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 12

<sup>681</sup> DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Op cit. p. 48

<sup>682</sup> *Jornal do Brasil*, *Popovitch e Nicolayev em Niterói visitam Badger e recebem ovação popular*, 03/04/1963, p. 8

<sup>683</sup> *Diário Carioca*, *Astronautas aterrissaram no Ingá*, 03/04/1963, p. 7

<sup>684</sup> *O Fluminense*, *Russos em Niterói comeram camarão e beberam uísque*, 03/04/1963, p. 1 e 7

<sup>685</sup> *Correio da Manhã*, *Cosmonautas visitaram o E. do Rio*, 03/04/1963, p.3

entre os dois países amantes da paz, sobretudo no campo da ciência”.<sup>686</sup> Já o governador fluminense declarou “sua satisfação ao receber aqueles heróis que, sem dúvida alguma, contribuíram para alargar os conhecimentos dos cosmos”.<sup>687</sup>

A visita, assim como o Congresso pró-Cuba, não passou sem censuras. Na coluna “O homem e a fábula”, publicada no *Jornal do Brasil*, o cronista José Carlos Oliveira narra a visita dos cosmonautas ao Palácio do Ingá. O texto intitulado “Notícia com ironia” traz as seguintes críticas:

Riquezas do subsolo brasileiro foram doadas a representantes do comunismo soviético; em retribuição, um Governador brasileiro foi condecorado, em pleno Palácio governamental, pelos mencionados enviados do Sr. Kruschew. [...]

Tudo isso se passou, há dias, na Capital do Estado do Rio, ante a flagrante conivência de nossas autoridades civis e militares, e com evidentes prejuízos para o nosso conceito de nação vinculada aos compromissos tradicionais do Ocidente, pois ninguém pode duvidar de que as agências telegráficas já estão transmitindo para o mundo inteiro os inusitados acontecimentos presenciados do outro lado da baía.<sup>688</sup>

Sobre o Congresso de Solidariedade a Cuba, o *Jornal do Brasil* ressalta que membros da embaixada soviética, que acompanhavam os cosmonautas, elogiaram a postura do trabalhista. Afirmando que “foi muito firme a posição do governador Badger Silveira ao permitir, sem, no entanto, apoiar, a realização em Niterói do Congresso de Solidariedade a Cuba”.<sup>689</sup>



O governador Badger Silveira, e seu filho, com os astronautas soviéticos

**Figura 16- Badger e o seu filho com os cosmonautas**<sup>690</sup>

<sup>686</sup> *Diário Carioca, Astronautas aterrissaram no Ingá, 03/04/1963, p. 7*

<sup>687</sup> *Diário Carioca, Astronautas aterrissaram no Ingá, 03/04/1963, p. 7*

<sup>688</sup> *Jornal do Brasil, O homem e a fábula: Notícia com ironia, 05/04/1963, p. 13*

<sup>689</sup> *Jornal do Brasil, Popovitch e Nicolayev em Niterói visitam Badger e recebem ovação popular, 03/04/1963, p. 8*

<sup>690</sup> *Diário Carioca, 03/04/1963, p. 7*

As vindas do Congresso pró-Cuba e dos cosmonautas para a capital fluminense foram frutos da política externa independente do governo federal, mas também são um importante reflexo da crescente radicalização das esquerdas e das direitas no cenário nacional entre os anos de 1961-1964. O posicionamento de Badger frente a esses acontecimentos demonstra, mais uma vez, como o governador fluminense foi um importante aliado de Jango. O apoio de Silveira ao presidente torna-se mais relevante ao se parar para pensar a oposição tão cáustica oferecida por Lacerda, do outro lado da Baía de Guanabara.

Em suma, as divergências político-administrativas entre Badger da Silveira e Carlos Lacerda são mais uma representação do antagonismo e da polarização ideológico-partidária existente no cenário político brasileiro no início da década de 1960. Sendo os “primos-irmãos”, estados do Rio e da Guanabara, uma importante trincheira política no governo Goulart, durante a gestão badgerista. Com Badger respaldando as medidas e as posições progressistas de Jango no estado do Rio, ao mesmo tempo, em que o presidente vai aderindo, mais e mais, as demandas das esquerdas nacionalistas conforme vai tornando-se mais insustentável sua situação no comando do país. Processo esse que o governador fluminense acompanhou ativamente de perto, mantendo-se alinhado as propostas cada vez mais reformistas do governo federal.

## **2.7. Greves no estado do Rio**

Outra marca importante desse acirramento político foram as greves dos trabalhadores ao longo do mandato de João Goulart. O antigo estado do Rio de Janeiro, de maneira especial a cidade de Niterói, tem um importante histórico político-social com relação aos movimentos sindicalistas, sobretudo, quando se trata de analisar as lutas sindicais no período da experiência liberal democrática (1946-1964).

De acordo com Felipe Ribeiro, a região ao redor do antigo estado da Guanabara era conhecida, entre os anticomunistas, como “Cinturão Vermelho”. Isto é, o antigo estado do Rio era visto como uma área que supostamente tinha uma grande presença de organizações e movimentos progressistas ou revolucionários, tidos como “comunistas” pelos seus opositores. O historiador destaca que o termo “cinturão vermelho” é datado desde 1947, além de afirmar que:

[...] para além da expressão, este período anterior foi evocado com bastante frequência nos IPM's para denunciar os chamados subversivos no pós-1964. A vida pregressa daqueles que atuavam em mobilizações populares ou qualquer outra “pista” [...] seriam utilizadas como “prova de acusação” no afã de comprovar que esses trabalhadores ameaçavam a Segurança Nacional.<sup>691</sup>

Ou seja, uma parte considerável do antigo estado do Rio de Janeiro era vista como uma área “pró-comunistas”, intensificando, assim, o medo do “perigo vermelho” na região. A intensa mobilização sindical na cidade e no campo justaposta com o “surto anticomunista” são as principais razões da forte repressão ao movimento operário fluminense após o golpe civil-militar de 1964, como veremos mais a frente.

A atuação política dos trabalhadores fluminenses já foi analisada por diferentes autores (as), os quais demonstram e ressaltam em seus estudos a importância e a expressividade da luta trabalhista no antigo estado do Rio. Vale destacar os trabalhos que estudaram a mobilização sindical na antiga capital fluminense: da historiadora Angela de Castro Gomes<sup>692</sup>, da antropóloga Elina Pessanha<sup>693</sup> e o mais recente da historiadora Luciana Pucu<sup>694</sup>. Essa última ressalta como Niterói tinha uma “mística” entorno de si devido ao fato de que o congresso de fundação do PCB foi realizado na antiga capital, em 1922.<sup>695</sup>

A respeito da relação PTB e organizações sindicais fluminenses, Badger da Silveira afirma, em seu depoimento, que:

O apoio dos sindicatos era muito relativo, tanto no governo do Roberto como no meu governo. Os sindicatos, na grande maioria, eram dominados por elementos do Partido Comunista. [...] Por exemplo, o dos rodoviários estava nas mãos dos comunistas. Construção civil, estava nas mãos dos comunistas. Da telefônica não, estava com o PTB. Operários navais, que tinha uma sede grande aqui,

---

<sup>691</sup> RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: Os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. p. 229

<sup>692</sup> GOMES, Angela de Castro (Org.). *A Época dos Operários Navais*. Disponível em: <[http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a\\_epoca\\_dos\\_operarios\\_navais\\_angela\\_de\\_castro\\_gomes.pdf](http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf)>. Acesso em: 20/07/2018

<sup>693</sup> PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte Peçanha. *Niterói Operário: o caso dos trabalhadores da indústria naval*. IN: MARTINS, Ismênia; KNAUSS (orgs). Cidade Múltipla: temas de História de Niterói. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997

<sup>694</sup> AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. *Niterói Operário: Trabalhadores, Política e Lutas Sociais na Antiga Capital Fluminense (1942-1964)*. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>695</sup> Idem, p. 3

estava também nas mãos dos comunistas. Ferroviários, nas mãos dos comunistas.<sup>696</sup>

Com essa declaração, o ex-governador reforça a velha idéia de que os sindicatos seriam aparelhos comunistas. Por outro lado, Badger destaca que o governo do seu irmão Roberto teve um “trânsito razoável no meio sindical” e que no seu governo também ocorreu o mesmo. “Apesar das divergências, eu tinha um trânsito razoável. A gente podia dialogar perfeitamente com os elementos desses partidos”.<sup>697</sup>

Ainda de acordo com o relato de Badger, as greves ocorreram, mas não foram muitas, alegando que: “no Estado do Rio eu procurei evitar ao máximo possível que se fizessem greves. Então eu tinha muito diálogo com todos aqueles que tentavam”.<sup>698</sup> Todavia, o governo Badger foi marcado por intensa mobilização sindical, assim como, o governo Goulart. Sendo essa, uma marca importante do período.

Segundo as pesquisadoras Mônica Kornis e Débora Monteiro, foi no mandato de Jango que o Comando Geral de Greve (CGG) mudou seu nome para Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, em 1962.<sup>699</sup> O presidente tinha grande trânsito entre os sindicatos.

E as greves durante o governo Goulart não se resumiram apenas a questão de aumento salarial e de outras demandas importantes para os movimentos sindicais referentes à jornada e as condições de trabalho. Mas também, a luta pelas reformas de base.

Dito isso, não daremos conta de comentar todas as greves ocorridas no estado do Rio, mas trataremos de algumas mobilizações que aconteceram na capital, Niterói. Em seu depoimento concedido anos mais tarde, Badger afirma que uma das primeiras greves do seu governo foi organizada por servidores do Instituto Vital Brasil.<sup>700</sup>

---

<sup>696</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 15

<sup>697</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 16

<sup>698</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 63

<sup>699</sup> KORNIS, Mônica; MONTEIRO, Débora. *O movimento sindical urbano e o papel do CGT*. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_movimento\\_sindical\\_urbano\\_e\\_o\\_CGT](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT)>. Acesso em: 03/01/2018

<sup>700</sup> Criado em 1919, em Niterói, pelo cientista Vital Brazil Mineiro. O IVB “fabricava produtos veterinários, biológicos (soros e vacinas) e farmacêuticos. No entanto, desde sua fundação, Vital Brazil sempre baseou as atividades do Instituto não apenas em produção, mas em pesquisa e formação”. Atualmente, continua sendo um órgão do governo do estado do Rio Janeiro, vinculado a Secretária de Saúde. CF. <<http://www.vitalbrazil.rj.gov.br/>>

De acordo com as memórias do ex-governador, o IVB estaria “praticamente falido” quando assumiu o governo do estado.<sup>701</sup> Informação confirmada por reportagem do *O Fluminense*.<sup>702</sup> Tendo em vista isso, Badger afirma que já no início do seu mandato teria autorizado um empréstimo pelo banco do estado ao IVB para pagar os salários atrasados.<sup>703</sup>

Na época, segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, o governador fluminense foi a Brasília conversar com Jango sobre a liberação de verba “correspondente à indenização pela encampação da Leopoldina pela União”. O que foi aceito pelo presidente que liberou 3 bilhões de cruzeiros para o estado do Rio. Além disso, Goulart também autorizou “a consolidação das dívidas e a ampliação dos empréstimos para o Instituto Vital Brasil”.<sup>704</sup>

Em sua entrevista, Badger da Silveira destaca que teria concedido junto com o empréstimo “um aumento relativamente pequeno” para os servidores do IVB vide a crise do estado. O ex-governador não comenta a verba liberada por Jango. Por sua vez, afirma que três meses depois os funcionários do instituto teriam entrado em greve.<sup>705</sup> Badger teria dito à comissão que foi lhe entregar as reivindicações:

Bem, eu mandei pagar os cinco meses atrasados, dei um pequeno aumento, pretendo pagar o máximo que for possível porque a finalidade do Partido Trabalhista é essa. Agora, com relação a essa greve de vocês, eu não tomo nem conhecimento. Vocês estão em greve? Muito bem, estão em greve. Não vou nem tomar conhecimento. Aquilo está falido, eu estou procurando recuperar o Instituto Vital Brasil justamente para garantir a posição de vocês. Mas já que vocês querem entrar em greve, podem ficar em greve. Se ficarem um mês, dois meses, três meses. Se chegar a uma posição, o governo manda vender aquilo em leilão, indeniza vocês todos e acaba. Essas reivindicações que vocês estão fazendo agora, eu só vou poder atender no fim do ano, depois que o Instituto se recuperar financeiramente. Agora não há possibilidade.<sup>706</sup>

---

<sup>701</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 62

<sup>702</sup> *O Fluminense, Crise financeira prejudica a produção do Vital Brasil, 10/03/1963, p. 1 e 6*

<sup>703</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 62

<sup>704</sup> *Jornal do Brasil, Badger voltou de Brasília com promessa de liberação de verba de Cr\$ 3 bilhões, 22/03/1963, p. 5*

<sup>705</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 62

<sup>706</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 62 e 63

Conforme as memórias de Badger, os servidores teriam continuado a greve durante uma semana, voltando depois ao trabalho “sem maiores conseqüências”. Badger afirmou que no final do ano com a melhora financeira do estado teria concedido um aumento maior à classe.<sup>707</sup>

Por outro lado, em novembro de 1963, os trabalhadores do Vital Brasil entraram em greve, conforme o *Jornal do Brasil*.<sup>708</sup> Nesse momento, os funcionários foram criticados pelo governador, o qual afirmou ao periódico que:

“[...] não tem condições de atender às novas exigências, e determinou a guarda do patrimônio do laboratório oficial de pesquisas e produção pela polícia Militar, com ordens de não permitir o ingresso de nenhum servidor, afim de evitar atritos com piquetes grevistas”.<sup>709</sup>

De acordo com o *Jornal do Brasil*, os grevistas, por sua vez, soltaram nota afirmando que estariam em assembleia permanente até que suas reivindicações fossem atendidas.<sup>710</sup> A greve só acabou nove dias depois de seu início. O secretário de Saúde, Carlos Antônio da Silva, acertou com os servidores um aumento de 30% já no mês de novembro e mais 20% em janeiro de 1964.<sup>711</sup>

Cinco meses antes foi um período particularmente conturbado para o governo Badger. Junho de 1963 foi marcado por várias greves e conflitos de terra. A principal paralisação foi organizada pelo sindicato dos rodoviários. Segundo reportagem do *Diário Carioca*, o “Estado parou com a greve”.<sup>712</sup>

Badger afirma em sua entrevista que o sindicato cujo lhe deu mais trabalho ao decorrer do seu governo foi exatamente o sindicato dos rodoviários. O ex-governador destaca que era mais difícil solucionar a greve quando se tratava da classe, ressaltando que:

Essas greves às vezes eram fomentadas pelos próprios donos de empresa com o objetivo de arranjar uma tarifa maior. Então eu dificilmente concordava com aumento de tarifa a não ser depois de um cálculo muito bem feito em que esse aumento não iria beneficiar mais o dono da empresa do que propriamente o operariado.<sup>713</sup>

---

<sup>707</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 62 e 63

<sup>708</sup> *Jornal do Brasil*, Greve no “Vital Brasil”, 14/11/1963, p. 12

<sup>709</sup> *Jornal do Brasil*, Greve no “Vital Brasil”, 14/11/1963, p. 12

<sup>710</sup> *Jornal do Brasil*, Vital Brasil, 15/11/1963, p. 4

<sup>711</sup> *Jornal do Brasil*, Laboratório, 22/11/1963, p. 5

<sup>712</sup> *Diário Carioca*, Estado parou com a greve de rodoviários: crise aumentará, 12/06/1963, p. 7

<sup>713</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 63

O *Diário Carioca* destaca que os rodoviários “de Niterói, Campos, São Gonçalo, Barra Mansa e Três Rios” deliberaram pela deflagração da greve de junho.<sup>714</sup> De acordo com o periódico, o sindicato tinha proposto um aumento com base no concedido aos funcionários da empresa estatal de Serviço de Viação de Niterói, Serve.

No entanto, o secretário do Trabalho, Feliciano Costa, em entrevista ao *Diário Carioca*, ressaltou que a greve dos rodoviários era motivada “única e exclusivamente pela intransigência dos patrões”, os quais não aceitavam uma demanda conquistada anteriormente pelos trabalhadores sobre a presença de um delegado sindical nas empresas. Conforme o secretário, o povo era o mais prejudicado no meio de toda essa intransigência.<sup>715</sup>

Os rodoviários consideraram a negativa dos empregadores um retrocesso no direito que tinham conquistado no último acordo firmado com o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviário do Estado do Rio. E, não foram os únicos a decidir entrar em greve, trabalhadores da construção civil também decidiram pela paralisação dos serviços prestados. Já o sindicato de rodoviários de transporte de carga ameaçou parar caso suas reivindicações não fossem atendidas.<sup>716</sup>

A greve dos rodoviários atingiu 22 municípios, conforme o *Diário Carioca*.<sup>717</sup> Os grevistas organizaram um comício na Praça Martin Afonso, atualmente mais conhecida como Praça Arariboia, onde fica localizada a estação das barcas, em Niterói. Inicialmente o local do evento tinha sido vetado pela polícia militar fluminense, sob alegação de que transtornaria mais ainda a vida da população haja vista a alta circulação de pessoas naquele ponto da cidade. Porém, os líderes sindicais persistiram e conseguiram realizar o comício na praça principal da capital fluminense, mas sob alta vigilância da PM.<sup>718</sup>

No comício, os grevistas clamaram pela “reforma agrária”, tema importante e recorrente no estado do Rio e em todo o país. Juntaram-se ao movimento dos rodoviários, os trabalhadores dos sindicatos dos operários navais, da construção civil, do transporte e cargas e dos metalúrgicos. Segundo o *Diário Carioca* todos também

---

<sup>714</sup> *Diário Carioca*, *Depois de greve aumento de tarifas: rodoviários*, 16/06/1963, p. 7

<sup>715</sup> *Diário Carioca*, *Estado parou com greve de rodoviários*, 12/06/1963, p. 7

<sup>716</sup> *Diário Carioca*, *Estado parou com greve de rodoviários*, 12/06/1963, p. 7

<sup>717</sup> *Diário Carioca*, *Greves e desemprego geral no Estado*, 14/06/1963, p. 7

<sup>718</sup> *Diário Carioca*, *Três mil grevistas e populares (em comício) clamaram pela “reforma agrária” e justiça*, 14/06/1963, p. 7

entraram em greve em solidariedade, tirando o da construção civil que já se encontrava em greve por razões próprias.<sup>719</sup>

Depois de vários dias paralisados, os rodoviários e patrões se reuniram com Badger para discutir o impasse entre as partes. O governador atuou como mediador do conflito. Segundo o *Diário Carioca*, os trabalhadores, durante a reunião,

chegaram a propor trabalhar de graça, enquanto perdurasse o movimento grevista, desde que o governo fizesse intervenção nas empresas e não cobrassem passagem público, ao que o senhor Jorge Loretti retrucou não poder o governo arcar com a dispendiosidade do gasto com combustíveis.<sup>720</sup>

A reportagem também destaca que a DOPS declarou que não tinha prendido ninguém, afirmando que o “o clima é de absoluta tranqüilidade”.<sup>721</sup> Por sua vez, o Tribunal de Justiça do Trabalho (TJT) julgou “o dissídio coletivo dos empregados em Transportes coletivos fluminenses”<sup>722</sup>, dando vitória parcial aos mesmos. Já o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) considerou a greve ilegal, contudo, decidiu dar um aumento de 65% aos rodoviários, “sobre os atuais salários e reavaliado o acordo firmado no ano passado”. A determinação também garantiu a conservação do delegado sindical nas empresas.<sup>723</sup> Com isso, os ônibus voltaram a circular nas cidades afetadas pela greve.

Os trabalhadores da construção civil permaneceram em greve. Embora seu movimento também tenha sido considerado ilegal pelo TRT.<sup>724</sup> Apenas dois dias depois do fim do movimento dos rodoviários que os “obreiros” deliberaram pelo fim da sua própria greve. De um lado, nenhuma das suas reivindicações foi atendida, do outro, “os empregadores, [...] em que pese a resistência de alguns, estão propensos a conceder, em forma de abono de emergência, um aumento provisório vigorando até novembro, quando então [...] seria tratado o aumento salarial definitivo”, conforme reportagem do *Diário Carioca*.<sup>725</sup>

---

<sup>719</sup> *Diário Carioca*, Três mil grevistas e populares (em comício) clamaram pela “reforma agrária” e justiça, 14/06/1963, p. 7

<sup>720</sup> *Diário Carioca*, Greve geral se os rodoviários perderem na justiça (hoje), 19/06/1963, p. 7

<sup>721</sup> *Diário Carioca*, Greve geral se os rodoviários perderem na justiça (hoje), 19/06/1963, p. 7

<sup>722</sup> *Diário Carioca*, Greve geral se os rodoviários perderem na justiça (hoje), 19/06/1963, p. 7

<sup>723</sup> *Diário Carioca*, Ônibus voltarão a trafegar: rodoviários terão 65 por cento de aumentos salarial, 20/06/1963, p. 7

<sup>724</sup> *Diário Carioca*, “Obreiros” perderam na justiça mas continuam em greve, 20/06/1963, p. 7

<sup>725</sup> *Diário Carioca*, Trabalhadores em construção civil voltaram ao serviço, 22/06/1963, p. 7

Outras greves se seguiram. Como a dos servidores do então Hospital Municipal Antônio Pedro, também em junho de 1963. O *Diário Carioca* destaca que a paralisação foi tachada pelo governador “BS” como “inoportuna”. Enquanto isso, os trabalhadores reivindicavam a federalização da unidade de saúde.<sup>726</sup>

No final de julho de 1963, os bombeiros de Niterói também entraram em greve buscando a encampação da corporação.<sup>727</sup> Badger colocou-se contra a encampação, chegando a afirmar ao *Diário Carioca* que “nas condições em que se encontra o Tesouro, seria uma temeridade encampar o CB e que êsse encargo viria prejudicar não só andamento das obras estaduais como também o funcionalismo em geral, que ficaria sujeito a não receber os vencimentos em dia”.<sup>728</sup> Contudo, os bombeiros de Niterói saíram vitoriosos.

Junto com os bombeiros de Campos, os bombeiros da capital fluminense foram encampados pelo estado meses depois, por meio de convênios, em fevereiro de 1964.<sup>729</sup> Criando, assim, o Corpo de Bombeiros Estadual, o qual ficou subordinado a PM, de acordo com o *Jornal do Brasil*.<sup>730</sup>

Como comentado anteriormente, o governo Badger foi responsável pela criação das Centrais Elétricas Fluminenses.<sup>731</sup> Sobre os funcionários da Celf, Badger da Silveira narra em suas memórias o seguinte episódio:

Mas quando eu criei a Celf, antes havia uma comissão de energia elétrica que funcionava na secretaria de Obras. Então, todos os funcionários, os operários dessa comissão tinham direito de optar: ou continuavam como funcionários do estado e seriam absorvidos então por outras secretarias como funcionários estáveis do estado, ou passariam para o regime de CLT e pertenceriam a Celf. Muitos deles passaram para a Celf como operários empregados de uma empresa de energia elétrica. E eles ingressaram então no sindicato dos empregados da Companhia Brasileira porque eram da mesma categoria. Pois bem. Um mês depois, o Santana, que era o presidente do sindicato da Companhia Brasileira, e, por conseguinte absorveu esses empregados da Celf, pediu uma audiência e levou uma relação de itens de reivindicação para os operários da Celf. Tinha 30 itens. Eu

---

<sup>726</sup> *Diário Carioca*, Greve no Hospital Antônio Pedro acarreta dispensa de doentes; BS tacha de inoportuna, 22/06/1963, p. 7

<sup>727</sup> *Jornal do Brasil*, Greve dos bombeiros de Niterói, pela encampação entra sem seu décimo dia, 07/08/1963, 12

<sup>728</sup> *Diário Carioca*, Badger é contra encampação do Corpo de Bombeiros: greve, 02/08/1963, p. 9

<sup>729</sup> *Jornal do Brasil*, Badger vai encampar os serviços de bombeiros através de convênios, 14/02/1964, p. 13

<sup>730</sup> *Jornal do Brasil*, Bombeiros se fundem no E. do Rio, 12/10/1963, p. 9

<sup>731</sup> *Jornal do Brasil*, Centrais Elétricas, 10/08/1963, p. 9

apanhei e pedi um prazo para estudar e ver o que o governo poderia atender.<sup>732</sup>

De acordo com o relato de Badger, os trabalhadores não teriam aceitado o que governo tinha proposto, pois queriam todos os itens da lista. Sendo assim, teriam afirmado que iriam entrar em greve. O ex-governador ressalta que ele teria respeitado a decisão, reconhecendo que fazer greve era um direito dos funcionários. Porém, ao mesmo tempo, teria apontado que a greve deveria ser do tipo que visava a “paralisação da marcação dos relógios, paralisação da cobrança, paralisação dos escritórios”<sup>733</sup>, o que em tese só afetaria a Companhia Brasileira e a Celf e não os consumidores.

Contudo, o presidente do sindicato teria garantido que iriam fazer uma “greve total”, a qual visava à paralisação da usina, da distribuição, de todo processo de geração de energia.<sup>734</sup> Nesse ponto, Badger teria dito para o sindicalista:

Não, isso eu não aceito. Eu não vou admitir que vocês parem hospitais, parem... Não é possível ficarem Niterói, São Gonçalo, Baixada Fluminense, Petrópolis, tudo completamente sem energia. Isso é um absurdo, eu não admito. Vocês podem prejudicar a companhia. Prejudiquem a companhia deixando de cobrar, deixando de funcionar escritório, marcar relógio. Tudo isso prejudica a companhia. É uma forma de vocês coagirem o governo a ver uma solução. Mas fora daí, não.<sup>735</sup>

Como o presidente do sindicato teria insistido no assunto, Badger afirma que teria chamado pelo telefone o secretário de segurança para a “conversa” e teria decretado que o mesmo enviasse forças para ocupar determinadas usinas, assegurando ao entrevistador, o prof. José Ribas Vieira, que “naquele tempo eu estava por dentro de todos os problemas, então eu sabia exatamente onde seriam os pontos fracos”. Depois da pressão de Badger, o sindicalista teria conseguido convencer seus companheiros a não entrar de greve.<sup>736</sup>

---

<sup>732</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 61

<sup>733</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 61

<sup>734</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 61

<sup>735</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 61 e 62

<sup>736</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 62

Já o sindicato dos comerciários ensaiou uma greve no início da administração badgerista. Segundo o *Diário Carioca*, a classe estava lutando por um aumento de 120% e reivindicavam “remuneração para os dias de sábado, domingos e feriados”.<sup>737</sup> Como as reivindicações não foram atendidas ameaçaram deflagrar uma greve, após “Mesa Redonda havida [...] entre patrões e empregados, convocada pela Delegacia (Departamento) Regional do Trabalho”.<sup>738</sup>

Entretanto, a classe suspendeu a realização da greve de forma *sine die*<sup>739</sup>, isto é, sem especificar uma data para o seu retorno, após o acertamento de um ajuste. O acordo só foi possível depois de mediação direta do governador Badger da Silveira.<sup>740</sup> De acordo com publicação do *Correio da Manhã*, a situação desenrolou-se da seguinte forma durante uma nova reunião no Palácio do Ingá:

Os patrões propuseram um aumento de 85% sobre o salário mínimo vigente em março de 1962, proposta não aceita pelos empregados que apresentaram 100% de aumento sobre o mesmo salário além de outras reivindicações. O sr. Badger Silveira propôs, então o aumento salarial de 90% sobre o mesmo nível, com mínimo de 25 mil cruzeiros, que foi aceito pelas partes, depois de breves discussões.<sup>741</sup>

Diante da atuação decisiva do governador, o presidente do Sindicato dos Atacadistas, Francisco Andrade, declarou ao *O Fluminense* que apoiava o acordo firmado e:

Aproveito a oportunidade - acentuou- para me congratular com o sr. Badger Silveira pela presteza com que foi resolvido problema, que já estava tomando caminho diferente. Faço desta coluna um apêlo aos comerciantes de Niterói para que, doravante, procurem ir ao encontro das necessidades de seus empregados, dando-lhes mais estímulo; só assim evitaremos novos problemas”.<sup>742</sup>

Em seu depoimento, Badger da Silveira ressalta que, nos primeiros meses do seu governo, ele já estaria “angariando uma certa confiança no meio do operariado”.<sup>743</sup>

---

<sup>737</sup> *Diário Carioca*, *Comerciários vão a justiça: querem aumento salarial na base de 120%*, 21/04/1963, p. 9

<sup>738</sup> *Diário Carioca*, *Comerciários podem deflagrar greve*, 22/02/1963, p. 9. *Grifo nosso*.

<sup>739</sup> *Jornal do Brasil*, *Comerciários sustam greve no est. do Rio*, 27/03/1963, p. 11

<sup>740</sup> *Diário Carioca*, *Comerciários suspendem greve*, 27/03/1963, p. 7; *O Fluminense*, *Houve acôrdo: afastado perigo de greve dos comerciários*, 28/03/1963, p. 1 e 7

<sup>741</sup> *Correio da Manhã*, *Notícias Fluminenses*, 28/03/1963, p. 8

<sup>742</sup> *O Fluminense*, *Houve acôrdo: afastado perigo de greve dos comerciários*, 28/03/1963, p. 1 e 7

<sup>743</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 63

“Quando eles tentavam uma greve ou iam para uma greve, eu ia dialogar, conversar, explicar, esclarecer. E muitas vezes evitava a greve”.<sup>744</sup>

Apenas um ano depois, em março de 1964, que os comerciários deflagraram a prometida greve. Poucas semanas antes do golpe de 1964, o comércio da capital fluminense ficou bastante comprometido, levando uma grande procura por estabelecimentos em São Gonçalo e na Guanabara. Conforme a *Última Hora*, a classe reivindicava novamente um aumento de 120%, sob o salário vigente na época. Em nota oficial, o Comando da Greve ainda fez outras solicitações, “o repouso semanal remunerado para os que ganham na base de comissão é uma mediada de justiça, e da mesma forma o pagamento do quinquênio aos empregados mais antigos”.<sup>745</sup>

Paralelamente, temia-se “a explosão do povo” vide a crescente escassez “nos bairros e nos subúrbios” de gêneros alimentícios e de remédios. Enquanto isso, o secretário de segurança, Herval Basílio, afirmava a imprensa que não havia “número suficiente de policiais para dar garantia ao funcionamento do comércio”. Segundo *O Jornal do Brasil*, os 22 mil grevistas esperavam conseguir apoio de outros sindicatos, visando à realização de uma greve geral, o que complicaria ainda mais a situação na capital fluminense.<sup>746</sup>

Por sua vez, o governador Badger da Silveira e o arcebispo de Niterói, D. Antônio de Moraes Junior, tentavam fazer a mediação entre o sindicato e os empregadores, mas sem sucesso, segundo a *Última Hora*.<sup>747</sup> Apesar da greve, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhos no Comércio (CNTC), Antônio Alves de Almeida, confirmou o apoio e a participação dos comerciários no comício das reformas de 13 de março de 1964.<sup>748</sup>

Após quatro dias de greve, o sindicato aceitou um acordo cujo firmava, de acordo com a publicação da *Última Hora*:

um reajuste salarial de 100% , salário-base de Cr\$ 47.200,00, aumento mínimo de Cr\$ 21.000,00, incidindo sôbre a parte fixa para os que recebem salários mistos, quinquênios de Cr\$ 5 mil, repouso semanal para os comissionados (calculado o pagamento do domingo da média

---

<sup>744</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 63

<sup>745</sup> *Última Hora, Comerciários de Niterói no 3º dia de greve, 05/03/1964, p. 2*

<sup>746</sup> *Jornal do Brasil, Greve de comerciários leva colapso a Niterói, 06/03/1964, p. 10*

<sup>747</sup> *Última Hora, Comerciários de Niterói no 3º dia de greve, 05/03/1964, p. 2*

<sup>748</sup> *Última Hora, Trabalhadores de todo Brasil no Comício do dia 13: Reformas, 06/03/1963, p. 6*

de produção da semana) e um novo aumento a partir de setembro próximo.<sup>749</sup>

Isto é, um acordo dos “sonhos”, visto que, conquistaram basicamente todas as demandas de sua pauta. Atualmente, é quase impossível imaginar a efetivação de um reajuste de 100% para a classe trabalhadora assalariada. Demonstrando, assim, a força que os movimentos sindicais detinham, durante os anos de 1946-1964.

Os comerciários celebraram a importante vitória no Teatro Municipal de Niterói.<sup>750</sup> Além de fazer passeatas pelas ruas da capital, com o apoio de “dois mil operários navais, que haviam se deslocado para a sede dos comerciários para prestar-lhe solidariedade na greve, pois ainda não sabiam do seu encerramento”, segundo publicação do *Jornal do Brasil*.<sup>751</sup>

Ao analisar as mobilizações sindicais a partir da imprensa e das memórias de Badger, percebe-se que o governador buscava manter certo diálogo com os sindicatos. No entanto, esse diálogo terminava quando as demandas dos sindicalistas extrapolavam o limite acreditado como “justo” pelo governador. Principalmente, quando se tratavam de funcionários públicos ou trabalhadores contratados em regime de CLT por empresas estatais. Demonstrando, assim, que Badger da Silveira ia de moderado a conservador quando se tratava de discutir demandas da classe trabalhadora. O fato de ser um político trabalhista não interferia na forma de agir do governador quando era mais duro com os sindicalistas.

Vale ressaltar que esse era um momento de efervescência política. As greves e as paralisações são historicamente os principais meios de manifestação da classe trabalhadora. Nesse período, os trabalhadores estavam bastante empenhados na luta pela realização das reformas de base. Pauta essa também defendida por grupos das esquerdas ligados, sobretudo, ao deputado Leonel Brizola que criou o grupo dos onze companheiros, visando impulsionar a implantação das reformas. As reformas de base também passam ser o “carro chefe” da presidência de João Goulart após o plano trienal falhar já na sua primeira fase.<sup>752</sup>

No estado do Rio, ocorreram várias greves e paralisações defendendo a realização das reformas e a favor do presidente João Goulart, principalmente, em 1964.

---

<sup>749</sup> *Última Hora, Zero Hora, 07/03/1964, p. 2*

<sup>750</sup> *Última Hora, Zero Hora, 07/03/1964, p. 2*

<sup>751</sup> *Jornal do Brasil, Comércio de Niterói vai reabrir hoje com aumento de 100% para empregados, 07/03/1963, p. 12*

<sup>752</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op.cit.

Grupos dos onze também foram criados no estado.<sup>753</sup> Às portas do golpe de 1964, tinha-se a expectativa de mais manifestações organizadas por trabalhadores fluminenses, que se encontravam em estado de alerta, em defesa de Jango e das reformas.<sup>754</sup> E muito por conta disso, sindicatos e sindicalistas por todo estado do Rio foram alvos de forte repressão durante e após o golpe civil-militar. Antes disso, a reforma agrária era a mais requisitada entre os trabalhadores e seus sindicatos.

## 2.8. A luta pela terra no estado do Rio

Assim como o “surto anticomunista” e a intensa mobilização sindical, a luta pela terra é um ponto fundamental para se entender a crescente radicalização política do início dos anos 1960. A questão agrária foi tema de várias pesquisas haja vista o grande número de conflitos e a importância da discussão sobre desapropriação de terras no país. Dentre alguns trabalhos que discutem a luta pela terra no antigo estado do Rio estão: do historiador Mário Grynszpan<sup>755</sup>; do historiador Marcus Dezemone<sup>756</sup>; da historiadora Isabel Jovita<sup>757</sup>; entre outros<sup>758</sup>.

Como já visto no primeiro capítulo, os dois principais candidatos ao governo do estado do Rio, em 1962, defenderam a reforma agrária em suas plataformas de campanha. De acordo com Isabel Jovita, ainda como candidato Badger da Silveira

---

<sup>753</sup> Cf. FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores do Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964*. 128f (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.

<sup>754</sup> *Luta Democrática, Do outro lado da Baía: Trabalhadores fluminenses em estado de alerta para deflagração da greve em defesa das reformas e de Jango!*, 31/03/1964, p. 3

<sup>755</sup> GRYSZPAN, Mário. *O Camponato Fluminense: Mobilização e Controle Político (1950-1964)*. REVISTA DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, v. 1, n.2, p. 19-27, 1986.; GRYSZPAN, Mário. *A mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, 1987.; GRYSZPAN, Mário. *Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e A Luta Pela Terra Na Baixada*. DADOS, REVISTA DE CIENCIAS SOCIAIS, RIO DE JANEIRO, v. 33, n.2, p. 285-310, 1990.

<sup>756</sup> DEZEMONE, Marcus. *Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. 296f (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008.; DEZEMONE, Marcus. *Revoluções camponesas no século XX*. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (org.). *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004, p. 71-110.

<sup>757</sup> COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. *Ombro a Ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeira de Macacu (1954-1964)*. 136f (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

<sup>758</sup> CARNEIRO, Maria José; GUILIANI, Gian Mario; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; RIBEIRO, Ana Maria Motta (Org.). *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.; FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas*, v.1: o camponato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: UNESP, 2009.

interveio a favor dos lavradores, pedindo a soltura deles após alguns conflitos de terra no município de Cachoeira de Macacu.<sup>759</sup>

Segundo Grynszpan e Dezemone, a demanda por reforma agrária passou a ser uma pauta bastante relevante no cenário político brasileiro ainda nas décadas de 1940 e de 1950. Intensificando-se no governo Goulart, no início dos anos 1960. Representantes das direitas e das esquerdas começaram a apoiá-la, visto que, de um lado entendiam que a reforma contribuiria para a modernização/industrialização do país, e do outro defendiam que promoveria a justiça social.<sup>760</sup>

Em seu governo, Badger da Silveira buscou continuar com a implementação do *Plano Piloto de Ação Agrária*, idealizado inicialmente na administração do seu falecido irmão Roberto da Silveira. Durante a mesma entrevista na rádio Mayrink Veiga, que discutiu o problema do abastecimento de água, Badger declarou que a reforma agrária deveria ser progressiva e integrada, pois:

[...] deve abranger a todos os setores da vida do país, no sentido de dar, realmente, as condições de produtividade no interior, na agricultura, amparando, como finalidade precípua, o homem do campo, o camponês, dando-lhe melhores condições de vida, porque isso, também, vem se sentir na consolidação da economia do país, porque abrirá um mercado consumidor interno capaz de absorver tôda a produção da nossa indústria, [...] nós teremos, fatalmente, uma indústria forte, estável e capaz de sobreviver.<sup>761</sup>

Reforçando, assim, dois temas importantes da sua campanha: reforma agrária e industrialização que estavam alinhados com as propostas do governo federal. Ainda em outubro de 1962, o presidente criou a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), visando à desapropriação de terras pelo país. Segundo os pesquisadores Leonilde Medeiros e Brás Araújo, a SUPRA tinha por finalidade:

colaborar na formulação da política agrária do país; planejar, executar e fazer executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando

---

<sup>759</sup> COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. Op.cit., p. 46

<sup>760</sup> GRYNSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical: (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>761</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Geral. Notação 90. Dossiê 5. Transcrição da entrevista com o governador Badger Silveira no programa “Conversando com o povo” da Rádio Mayrink Veiga, data não especificada.

seu uso ao bem-estar social, e prestar serviços de extensão rural e de assistência técnica aos trabalhadores rurais.<sup>762</sup>

Em março de 1963, o governo Goulart também foi responsável pela criação do Estatuto do Trabalhador Rural. Foi a partir dessa regulação que os direitos trabalhistas chegaram aos trabalhadores do campo. A nova legislação foi baseada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sancionada em 1943, que previa unicamente os trabalhadores urbanos.<sup>763</sup>

Demonstrando, assim, que o presidente João Goulart em diferentes momentos do seu governo atentou-se as discussões do meio agrário. E muito disso, devia-se a crescente mobilização dos trabalhadores rurais. A criação das ligas camponesas foi uma representação do crescimento da luta pela terra no país.

Por sua vez, as reformas de base estavam previstas para serem realizadas somente na segunda fase do plano trienal elaborado pelo economista Celso Furtado. Após o fracasso do plano, as reformas tornam-se ponto central das discussões no governo federal, tendo repercussão também nos estados. A reforma agrária era o bastião de todas as reformas pretendidas. Porém, aprová-la não era uma tarefa fácil.

Pois, era uma típica “pauta bomba”, tendo em vista os políticos mais conservadores que a rechaçavam completamente, como as “raposas” do PSD<sup>764</sup> e os eternos vigilantes da UDN.<sup>765</sup> Tendo em vista isso, diferentes projetos foram propostos discutindo à forma na qual a reforma poderia ser implantada no Brasil.

De acordo com Mário Grynszpan, uma das barreiras que impediu a realização “de uma ampla reforma agrária no país era o dispositivo constitucional determinando que desapropriações de terras deveriam se dar mediante prévia indenização em dinheiro”.<sup>766</sup> Isto é, o § 16 do art. 141, da Constituição federal de 1946. Artigo esse que

---

<sup>762</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; ARAÚJO, Brás José de. *Superintendência da Política Agrária (SUPRA)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra>>. Acesso em: 04/01/2019

<sup>763</sup> LAMARÃO, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Estatuto do Trabalhador Rural*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>>. Acesso em: 04/01/2019

<sup>764</sup> HIPOLITO, Lucia, op.cit.

<sup>765</sup> Benevides, Maria Victoria. Op cit.

<sup>766</sup> GRYSZPAN, Mário. *A questão agrária no governo Jango*. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_questao\\_agraria\\_no\\_governo\\_Jango](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango)>. Acesso em 04/01/2019

foi modificado pelos golpistas meses depois da vitória do movimento civil-militar, em novembro de 1964.<sup>767</sup>

O governo Goulart alegando não ter fundos suficientes para indenizar todos os proprietários de terras afetados, propôs “uma reforma constitucional que permitisse o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária”. Entretanto, o governo não conseguiu os 3/5 necessários para a aprovação da reforma agrária no Congresso Nacional. Passando, a partir desse ponto a pressionar o Congresso para realizar as reformas de base, tendo um apoio massivo dos trabalhadores e das esquerdas, os quais reivindicavam que as reformas fossem feitas seja “na lei ou na marra”.<sup>768</sup>

Nesse contexto, em junho de 1963, o governador Badger da Silveira, buscando um maior diálogo com a população da baixada fluminense e de regiões interioranas do estado do Rio, enviou uma mensagem destinada aos proprietários e aos trabalhadores rurais, problematizando o “imaginário” entorno da reforma agrária e como o mesmo é revestido de interesses particulares:

Muito se fala em Reforma Agrária e até hoje os homens do campo não sabem que “história” é essa. Isso acontece porque muitos interesses se uniram para luta contra ela, e para isso inventaram uma série de mentiras. Daí a confusão que existe em torno do assunto. Daí a confusão por que muitos ficaram contra ela sem saber o que ela é. Ou deve ser.<sup>769</sup>

Nessa mensagem também definiu o que seria a reforma agrária, de acordo com suas convicções política e ideológica e apontou as benesses da sua implementação:

Reforma Agrária não é a simples e inútil distribuição de terras para todos, não é tirar a terra de uns e dar para outros. [...] Reforma Agrária não significa apenas mexer nas terras que não produzem. Ela significa também e acima de tudo resguardar o campo contra os que compram terras de lavoura para depois retalhá-la e revendê-la em centenas de lotes onde ninguém mais pode plantar. A Reforma Agrária também se destina a impedir que alguém possua milhares de alqueires sem lavoura à espera de que valorize, aumente de preço. A Reforma Agrária também vai regular essa exagerada substituição das lavouras pela pecuária [...]. [...] A Reforma Agrária é que vai permitir que

---

<sup>767</sup> BRASIL, CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>. Acesso em: 04/01/2019

<sup>768</sup> GRZYNSZPAN, Mário. *A questão agrária no governo Jango*. Op.cit.

<sup>769</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Geral. Notação 90. Dossiê 5. Mensagem do governador Badger Silveira aos proprietários e trabalhadores do povo. 12 de junho de 1963.

vocês não tenham que abandonar a sua terra e a sua gente; [...] vai dar a vocês a propriedade das terras onde há tanto nos anos vocês plantam e vivem [...] enfim, a Reforma Agrária vai tomar tantas medidas a favor e em benefício de vocês, que em pouco tempo as melhoras vão ser grandes.<sup>770</sup>

Badger finalizou a mensagem, enviada no dia 12 de junho de 1963, enfatizando que:

A Lei que vai permitir tudo isso está no Congresso, lá em Brasília. Por isso vocês precisam dizer aos Deputados e a todos que vocês estão sofrendo há muito tempo e que não é justo esperar mais. Eu sei que muitos de vocês estão desesperados, revoltados até com tanto palavório e nenhuma decisão. Mas agora é que está na hora de vocês dizerem juntos e bem alto que vocês precisam do remédio e que o remédio é a Reforma Agrária. Falem alto, mas falem junto comigo, com ordem e respeitando as autoridades e as propriedades. Nada de violência. Nada de servir de bôbo para os que só querem fazer confusão. Vamos falar, vamos gritar juntos e em Paz para não dar razão aos que são contra a Reforma Agrária.<sup>771</sup>

Observa-se a partir da mensagem enviada por Badger da Silveira que o mesmo apoiou a luta pela realização da reforma agrária e também das reformas de base no geral. Mas ao contrário do defendido pelas esquerdas reformistas, o governador fluminense defendia que as reformas deveriam ser realizadas dentro da lei, sem violência, respeitando os preceitos legais. Ou seja, a Carta Magna era a balizadora de qualquer desapropriação de terras, na visão de Badger. Todavia, o governador continuou apoiando Goulart apesar de o presidente ter seguido um caminho cada vez mais combativo com relação à luta pelas reformas de base, alinhando-se as demandas das esquerdas mais radicais.

Paralelamente, as “invasões” de terras estavam aumentando no estado do Rio. Grynszpan e Dezemone destacam que as ligas camponesas iam passando por “um processo de radicalização”, que também se refletiu em outros movimentos, marcado por:

[...] ações de força em suas táticas, ocupações de terras e enfretamentos diretos com prepostos dos grandes proprietários. Associaram seu nome à proposta de uma reforma agrária radical que faria na lei ou na marra, isto é, com ou sem apoio legal, pela ação direta dos camponeses.<sup>772</sup>

---

<sup>770</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Geral. Notação 90. Dossiê 5. Mensagem do governador Badger Silveira aos proprietários e trabalhadores do povo. 12 de junho de 1963.

<sup>771</sup> Idem.

<sup>772</sup> GRYNSZPAN, Mário; DEZEMONE, Op. cit. p. 220

Indo na contramão desse pensamento, Badger defendia uma reforma agrária “progressiva, integrada e funcional”<sup>773</sup>, e o mais importante dentro do preceituado pela Constituição federal, como vimos na mensagem acima. Sendo assim, a crescente radicalização do movimento camponês não agradava o governador do estado do Rio.

Badger da Silveira reconhece em seu depoimento que as ocupações de terras foram “um dos problemas sérios”<sup>774</sup> do seu governo. De forma convicta, o ex-governador afirma que a “agitação no meio rural” seria obra de instigadores e cita o nome do deputado Leonel Brizola que “criou o grupo dos 11 e dava uma força muito grande”<sup>775</sup>; e do presidente da Supra, João Caruso (ex secretário de agricultura do governo gaúcho de Brizola)<sup>776</sup>.

Acusação também encontrada em declarações de Badger nos jornais da época.<sup>777</sup> No seu relato pessoal, Badger ainda destaca que:

Enquanto as associações defendiam realmente o posseiro, eu estava do lado delas. Mas quando passaram a praticar atos de invasão de terras, que eram terras legalizadas de proprietários inscritos no registro de imóveis, tudo direitinho, e que cultivavam suas terras e aquilo foi-se generalizando, eu fiquei contra. E esse movimento foi incentivado pelos comunistas e pelo Leonel Brizola aqui dentro do estado do Rio. Chegou em um ponto que eu passei um telegrama para o presidente João Goulart dizendo que o senhor João Caruso queria incendiar o interior do estado do Rio, que eu era contra e pedia uma providência. No dia seguinte ele foi demitido e nomeado o Pinheiro Neto.<sup>778</sup>

Nesse sentido, Badger da Silveira enfatiza, em suas memórias, que o então superintendente da SUPRA, João Caruso, teria sido demitido por Jango muito por sua conta.<sup>779</sup> Em seu esboço autobiográfico Badger narra que:

O problema de invasões de terras estava tomando um vulto, que eu telegrafei para o João Goulart dizendo que o João Caruso queria

---

<sup>773</sup> *Última Hora, Plataforma Eleitoral de Badger Silveira (II): Reforma agrária, industrialização e educação: trilogia do governo Badger, 27/09/1964, p. 5*

<sup>774</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 54

<sup>775</sup> Idem.

<sup>776</sup> CPDOC-DHBB. *Verbete Superintendência da Política Agrária (SUPRA)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra>>. Acesso em: 20/05/2018

<sup>777</sup> *Última Hora, Badger pede tropas federais para manter a Ordem em Caxiais, 22/06/1963, p. 2*

<sup>778</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 58

<sup>779</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 58

incendiari o interior do Estado do Rio e que eu exigia uma providência. No dia seguinte ele foi demitido e nomeado João Pinheiro Neto.<sup>780</sup>

Percebe-se, portanto, que o ex-governador se coloca em lugar de destaque, assim como, sua relação com Goulart ao destacar seu “protagonismo” na demissão de Caruso. No entanto, as publicações na imprensa afirmam que João Caruso Scuderi renunciou (“se exonerou”) ao cargo, em junho de 1963. E não apontam qualquer envolvimento do governador fluminense com o caso.<sup>781</sup>

Por outro lado, há uma matéria no *Correio da Manhã*, a qual destaca que Badger pediu as “cabeças” de cabos eleitorais de Tenório Cavalcanti que foram nomeados por Caruso durante seu período na SUPRA. Segundo o periódico, Badger declarou que “a nomeação desses seus adversários, em matéria de desaforo político foi o supra-sumo”.<sup>782</sup> Vê-se, assim, que Caruso, Brizola, Badger não tiveram um bom relacionamento ainda que todos fossem do mesmo partido.

Ainda na mensagem dirigida, em junho de 1963, “aos proprietários e trabalhadores do povo”, que foi coletada na época pelo DOPS-RJ, Badger alerta a população sobre atuação dos tais “instigadores”:

[...] estão procurando jogar você no fogo duma fogueira que estão querendo acender no campo. Por isso, antes de dizer tudo, quero fazer esse aviso para que você saiba que existe gente que quer usar você e os outros como lenha para a fogueira. Depois de ateadado o incêndio, essa gente vai ficar olhando de longe porque ela não quer reforma agrária nenhuma. Essa gente quer é se aproveitar depois.<sup>783</sup>

Já em suas memórias concedidas anos mais tarde, o ex-governador afirma que teria tido um encontro com Carlos Prestes, durante o qual o principal líder do “partidão” teria o indagado, perguntando o porquê de não fazer um acordo com os políticos alinhados ao viés político do PCB, que se encontrava na clandestinidade. Badger afirma que teria respondido Prestes da seguinte forma:

[...] não fazia porque eles tinham uma linha ideológica e um plano de ação que contrariavam em cheio os propósitos do meu governo. Por

<sup>780</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p.

<sup>781</sup> *Diário Carioca*, *Presidente da SUPRA envia renúncia a JG*, 15/06/1963, p. 3; *Correio da Manhã*, *Pinheiro Neto substitui Caruso na SUPRA e avisa: “vai descascar o abacaxi”*, 28/06/1963, p. 2

<sup>782</sup> *Correio da manhã*, *Badger pede cabeças*, 19/07/1963, p. 1(2º caderno)

<sup>783</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Geral. Notação 90. Dossiê 5. Mensagem do governador Badger Silveira aos proprietários e trabalhadores do povo. 12 de junho de 1963.

exemplo, as invasões de terra. Invadiam fazendas que estavam organizadas, produzindo, trabalhando. Invadiam, depredavam e depois largavam as propriedades. Então eu tinha a obrigação de garantir a posse e o domínio da propriedade. Eu tinha a obrigação de garantir essa propriedade. E que eu achava que esse movimento que estava sendo feito de greves em cima de greves, greves de solidariedade, greves de depredar as coisas, essas invasões de terra estavam criando um clima propício ao golpe de Estado que estava próximo de ser dado. Se não modificassem essa atuação das esquerdas e de elementos que se interessavam em um golpe e que fomentavam essas discórdias que nós estávamos preparando. Porque o povo ia cansando. A classe média e a própria classe operária não estavam satisfeitas. E a classe média então já ia perdendo aquela confiança no governo e aceitaria de bom grado qualquer movimento de direita para derrubar o governo que estava e implantar uma ditadura. Isso eu conversei com Carlos Prestes e ele acabou me dando razão e disse: “O senhor Leonel Brizola está querendo ir à frente do movimento do Partido Comunista aqui no Brasil. Ele está muito enganado nesse movimento revolucionário que está pregando e o senhor tem toda a razão. O senhor não deve mesmo fazer acordo com os rapazes do PC.”<sup>784</sup>

Observa-se, nessa resposta que teria sido dada por Badger à Prestes, certo adiantamento por parte do governador do que viria acontecer em 1964. Só não se pode afirmar com certeza absoluta se a mesma é fruto de uma análise *a posteriori*, pós-golpe e pós-ditadura; ou se o trabalhista realmente compartilhava desse pensamento na época. Haja vista os cuidados que se deve ter ao se trabalhar com a “escrita de si” e as fontes orais.

No entanto, é importante lembrar que durante a sua campanha em 1962, Badger pregou a importância de se formar uma frente unificada para combater quaisquer tentativas de golpes, das direitas ou das esquerdas, que ameaçassem a democracia brasileira, como já comentado no capítulo I.<sup>785</sup> Um fato que é adequado afirmar é que o governador era completamente contrário as invasões. Como podemos ver em várias declarações dadas por Badger aos jornais da época e também nas memórias do ex-governador.

Naquele período, a Baixada Fluminense foi um importante palco das ocupações no estado do Rio. Em junho de 1963, cerca de 2.000 camponeses ocuparam as terras pertencentes à Fábrica Nacional de Motores (FNM), na região do Parque Capivari, localizado no bairro de Xerém, no município de Duque de Caxias.<sup>786</sup>

---

<sup>784</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 55

<sup>785</sup> *Jornal do Brasil, Candidato do PTB ao Ingá prega união dos democratas contra os dois extremismos*, 02/06/1962. p. 3

<sup>786</sup> *Diário Carioca, Camponeses em armas ocupam fazenda*, 21/06/1963, p. 1 e 6

O grupo era liderado pelo padre Aníbal Mendes.<sup>787</sup> O seu lugar-tenente era o camponês conhecido como Antônio Capacete Verde.<sup>788</sup> Antes de invadir a fazenda e território adjacentes, os lavradores, “incendiaram o pòsto policial de Capivari, saquearam dois armazéns e uma casa de armamentos”, segundo informação do *Jornal do Brasil*.<sup>789</sup>

De acordo com a imprensa, os camponeses foram fazendo reféns pelo caminho, os quais mantiveram cativos junto com outras pessoas não ligadas ao movimento que se encontravam nas terras invadidas no momento da ocupação. Entre os reféns estavam militares, moradores locais, e jornalistas e fotógrafos do *O Jornal*<sup>790</sup>, do *Jornal do Brasil*, da *Última Hora* e do *O Dia*.<sup>791</sup>

O padre Aníbal não era um nome novo no cenário de invasões de terras no estado do Rio.<sup>792</sup> Anteriormente, tinha comandado a ocupação da fazenda Nova Aurora, em Belford Roxo. Nessa empreitada, o sacerdote saiu vitorioso, conseguindo impedir que o Banco do Brasil despejasse os camponeses que se encontravam nas terras em questão, de acordo com publicação do *Jornal do Brasil*.<sup>793</sup>

Ainda na época, por meio de nota oficial, Badger da Silveira acusou João Caruso, presidente da SUPRA, “de estimular a ação dos agitadores infiltrados entre os verdadeiros camponeses”.<sup>794</sup> O governador ainda reforçou que iria “restabelecer, de qualquer maneira, a ordem no território fluminense”, conforme reportagem do *Diário Carioca*.<sup>795</sup> O periódico também informava que o “problema” se resumia a um conflito na justiça entre a FNM e requerentes do terreno (“possíveis proprietários”)<sup>796</sup>, e devido à essa disputa, vários camponeses começaram a ocupar as terras, liderados pelo tal padre Aníbal.

Grynszpan e Dezemone destacam que a Igreja foi um dos agentes sociais que entenderam que a luta pela reforma agrária precisava ser apoiada por ela (e por proprietários de terras), com a finalidade de não perder fiéis para os ditos “comunistas”

---

<sup>787</sup> *Jornal do Brasil, Padre comanda a rebelião camponesa, 22/06/1963, p. 5; Diário Carioca, Camponeses em armas ocupam fazenda, 21/06/1963, p. 1 e 6;*

<sup>788</sup> *Diário de Notícias, lugar-Tenente do padre, 22/06/1963, p. 1*

<sup>789</sup> *Jornal do Brasil, Camponeses em armas na Baixada, 21/06/1963, p. 1*

<sup>790</sup> *O Jornal, Padre comanda saques à armazéns, assaltos, à mão armada e invasão de casas e terras em Capivari, 22/06/1963, p. 9*

<sup>791</sup> *Jornal do Brasil, Padre comanda a rebelião camponesa, 22/06/1963, p. 5*

<sup>792</sup> *Diário Carioca, Camponeses em armas ocupam fazenda, 21/06/1963, p. 1 e 6*

<sup>793</sup> *Jornal do Brasil, 19/06/1963, p. 10*

<sup>794</sup> *Diário Carioca, Camponeses em armas ocupam fazenda, 21/06/1963, p. 1 e 6*

<sup>795</sup> *Diário Carioca, Camponeses em armas ocupam fazenda, 21/06/1963, p. 1 e 6*

<sup>796</sup> *Diário Carioca, Camponeses em armas ocupam fazenda, 21/06/1963, p. 1 e 6*

e impedir uma revolução “vermelha” no Brasil.<sup>797</sup> Percebe-se, portanto, que o “surto anticomunista” explica a tomada de decisão da instituição milenar. Os historiadores ainda ressaltam que a:

Expressão desse temor foi *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, documento pastoral de 1950, de dom Inocêncio Engelke (1977), bispo de Campanha, em Minas gerais. Segundo ele, agitadores estavam chegando à área rural aproveitando-se das más condições que ali predominavam, para insuflar a revolta entre a sua população. Como resultado dessa ação, a igreja poderia terminar afastada dos camponeses, da mesma forma como, na visão do bispo, já havia acontecido com os operários. Urgia que ela e os proprietários se antecipassem à revolução, promovendo a melhoria das condições de vida das populações rurais.<sup>798</sup>

Embora, a figura do padre Aníbal ter sido contestada, como membro da Igreja Católica Apostólica Romana<sup>799</sup>, a instituição teve um papel importante na luta pela reforma agrária no Brasil. Um fato curioso é que a ocupação de Capivari foi intensamente repercutida na imprensa, dividindo as capas dos jornais com a eleição do novo chefe da Igreja Católica e do Vaticano. O cardeal escolhido foi o italiano Giovanni Battista Montini que substituiu o Papa João XXIII, falecido no dia 03 de junho de 1963. O novo pontífice adotou o nome Paulo VI.<sup>800</sup>

Não muito tempo depois do início da invasão, padre Aníbal soltou os reféns. Na ocasião, o vigário também fez declarações à imprensa, nas quais afirmou que “se for tentada a invasão das terras ocupadas pelos camponeses haverá resistência a bala até o último homem”.<sup>801</sup> Além de fazer uma clara tentativa de demonstração do poder de fogo do movimento, ao permitir a tiragem de fotos durante o encontro com a mídia, como se pode observar na fotografia abaixo, publicada na revista *O Cruzeiro* (fotos similares podem ser vistas em diferentes jornais que cobriram a invasão<sup>802</sup>). Alardeando ainda mais a invasão na imprensa.

---

<sup>797</sup> GRYSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. Op. cit. p. 217

<sup>798</sup> GRYSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. Op. cit. p. 217

<sup>799</sup> *Jornal do Brasil, Padre Anibal não é romano, 22/06/1963, p. 5*

<sup>800</sup> *Diário Carioca, Paulo VI fala hoje a cristandade e ao mundo, 22/06/1963, p. 1; Diário de Notícias, Mundo ouve hoje Papa dos pobres, 22/06/1963, p. 1; Jornal do Brasil, Jubilo de todo o mundo pela eleição de Montini, 22/06/1963, p. 1; Diário Carioca, Paulo VI adota a linha de João XXIII pelo entendimento com todos os povos, 25/06/1963, p. 1*

<sup>801</sup> *Diário Carioca, Trégua provisória não diminuiu tensão, 22/06/1963, p. 1*

<sup>802</sup> *Diário Carioca, 22/06/1963, p. 1; Diário de Notícias, 22/06/1963, p. 2; Jornal do Brasil, 22/06/1963, p. 1; O Jornal, 22/06/1963, p. 9; Última Hora, 22/06/1963, p. 1; Tribuna da Imprensa, 22 e 23/06/1963, p. 1*



**Figura 17- Camponeses e o padre Aníbal posando para imprensa <sup>803</sup>**

Alguns jornais chegaram a afirmar que os lavradores eram um grupo de guerrilheiros<sup>804</sup> que construíram trincheiras<sup>805</sup>, nas quais “os camponeses estavam amotinados, com metralhadoras, granadas, fuzis e espingardas, pistolas, foices e machados”<sup>806</sup>, uma verdadeira cena de guerra. Em seu depoimento, Badger reafirma essa narrativa veiculada pela imprensa da época, dizendo que o padre Aníbal estaria criando “um grupo de guerrilha armada”. O ex-governador lembra que o estado do Rio não teria tido inicialmente forças suficientes para combater a invasão em Capivari e por isso teria pedido auxílio ao governo federal.<sup>807</sup>

Sobre o pedido de ajuda, Badger destaca em seu relato que teria tido um incidente com Jair Dantas Ribeiro, então ministro da Guerra. “Eu o responsabilizava pelo que pudesse acontecer porque ele dizia que não ia mandar tropas regulares do Exército para combater...”<sup>808</sup> Contudo, Silveira não dá maiores detalhes sobre como se deu o fim do impasse entre ele e o ministro.

<sup>803</sup> Diário Carioca, 22/06/1963, p. 1; RODRIGUES, João. *O Cruzeiro*, 13/07/1963, p. 95; *Diário de Notícias*, *Camponeses prontos para receber exército a bala*, 22/06/1963, p. 2

<sup>804</sup> *Diário de Notícias*, *Camponeses prontos para receber exército a bala*, 22/06/1963, p. 2; Belém, José. *O Cruzeiro*, *Um falso padre não faz revolução*, 13/07/1963, p. 95; *O Jornal*, *Padre comanda saques à armazéns, assaltos, à mão armada e invasão de casas e terras em Capivari*, 22/06/1963, p. 9

<sup>805</sup> *Jornal do Brasil*, *Padre comanda a rebelião camponesa: “atirar para matar”*, 22/06/1963, p. 5; *Diário de Notícias*, *Camponeses prontos para receber exército a bala*, 22/06/1963, p. 2

<sup>806</sup> *Diário de Notícias*, *Camponeses prontos para receber exército a bala*, 22/06/1963, p. 2

<sup>807</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 56

<sup>808</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 57

Por fim, Padre Aníbal foi preso. Na imprensa da época há diferentes versões sobre a prisão. E até mesmo no depoimento dado por Badger anos depois. O ex-governador mudou sua versão dos fatos ao decorrer da narrativa (após ser interpelado algumas vezes pelo entrevistador), porém acabou por destacar que:

Ele naturalmente viu-se cercado e... Ele foi preso, o fato é que a polícia não chegou a ir, não houve luta, não houve tiro, não houve nada disso. Mas acabou com um movimento que na ocasião tinha como cabeça esse padre Aníbal. E pode ser, o padre Aníbal, um elemento até da direita com o objetivo de criar esse clima de instabilidade, de insegurança dentro do país como o caso do cabo Anselmo.<sup>809</sup>

O questionamento de Badger sobre o fato de que o padre Aníbal poderia ter sido um agente infiltrado, vai de certa forma de acordo com algumas narrativas jornalísticas divulgadas na época, após o fim da ocupação. Alguns periódicos como o *Diário de Notícias*<sup>810</sup>, o *Jornal do Brasil*<sup>811</sup>, a *Luta Democrática*<sup>812</sup> e *O Jornal*<sup>813</sup> afirmaram que o padre, não era padre, mas sim um “falso padre!”. O que foi confirmado pelo bispo da Ordem de Santo André, dom Manuel Laranjeiras, o qual declarou que o “padre” Aníbal era apenas um missionário leigo, conforme publicação do *Jornal do Brasil*.<sup>814</sup>

A Igreja Católica Apostólica Romana também emitiu nota de esclarecimento para lembrar seus fiéis que o dito padre não era membro da instituição.<sup>815</sup> Por sua vez, Aníbal continuou afirmando que era padre.<sup>816</sup> Criando, assim, um “imaginário” sobre quem era de fato esse sujeito.

Segundo a *Última Hora*, a polícia fluminense chegou a pedir autorização para que o suposto padre passasse por um exame psicológico para avigorar sua sanidade mental.<sup>817</sup> Em contrapartida, o delegado da DOPS-RJ, Carlos de Sousa Lima, responsável pelo interrogatório do líder da ocupação de Capivari, declarou ao *Jornal do*

---

<sup>809</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 57

<sup>810</sup> *Diários de Notícias, Falso padre será enquadrado na lei de segurança nacional*, 23/06/1963, p. 2

<sup>811</sup> *Jornal do Brasil, Falso padre não revela depoimento por temer represálias da Polícia*, 26/06/1963, p.5

<sup>812</sup> *Luta Democrática, Padre, não é padre: é um refinado vigarista*, 22/06/1963, p. 2

<sup>813</sup> *O Jornal, “Os rebeldes de Capivari*, 25/06/1963, p. 1

<sup>814</sup> *Jornal do Brasil, Bispo da Ordem de Santo André diz que Anibal é mesmo um falso padre*, 27/06/1963, p. 5

<sup>815</sup> *Correio da Manhã, Aviso da Cúria Metropolitana*, 29/06/1963, p. 2

<sup>816</sup> *O Jornal, Padre Anibal foi ouvido pelo serviço secreto do exército*, p. 9

<sup>817</sup> *Última Hora, Polícia pede exame de sanidade mental para o padre guerrilheiro*, 24/06/1963, p. 7

*Brasil* que Aníbal não sofria de insanidade mental, “porque foi claro e objetivo no seu depoimento e tem-se revelado com muito equilíbrio”.<sup>818</sup>

O dito “vigário” acabou por entregar seus “companheiros” de luta para as autoridades.<sup>819</sup> Padre Aníbal também delatou alguns nomes de pessoas, ligadas a políticos e/ou a administração pública, que eram segundo seu depoimento, responsáveis pelas invasões dos camponeses na baixada fluminense.<sup>820</sup> Causando mais agitação na imprensa e entre a classe política. Nessa conjuntura, o dito padre afirmava que se sentia cada vez mais ameaçado após fazer importantes revelações sobre as ocupações de terra no estado do Rio, de acordo com *O Jornal*.<sup>821</sup>

Dentre os nomes acusados por Aníbal, estava o do subdelegado de polícia de Caxias, Hélio Estrela e do secretário particular do deputado Tenório Cavalcanti, Paulo Valente. Ambos estiveram em Capivari durante a turbulenta ocupação.

Sobre a acusação, Estrela declarou ao *Jornal do Brasil*, “nem conheço meu detrator, o qual deve ter sido industriado pelo Secretário de Segurança Pública, Sr. Herval Basílio, meu inimigo pessoal”. Após a denúncia Hélio Estrela foi transferido para o município de Santo Antônio de Pádua, decisão que o subdelegado afirmou ter sido uma estratégia política para minar sua candidatura a prefeitura de Caxias nas próximas eleições.<sup>822</sup>

Já Paulo Valente negou todas as acusações. Dizendo que só intercedeu em favor dos camponeses “encurralados por 40 bandidos liderados pelo falso sacerdote” com objetivo de “evitar derramamento de sangue de sangue inocente”. Valente também criticou a versão da imprensa sobre a existência de milhares de lavradores fortemente armados, reforçando a ideia de que os camponeses estavam subjugados a força pelo falso padre. Por fim, assumiu toda a responsabilidade sobre a sua dita “mediação” durante a ocupação, afirmando que Tenório Cavalcanti nem se encontrava no país durante o episódio. Visto que, encontrava-se em Nova York acompanhando sua esposa num tratamento médico.<sup>823</sup>

Vale observar que apesar da crítica de Paulo Valente ter semelhanças com as feitas pelo governador fluminense ao longo da ocupação, Badger, não via os lavradores

---

<sup>818</sup> *Jornal do Brasil, Padre Anibal denuncia companheiros de rebeldia à polícia, 25/06/1963, p. 12*

<sup>819</sup> *Jornal do Brasil, Padre Anibal denuncia companheiros de rebeldia à polícia, 25/06/1963, p. 12*

<sup>820</sup> *Diários de Notícias, Falso padre: há Mentores no Plano de Agitação, p. 9*

<sup>821</sup> *O Jornal, Padre Anibal foi ouvido pelo serviço secreto do exército, p. 9*

<sup>822</sup> *Jornal do Brasil, Padre Anibal denuncia companheiros de rebeldia à polícia, 25/06/1963, p. 12*

<sup>823</sup> *Jornal do Brasil, Padre Anibal denuncia companheiros de rebeldia à polícia, 25/06/1963, p. 12*

como cativos. Ao contrário, Silveira defendia que os camponeses estavam sendo manipulados pelos instigadores para participar das invasões.

No entanto, é importante ressaltar que os camponeses não foram pura e simples “massa de manobra” de grupos das esquerdas ou das direitas. A luta pela terra no Brasil é fruto da crescente conscientização por parte dos trabalhadores rurais sobre a importância da justiça social. Entendimento esse que vê a terra tanto como um direito quanto um dever que deve ser garantido pelo Estado.

Daí a seriedade dos movimentos por terra que se espalharam pelo país nas décadas de 1940, de 1950 e no início dos anos 1960 que foram interrompidos durante a ditadura, mas que voltaram com força no período da reabertura política e continuam atuando nos dias atuais, sendo sua maior representação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado oficialmente em 1984.

Na semana seguinte a invasão de Capivari, lavradores de Magé, entre eles homens, mulheres e crianças, fizeram uma passeata pelas ruas da capital fluminense rumo ao Palácio do Ingá, reivindicando terras.<sup>824</sup> Chegando a acampar em frente à sede do governo do estado do Rio.<sup>825</sup>



Três agitadores foram os organizadores da balbúrdia, ontem, nas proximidades de Palácio do Ingá

Figura 18- Passeata dos camponeses de Magé, em Niterói<sup>826</sup>

<sup>824</sup> *O Jornal*, Agitadores levam camponeses ao Ingá para exigir terras, 28/06/1963, p. 7

<sup>825</sup> *Jornal do Brasil*, Lavradores despejados de Magé acampam em Niterói e pedem retorno às terras, 28/06/1963, p. 5

<sup>826</sup> *O Jornal*, 28/06/1963, p. 7

Porém, a *Luta Democrática* não “deixou barato” as acusações feitas por Aníbal, contra o braço de direito de Tenório Cavalcanti, colocando o governador fluminense na berlinda. Nota-se nas publicações que a *Luta Democrática* se refere muitas vezes ao trabalhista como “IBadger”.

De acordo com *O Jornal*, Tenório começou a fazer o trocadilho, porque acreditava que “o governador do Estado do Rio teria sido eleito pelo IBAD e, não pelo eleitorado fluminense”.<sup>827</sup> Apesar de seus recursos contra Badger serem constantemente indeferidos na justiça, Cavalcanti não diminuiu o tom da crítica. Criando, assim, uma nova tônica política contra o governador fluminense: o “IBadger”.

Vale ressaltar que no ano de 1963, abriu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e seus investimentos nas campanhas eleitorais de 1962, o que mais tarde levou o seu fechamento, em dezembro de 1963.<sup>828</sup> Porém, as acusações feitas por Cavalcanti nunca foram comprovadas. E deve-se levar em consideração que o IBAD financiou, em sua maioria, candidaturas de políticos das direitas, em especial da UDN, visando evitar o crescimento do PTB (partido de Badger) e de candidatos mais as esquerdas.

Sobre as acusações contra o secretário particular de Tenório, a *Luta Democrática* afirma que “IBadger preparou toda essa trama”.<sup>829</sup> No editorial do dia 26 de junho de 1963, o jornal de Tenório resume a situação da seguinte forma:

DEMONSTRADA EXUBERANTEMENTE tôda farsa do sr. Badger da Silveira, nos recentes episódios ocorridos na Fazenda Capivari, cremos não merecer mais dispêndio de tinta, tempo e papel tão insignificante pessoa. Provado ficou que tôda a ação de sua Polícia não tinha outro intuito senão, com a ajuda de um louco, trazê-lo para o centro dos acontecimentos, êle que se aliara aos grileiros, contra pobres vítimas de uma estrutura agrária que começa a cair de podre.<sup>830</sup>

No depoimento oral concedido anos mais tarde, ao ser perguntado se Tenório estava envolvido com a invasão, Badger responde que não. Todavia, afirma que “tinha

---

<sup>827</sup> *O Jornal, A vida em cinco notas, 05/10/1963, p. 3*

<sup>828</sup> PAULA, Christiane Jalles de. *O Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD*. Disponível em : <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_Instituto\\_Brasileiro\\_de\\_Acao\\_Democratica](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica)>. Acesso em: 15/11/1963.

<sup>829</sup> *Luta Democrática, Agitação em Duque de Caxias tramada por Badger, p. 5*

<sup>830</sup> *Luta Democrática, A farsa do governador, p. 3*

pessoas ligadas a ele, mas ele pessoalmente, que eu saiba, não estava. Apenas o jornal dele dava cobertura às medidas ou criticava as medidas que eu tomava contra”.<sup>831</sup>

Segundo o *Correio da Manhã*, após o fim da crise em Capivari, as terras foram desapropriadas e o governador fluminense mandou entregar aos camponeses da região ferramentas como foices, enxadas, facões, além de sementes para incentivar o cultivo. Badger da Silveira também prometeu instalar postos de saúdes e escolas.<sup>832</sup>

Ainda durante a ocupação, o trabalhista tinha afirmado a imprensa que não puniria os lavradores. Uma vez que, na visão do governador, os mesmos tinham sido vítimas de “um bando de marginais e agitadores profissionais”. Porém, declarou que enquadraria os verdadeiros culpados na Lei de Segurança Nacional<sup>833</sup>, o que de fato aconteceu com o dito padre Aníbal.<sup>834</sup>

Depois da prisão do líder da ocupação, Badger afirmou a imprensa que “o Estado do Rio tem condições, e vai mostrá-las, de realizar uma reforma agrária real e objetiva, dentro da democracia e dos princípios cristãos, como tenho preconizado em meus contatos com o povo e a imprensa”.<sup>835</sup> Ideia essa já defendida por Badger em diferentes momentos do seu governo, como na mensagem enviada pelo governador a população do campo em 12 de junho de 1963.

Em suma, a invasão de Capivari gerou um grande rebuliço nos noticiários e no governo Badger, sendo um exemplo importante dos conflitos de terras e dos seus efeitos (discussões) no estado do Rio. Apesar de ser contra as invasões, o governador desapropriou algumas terras através do Plano Piloto de Ação Agrária e do Plano de Colonização e de Terras Devolutas, chefiados pelo padre Antônio da Costa Carvalho (padre Carvalho) que assumiu a diretoria, em julho de 1963, no lugar de Aírton Pereira da Silva.<sup>836</sup>

Ou seja, outro religioso a frente da questão agrária no estado (agora oficialmente), após o conflito de Capivari. Em sua autobiografia, Badger da Silveira afirma que: “Correu na época uma tentativa de difamação contra o padre Carvalho, de que ele teria envolvimento escusos com o IBAD, porém, isto não é verdade. O padre

---

<sup>831</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 55

<sup>832</sup> *Correio da Manhã*, *Badger dá enxadas a lavradores da fazenda Capivari*, 25/06/1963, p. 18

<sup>833</sup> *O Jornal*, *Padre comanda saques à armazéns, assaltos, à mão armada e invasão de casas e terras em Capivari*, 22/06/1963, p. 9

<sup>834</sup> *Diários de Notícias*, *Falso padre será enquadrado na lei de segurança nacional*, 23/06/1963, p. 2

<sup>835</sup> *Jornal do Brasil*, *Padre Aníbal denuncia companheiros de rebeldia à polícia*, 25/06/1963, p. 12

<sup>836</sup> *Última Hora*, *Nova direção no plano agrário*, 24/07/1963, p. 3; *Jornal do Brasil*, *Padre cuida de terras no estado do Rio*, 01/08/1963, p. 12

tinha realmente influência tanto no meio camponês quanto no meio operário”.<sup>837</sup> Já em seu relato oral, o ex-governador enfatiza que

O padre Carvalho defendia realmente os posseiros. E era contra essas invasões também. Por isso é que ele foi muito combatido, porque ele respeitava e lutava pelos posseiros contra os grileiros. Isso ele lutava. Agora, ele era contra essas invasões de propriedades que não tinha posseiro nenhum. O sujeito invadia a propriedade.<sup>838</sup>

Por outro lado, o historiador Felipe Ribeiro destaca que o religioso, que foi membro da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) e da Federação dos Círculos Operários Fluminenses, era próximo do IBAD.<sup>839</sup> Além disso, o padre Carvalho foi responsável por estimular a construção de “organizações de lavradores nos municípios” fluminenses, visando criar uma oposição a FALERJ.<sup>840</sup>

Badger em seu depoimento corrobora essa informação, afirmando que:

Isso estava. E ele tinha alguma organização já, seus pequenos núcleos. Não sei se com o objetivo de... Evidentemente o objetivo dele era anular a influência das outras organizações. Eu acho que tinha esse objetivo porque quando eu o nomeei para a Supra, Superintendência da Reforma Agrária, o objetivo primordial, precípua, era amparar os posseiros com mais de 10 anos, 15 anos. Desapropriar essa terra e entregar a esses posseiros. Essa era a finalidade da Supra no Estado do Rio. Tanto que ela atuava quase que aqui na Baixada, onde havia essas terras que valorizaram estupidamente e que encontraram esses homens lá plantando seu quiabo.<sup>841</sup>

Sobre a questão da terra, fica nítido que o governador Badger da Silveira tinha posturas ambíguas com relação à forma pela qual deveria ser implantada a reforma agrária no Brasil. Pois, num primeiro momento saiu em defesa de que a reforma deveria ser feita dentro da lei, condenando veementemente as invasões de terras no estado do Rio. Ao mesmo tempo em que, no intenso março de 1964, o governador fluminense apoiou o discurso mais radicalizado de Goulart sobre a implementação das reformas de base, sobretudo, agrária. Chegando a discursar no histórico comício de 13 de março de 1964.

---

<sup>837</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo IV, s/p.

<sup>838</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 58

<sup>839</sup> RIBEIRO, Felipe. Op. cit. p. 194

<sup>840</sup> RIBEIRO, Felipe. Op. cit. p. 192

<sup>841</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 58

## 2.9. Rumo ao golpe civil-militar de 1964

O segundo semestre do governo Badger foi bastante conturbado. Cheio de mobilizações, de greves e de intrigas político-ideológicas, e acompanhando de perto a crise no governo Goulart. Logo após o desfecho da crise em Capivari, um grave conflito de interesses desestabilizou o comando da Polícia Militar fluminense.<sup>842</sup>

De acordo com o *Correio da Manhã*, a crise começou depois que o chefe do Estado-Maior, coronel Manuel da Silva Teixeira, prendeu o capitão da polícia militar Homero Barreto, no início de julho de 1963. O cel. Manuel Teixeira tomou a decisão após ter visto Barreto “à paisana, embora não estivesse de serviço”.<sup>843</sup> Sendo essa a justificativa divulgada na época pela imprensa, ainda que bastante mal explicada:

A prisão do capitão não foi bem recebida entre os seus companheiros de trabalho, gerando uma “séria reação da oficialidade”, exigindo a exoneração do cel. Manuel Teixeira.<sup>844</sup> O presidente do Clube dos Oficiais, coronel Wilson Cabral Trannin, declarou a imprensa que a atitude dos oficiais era uma resposta aos “numerosos atos do coronel Teixeira”, considerados por eles, “arbitrários”.<sup>845</sup>

A reportagem do *Correio da Manhã* também destaca que a Agência de Informações Fluminense paralelamente emitiu uma nota oficial, afirmando que a crise já estava solucionada e que os sargentos e boa parte da oficialidade da polícia militar, incluindo o comandante da PM, o coronel Araquém Costa, apoiavam as decisões do chefe do Estado-Maior. Além disso, a nota ressaltava que o cel. Araquém decidiu por manter “as punições dadas aos que infringiram o regulamento da corporação”.<sup>846</sup>

Por outro lado, a nota da AIF foi desmentida pelo diretor do Clube dos Oficiais, coronel Petit e pelo coronel Trannin, presidente da instituição. Segundo declaração dada pelo diretor Petit ao *Correio da Manhã*, a reunião ocorrida entre o governador Badger da Silveira, o cel. Araquém Costa, o chefe da casa civil Jorge Loretto e parte da oficialidade da PM não teve bons resultados. E por isso, os policiais militares continuariam reivindicando a demissão do cel. Manuel da Silva Teixeira.<sup>847</sup>

O fato do cel. Araquém Costa ter respaldado a permanência do chefe do Estado-Maior no cargo, fez com que a oficialidade já irritada, começasse a exigir também a

---

<sup>842</sup> *Correio da Manhã, Rebelião contra o chefe do E. do Maior da PM fluminense, 05/07/1963, p. 2*

<sup>843</sup> *Correio da Manhã, PM do Estado do Rio insiste no afastamento do Chefe do Est. Maior, 06/07/1963, p. 8*

<sup>844</sup> *Correio da Manhã, Rebelião contra o chefe do E. do Maior da PM fluminense, 05/07/1963, p. 2*

<sup>845</sup> *Correio da Manhã, Rebelião contra o chefe do E. do Maior da PM fluminense, 05/07/1963, p. 2*

<sup>846</sup> *Correio da Manhã, Rebelião contra o chefe do E. do Maior da PM fluminense, 05/07/1963, p. 2*

<sup>847</sup> *Correio da Manhã, Rebelião contra o chefe do E. do Maior da PM fluminense, 05/07/1963, p. 2*

saída do cmte. geral da PM. Aumentando, assim, a crise.<sup>848</sup> Nesse imbróglio todo, Badger da Silveira não sabia se afastava ou não os dois oficiais, conforme publicação do *Correio da Manhã*. Acreditava-se que só com a saída dos dois coronéis que a situação se acalmaria nos quartéis fluminenses.<sup>849</sup>

Contudo, antes de tomar uma decisão final sobre o futuro do cel. Araquém Costa e do cel. Manuel Teixeira, a administração badgerista emitiu uma nova nota oficial, declarando que:

- 1- Existe a mais perfeita ordem e tranqüilidade no seio da Polícia Militar, não sendo verdadeira a notícia segundo a qual alguns oficiais teriam pretendido fazer imposições ao governador;
- 2- O problema havido naquela corporação limitou-se a divergências internas;
- 3- Desses acontecimentos ressaltou que as relações entre o governo e a referida corporação são as melhores possíveis.<sup>850</sup>

Entretanto, o impasse estava muito longe de acabar. A tensão aumentou mais ainda após o chefe do Estado-Maior mandar prender outros 18 oficiais, dentre eles capitães e tenentes.<sup>851</sup> “Contrários aos superiores”, os oficiais foram presos após “não responderem à revista”, conforme o *Jornal do Brasil*.<sup>852</sup> Decisão respaldada mais uma vez pelo cmte. Araquém Costa.<sup>853</sup>

Vale ressaltar que essa crise era também fruto da crescente radicalização política. Segundo o *Jornal do Brasil*, os oficiais fluminenses justificavam sua oposição ao comando de Araquém Costa e de Manuel Teixeira, alegando que os coronéis tinham ligações “com fôrças da esquerda”.<sup>854</sup> Em contrapartida, a Associação de Sargentos e Subtenentes da Polícia Militar divulgou nota oficial após a prisão dos 18 militares, afirmando ser “contra os oficiais e coesa em tórno do Govêrno, do Comando Geral da PM e demais autoridades constitucionais do Estado, pela preservação da ordem e da disciplina”.<sup>855</sup>

---

<sup>848</sup> *Correio da Manhã, PM do Estado do Rio insiste no afastamento do Chefe do Est. Maior, 06/07/1963, p. 8*

<sup>849</sup> *Correio da Manhã, Badger não sabe se tira cmt. da PM, 07/07/1963, p. 7*

<sup>850</sup> *Correio da Manhã, Nova nota oficial nega descontentamento na Polícia Militar do RJ, 09/07/1963, p. 13*

<sup>851</sup> *Correio da Manhã, Crise na polícia fluminense deverá acabar pela manhã, 26/07/1963, p. 10*

<sup>852</sup> *Jornal do Brasil, Badger promete a oficiais demitir comandantes para acabar com a crise na PM, 26/07/1963, p. 8*

<sup>853</sup> *Jornal do Brasil, Exoneração de comandantes não consegue por fim à crise na PM do Estado do Rio, 27/07/1963, p. 9*

<sup>854</sup> *Jornal do Brasil, Badger promete a oficiais demitir comandantes para acabar com a crise na PM, 26/07/1963, p. 8*

<sup>855</sup> *Correio da Manhã, Crise na polícia fluminense deverá acabar pela manhã, 26/07/1963, p. 10*

Observa-se, dessa forma, que o alto e o baixo escalonados da polícia militar fluminense discordavam com relação às figuras que comandavam a própria PM. Enquanto os oficiais condenavam os coronéis Araquém Costa e Manuel Teixeira e queriam suas respectivas saídas. Os militares considerados subalternos na hierarquia militar não só os apoiavam como também pregavam o respeito às autoridades estaduais e federais.

Em suas memórias, Badger da Silveira narra toda essa crise da seguinte forma:

Eu entrei no governo, não tinha relacionamento maior com as Forças Armadas nem com o Exército e o Píades (do *Diário Fluminense*) me leva um coronel ou major, não sei, e me apresentou como elemento que podia ser muito bom no comando da Polícia Militar. E eu conhecia esse rapaz já há muitos anos, como conheço ainda, coronel Araquém, e não tive dúvidas em nomeá-lo. Mas o coronel era um homem de extrema esquerda; então houve uma reação muito grande dentro da Polícia Militar, de elementos de direita [...].<sup>856</sup>

Vê-se, assim, que Badger reafirma a narrativa anticomunista de que o cel. Araquém Costa era um militar de esquerda e esse teria sido o fato que motivou a rebelião contra o cmte. da PM. Em seu depoimento, o ex-governador ainda ressalta que “a situação ficou tão insustentável dentro da polícia, por causa da luta travada entre os dois grupos, de direita e de esquerda, que eu substituí o Araquém”.<sup>857</sup>

De fato, a decisão final tomada pelo então governador Badger da Silveira foi exonerar o comandante da PM, o coronel Araquém Costa, e o chefe do Estado-Maior, o coronel Manuel da Silva Teixeira, segundo noticiado pelos periódicos: *Correio da Manhã*<sup>858</sup>, *Diário Carioca*<sup>859</sup> e *Jornal do Brasil*.<sup>860</sup> Agradando, assim, o grupo das direitas e conservador dentro da PM fluminense.

O governador nomeou o coronel João Evangelista para assumir o comando da PM, enquanto que para o Estado-Maior nomeou o major Mário Freire.<sup>861</sup> Contudo, Evangelista não durou muito tempo no cargo após a vitória do movimento civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, em março de 1964. Por sua vez, o coronel

---

<sup>856</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 75 grifos Nossos

<sup>857</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 75

<sup>858</sup> *Correio da Manhã, Exonerado Araken da PM Fluminense, 27/07/1963, p. 8*

<sup>859</sup> *Diário Carioca, Coronel deposto invade clube dos oficiais: PM, p. 27/07/1963, p.9*

<sup>860</sup> *Jornal do Brasil, Exoneração de comandantes não consegue por fim à crise na PM do Estado do Rio, 27/07/1963, p. 9*

<sup>861</sup> *Jornal do Brasil, Superada a crise na PM fluminense, 02/08/1963, p. 3*

Trannin (presidente do Clube dos Oficiais) e o capitão Homero Barreto (estopim da crise na PM fluminense) foram personagens importantes no processo que levou a prisão do governador Badger da Silveira, em abril de 1964.

Nessa conjuntura extremamente polarizada, Badger continuou sendo a favor das reformas de bases: reforma urbana, reforma bancária, reforma tributária, reforma eleitoral, reforma do estatuto do capital estrangeiro e a reforma universitária.<sup>862</sup> Em entrevista na rádio Mayrink Veiga, Badger confessou que

Eu tenho já há muito tempo, defendido a necessidade da reforma agrária no país. Não apenas a reforma agrária, mas tôdas as reformas de base necessárias para modificar o que de errado existe no Brasil. O Brasil é um país ainda em luta para sair da sua fase de subdesenvolvimento e, a estrutura agrária e outras estruturas que existem no Brasil, já são arcaicas, passadiças, que não correspondem, absolutamente, à realidade da vida brasileira.<sup>863</sup>

De acordo com Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, após o fracasso do plano Trienal e sem conseguir a aprovação da reforma agrária no Congresso Nacional, aumentou consideravelmente o número de críticas ao governo Goulart, tanto das direitas quanto das esquerdas. Por conseguinte, Jango foi perdendo o capital político conquistado com o retorno “vitorioso” do presidencialismo, em janeiro de 1963. Com isso, o presidente começou a migrar gradualmente seu apoio a um discurso mais à esquerda, incluindo a defesa das reformas de base a toque de caixa.<sup>864</sup>

Em comemoração ao dia da independência do Brasil, Badger da Silveira divulgou uma mensagem dirigida a toda população fluminense, na qual declarou que o “povo agrilhado pela miséria e pela dependência econômica não é livre”<sup>865</sup>, fazendo uma crítica à influência do capital estrangeiro no país. E ainda afirmou que nesse dia tão simbólico, “o autêntico nacionalista” deveria “voltar seu pensamento para a pátria”, conclamando os fluminenses a lutar em duas frentes, mas buscando evitar extremismos:

---

<sup>862</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.24

<sup>863</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Geral. Notação 90. Dossiê 5. Transcrição da entrevista com o governador Badger Silveira no programa “Conversando com o povo” da Rádio Mayrink Veiga, data não especificada.

<sup>864</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit.

<sup>865</sup> *Diário Carioca*, Badger: povo agrilhado pela miséria e pela dependência econômica não é livre, 07/09/1963, p. 5; *Jornal do Brasil*, 07, 08 e 09/09/1963, p. 5; *O Fluminense*, 07, 08/09/1963, p. 5

Na frente interna devemos lutar sem tréguas pelas Reformas de Base, como o único meio de remover pacificamente tudo o que obstaculiza a libertação das classes trabalhadoras e desvalidas.

Na frente externa cabe-nos apoiar e sustentar a atual política exterior, que tem sido um inédito e patriótico fator de afirmação do Brasil no cenário internacional.

Essas lutas, entretanto, não podem admitir os fanatismos que radicalizam e conduzem à violência e à sufocação das liberdades. Os verdadeiros patriotas serão todos os que tiverem o equilíbrio suficiente para admitir a existência de um caminho democrático e cristão que as correntes extremadas procuram esconder.

O Brasil, pelo esforço honesto e democrático dos seus filhos, há de conquistar a sua completa independência, pacificamente e cristãmente.

Desenvolvimento significa Trabalho, e Trabalho não é senão o permanente esforço construtivo que só pode realizar-se num clima de paz.<sup>866</sup>

Nessa mensagem, percebe-se de forma nítida que Badger da Silveira identificava-se como um político, acima de tudo, nacionalista e moderado. Os pontos-chaves da extensa nota foram: independência econômica; reformas de base; democracia; e equilíbrio. Sobre esses dois últimos pontos, o governador fluminense a convite do Centro Acadêmico 28 de agosto, da Faculdade de Direito, do Largo de São Francisco, em São Paulo, fez uma palestra, durante a qual defendeu novamente a criação de uma frente única que Badger chamou de “Frente de Moderação”. Em seu depoimento, Badger reconhece que seu posicionamento era arriscado:

Por isso que eu dizia sempre: qualquer resultado que dê, eu acabo apanhando. Ou no canto ou na beirada. Se ganhar a direita eu vou apanhar porque eu estava com problemas, ou apoiava determinadas posições da esquerda não radical. Então eu apanharia pela direita, como apanhei. E se vencesse a esquerda eu apanharia porque teria proposto uma situação de moderação que no entender da esquerda era um movimento no sentido de fortalecer a direita. Mas eu assumi, sabia que assumia esse risco mas pregava a moderação. Agora, determinadas medidas ou manifestações do movimento de esquerda, eu participava porque achava que eram justas.<sup>867</sup>

---

<sup>866</sup> *Diário Carioca*, Badger: povo agrilhoado pela miséria e pela dependência econômica, 07/09/1963, p. 5; *Jornal do Brasil*, 07, 08 e 09/09/1963, p. 5; *O Fluminense*, 07, 08/09/1963, p. 5

<sup>867</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 68

Já na época, a fala de Badger, durante o encontro com universitários paulistas, foi criticada no meio político, segundo o colunista Ribeiro Luz, do *Jornal do Brasil*. Luz aponta que Silveira transmitia mensagens um tanto contraditórias e por isso foi acusado de estar “um pouco confuso diante dos acontecimentos nacionais, ou interessado em confundir seus seguidores”.<sup>868</sup> O colunista também destacou o discurso dado por Badger ao ser oficialmente eleito presidente do PTB fluminense, durante convenção do partido, as vésperas do feriado.<sup>869</sup>

Ao longo do seu discurso, o governador criticou a indefinição ideológica do partido e defendeu a reformulação do seu posicionamento frente ao contexto nacional, alegando que “o trabalhismo inevitavelmente virá a encontrar sua definitiva e autêntica expressão, se quiser refletir os das massas operárias – numa ideologia socialista, democrática e cristã”.<sup>870</sup> Sendo assim, de um lado Badger pregava a moderação política e do outro cobrava um posicionamento mais assertivo por parte do PTB.

Durante o mês de setembro, o mandato de Badger foi colocado novamente à prova devido ao julgamento da posse do sargento Aimoré Zoch Garcia Filho (PTB-RS) no Supremo Tribunal Federal. No dia 11 de setembro de 1963, o STF chegou a um entendimento negativo sobre a posse dos sargentos, tornando-os inelegíveis.

Vale destacar que desde o momento que foi declarado vencedor do pleito de 1962, a diplomação, a posse, o mandato e o governo de Badger foram questionados por seus opositores que queriam sua saída de qualquer forma. Nesse primeiro momento, as tentativas ocorreram no âmbito da justiça eleitoral. A cassação dos sargentos só foi mais uma desculpa para tentarem impedir o mandato de Badger.

Nesse contexto, periódicos, como *O Fluminense*, apontavam a iminência da saída do governador.<sup>871</sup> Conforme o *Diário Carioca*, os deputados udenistas Tourinho Santos (UDN-Bahia)<sup>872</sup> e Magalhães Melo (UDN-PE)<sup>873</sup>, se colocaram contra o mandato de Badger e a favor da posse de Tenório Cavalcanti. Já o Partido Libertador endossou o vice-governador João Baptista da Costa.<sup>874</sup>

Em contrapartida, o vice declarou que “se fôr para substituir Badger, não assumirei de modo algum”, acrescentando, segundo o *Jornal do Brasil*, que não tinha

---

<sup>868</sup> *Jornal do Brasil, Discursos de Badger geram confusão, 07, 08 e 09/09/1963, p.23*

<sup>869</sup> *Diário Carioca, Badger reeleito presidente do PTB, 06/09/1963, p. 9*

<sup>870</sup> *Jornal do Brasil, Discursos de Badger geram confusão, 07, 08 e 09/09/1963, p.23*

<sup>871</sup> *O Fluminense, Conversa entre ministros do S.T.F. em Brasília, dá conta da iminente derrota do governador do estado, 22/09/1963, p. 1*

<sup>872</sup> *Diário Carioca, Deputado da Bahia: STF pode cassar mandato de Badger, 13/09/1963, p. 9*

<sup>873</sup> *Diário Carioca, Deputado proclama Tenório governador: Est. do Rio, 18/09/1963, p. 3*

<sup>874</sup> *Diário Carioca, Também o PL contra mandato de Badger, 18/09/1963, p. 9*

“nenhuma responsabilidade no ressurgimento do problema da inelegibilidade do governador”.<sup>875</sup> Badger, por sua vez, se encontrava em Brasília para discutir com o presidente verbas para o seu Plano de Ajuda a Baixada Fluminense.<sup>876</sup>

Através da Agência de Informações Fluminense, emitiu uma nota oficial afirmando que as notícias “foram forjadas por aqueles políticos inconformados com as derrotas que povo fluminense os impõe”. Badger ainda alfinetou, mais uma vez, Tenório, dizendo que o deputado só gostava mesmo da publicidade.<sup>877</sup>

A visita a Brasília também foi questionada pela imprensa e os adversários que acreditavam que Badger foi a capital federal, buscando acabar com as ameaças de impugnação. Rumor esse que foi negado pelo governador. Ainda na época Badger declarou: “Meu desejo é trabalhar em paz e levar avante a obra de soerguimento do Estado iniciada pelo meu irmão Roberto Silveira, o que, infelizmente, querem perturbar, com notícias alarmistas publicadas por certos jornais”.<sup>878</sup> Novamente, a justiça não impugnou o mandato de Badger da Silveira. Ao contrário, o TSE rejeitou os embargos de declaração impetrados por Tenório.<sup>879</sup>

De acordo com a historiadora Karla Carloni, a decisão do STF de tornar os sargentos inelegíveis foi o estopim para a eclosão do que ficou conhecido como Revolta dos Sargentos, em Brasília. A autora destaca que a capital federal tornou-se o “campo de batalha” dos militares, os quais tomaram prédios importantes relacionados às áreas de segurança e comunicação, como o “Ministério da Marinha, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e a Estação Central da Rádio Patrulha”.<sup>880</sup>

Invadiram também a Câmara dos Deputados e o STF, prendendo seus respectivos presidentes, Clóvis Mota (interino) e Victor Nunes Leal. Ou seja, os chefes dos poderes Legislativo e Judiciário estavam sob as mãos dos revoltosos, criando, assim, um clima de pura tensão no país.<sup>881</sup>

---

<sup>875</sup> *Jornal do Brasil, Lance Livre por Wilson Figueiredo, 22/09/1963, p. 8*

<sup>876</sup> *Jornal do Brasil, Badger desmente cassação de seu mandato: Tenório está fazendo publicidade, 25/09/1963, p. 12*

<sup>877</sup> *Jornal do Brasil, Badger desmente cassação de seu mandato: Tenório está fazendo publicidade, 25/09/1963, p. 12*

<sup>878</sup> *Jornal do Brasil, Badger nega ida ao DF para tratar de recursos contra sua diplomação, 27/09/1963, p. 12*

<sup>879</sup> *Jornal do Brasil, TSE rejeita embargo de Tenório, 27/09/1963, p. 12*

<sup>880</sup> CARLONI, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical: (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 294

<sup>881</sup> LAMARÃO, Sérgio. *Revolta dos Sargentos*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-dos-sargentos>>. Acesso em: 15/11/1963

Karla Carloni ressalta que a “Revolta dos Sargentos foi um episódio intolerável para a alta oficialidade”.<sup>882</sup> Os três ministros militares condenaram veementemente as ações do grupo. E o conflito, que logo foi sufocado, terminou com a prisão e condenação de vários revoltosos. Por fim, a historiadora destaca que o conflito não estava deslocado da realidade, pelo contrário, era fruto da crescente radicalização política dos anos de 1960. Mas também da “tomada de consciência” por parte dos sargentos que começaram “a associar suas reivindicações internas às questões mais amplas que circulavam entre as esquerdas”.<sup>883</sup>

Já o mês de Outubro foi marcado pela crise do estado de sítio. Seguindo os trâmites legais, Jango encaminhou um pedido de estado de sítio ao Congresso Nacional. O presidente tomou a decisão após ser aconselhado pelos ministros militares que queriam conter Carlos Lacerda, destituindo-o do governo.<sup>884</sup>

Lacerda tinha dado uma entrevista ao jornal estadunidense *Los Angeles Times*, criticando severamente Goulart, porém, o mais grave foi pedir a intervenção do governo dos EUA no Brasil. Irritando, assim, vários setores da sociedade inclusive os ministros militares que defenderam Jango e a soberania brasileira. No entanto, as declarações do governador carioca foram endossadas pelo governador paulista Ademar de Barros (PSP).<sup>885</sup>

Contudo, o pedido de estado de sítio não foi bem visto. As esquerdas viram-no como uma ameaça não só para o governador carioca, mas também para elas. Mas não foram as únicas. Entre os grupos que condenaram o decreto estavam partidos políticos (inclusive o PTB), a UNE, a Associação Comercial de São Paulo, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a imprensa e diversos intelectuais.<sup>886</sup>

Em seu depoimento, Badger diz que não teria concordo com a medida em si e que Goulart não teria o consultado sobre o assunto. Entretanto, “eu intransigentemente apoiava tudo do presidente João Goulart. Apesar das ponderações que eu fazia sempre sobre determinadas coisas”.<sup>887</sup>

Badger afirma que em determinado momento o presidente João Goulart teria pedido a ele que mandasse prender Carlos Lacerda “em um sítio ou uma fazenda” do

---

<sup>882</sup> CARLONI, Karla Guilherme. Op. cit.

<sup>883</sup> CARLONI, Karla Guilherme. Op. cit. p. 291

<sup>884</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit.

<sup>885</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit.

<sup>886</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit.

<sup>887</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 70

governador carioca, em Petrópolis. “Eu respondi a ele que não faria isso porque era contra os meus princípios. E, depois, não havia nenhum processo-crime contra ele que justificasse uma medida nesse sentido”.<sup>888</sup>

Segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, em outubro de 1963, o governador fluminense negou ter mandado a polícia fluminense cercar o sítio de Rocio de propriedade de Lacerda, em Petrópolis, após conversa ao telefone com o ministro da Justiça, Aberlado Jurema. O periódico destaca que Badger contestou a publicação de um “matutino carioca” que afirmou que o ministro tinha informado-o de que no sítio encontravam-se policiais cariocas armados e que isso configuraria uma intervenção do estado da Guanabara no estado do Rio. Ao *Jornal do Brasil*, Badger declarou que:

É evidente que se êsse policiamento da Guanabara viesse atentar contra a segurança do povo fluminense e se constituir numa ameaça às liberdades democráticas a situação seria outra. O Governador da Guanabara tem todo o direito de manter sua segurança pessoal e ela será garantida no Estado do Rio. Não tem qualquer fundamento notícias que contrariem essa minha diretriz de respeitar a Constituição e de permitir reuniões no território que governo. Não posso impedir que o Sr. Carlos Lacerda mantenha em sua propriedade privada polícias armados ou desarmados ou quem quer que seja.<sup>889</sup>

De acordo com publicação do *Jornal do Brasil*, o governador fluminense chegou a fazer um pronunciamento a favor do estado de sítio, no qual garantiu que “o presidente João Goulart, ninguém pode negar, tem demonstrado na sua vida pública o maior espírito de tolerância e equilíbrio”, lembrando que Jango aceitou o parlamentarismo para evitar “uma revolução fratricida”.<sup>890</sup> Badger também destacou que “as correntes políticas responsáveis por aquelas tentativas anticonstitucionais”, em 1961, “não descansaram de sua tarefa de procurar continuar a promover o descrédito, a agitação e a subversão”. Ao longo da declaração, Silveira também comentou a polarização política, afirmando que

Ultimamente as provocações vem chegando aos limites da pré-anarquia, e os setores mais extremistas, da direita e da esquerda, levaram ao máximo a sua ousadia e a sua irresponsabilidade, criando no país, há algum tempo uma atmosfera de angustiante intranquilidade. Infelizmente, homens que detêm inclusive

---

<sup>888</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 73

<sup>889</sup> *Jornal do Brasil*, Badger nega que tenha cercado sítio de Lacerda por sugestão de Jurema, 03/10/1963, p. 3

<sup>890</sup> *Jornal do Brasil*, Badger e de opinião que Presidente não tinha mesmo outra alternativa, 06/10/1963, p. 34

responsabilidades de governo não hesitaram em colocar-se em posição ostensivamente subversiva e contrária aos poderes constituídos traindo assim o juramento prestado quando de sua diplomação.<sup>891</sup>

Criticando, visivelmente, a postura do governador Carlos Lacerda e sua entrevista ao jornal *Los Angeles Times* e também a oposição oferecida pelo governador Ademar de Barros. Badger ainda enfatizou que Goulart não tinha alternativa a não ser “pedir ao Congresso a medida que a Constituição faculta ao chefe da nação nos casos de ameaça à segurança nacional”, conforme o *Diário Carioca*. Por fim, declarou seu apoio ao presidente:

O govêrno do Estado do Rio, interpretando o pensamento do povo fluminense que anseia por um clima de ordem e tranqüilidade, não pode deixar de solidarizar-se com o presidente da República pedindo ao mesmo tempo a êsse povo que permaneça confiante e sereno, aguardando a decisão soberana do Congresso evitando assim servir de instrumento aos que pretendiam lançar o Brasil na dor, no caos e na guerra civil.<sup>892</sup>

Jango, por sua vez, vendo a crescente oposição ao decreto de estado de sítio e não querendo se desgastar mais com as esquerdas preferiu desistir do pedido. Contrariando, assim, os ministros da Aeronáutica, do Exército e da Marinha que aconselharam a medida, ao mesmo tempo em que alimentou o capital político de Carlos Lacerda que saiu como principal vencedor desse intenso debate. Goulart, por outro lado, saiu bastante manchado e as críticas contra ele tomaram mais força, atingindo outro nível a oposição.<sup>893</sup>

Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, os episódios seguidos da Revolta dos Sargentos e do pedido de estado de sítio foram o ponto de virada do governo Goulart com relação à radicalização. A partir daí, a oposição torna-se mais coesa e concentrada. Periódicos que até então não faziam críticas sistemáticas a Jango e suas políticas passam a fazer. Dentre eles, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, juntando-se aos já críticos *Tribuna da Imprensa* e *Estado de S. Paulo*. Além de Carlos Lacerda e Ademar de Barros, o governador mineiro Magalhães Pinto (UDN) começou a despontar como mais uma voz da oposição entre os governadores.<sup>894</sup>

---

<sup>891</sup> *Diário Carioca*, Badger a favor do sítio, 05/10/1963, p. 1 e 12

<sup>892</sup> *Diário Carioca*, Badger a favor do sítio, 05/10/1963, p. 1 e 12

<sup>893</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit.

<sup>894</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit.

Enquanto isso, o governo Badger enfrentou mais uma crise com relação ao funcionalismo público, dessa vez a respeito de aumento salarial.<sup>895</sup> Nesse contexto, os servidores organizaram um comício no dia do funcionário público, 28 de outubro de 1963, os quais reivindicaram o aumento salarial (em vista da defasagem inflacionária), o aumento do salário família e a liberação do 13º salário. Caso não fossem atendidas as demandas, entrariam em greve<sup>896</sup>.

Inicialmente Badger da Silveira criticou e até negou os aumentos.<sup>897</sup> Depois com as ameaças de greve declarou que “o funcionalismo não tem culpa do caos financeiro em que encontramos as finanças, e desejo que eles tenham salários condignos mas é necessário que sobre um pouco para construir escolas, estradas e hospitais”.<sup>898</sup>

O governador propôs um aumento entre 40% a 61%<sup>899</sup>, tentando evitar a greve geral, enquanto que os servidores estaduais decidiram adiar o movimento grevista.<sup>900</sup> A Assembléia Fluminense aprovou o aumento dos servidores públicos<sup>901</sup>, o que depois foi sancionado por Badger.<sup>902</sup> Conforme o *Jornal do Brasil*, o governador quase perdeu maioria no legislativo devido à discussão.<sup>903</sup>

Colocando lenha na fogueira, *O Fluminense* frequentemente criticava as medidas do governo Silveira. Algumas reportagens do periódico afirmavam o fato de que o estado fluminense não estava em crise; acusavam Badger de ser um “marajá”, afirmando que ele acumulava as funções de Ministro do Tribunal de Contas e de Governador do Estado do Rio, mas não exercia de fato a função de Ministro, só o título e os salários.<sup>904</sup> Por fim, apontavam o número pequeno de promessas de campanha realizadas pelo governador em seu primeiro ano de mandato.<sup>905</sup>

Vê-se, portanto, que *O Fluminense* foi para Badger, o que a *Tribuna da Imprensa* foi para Goulart. Isto é, periódicos ligados a UDN que fizeram dura oposição aos governos trabalhistas.

---

<sup>895</sup> *Diário Carioca, Funcionalismo do Legislativo vai parar: 70 %, 05/11/1963, p. 9*

<sup>896</sup> *O Fluminense, Funcionários públicos do Estado, reunidos em comício, criticaram o governador, 29/10/1963, p. 1.*

<sup>897</sup> *Diário Carioca, Badger insiste: “não darei aumento ao funcionalismo”, 10/09/1963, p. 9*

<sup>898</sup> *O Fluminense, Repete o Governador a mesma cantilena, 29/10/1963, p. 1*

<sup>899</sup> *O Fluminense, Avareza na mensagem do aumento do funcionalismo, 10/11/1963, p. 1*

<sup>900</sup> *O Fluminense, Funcionalismo resolveu adiar o movimento grevista, 06/11/1963, p. 1.*

<sup>901</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia aprova aumento de vencimentos e 13º mês ao funcionalismo público, 09/11/1963, p. 3*

<sup>902</sup> *Jornal do Brasil, Badger sancionou aumento dos servidores e o imposto de vendas e consignações, 27/11/1963, p. 13*

<sup>903</sup> *Jornal do Brasil, Funcionalismo quase fez Badger perde maioria no Assembléia, 01/12/1963, p. 24*

<sup>904</sup> *O Fluminense, Faltou um “marajá”, 12/11/1963, p. 1*

<sup>905</sup> *O Fluminense, Governo quase nada fez mas continua a mentir muito: vicio, 08/12/1963, p. 1*

Badger fechou o ano de 1963 e iniciou 1964, fazendo algumas mudanças no seu secretariado de governo. Começando pelo secretário de Educação, Valter Pacheco. Na entrevista, Badger afirma que a pasta seria “um ponto fraco da minha administração”, pois, teria tido alguns problemas como “falta de comando”. O secretário, apontado pelo próprio governador, seria na sua visão “muito fraco”. Além disso, Badger declara que sua própria prima (mas não dá nomes) teria abusado do cargo de chefia que tinha na secretária de educação:

Então ela fazia o seguinte: encaminhava ao secretário o pedido para contratação de professoras para tal grupo escolar. Ele encaminhava o ofício para mim com os nomes embaixo, fulano e beltrano. Eu autorizava porque eu sabia que tinha que autorizar. Mas depois que eu dava autorização, ela deixava um espaço e preenchia aquilo com vários outros nomes para atender a deputado, a líder do partido.<sup>906</sup>

Após descobrir o esquema Badger teria demitido sua prima e exonerado o secretário. Quem assumiu a pasta foi a educadora Clésia Diniz de forma interina.<sup>907</sup> O governador também passou a secretária de Comunicações e Transportes para o petebista Palmir Silva, já que o antigo secretário Edgardo Machado foi nomeado Diretor sem Pasta das Centrais Elétricas Fluminenses (Celf).<sup>908</sup> O governador também sofreu pressão por parte de deputados trabalhistas para exonerar o secretário de Energia, almirante Heleno Nunes, vide ao destaque do pessedista no governo, de acordo com o *Diário Carioca*.<sup>909</sup>

Segundo o *Jornal do Brasil*, Amaral Peixoto e Juscelino Kubistchek se pronunciaram a favor da permanência do almirante no cargo. Peixoto chegou a ameaçar acabar com a aliança PTB-PSD, caso Heleno fosse demitido.<sup>910</sup> Porém, Badger não o fez, conservando o militar na pasta<sup>911</sup>, afirmando que “é apenas um excelente colaborador do govêrno e aparece porque trabalha mesmo”.<sup>912</sup> Decisão que veio a calhar bastante durante o golpe, como veremos mais a frente.

---

<sup>906</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 42

<sup>907</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger reforma secretariado*, 25/12/1963, p. 4

<sup>908</sup> *Jornal do Brasil*, *Reforma do secretariado de Badger tira Edgardo e põe Palmir nas Comunicações*, 20/12/1963, p. 13

<sup>909</sup> *Diário Carioca*, *Reforma do secretariado tem endereço certo: Heleno Nunes*, 07/12/1963, p. 9

<sup>910</sup> *Jornal do Brasil*, *Reforma do secretariado de Badger tira Edgardo e põe Palmir nas Comunicações*, 20/12/1963, p. 13

<sup>911</sup> *Jornal do Brasil*, *Reforma do secretariado de Badger tira Edgardo e põe Palmir nas Comunicações*, 20/12/1963, p. 13

<sup>912</sup> *Diário Carioca*, *Reforma do secretariado tem endereço certo: Heleno Nunes*, 07/12/1963, p. 9

Ao fazer um ano de governo, no dia 31 de janeiro de 1964, Badger da Silveira fez um pronunciamento, durante o qual garantiu que não fugiria das lutas. O governador concluiu o longo discurso enfatizando a importância da “preservação e o fortalecimento das forças democráticas e nacionalistas, honrosamente alinhados ao Exmo. sr. presidente da República”.<sup>913</sup>

Afirmando também que “é nossa obrigação como patriotas e trabalhistas reforçar a luta e a concretização das Reformas de base”, e finalizou o pronunciamento dizendo que “o presidente João Goulart vai precisar do Estado do Rio, do patriotismo dos seus dirigentes e do esclarecido apoio do seu povo, para obter neste ano uma vitória que será pela primeira vez a vitória da maioria contra os privilégios de uma minoria”.<sup>914</sup>

Em comemoração ao seu primeiro ano de governo, Badger também divulgou na imprensa uma grande propaganda exaltando os feitos de sua administração. Dentre eles: banir o “empreguismo”; superação do déficit orçamentário; a criação das Celf; aberturas de escolas; e pavimentação das ruas fluminenses.<sup>915</sup> A propaganda segue abaixo:

---

<sup>913</sup> *Diário Carioca, Badger completa 1 ano de governo afirmando que não se afastou das lutas, 01/02/1964, p. 9*

<sup>914</sup> *Diário Carioca, Badger completa 1 ano de governo afirmando que não se afastou das lutas, 01/02/1964, p. 9*

<sup>915</sup> *Correio da Manhã, Governo Badger Silveira: 1º ano, 31/01/1964, p. 9; Diário Carioca, Governo Badger Silveira: 1º ano, 31/01/1964, p. 9; Diário de Notícias, Governo Badger Silveira: 1º ano, 31/01/1964, p. 5; Jornal do Brasil, Governo Badger Silveira: 1º ano, 31/01/1964, p. 9;*

**GOVERNO BADGER SILVEIRA: 1º ANO**



## **DINHEIRO DO POVO PARA O POVO**

Apesar de encontrar o Estado em situação crítica, sem crédito, endividado, dilapidado, em apenas 12 meses de administração correta, equilibrada, corajosa, anti-demagógica, o Governo Badger Silveira conseguiu aumentar a arrecadação do Estado do Rio de 25 bilhões para 51 bilhões de cruzeiros. Como? Enfrentando a corrupção. Banindo o empreguismo. Combatendo a sonegação. Racionalizando os investimentos. Eliminando os desperdícios. Recorrendo à Justiça em defesa do erário público.

É muito. Mas não tudo. O aumento da arrecadação seria apenas um número de estatística se não fosse convertido em realizações em benefício do povo. (E tão somente do povo). Fiel às suas raízes populares, o Governo Badger Silveira sente-se feliz e tranquilo quanto ao balanço de 1 ano de trabalho que ora apresenta em linhas mestras:



### **ELETRICIDADE: TODA A ENERGIA PARA A CELF**

Constituindo e colocando em atividade a CELF - Centrais Elétricas Fluminenses - o Governo Badger Silveira inaugurou uma nova mentalidade no trato dos problemas energéticos do Estado. E seja por sua própria conta, seja em convênio com outras entidades, a CELF estará brevemente fornecendo mais força para o progresso, mais luz para as cidades, mais conforto para cada lar.



### **EDUCAÇÃO: 60.000 NOVAS MATRÍCULAS**

Abriundo escolas, recuperando e ampliando outras, estimulando a arrematamento de alunos, o Governo Badger Silveira incorporou neste 2 anos 60.000 novos cidadãos ao contingente estudantil do Estado. São 60.000 fluminenses a mais que se preparam para a árdua tarefa que o futuro lhes reserva.



### **DESENVOLVIMENTO CORRE SOBRE ASFALTO**

Mais 200 quilômetros de pavimentação asfáltica estendem-se hoje sobre o que há um ano eram precários caminhos de terra. Construiu-os o Governo Badger Silveira. E outras rodovias de verdade virão, acelerando a marcha do desenvolvimento ao longo do Estado.

Recuperação financeira, educação, energia, obras públicas. Síntese de um ano de trabalho sério e tenaz, em que, contava por contavo, o dinheiro do povo foi aplicado em favor do povo. Mais 36 meses de administração se antecipam. O Governo Badger Silveira, apoiado pela compreensão de seu povo, participa com destaque no plano nacional das lutas pelas reformas de base, orientando-se no sentido da reforma agrária cristã, estimulando o cooperativismo. Assume o Governo Badger Silveira o compromisso de lutar sem esmorecimento para que os 3 anos restantes de sua administração sejam decisivos para a redenção do Estado do Rio. De modo que a obra começada por seu irmão, Roberto Silveira, tenha um desfecho digno de seu início.

## **GOVERNO BADGER SILVEIRA**

Figura 19- Propaganda em comemoração ao 1º de governo Badger<sup>916</sup>

<sup>916</sup> *Correio da Manhã*, 31/01/1964, p. 9; *Diário Carioca*, 31/01/1964, p. 9; *Diário de Notícias*, 31/01/1964, p. 5; *Jornal do Brasil*, 31/01/1964, p. 9

Nesse primeiro ano, Badger da Silveira desapropriou algumas terras no estado do Rio a partir do Plano Piloto de Ação Agrária; colocou em prática o Plano de Ajuda aos Municípios, começando por Niterói; fomentou a industrialização no estado através da criação das Celf<sup>917</sup>; entregou cerca de 200 km de pavimentação<sup>918</sup>, continuou obras e projetos iniciados no governo do seu irmão Roberto, como o da Avenida do Contorno; começou a implementação do plano de alfabetização idealizado pelo educador Paulo Freire no território fluminense.

Devido aos problemas políticos entre João Goulart e Carlos Lacerda, o projeto piloto do Programa Nacional de Alfabetização (PNA)<sup>919</sup>, baseado no método Paulo Freire<sup>920</sup>, foi implementado no estado do Rio<sup>921</sup> vide a boa relação do governador Badger da Silveira com o presidente e suas propostas. O governador fluminense chegou a encontrar-se pessoalmente com o professor Paulo Freire e com o então ministro da Educação e Cultura, Júlio Sambaqui, no Palácio do Ingá.<sup>922</sup>

De acordo com o *Correio da Manhã*, a secretária de Educação interina Clésia Diniz afirmou que estava impressionada com o método e que começaria a aplicação do projeto piloto na Baixada Fluminense.<sup>923</sup> No entanto, durante o golpe de 1964, a secretária vai ser uma das primeiras vozes a se levantar contra ao PNA, afirmando que o método Paulo Freire era “subversivo”.

Percebe-se, assim, que o governador trabalhou, ainda que num curto espaço de tempo, no carro chefe da sua campanha, o trinômio Reforma Agrária, Industrialização e Educação. Desse modo, começando a cumprir suas promessas de campanha, as quais não sabemos se seriam integralmente cumpridas ou não, já que, Badger não conseguiu terminar o seu mandato, vide o golpe civil-militar.

---

<sup>917</sup> *Diário Carioca*, “Centrais Elétricas” inicia atividades hoje: solenidades, 10/01/1964, p. 9

<sup>918</sup> *Diário Carioca*, Badger entregará até o fim do ano mais 200km de Pavimentação, 24/12/1963, p. 9

<sup>919</sup> Sancionado através do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964.

<sup>920</sup> “Método de alfabetização de adultos desenvolvido pelo educador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire e sistematizado em 1962, quando trabalhava como professor da Universidade Federal de Pernambuco. O caráter inovador do método advinha do fato de combinar conquistas da teoria da comunicação, da psicologia e da didática, de não utilizar as tradicionais cartilhas e de defender a necessidade de se produzir o material para o ensino a partir da fala de cada grupo de analfabetos. Partindo da realidade dos grupos, o processo de alfabetização identificava-se a um processo de conscientização que deveria capacitar os alunos tanto para a aquisição de instrumentais de leitura e escrita quanto para sua libertação da condição de opressão em que se encontravam.” Cf. CPDOC. *Método Paulo Freire*. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/metodo\\_paulo\\_freire](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/metodo_paulo_freire)>. Acesso em: 21/11/2018

<sup>921</sup> CUNHA, Luís Antônio. *Método Paulo Freire*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/metodo-paulo-freire>. Acesso em: 21/11/2018

<sup>922</sup> *Correio da Manhã*, MEC alfabetizará no Estado do Rio, 07/01/1964, p. 5

<sup>923</sup> *Correio da Manhã*, MEC alfabetizará no Estado do Rio, 07/01/1964, p. 5

Badger da Silveira continuou apoiando “intransigentemente” o presidente João Goulart as vésperas do golpe de 1964. O *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem afirmando que o governador era a favor do decreto da SUPRA que estava sendo elaborado, o qual visava a “desapropriação de terras ao longo das estradas federais, ferrovias e açudes”. Badger informou ao periódico que “com o decreto será possível o combate ao minifúndio, que, segundo o seu ponto-de-vista, é mais perigoso do que o latifúndio improdutivo”. O governador ainda afirmou que a opinião contrária do secretário de Interior e Justiça, Hamilton Xavier (PSD), não representava em qualquer hipótese a opinião do governo do estado do Rio.<sup>924</sup>

Conforme Jorge Ferreira, Jango “acuado pela direita, sofrendo a desconfiança do PSD e perdendo o controle de seu próprio partido, ele, no início de 1964, aliou-se às esquerdas e ao movimento sindical”.<sup>925</sup> A luta pela as reformas de base foi a principal bandeira das esquerdas e, conseqüentemente, de Goulart, nesse período.

Culminando num grande comício em prol delas no dia 13 de março de 1964, o qual reuniu sindicalistas, estudantes, Jango, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Badger da Silveira, entre outros, num mesmo palanque, defendendo as reformas de base. Antes de chegar o dia do comício, o governador fluminense fez várias declarações defendendo o decreto da SUPRA<sup>926</sup> e a favor das reformas de base<sup>927</sup>.

Nesse contexto cada vez mais conturbado, o governador Badger da Silveira não compareceu a reunião de governadores realizada no estado da Bahia em fins de fevereiro e início de março de 1964. Segundo o *Jornal do Brasil*, uma “fonte do Ingá” informou que Badger não foi para a Bahia, porque temia que a reunião acabasse sendo hostil ao presidente João Goulart. Porém, o governador enviou o secretário de finanças, Jefferson Bruno, e o seu chefe de gabinete civil, Jorge Loretti, para representá-lo, mas eles não poderiam tratar de assuntos políticos, apenas tratariam de questões de ordem administrativa.<sup>928</sup>

No dia seguinte a publicação, o *Jornal do Brasil* publicou uma nova reportagem, na qual afirmou que o governador da Bahia, Lomanto Junior, ligou para Badger, com o objetivo de esclarecer que a reunião de governadores não seria de caráter

---

<sup>924</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger é a favor*, 31/1/2/1963, p. 3

<sup>925</sup> FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 324

<sup>926</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger apóia a SUPRA*, 09/01/1964, p. 3

<sup>927</sup> *Diário Carioca*, *Badger inaugura obras e defende reformas de base*, 18/02/1964, p. 9

<sup>928</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger não vai à Bahia temendo que reunião termine hostil a Goulart*, 27/02/1963, p. 3

político. Vale destacar que esse é um comentário um tanto estranho para um governador, tendo em vista que tudo é político nesse ramo, principalmente, nessa conjuntura extremamente polarizada.

Mesmo assim, Badger afirmou que não poderia ir, porque precisava comparecer aos eventos em respeito à morte de seu irmão Roberto da Silveira que completava três anos de falecimento. Porém, reafirmou que o estado do Rio seria representado por Jefferson Bruno e Jorge Loretti.<sup>929</sup>

No final do mês de fevereiro de 1964, o governador fluminense emitiu nota oficial elogiando a Frente Única coordenada pelo ministro da Fazenda San Tiago Dantas em prol das reformas, o que Badger afirmou ser “a primeira tentativa concreta no sentido da união de tôdas as fôrças progressistas ou anti-reacionárias”.<sup>930</sup> De acordo com o *Diário Carioca*, Badger afirmou que a “Frente Única terá o mérito de isolar a direita, identificando-a e denunciando-a como elemento hoje mais interessado na baderna e na corrupção à base do IBAD”. O governador também anteviu que: “Se for concretizada, a Frente só poderá ser considerada pelos historiadores futuros como o fulcro, o ponto de partida para as grandes Reformas brasileiras. Se fracassar, tenho certeza de que logo adiante vingará”.<sup>931</sup>

Amplamente divulgado na imprensa, Badger confirmou sua presença no comício do dia 13. Inicialmente, era esperado que ele levasse consigo uma delegação com cerca de três mil fluminenses da capital e do interior do estado do Rio.<sup>932</sup> Já as vésperas do comício os jornais noticiavam que Badger levaria 40 mil fluminenses.<sup>933</sup>

Na noite de sexta-feira, do dia 13 de março de 1964, após vários oradores já terem discursado, dentre alguns deles, Seixas Dória (governador de Sergipe), João Pinheiro Neto (presidente da SUPRA), Miguel Arraes (governador de Pernambuco), Leonel Brizola (deputado federal pela Guanabara), Elói Dutra (vice-governador do estado da Guanabara), finalmente o governador fluminense Badger da Silveira fez o seu discurso.

Sendo o único governador petebista a discursar no histórico comício de treze de março. Segundo o *Diário Carioca*, essas foram as palavras ditas por Badger:

---

<sup>929</sup> *Jornal do Brasil, Lomanto fala com Badger, 28/02/1963, p. 4*

<sup>930</sup> *Jornal do Brasil, Badger apóia a frente e critica Brizola, 29/02/1964, p. 4*

<sup>931</sup> *Diário Carioca, Badger: frente única é marco histórico, 01/03/1964, p. 9*

<sup>932</sup> *Jornal do Brasil, Badger vem ao comício do dia 13 trazendo três mil fluminenses, 01/03/1964, p. 24; Diário Carioca, BS comparecerá ao comício das reformas, 03/03/1963, p. 9; Jornal do Brasil, Caravanas Fluminenses, 05/03/1964, p. 3*

<sup>933</sup> *Jornal do Brasil, Badger trará 40 mil, 12/03/1964, p. 4; Diário Carioca, Badger na Central com nacionalistas, 13/03/1964, p. 9*

Não estão aqui as representações do PTB, dos trabalhadores, dos seus sindicatos. Não estão aqui as representações dos estudantes, das donas-de-casa. Mas está aqui a própria consciência do povo brasileiro. A consciência do povo brasileiro para dizer ao presidente João Goulart que todo o povo do Brasil se fôsse ouvido neste instante responderia que desejava as reformas de base, imediatamente, para que não assistamos à injustiça social como uma chaga constante do povo brasileiro. Estas reformas, pelas quais o povo anseia, se impõem porque não podemos mais tolerar de braços cruzados a fome de milhões de brasileiros, que não têm assistência médica para sua família, que não têm escolas para seus filhos. O povo brasileiro está aqui para dizer que a bandeira das reformas está hoje nas mãos de Vossa Excelência como ontem esteve nas mãos do grande presidente Vargas, que erguia também aquela bandeira que criou a Petrobrás, a Eletrobrás, e mais do que tudo isto, que deu ao povo brasileiro uma nova consciência em luta pela emancipação econômica.<sup>934</sup>

A *Última Hora* destacou que o governador encerrou seu discurso dizendo “sabia o Presidente João Goulart que ninguém lhe arrancará das mãos a bandeira das reformas”. Além de ressaltar que Jango tinha o apoio do estado do Rio de Janeiro.<sup>935</sup> O colunista Ribeiro Luz, do *Jornal do Brasil*, criticou o discurso e a postura de Badger da Silveira frente ao comício das reformas. Conforme o jornalista, o comportamento de Badger dava abertura para as esquerdas dentro do governo fluminense.<sup>936</sup>

Às direitas responderam ao comício, realizando em São Paulo, a primeira “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O dia escolhido para a realização da marcha foi 19 de março, data extremamente simbólica para as famílias católicas, visto que se comemora o dia de São José, padroeiro da família.<sup>937</sup>

No dia anterior a marcha de São Paulo, o presidente João Goulart encontrava-se na cidade natal do governador Badger da Silveira, Bom Jesus de Itabapoana. Jango e Badger foram ao norte fluminense para assinar oficialmente o convênio para a construção da Usina Hidrelétrica de Rosal. A visita e o comício que se seguiu foram manchetes de vários periódicos.

De acordo com o *Correio da Manhã*, o projeto fazia parte do plano Diretor de Eletrificação do governo do estado do Rio.<sup>938</sup> Conforme o *Diário de Notícias*, o governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar (PSP), também compareceu

---

<sup>934</sup> *Diário Carioca*, 13 oradores falaram na concentração durante quatro horas, 14/03/1964, p. 1 e 2

<sup>935</sup> *Última Hora*, Badger, 14/03/1963, p. 4

<sup>936</sup> *Jornal do Brasil*, Comício da Central deverá abrir portas do Ingá para esquerdas, 15/03/1964, p. 25

<sup>937</sup> Cf. SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. 132f. (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

<sup>938</sup> *Correio da Manhã*, JG assina contrato no RJ para construção de usina, 19/03/1964, p. 5

a cerimônia, uma vez que a energia gerada na usina também beneficiaria futuramente o seu estado.<sup>939</sup>

A idéia da construção da usina surgiu ainda no governo Roberto da Silveira. Seguindo sua promessa de campanha, Badger colocou em prática mais um projeto do seu falecido irmão. A importância do evento era tamanha que o governador trabalhista decretou o dia da cerimônia como ponto facultativo.<sup>940</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, todos os secretários de governo dirigiram-se a Itabapoana.<sup>941</sup>



Figura 20- Comício do dia 18 de março de 1964<sup>942</sup>

Durante a visita, o presidente João Goulart e o governador Badger da Silveira, discursaram novamente em praça pública, dessa vez, na Praça Governador Portela, localizada no Centro de Bom Jesus de Itabapoana.<sup>943</sup> Assim como, mais algumas figuras públicas.<sup>944</sup> Transformando, portanto, a assinatura do contrato da Usina de Rosal, em mais um comício a favor das reformas. Vale ressaltar que numa escala bem menor, mas

<sup>939</sup> *Diário de Notícias*, Goulart: Povo pode ir à Praça Pública onde e como quiser, 19/03/1964, p. 1; *O Jornal*, Assinatura do convênio para construção da Usina de Rosal, 21/03/1964, p. 5;

<sup>940</sup> *Correio da Manhã*, JG assina contrato de usina no RJ, 18/03/1964, p. 5;

<sup>941</sup> *Jornal do Brasil*, Comício em Itabapoana, 18/03/1964, p. 3

<sup>942</sup> ARQUIVO NACIONAL, Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_PR\_08104\_d0028de0035.

<sup>943</sup> *Jornal do Brasil*, Goulart: não haverá reforma agrária sem reforma da Carta, 19/03/1964, p. 3

<sup>944</sup> *Jornal do Brasil*, Oradores fazem côro, 19/03/1964, p. 3



lhe faltarão nunca o apoio, o estímulo e a solidariedade do Governo Federal para que as obras como esta se tornem realidade”. Em seu longo discurso, o presidente também defendeu o direito ao voto para os não alfabetizados e reforçou a importância da luta pela as reformas de base, principalmente a agrária, afirmando que “não haverá reforma agrária sem reforma da Constituição” e declarou que o povo “não aceita mistificação de reformas de superfície sem que se altere a fundo a Constituição”.<sup>948</sup>



Figura 22- Ao lado de Goulart, Badger discursando em Bom Jesus de Itabapoana<sup>949</sup>

Badger, por sua vez, ressaltou que a criação da Usina aprimoraria o abastecimento de energia no estado do Rio. Mas também salientou que “não basta a um governo criar usinas como esta, abrir estradas e criar condições de riquezas, se não der condições ao povo de participar de maneira digna da vida da Nação”.<sup>950</sup> Incentivando, assim como Goulart, os trabalhadores a lutarem pela concretização das reformas de base. O governador ainda defendeu a realização de um plebiscito, dessa forma, dar-se-ia direito ao povo de decidir sobre as reformas.<sup>951</sup>

Vide o apoio amplamente conhecido de Badger a Goulart, Carlos Lacerda não convidou o governador fluminense para a reunião que convocou vários outros

<sup>948</sup> *Jornal do Brasil, Goulart: não haverá reforma agrária sem reforma da Carta, 19/03/1964, p. 3*

<sup>949</sup> ARQUIVO NACIONAL, Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_PR\_08104\_d0018de0035

<sup>950</sup> *Correio da Manhã, JG assina contrato de usina no RJ, 18/03/1964, p. 5;*

<sup>951</sup> *Jornal do Brasil, Oradores fazem côro, 19/03/1964, p. 1 e 3*

governadores para combater o que ele chamou de “guerra revolucionária”. Segundo Lacerda, a mesma “foi deflagrada no País por meio de pressão a pretexto de ‘reformas’”, as quais seriam “pretexto para desencadear um esquema golpista”. Ele também não convidou os governadores Miguel Arraes e Seixas Dória. Através de carta dirigida aos governadores, o udenista destacou que:

Tais reformas, por meio de decretos demagógicos, visam substancialmente: 1- a ‘reforma’ da Constituição, isto é, virtualmente a sua substituição por outra, que dará outro regime ao Brasil; 2- A marginalização e eventual dissolução do congresso [...] 4- A associação crescente entre o comunismo e o negociismo; a desmoralização das Forças Armadas, reduzidas à função de garantir manifestações ilegais. [...] Se julgar que não sou digno de formular êste apêlo, ignore a origem e atenda ao que êle contém: um chamado à consciência de cada democrata, um supremo esforço para que defendamos a pátria traída e a liberdade ameaçada.<sup>952</sup>

A “guerra” agora estava oficialmente declarada à Goulart. Na mesma semana do comício em Bom Jesus de Itabapoana, da carta de Lacerda e da marcha em São Paulo, Badger da Silveira foi eleito vice-presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro. De acordo com o *Diário Carioca*, “atuando com moderação e firmeza, o governador fluminense teve papel destacado na XV Convenção Nacional do PTB, constituindo-se, principalmente, em fator de equilíbrio para as decisões tomadas”.<sup>953</sup>

Durante a convenção também foi decidido de forma unânime conceder o título *post-mortem* de vice-presidente de honra perpétuo a Roberto da Silveira.<sup>954</sup> Quase duas semanas depois, o movimento civil-militar opositor ao governo Jango e as esquerdas deflagrou um golpe, destituindo o presidente da República e instaurando um novo regime autoritário no país, por mais de vinte anos.

Em seu depoimento, Badger afirma que o deputado federal Afonso Celso Ribeiro de Castro (PTB)<sup>955</sup> teria ligado para ele na manhã do dia 31 de março de 1964, buscando saber o que estava acontecendo “porque ele soube que tropas de Minas tinham invadido o Estado do Rio, na Zona Norte do estado, por Itaperuna. Se eu sabia de

---

<sup>952</sup> *Tribuna da Imprensa*, CL convoca governadores por Democracia, 19/03/1964, p. 9

<sup>953</sup> *Diário Carioca*, Badger vice do PTB nacional: reforço, 22/03/1964, p. 7

<sup>954</sup> *Diário Carioca*, Badger vice do PTB nacional: reforço, 22/03/1964, p. 7

<sup>955</sup> DHBB-CPDOC. Verbetes Afonso Celso Ribeiro de Castro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castro-afonso-celso-ribeiro-de>>. Acesso em: 25/01/2019

alguma coisa”. Badger teria dito ao parlamentar que “não, não sei de nada. Mas vou tomar providências no sentido de ficar informado do que está acontecendo”.<sup>956</sup>

Depois disso, o ex-governador fluminense diz que ligou para seus contatos em Itaperuna e o informaram de “que não havia nada absolutamente”. Então teria ligado para o Palácio e falado com o assessor da presidência, Eugênio Cailar, que o teria informado que “não, não é nada demais. São uns arrufos do Magalhães Pinto em Minas, que não está satisfeito. Mas efetivamente não há nada demais”.<sup>957</sup>

Todavia, Badger destaca em seu relato que os rumores da chegada de tropas ficavam mais fortes junto com as notícias de que os governadores Ademar de Barros e Carlos Lacerda apoiavam o movimento. Tendo em vista isso, Silveira teria tentado falar novamente com o presidente João Goulart, mas quem o atendeu, dessa vez, foi o ministro da Justiça, Aberlado Jurema. Durante a conversa, o ministro teria o tranquilizado novamente dizendo que “não havia nada de grave, que o governo tinha todas as posições, era um movimento restrito à Minas mas que estava já mais ou menos controlado”.<sup>958</sup>

Mais uma vez as notícias otimistas não batiam com a realidade, segundo o depoimento de Badger da Silveira: “E ouvindo as informações e chegando à conclusão de que o movimento estava praticamente vitorioso porque nós não tínhamos condição de reagir nem nada”.<sup>959</sup>

Logo depois, Badger afirma que teria recebido uma ligação do “coronel Kerensky, que comandava o 2º BC, de Petrópolis [...] dizendo que as forças do governo, sob o comando dele, não permitiriam que as forças do general Mourão Filho atravessassem o rio Paraíba, que ele tinha muito mais poder de fogo do que o Mourão”.<sup>960</sup> Contudo, o ex-governador não se estendeu mais sobre o assunto em seu relato. Badger continua comentando sobre os vários rumores, afirmando que:

Durante o dia, passou-se nessa situação. Muita gente entrava no palácio, saía, eram boatos os mais alarmantes, que o palácio ia ser

---

<sup>956</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 86

<sup>957</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 86

<sup>958</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 86

<sup>959</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 86

<sup>960</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 86 e 87

cercado, que o palácio estava para ser bombardeado, toda essas informações a gente tinha em uma hora dessas. Passou-se. Entrou-se pela noite do dia 31 de março e a mesma coisa. A mesma situação, a mesma preocupação.<sup>961</sup>

Em 31 de março de 1964, o governador mineiro, Magalhães Pinto (UDN), autorizou o envio de tropas mineiras “em direção ao Rio de Janeiro”, comandadas pelo general Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediadas em Juiz de Fora (MG).<sup>962</sup> Visando à deposição do presidente João Goulart que se encontrava no estado da Guanabara.

Ao saber da situação, Jango retornou a Brasília. Enquanto isso, no Congresso Nacional, os deputados golpistas davam a presidência como vaga, ao mesmo tempo em que o presidente do Congresso, Ranieri Mazzilli, tomava posse do comando do executivo federal. Goulart, querendo evitar uma guerra civil, aceita a situação, buscando, por fim, exílio no Uruguai.<sup>963</sup> Enquanto isso, os aliados de Jango eram derrubados dos seus governos, presos e cassados.

Ao decorrer desse capítulo pode-se perceber como o governo Badger estava no epicentro das principais discussões e acontecimentos que marcaram o processo de radicalização política que antecedeu e marcou o golpe civil-militar de 1964: a volta do presidencialismo, o plano trienal, o “surto anticomunista”, as mobilizações sindicais, a reforma agrária, a revolta dos sargentos, o pedido de estado de sítio, o comício de 13 de março, entre outros.

Observa-se também como Badger da Silveira foi um importante sujeito histórico nesse contexto extremamente polarizado. O governador fluminense tinha um posicionamento bastante incisivo com relação ao seu apoio, incondicional, ao presidente João Goulart, sendo um grande contraponto a oposição que Carlos Lacerda apresentava no estado da Guanabara.

Contudo, veremos no próximo capítulo como essa postura intransigente de Badger a respeito de Goulart e das propostas reformistas muda consideravelmente após a destituição do presidente e sua própria prisão, no dia 01 de abril de 1964. Após ser liberado, o governador Badger da Silveira passou a moderar seu discurso, inicialmente

---

<sup>961</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 87

<sup>962</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível online: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>>. Acesso em: 03/05/2018

<sup>963</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES. Angela de Castro. Op. cit.

como tentativa de se defender das acusações sobre seu apoio ao governo Goulart. Aquiescendo, assim, ao movimento dito “revolucionário” e suas demandas, mas isso não foi suficiente para garanti-lo no poder vide a radicalização de grupos civis, em sua maioria, que lutaram contra a sua permanência no comando do estado do Rio.

### Capítulo III: Niterói, Abril de 1964: “Todo mês de abril foi de sobressaltos”<sup>964</sup>

Nesse capítulo analisaremos a prisão e posterior soltura do governador Badger da Silveira, no dia 01 de abril; as tensões políticas em Niterói, referentes à permanência de Badger no governo fluminense; e o posicionamento político do governador após o golpe civil-militar de 1964.

Na manhã do dia primeiro de abril de 1964, o governador Badger da Silveira fez um pronunciamento transmitido pelo rádio, se colocando a favor da legalidade e em defesa da democracia e do governo João Goulart.<sup>965</sup> Segundo os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, o deputado estadual pelo estado da Guanabara, Leonel Brizola, reeditou a “Rede da Legalidade” para defender novamente a presidência de Jango, durante o golpe civil-militar de 1964.<sup>966</sup>

Em suas memórias, Badger ressalta que Jango teria telefonado na madrugada do dia primeiro e pedido a ele que lançasse um manifesto em seu apoio, “defendendo a legalidade”.<sup>967</sup> Badger ressalta que teria se reunido com seus “auxiliares mais diretos” e os informado sobre o pedido do presidente. Contudo, alguns dos seus assessores teriam o aconselhado a não fazer o manifesto, “porque a Revolução já estava vitoriosa”, o que Badger teria respondido que “o problema não era mais de ver o presidente vencer ou deixar de vencer. Era um problema apenas de solidariedade à pessoa do presidente. Aí então eu fiz esse manifesto que li e foi irradiado pela Rádio Mayrink Veiga”.<sup>968</sup>

Em contrapartida, o ex-governador destaca em seu depoimento concedido anos mais tarde que a Rádio Mayrink Veiga estaria fazendo “uma propaganda tão irritante”, ao longo dos dias 31 de março e 01 de abril de 1964, que ele mesmo teria telefonado para o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, e teria pedido que “não permitissem aquele tom agressivo” que estava sendo veiculado pela rádio.<sup>969</sup>

Em relatório redigido pelo Departamento de Ordem Política e Social do estado do Rio de Janeiro (DOPS-RJ) consta que “no tocante ao aparecimento e organização da

---

<sup>964</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico. Capítulo V.

<sup>965</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Comunismo, Notação 74, Folha 174.

<sup>966</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro, 2014, p. 357

<sup>967</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 87

<sup>968</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 88

<sup>969</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 87

chamada Rede da Legalidade”, o ministro Abelardo Jurema era o principal responsável. E que Jurema foi “auxiliado pelo Sr. RAUL RIFF, então assessor da Imprensa da Presidência da República”.<sup>970</sup>

No Fundo Polícias Políticas, organizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)<sup>971</sup>, se encontra uma lista intitulada “Relação dos que falaram em Defesa da Legalidade pela Rêde Nacional de Esclarecimento”, entre os dias trinta e um de março e primeiro de abril de 1964. Dentre eles estavam os nomes dos deputados Guerreiro Ramos (PTB), Tenório Cavalcanti (PST), Sérgio Magalhães (PTB), do chefe de Gabinete Civil da presidência da República, Darcy Ribeiro, entre vários outros; e do governador fluminense Badger da Silveira.<sup>972</sup>

Segundo o documento, localizado no setor Comunismo, Badger fez um pronunciamento de três minutos, das 08h12min às 08h15min da manhã, do dia primeiro de abril.<sup>973</sup> Desde as primeiras décadas do século XX, foram criados diferentes aparelhos de repressão política e ideológica no Brasil.<sup>974</sup>

Ao decorrer dos anos as polícias políticas no estado do Rio tiveram diferentes nomenclaturas - Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS, 1933-1945); Divisão de Polícia Política e Social (DPS, 1945-1962); Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-RJ e DOPS-GB, 1962-1975); Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE, 1975-1983).<sup>975</sup> Entretanto, sua principal função não mudou, isto é, eram responsáveis por monitorar as ações de grupos e de sujeitos históricos considerados subversivos.

Badger da Silveira foi uma das personalidades políticas monitoradas pelo DOPS, chegando a ter um prontuário elaborado pela unidade do estado do Rio.<sup>976</sup> Porém, o

---

<sup>970</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Comunismo, Notação 74, Folha 173.

<sup>971</sup> O APERJ tem um acervo que “reúne os documentos das antigas delegacias de polícia política do Rio de Janeiro”. APERJ. Fundo Polícias Políticas. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2998338>>. Acesso em: 10/07/2018

<sup>972</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). Setor Comunismo, Notação 74, Folhas 149 e 150.

<sup>973</sup> Idem.

<sup>974</sup> Cf. SILVA, Shirlene Linny da. *Construindo o Direito de Acesso aos Arquivos da Repressão: O caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais*. (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

<sup>975</sup> APERJ. Op. cit.

<sup>976</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). PRONT-RJ, Notação 21876, Badger da Silveira;

dossiê, preparado pelo DOPS-RJ, não apresenta o que foi propriamente dito pelo governador fluminense em seu discurso.<sup>977</sup>

Em suas memórias, Badger afirma que Jango ao pedir o lançamento do manifesto, teria dito que “vários governadores já tinham feito esse manifesto”. Porém, Silveira contesta dizendo que apenas o governador piauiense Petrônio Portela, da UDN, também teria feito um pronunciamento a favor de Jango.<sup>978</sup>

Conforme o *Jornal do Brasil*, Goulart estava preparando Badger “para evolução da crise”.<sup>979</sup> O periódico destaca que João Goulart orientou Badger a convocar uma reunião com governadores, no estado do Rio, mas somente “em caso extremo”. O que não aconteceu, como se sabe. O encontro teria o objetivo de “definir a posição dos Governadores que apóiam realmente o Presidente e todas as suas teses reformistas”.<sup>980</sup> No entanto, Goulart não haveria de ter sido o único político a solicitar o apoio de Badger durante as primeiras horas do golpe civil-militar de 1964, segundo o relato do ex-governador fluminense.<sup>981</sup>

De acordo com as memórias de Badger da Silveira, o governador mineiro Magalhães Pinto<sup>982</sup>, da UDN, teria feito um telefonema para o Palácio do Ingá antes de Jango, durante à tarde do dia 31 de março. Magalhães Pinto participou ativamente no processo de radicalização política contra o presidente João Goulart.<sup>983</sup>

No início da ligação, o governador udenista teria chamado o político fluminense pelo nome do governador gaúcho Ildo Meneghetti<sup>984</sup>, do PSD. Nessa conjuntura do

---

<sup>977</sup> Ibidem.

<sup>978</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico. Capítulo V; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 87

<sup>979</sup> *Jornal do Brasil*, Goulart prepara Badger para evolução da crise, 01/04/1964. p. 4

<sup>980</sup> *Jornal do Brasil*, Goulart prepara Badger para evolução da crise, 01/04/1964. p. 4

<sup>981</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 87

<sup>982</sup> Magalhães Pinto participou da construção do “Manifesto dos Mineiros”, em outubro de 1943. O documento foi o “primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo” e contra o ditador Getúlio Vargas (1937-1945). O manifesto deu margem para a criação da UDN, em 1945. Em 1960, Magalhães foi eleito governador do estado de Minas Gerais pela legenda udenista. Cf. *Verbetes Magalhães Pinto*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível online: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>>. Acesso em: 03/05/2018

<sup>983</sup> Em março de 1964, o governador mineiro foi quem autorizou o envio de tropas mineiras “em direção ao Rio de Janeiro”, comandadas pelo general Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediadas em Juiz de Fora (MG).

<sup>984</sup> Ildo Meneghetti foi eleito duas vezes a governador do estado do Rio Grande do Sul, primeiro em 1954 e novamente em 1962. Durante a crescente radicalização política contra o governo João Goulart, Meneghetti se juntou a oposição. Durante o golpe de 1964, mudou a sede do governo para Passo Fundo (RS), vide ameaças do ex-governador sul rio-grandense Leonel Brizola (1958-1962) de fazer “uma

golpe, Meneghetti lançou um manifesto endossado pelo governador mineiro, no qual declarou “participante da luta que a pátria travara pela sobrevivência da democracia e da liberdade”<sup>985</sup>, ou seja, declarava seu apoio a dita “revolução” que derrubou Jango do poder. Por sua vez, Badger teria se identificado e informado Magalhães Pinto do equívoco.<sup>986</sup>

Apesar da confusão inicial, Magalhães Pinto teria pedido o apoio do governador fluminense “ao movimento revolucionário que já era considerado vitorioso”.<sup>987</sup> Diante disso, Badger teria reconhecido a vitória do movimento, mas respondeu que “era ligado ao presidente João Goulart não só por fidelidade partidária, mas também por uma questão de ordem pessoal”, e teria concluído com “Eu cairei com o presidente João Goulart”.<sup>988</sup> Apoio demonstrado, depois, na cadeia da legalidade, como já comentado.

Na entrevista, Badger ainda destaca que o governador mineiro teria ficado decepcionado com sua recusa, dizendo: “Eu lamento muito. Gostaria tanto que o senhor estivesse conosco, é uma pessoa que nos inspira confiança”. Depois disso, teriam finalizado a ligação.

Já em sua autobiografia, Badger da Silveira salienta que entre o dia trinta e um e o dia primeiro, “as notícias eram as mais alarmantes”<sup>989</sup>, dentre elas, a de que o Palácio do Ingá “seria invadido a qualquer momento ou bombardeado.”<sup>990</sup> Nessa atmosfera turbulenta, um “grupo rebelado”<sup>991</sup> de oficiais da Polícia Militar fluminense, da oposição, empossou “simbolicamente”<sup>992</sup> o vice-governador João Baptista da Costa, da UDN, como o novo governador do estado do Rio, conforme publicado na imprensa.

A cerimônia contou com a presença do vice-governador e ocorreu no quartel da PM fluminense. Segundo o *Diário de Notícias*, a “posse” de João Baptista foi apoiada

---

rebelião em Porto Alegre”. Cf. DHBB-CPDOC. *Verbete Ildo Meneghetti*. Disponível online: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneghetti-ildo>>. Acesso em: 03/05/2018

<sup>985</sup> DHBB-CPDOC. *Verbete Ildo Meneghetti*. Op. cit.

<sup>986</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V. SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 87

<sup>987</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>988</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V. SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 87

<sup>989</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>990</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>991</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger preso em Palácio*, 02/04/1964. p.6

<sup>992</sup> *Diário de Notícias*, *Badger destituído e preso incomunicável na Marinha*, 02/04/1964. p. 10

pelos deputados estaduais “Paulo Herval” [Paulo Hervê], líder em exercício da representação da UDN, Oliveira Rodrigues (PSP) e Nicanor Campanário (PL).<sup>993</sup>

Antes disso, esse grupo de policiais militares também substituiu e prendeu o comandante da polícia militar do estado do Rio, o coronel João Evangelista.<sup>994</sup> Conforme *O Jornal*, o coronel João Evangelista Mendes da Rocha era “mais um oficial esquerdista designado para órgão ligado à segurança pública” no governo trabalhista fluminense.<sup>995</sup>

Vale lembrar que João Evangelista tinha substituído o coronel Araquém Costa no comando da PM, em julho de 1963, após grave crise da polícia militar fluminense liderada por oficiais anticomunistas ligados ao coronel Wilson Cabral Trannin, presidente do Clube dos Oficiais. Sendo o estopim do conflito a prisão do capitão Homero Barreto, decretada pelo chefe do Estado-Maior, coronel Manuel da Silva Teixeira, no início de julho. A crise só teve um fim, momentâneo, após as exonerações do cmte. coronel Araquém Costa e do cel. Manuel da Silva.

Contudo, o novo comandante também não foi bem aceito pelos oficiais anticomunistas, os quais logo prenderam e substituíram o coronel João Evangelista na primeira oportunidade que tiveram. Nota-se, portanto, que a “operação limpeza”<sup>996</sup> começou cedo no território fluminense, já nas primeiras horas do golpe civil-militar de 1964.

Segundo o historiador Carlos Fico, a repressão e a censura estavam presentes desde os momentos iniciais da ditadura.<sup>997</sup> O comandante da PM, coronel João Evangelista, foi substituído pelo coronel Mário Deserto, então chefe do Estado-Maior, que tinha substituído o cel. Manuel da Silva durante a crise de julho.<sup>998</sup> Sua antiga nomeação ao Estado-Maior tinha sido uma indicação do Clube dos Oficiais em conjunto com a Associação de Subtenentes e Sargentos.<sup>999</sup>

Agradando, assim, gregos e troianos, no ano de 1963. A decisão do “grupo rebelado” da PM de substituir cel. Evangelista pelo cel. Deserto, em abril de 1964, não

---

<sup>993</sup> *Diário de Notícias, Badger destituído e prêso incomunicável na Marinha, 02/04/1964. p. 10*

<sup>994</sup> *Diário Carioca, Da prisão de Badger à intervenção de Schueller, 03/04/1964. p. 9*

<sup>995</sup> *O Jornal, Panorama Político: Mais Um, 10/08/1963. p. 6*

<sup>996</sup> FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004. P.34

<sup>997</sup> FICO, Carlos. Op.cit.

<sup>998</sup> *Diário Carioca, Da prisão de Badger à intervenção de Schueller, 03/04/1964. p. 9*

<sup>999</sup> *Jornal do Brasil, Superada a crise na PM fluminense, 02/08/1963, p. 3*

foi contestada pelo governador Badger que chegou, mais tarde, a ratificar a exoneração do comandante João Evangelista.<sup>1000</sup>

O próprio ex-governador, em seu depoimento, afirma que “nomeei um outro coronel [no caso João Evangelista] que foi pior do que o Araquém”<sup>1001</sup>, destacando ainda que não lembrava quem teria indicado o nome do oficial para ele nomeá-lo. Badger ainda enfatiza que “esse [Evangelista] era homem de esquerda mesmo, falava, pregava. Então a coisa reacendeu muito séria dentro da Polícia Militar. Foi quando eu resolvi não nomear mais ninguém do Exército porque eu não sabia quem era, se era de direita, de esquerda”.<sup>1002</sup> Vê-se, assim, que o governador Badger abdicou de fazer novas nomeações na PM vide a polarização política dentro da instituição, ainda que arbitraria a atitude dos oficiais anticomunistas com relação ao cel. Evangelista.

Já a iniciativa de tentar depor o governador Badger da Silveira foi rapidamente rechaçada e indeferida. Conforme o *Jornal do Brasil*, o grupo da PM foi desautorizado pelo general Oromar Osório que se encontrava no comando da 1ª Divisão de Infantaria Divisionária (ID-1).<sup>1003</sup> Já o periódico *Diário de Notícias* destaca que a Assembleia Legislativa do estado do Rio também foi contra a substituição arbitrária do governador.<sup>1004</sup> Ficou a cargo dos assessores do governador Badger assegurar os meios de comunicação e a população de que o petebista continuava no cargo e “que era de tranqüilidade a situação em todo território fluminense”.<sup>1005</sup>

Nas ruas da capital fluminense parte da população comemorava a vitória da dita “Revolução”, empunhando lenços brancos e bandeiras do Brasil, “em caravanas de veículos, dando vivas ao Sr. Carlos Lacerda e soltando fogos”. Apesar de vários serviços públicos terem sido paralisados, como os ônibus e as barcas, levando uma corrida aos supermercados que esgotou os estoques de muitas lojas, segundo publicação do *Jornal do Brasil*.<sup>1006</sup>

Nessa conjuntura, os opositores do governador fluminense não esmoreceram com as tentativas de destituí-lo. Na noite do dia 01 de abril de 1964, Badger da Silveira

---

<sup>1000</sup> *A Noite, Novas alterações no governo fluminense, 04/04/1964. p. 2*

<sup>1001</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 75

<sup>1002</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 75 e 76

<sup>1003</sup> *Jornal do Brasil, Badger prêso em Palácio, 02/04/1964. p. 6*

<sup>1004</sup> *Diário de Notícias, Badger destituído e prêso incomunicável na Marinha, 02/04/1964. p. 10*

<sup>1005</sup> *Jornal do Brasil, Badger prêso em Palácio, 02/04/1964. p. 6*

<sup>1006</sup> *Jornal do Brasil, Niterói comemorou fim da crise com lenços brancos e muitos vivas a Lacerda, 02/04/1964, p. 2*

foi preso no Palácio do Ingá por militares.<sup>1007</sup> O ex-governador relata que estivera reunido em seu gabinete com secretários e auxiliares quando o comandante Maurício Dantas Torres<sup>1008</sup>, diretor do Centro de Armamento da Marinha de Niterói (CAM), chegou à sede do governo do estado do Rio, requisitando falar a sós com ele. Dantas Torres não teria ido sozinho, mas acompanhado pelo major José Bismarck de Souza e por outros militares armados.<sup>1009</sup>

Em sua autobiografia, Badger da Silveira narra que Dantas Torres o informou de que ele deveria acompanhá-lo ao CAM, sediado em Ponta D' Areia, em Niterói. Ao questionar a ordem e solicitar maiores explicações, Badger afirma que ele e o comandante do CAM teriam travado o seguinte diálogo:

- Houve uma revolução no país que saiu vitoriosa e eu fui incumbido de levá-lo ao Centro de Armamento da Marinha.
- Bem, então o senhor, comandante, está me depondo. Se o senhor está me depondo, não tenho como oferecer resistência.
- Entenda como quiser, senhor governador.
- Só entendo assim. Como uma deposição.
- Pois, então, governador. É uma deposição.<sup>1010</sup>

Diante da deposição, Silveira comunicou seus secretários e assessores presentes no Palácio do Ingá do ocorrido. Nesse momento, teria tido o apoio e a solidariedade de alguns, como o secretário de Justiça, Hamilton Xavier (PSD) e o secretário do Trabalho, Feliciano Costa (PSP), os quais, por sua vez, não tiveram autorização de Dantas Torres para segui-lo ao Centro de Armamento da Marinha.<sup>1011</sup> Narrativa essa também presente na entrevista concedida por Badger a Universidade Federal Fluminense.<sup>1012</sup>

O ex-governador enfatiza que ao deixar o gabinete teria sido “ovacionado pelos cidadãos que ali se encontravam”.<sup>1013</sup> Fato reafirmado pela reportagem do *Jornal do Brasil*, do dia 02 de abril de 1964, na qual foi noticiado o fato de que Badger saiu do Palácio “sob aclamação de funcionários e políticos que ali se encontravam”.<sup>1014</sup>

---

<sup>1007</sup> *Diário Carioca, Da prisão de Badger à intervenção de Schueller, 03/04/1964.* p. 9

<sup>1008</sup> Capitão de Mar e Guerra; cf. *Última Hora, A crise no Estado do Rio hora a hora: Lágrimas na volta de Badger ao Ingá, 06/04/1964.* s/p.

<sup>1009</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V. SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 89

<sup>1010</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1011</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1012</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 89

<sup>1013</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1014</sup> *Jornal do Brasil, Badger prêso em Palácio, 02/04/1964.*

Em seu depoimento de história de vida, Badger afirma que o comandante Dantas Torres vendo tudo aquilo teria gritado: “Parem com isso, parem com isso!”, mas o pessoal teria continuado batendo palmas, “e eu saí debaixo dessa ovação do pessoal”.<sup>1015</sup> Sem manifestar resistência, Badger deixou o Palácio acompanhado pela esposa, a primeira dama René Ferraiolo Silveira, e pelo secretário de Energia, o almirante Heleno Nunes (PSD).<sup>1016</sup>

Depois de instalados no CAM, chegando a jantar na unidade, Badger fora informado de que seria transferido de lancha para o Ministério da Marinha, localizado no estado da Guanabara. Badger da Silveira destaca que ao saltarem da lancha já em terras cariocas, “logo um fuzileiro daquele encostou em mim a metralhadora. Eu fiz que não estava entendendo e fui andando. O Heleno também. Entramos em um elevador com o fuzileiro com a metralhadora e subimos”.<sup>1017</sup>

A seguir, outro oficial teria chegado e dito que a esposa de Badger não poderia permanecer. Renée Silveira teria questionado o porquê e o militar teria respondido que não tinham acomodações para mulheres ali, o que Renée teria ido contra, argumentado que não se importava e dormiria de qualquer jeito, desde que ficasse perto do marido.<sup>1018</sup>

Em suas memórias, Badger afirma que teria ligado para o cunhado Roberto Ferraiolo para encontrá-los na Escola Naval para que fosse buscar sua esposa. Do Ministério da Marinha, Badger seria levado para a Escola Naval, também com sede na Guanabara, na ilha de Villegagnon.<sup>1019</sup>

Contudo, nesse meio tempo, Badger teria encontrado o ministro da Marinha, almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. O ministro teria dito à Badger que ele “não era um prisioneiro e sim um hóspede de honra da Marinha, e que poderia retornar a Niterói”.<sup>1020</sup>

---

<sup>1015</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 90

<sup>1016</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 90

<sup>1017</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 90

<sup>1018</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 90 e 91

<sup>1019</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 91

<sup>1020</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

Em sua entrevista, Badger também destaca que o almirante Paulo Rodrigues teria colocado a disposição dele sua lancha para que o governador pudesse voltar para a capital fluminense.<sup>1021</sup> O ministro da Marinha não durou muito tempo no cargo depois de liberar o governador Badger do seu aprisionamento. No dia quatro de abril de 1964, o militar foi exonerado.<sup>1022</sup>

Em sua autobiografia, Badger da Silveira afirma que foi uma escolha pessoal dele pernoitar na Escola Naval e retornar só no dia seguinte, 02 de abril, para o estado do Rio. No seu relato oral, Badger comenta mais a situação e destaca que teria tomado essa decisão após chegar à conclusão de que sua ida para Niterói poderia tumultuar mais as coisas. “Era um movimento revolucionário, eu estava fora do palácio. Então achei prudente — isso em um raciocínio rápido — e que seria melhor eu ficar no Rio e ir, no dia seguinte, depois de tomar as precauções cabíveis. E foi o que fiz”.<sup>1023</sup>

Badger ressalta que teria sido muito bem recebido pelo comandante da Escola Naval, almirante Júlio Xavier de Araujo e Silva, o qual chegou a permitir a estada da primeira-dama na unidade.<sup>1024</sup> Vê-se, portanto, que o governador fluminense “escapou” aparentemente de sanções mais duras, nesse primeiro momento do golpe civil-militar. Outros governadores não tiveram a mesma “sorte”.

O governador pernambucano Miguel Arraes (1963-1964), do Partido Social Trabalhista (PST)<sup>1025</sup> e o governador sergipano João de Seixas Dória (1963-1964), dissidente da União Democrática Nacional e eleito com o apoio do PSD<sup>1026</sup>, assim como

---

<sup>1021</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 91

<sup>1022</sup> Seu ministério foi bem curto, pois tinha assumido a pasta, no dia 27 de março de 1964, após Jango demitir o ministro Silvío Borges de Sousa Mota que buscou reprimir a Revolta dos Marinheiros, no dia 25 de março. O almirante Silvío Mota tinha considerado o movimento dos marinheiros como um ato de “subversão a hierarquia militar”. Por sua vez, Goulart não só apoiou o movimento como anistiu os marinheiros envolvidos, levando a exoneração de Mota. No dia 04 de abril, foi a vez de o almirante Paulo Rodrigues ser exonerado da função de ministro da Marinha pelos golpistas. “Em maio foi demitido do Tribunal Marítimo, com base no Ato Institucional nº 1 (9/4/1964), e, em junho seguinte, foi desligado definitivamente do tribunal e do serviço ativo da Marinha”. DHBB/CPDOC. *Verbete Paulo Mário da Cunha Rodrigues*. Disponível online: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigues-paulo-mario-da-cunha>>. Acesso em: 28/06/2018

<sup>1023</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 91

<sup>1024</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Esboço autobiográfico: Capítulo V*; SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 91

<sup>1025</sup> Ver mais: BARROS, Júlio César Pessoa de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

<sup>1026</sup> Ver: CARDOSO, Célia C. *1964 em Sergipe: Política e Repressão*. In: XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH: 50 anos, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH- Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1. p. 1-18; CRUZ, José Vieira da. Da

Badger, discursaram a favor da reformas de base no comício do dia 13 de março de 1964. Todos foram presos no dia 01 de abril. Porém, somente o governador do estado do Rio de Janeiro foi rapidamente solto e pode retornar a exercer suas funções.

Fora eles, também foram destituídos nos primeiros dias do golpe: o governador do Distrito Federal indicado por Jango, Ivo de Magalhães (31/03/1964)<sup>1027</sup>; o governador do Amapá, Terêncio Furtado de Mendonça Porto (01/04/1964)<sup>1028</sup>; e o governador de Rondônia, Abelardo Alvarenga Mafra (06/04/1964)<sup>1029</sup>, na época, esses estados da região norte se encontravam na categoria de Território Federal, sendo assim, os governadores tinham sido nomeações feitas pelo governo Goulart.

Percebe-se ao longo das narrativas construídas por Badger da Silveira que as razões que possibilitaram sua rápida liberação e rápido retorno ao Palácio do Ingá nunca teriam ficado muito claras para ele.<sup>1030</sup> Porém, a imprensa local noticiou que o secretário de Energia do estado do Rio, o almirante Heleno Nunes, teve papel fundamental nesse processo de soltura de Badger. Segundo publicação do *Jornal do Brasil*, foi graças aos contatos de Heleno que o petebista foi recebido na Escola Naval com “honras de Chefe de Estado”.<sup>1031</sup>

O almirante Heleno de Barros Nunes era deputado estadual pelo PSD.<sup>1032</sup> No governo Juscelino Kubitschek, foi chefe de gabinete do ministro da Aviação e Obras públicas, Lúcio Martins Meira (1956-1959).<sup>1033</sup> No acordo de reaproximação entre PTB e PSD fluminenses, o almirante foi nomeado, por indicação do seu partido<sup>1034</sup>, ao cargo de secretário de Energia e Desenvolvimento Econômico, no início do governo Silveira, em 1963.<sup>1035</sup>

---

*Autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.* (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

<sup>1027</sup> CPDOC-DHBB. *Verbetes Ivo de Magalhães.* Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/magalhaes-ivo-de>>. Acesso em: 19/12/2018

<sup>1028</sup> *Correio da Manhã, ex-governador do Amapá ameaça falar, 29/07/1964, p. 5*

<sup>1029</sup> Câmara dos deputados de Rondônia. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=1E968C7579CA88D301919797539352E9.node2?codteor=1095692&filename=Avulso+-PL+543/1971](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1E968C7579CA88D301919797539352E9.node2?codteor=1095692&filename=Avulso+-PL+543/1971)>. Acesso em: 19/12/2018

<sup>1030</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Esboço autobiográfico: Capítulo V*; SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 92

<sup>1031</sup> *Jornal do Brasil, Badger reassume o Governo depois de 15 horas de prisão, 03/04/64. p. 12*

<sup>1032</sup> *Última Hora, Badger anuncia secretariado e vai anular nomeações em massa, 26/01/1963. p. 2*

<sup>1033</sup> *Jornal do Brasil, Quem é quem no estafê do novo governador, 07/05/1964. p. 4.*

<sup>1034</sup> *Jornal do Brasil, Badger está com seu governo praticamente formado para o dia 31, 13/01/1963. p.*

*13*

<sup>1035</sup> *Jornal do Brasil, Sem medalhões, 26/01/1963. p. 8*

Durante a conjuntura altamente polarizada de março de 1964, o almirante defendeu a “imediate nacionalização das concessionárias de serviços públicos de energia”<sup>1036</sup>, visando o desenvolvimento do Brasil e do estado do Rio<sup>1037</sup>, evidenciando, assim, seu apoio as demandas nacionalistas. Até o momento, não se tem indícios de que o almirante poderia ter apoiado o golpe de 1964. Contudo, Nunes participou de forma ativa na ditadura civil-militar (1964-1985).

Após a deposição de Badger da Silveira, em maio de 1964, Heleno Nunes continuou ocupando o cargo de secretário de Energia do estado do Rio. Durante a ditadura civil-militar, o almirante chegou a presidir a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de situação do regime autoritário. Seu irmão Adalberto de Barros Nunes foi ministro da Marinha no governo do ditador-general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).<sup>1038</sup>

Em 1975, Heleno Nunes substituiu Jean-Marie Faustin Goedefroid Havelange (João Havelange) no comando da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). A organização teve seu nome modificado, em 1979, para Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Sendo assim, o almirante foi o primeiro dirigente da (poderosa) CBF.<sup>1039</sup> Dessa forma, pode-se observar o evidente prestígio que o almirante dispunha nos bastidores do cenário político brasileiro.

De acordo com o *Correio da Manhã*, Heleno Nunes mobilizou seu capital social e político para liberar Badger da prisão no dia 01 de abril de 1964. O almirante entrou em contato com os generais Oromar Ozório, Sizen Sarmento e o marechal Odílio Denys para discutir a situação de Badger da Silveira e do estado do Rio. Conforme o periódico, o general Ozório declarou que: “é uma indignidade depor-se o governador fluminense, pois não estamos numa ditadura e nossa revolução é apenas anticomunista”.<sup>1040</sup>

Vale lembrar que o pessedista, Heleno Nunes, acompanhou Badger de perto durante todo o encarceramento do trabalhista. Demonstrando, assim, claramente solidariedade e apoio ao governador Badger da Silveira. E, talvez, seja exatamente esse endosso tão explícito de militares de alta patente (almirantes Heleno Nunes e Paulo

---

<sup>1036</sup> *Jornal do Brasil*, Almirante Heleno Nunes quer nacionalização já, 11/03/1964. p. 9

<sup>1037</sup> *Correio da Manhã*, RJ deseja energia só de Brasileiros, 11/03/1964. p.2

<sup>1038</sup> CPDOC/DHBB. *Verbetes Adalberto de Barros Nunes*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nunes-adalberto-de-barros>>. Acesso em: 03/07/2018

<sup>1039</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006

<sup>1040</sup> *Correio da Manhã*, Badger de novo na frente do governo, 03/04/1964. p. 3

Rodrigues; general Oromar Ozório) que garantiu, num primeiro momento, a rápida soltura de Badger e a manutenção do mesmo no governo fluminense, ainda que por um curtíssimo espaço de tempo.

### 3.1. A volta do filho pródigo ao Palácio do Ingá

Na manhã, do dia 02 de abril de 1964, dois oficiais teriam chegado à Escola Naval, com ordens do general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa, recém nomeado ao cargo de comandante da 1ª Divisão de Infantaria Divisionária, para acompanhar o governador Badger da Silveira de volta para a capital fluminense. Segundo a autobiografia do ex-governador, Manuel Lisboa<sup>1041</sup> não queria assumir o novo cargo sem a sua presença.<sup>1042</sup> De acordo com o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), a ID-1 era “a mais poderosa unidade do Exército no país, sediada na Vila Militar do Rio de Janeiro”.<sup>1043</sup>

Em seus relatos, Badger reflete o quão complexa e confusa essa situação tinha se tornado, até mesmo, para ele: “não estava entendendo mais nada. Não sabia porque tinha sido deposto, logo em seguida fui considerado hóspede de honra e agora o General não assumia o comando sem a minha presença.”<sup>1044</sup>

Depois de quase 15 horas afastado do Palácio do Ingá, Badger da Silveira retornou a capital fluminense. Mas dessa vez acompanhado também pelo novo comandante da ID-1, general Manuel Lisboa. Com isso, percebe-se que a autonomia administrativa do governo fluminense não seria mais a mesma após a prisão e, seguida, liberação de Badger. A partir desse momento, as decisões tomadas no Palácio do Ingá seriam controladas pelas diretrizes políticas e ideológicas do “movimento revolucionário”.

Durante o trajeto de volta para Niterói, o general Manuel Rodrigues Lisboa teria questionado Badger sobre sua função no PTB. O trabalhista teria respondido que “era

---

<sup>1041</sup> Antes disso, o general Manuel Lisboa, natural da Paraíba, chefou o estado-maior do III Exército, localizado em Porto Alegre. De acordo com o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, o general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa só assumiu a ID-1, em 1967. Contudo, o relato do governador Badger da Silveira e os jornais analisados datam que o general paraibano ocupou o comando da 1ª Divisão de Infantaria, em abril de 1964. DHBB/CPDOC. *Verbete general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-rodrigues-de-carvalho-lisboa>>. Acesso em: 08/07/2018

<sup>1042</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1043</sup> CPDOC/DHBB. *Verbete general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa*. Op. cit.

<sup>1044</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 92

um dos vice-presidentes do PTB nacional e presidente do PTB do Rio de Janeiro.” Após essa resposta, o general teria dito ao governador que haveria “um papel relevante naquela conjuntura” para ele.<sup>1045</sup> Em sua entrevista, Badger afirmou que: “sinceramente, não entendi o que ele quis dizer naquela hora [...]. E até hoje não sei o que ele queria dizer”.<sup>1046</sup>

Ao chegar à capital fluminense, Badger da Silveira deparou-se com um forte aparato policial e militar, sobretudo, entorno do Palácio do Ingá. Ao indagar sobre quem havia demandado todo o reforço, teriam o informado de que tinha sido o interventor do estado do Rio. Estranhando a resposta, o petebista teria respondido: “Não há interventor”.<sup>1047</sup>

Todavia, ao entrar na sede do governo do estado do Rio, o chefe do gabinete civil fluminense, Jorge Loretto (UDN), teria colocado Badger a par da situação: “Governador, o Schueler é o interventor do estado.” Em suas memórias, o ex-governador enfatiza o constrangimento da situação e destaca o fato de conhecer Antônio José de Schueler há muitos anos, mas não dá maiores explicações sobre esse fato.<sup>1048</sup>

De acordo com boa parte das fontes pesquisadas Antônio Schueler era bancário. E, em 1962, concorreu ao cargo de deputado estadual fluminense pela legenda da UDN, através da Ação Parlamentar Democrática (ADP). Entretanto, não conseguiu se eleger, mesmo tendo sua campanha financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Fato esse confirmado pelo tesoureiro da organização em seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em novembro de 1963. A CPI foi aberta para investigar a origem dos recursos do IBAD.<sup>1049</sup>

Frente ao momento embaraçoso, Badger teria apresentado o autodeclarado interventor ao novo comandante da ID-1, general Manuel Lisboa. Antônio Schueler, em compensação, teria se mostrado indignado com a permanência do trabalhista no governo.<sup>1050</sup> No seu depoimento, o ex-governador destaca que a situação, no mínimo constrangedora, teria ocorrido da seguinte forma:

---

<sup>1045</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1046</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 92

<sup>1047</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1048</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 92

<sup>1049</sup> *Notícias Fluminenses: Conferências, Correio da Manhã, 01/08/1962. p. 8; CPI desmascara exploração do IBAD e aponta os nomes dos políticos envolvidos, Diário Carioca, 05/11/1963. p. 9*

<sup>1050</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

Quando eu falei “General, este é o dr. Schuller, um velho conhecido meu”, o Schuller falou: “General, isto não vai ficar assim não! Eu não arrisquei a minha vida e a minha fortuna para o Badger continuar no governo do estado. Não é por você não, Badger, eu já o conheço há muito tempo, tanto que falei com a minha mulher que ia levar você para a minha casa. Só não o fiz por uma questão de segurança, achava que você lá não podia estar resguardado.” Eu falei: “Muito obrigado, dr. Schuller, pela atenção do senhor.” E ele disse: “Pois é! Mas isso não vai ficar assim não. Você não vai continuar aqui não. No máximo uma semana você fica aqui.” Eu falei: “Dr. Schuller, para mim tanto faz eu ficar uma semana, sair hoje ou daqui a 10 dias, não tenho interesse nenhum. Não obstante eu ter sido eleito pelo povo e estar cumprindo um mandato eletivo, eu não tenho fixação e nem esse interesse maior em ser governador. O que me interessa é que realmente o país seja uma democracia e que o povo tenha a sua oportunidade de se revezar no governo.” Ele virou-se para o general Lisboa e falou: “General, o senhor, em vez de vir aqui e tomar esta atitude de reposição do Badger no governo, devia ir no Gecam, que é um ninho de comunistas. O coronel comandante do Gecam é comunista.” E o general Lisboa falou: “Mas fulano, desde quando você é comunista?” O coronel estava do nosso lado, o tal comandante do Gecam. Ele riu etc., o Schuller ficou um pouco sem graça, e aí o general falou: “Bem, governador, não há, como eu disse outra vez, solução de continuidade no governo. O senhor já está na sua casa e eu vou assumir o comando do IB1 [ID1].”<sup>1051</sup>

Percebe-se, portanto, nesse diálogo como as relações políticas na capital fluminense eram bastante estreitas, quase que “domésticas”, dando um ar quase pitoresco. Visto a familiaridade entre os principais personagens desse imbróglio político que marcou o golpe civil-militar no estado do Rio, representado nesse primeiro momento pela prisão e, conseqüente, soltura de Badger. Diante disso, Badger da Silveira ainda afirma, em suas memórias, que Schueler teria dito que assumiu a interventoria do estado do Rio sob ordens expressas do marechal Odílio Denys.<sup>1052</sup>

O marechal era uma figura bastante conhecida no cenário político brasileiro, tendo em vista seu papel nos principais acontecimentos políticos que marcaram a política brasileira a partir de 1930. Durante a crise de 1961, Odílio Denys era ministro de Guerra e junto com os ministros Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha) tentou impedir a posse de Goulart.<sup>1053</sup>

---

<sup>1051</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 92 e 93. Grifos nossos.

<sup>1052</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1053</sup> CPDOC/DHBB. *Verbete marechal Odílio Denys*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/denis-odilio>>. Acesso em: 14/12/2018

Sendo essa a primeira tentativa de golpe contra Jango. Porém, que não vingou, porque não teve um grande apoio da sociedade civil, pelo contrário. Mas o cenário político mudou bastante de 1961 para 1964. Em março de 1964, os militares anticomunistas conseguiram seu intento, tendo dessa vez um massivo apoio de grupos heterogêneos da sociedade civil, derrubando, assim, o agora presidente, João Goulart.

No Palácio do Ingá, Schueler permaneceu menos de 24 horas como interventor do estado do Rio. Nesse curtíssimo período, teria tido tempo de nomear seu secretariado. De acordo com publicação da *Última Hora*, o bancário formou a seguinte secretariado de governo: chefe de gabinete civil, Jorge Uchoa de Mendonça; secretário de Segurança, coronel Farias; secretário de Educação e Cultura, padre “Vencesláu”<sup>1054</sup>; secretário de Finanças, José Mardi; secretário de Saúde e Assistência, o deputado Nicanor Campanário; secretário de Administração Geral, Carlos Augusto; secretário de Interior e Justiça, o político udenista Alberto Torres; e secretário de Obras, coronel José Couto do Nascimento.<sup>1055</sup>

A substituição do governador fluminense tinha sido amplamente divulgada nos jornais que circulavam na região em abril de 1964, como, *Jornal do Brasil*<sup>1056</sup>, *Correio da Manhã*<sup>1057</sup>, *Última Hora*<sup>1058</sup> e *Diário de Notícias*.<sup>1059</sup> E a imprensa reproduziu a fala de Schueler sobre a aquiescência do marechal Denys. Segundo *O Fluminense*, Antônio José de Schueler “era ligado aos mais altos chefes militares da Revolução”.<sup>1060</sup>

No entanto, Schueller foi mais um sujeito histórico monitorado pelo DOPS.<sup>1061</sup> No Fundo Polícias Políticas do APERJ, tem dois prontuários sobre ele. Um organizado pelo aparelho de repressão, do estado do Rio de Janeiro<sup>1062</sup> e outro pelo DOPS, do estado da Guanabara.<sup>1063</sup> Durante o golpe civil-militar de 1964, Antônio Schueler chefiou um grupo de pressão autodenominado “Comando Revolucionário do Estado do Rio” (CRER).

---

<sup>1054</sup> Seria o padre Menceslau Valiukevicius, sendo “Vencesláu” um erro de grafia do jornal.

<sup>1055</sup> *Última Hora*, Badger: - *Volto ao poder sem qualquer ressentimento: Ex-Secretariado*, 03/04/1964. p.4

<sup>1056</sup> *Jornal do Brasil*, Badger reassume o Governo depois de 15 horas de prisão, 03/04/64. p. 12

<sup>1057</sup> *Correio da Manhã*, Frases da Semana, 05/04/1964. 4º caderno

<sup>1058</sup> *Última Hora*, Interventor deixa Ingá e promete que voltará, 06/04/1964. p.10

<sup>1059</sup> *Diário de Notícias*, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p. 5 e 10

<sup>1060</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). PRONT. RJ, Notação 23502, Antônio José Schueler.

<sup>1061</sup> Muito por conta da tentativa de golpe contra o governo de Paulo Torres em dezembro de 1964. O general Paulo Torres substituiu Badger no comando do estado do Rio em maio de 1964.

<sup>1062</sup> Idem.

<sup>1063</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). PRONT. GB, Notação 12948, Antônio José de Schueler.

De acordo com o cientista político Gianfranco Pasquino, grupos de pressão são organizações encontradas normalmente em sistemas democráticos e fazem a ligação entre o cidadão e o Estado. Pasquino também destaca que o surgimento desses grupos “como fator *dominante*”, geralmente, caracteriza uma grave crise política, seja devido à administração pública ou aos órgãos representativos ou medidas de governo.<sup>1064</sup> Uma vez que,

Entendemos por pressão a atividade de um conjunto de indivíduos que unidos por motivações comuns buscam, através do uso de sanções ou da ameaça de uso delas, influenciar sobre decisões que são tomadas pelo poder político, seja a fim de mudar a distribuição prevalente de bens, serviços, honras e oportunidades, seja a fim de conservá-la frente às ameaças de intervenção de outros grupos ou do próprio poder político.<sup>1065</sup>

Conforme nota divulgada por membros do CRER, o comando era “constituído de civis e militares”. Assinaram o documento: o padre Menceslau Valiukevicius, o Capitão Altivo Linhares (“ex-prefeito de Niterói e de Miracema e presidente do Partido Libertador no Estado do Rio”<sup>1066</sup>), Otávio Denys (irmão do marechal Odílio Denys<sup>1067</sup>) e Antônio Schueler.<sup>1068</sup>

De acordo com o *Diário de Notícias*<sup>1069</sup> e a *Tribuna da Imprensa*<sup>1070</sup>, também eram membros do grupo: o capitão Homero Barreto, o major José Bismarck de Souza, o coronel Wilson Cabral Trannin, o comandante Maurício Dantas Torres e o coronel Tindaro Gouveia do Amaral. Eram “coordenadores nacionais do movimento no estado do Rio” o marechal Odílio Denys, o brigadeiro Grum Moss, os generais Cordeiro de Farias e Néelson de Melo e os almirantes Silvio Heck e Radmaker.<sup>1071</sup>

Nota-se, assim, que os três ministros militares que tentaram impedir Goulart, em 1961, faziam parte do CRER. A seguir foto tirada durante entrevista do Comando

---

<sup>1064</sup> PASQUINO, Gianfranco. *Teoria dos Grupos e Grupos de Pressão*. IN: BOBBIO, Norberto. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (COORD.). *Elites, grupos de pressão e mudança política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1984. p. 27-28

<sup>1065</sup> PASQUINO, Gianfranco. Op. cit. p.18

<sup>1066</sup> *Última Hora, Estado do Rio: “Alto Comando Regional”, 30/04/1964. p. 3*

<sup>1067</sup> *Última Hora, Estado do Rio: “Alto Comando Regional”, 30/04/1964. p. 3*

<sup>1068</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícias Políticas (POL). PRONT RJ, Notação 21876, Badger da Silveira.

<sup>1069</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p. 5 e 10*

<sup>1070</sup> *Tribuna da Imprensa, Estado do Rio na mira: Comando pede que Badger seja afastado, 15/04/1964. p. 6*

<sup>1071</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p. 5 e 10; Tribuna da Imprensa, Estado do Rio na mira: Comando pede que Badger seja afastado, 15/04/1964. p. 6*

Revolucionário do Estado do Rio para o *Diário de Notícias*, na qual se encontram alguns membros do grupo:



**Figura 23- Alguns Membros do Comando Revolucionário do Estado do Rio<sup>1072</sup>**

Ao analisar a lista de membros, também fica nítido o fato de que o Comando Revolucionário do Estado do Rio estava por trás da prisão do governador Badger da Silveira. Visto que, foram membros desse grupo, o capitão de mar e guerra Maurício Dantas Torres e o major José Bismarck de Souza, que foram os responsáveis pela prisão e pela retirada do governador fluminense do Palácio do Ingá e pela sua detenção no Centro de Armamento da Marinha, no dia primeiro de abril de 1964.

Ao prender Badger da Silveira, o Comando garantiu Antônio José de Schueler como interventor, ou seja, no poder. Entretanto, o retorno do governador fluminense, sobretudo acompanhado do novo comandante da 1ª Divisão de Infantaria Divisionária, general Manuel Lisboa, atrapalhou os planos do CRER de assumir o governo do estado do Rio.

Sobre o Comando Revolucionário chefiado por Schueler, Badger da Silveira afirma em sua entrevista que teria tido conhecimento do grupo, formado “um mês e

<sup>1072</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p. 5 e 10*

meio ou dois meses antes [do golpe de 1964]”.<sup>1073</sup> E ressalta que os envolvidos se reuniam na casa de Antônio Schueler, em São Francisco, e “em vários lugares que eu sabia”.<sup>1074</sup> Vale destacar que o governador também tinha uma residência no bairro “nobre” da capital.

Badger da Silveira destaca em seu depoimento, concedido anos mais tarde, que “não acreditava no êxito do movimento revolucionário”. E que por isso não teria dado atenção ao grupo, destacando que: “A verdade é essa: ninguém levava a sério”.<sup>1075</sup> O ex-governador ainda relembra que:

Eu achava que era dar muito cartaz para esses pseudo-revolucionários. Eu não acreditava que o Schuller, que eu conhecia há mais de 30 anos, pudesse ser um chefe revolucionário. Se fosse por exemplo o Dantas Torres, como militar, podia. Mas, seguro das informações que o presidente João Goulart dava, de que eu ficasse tranqüilo porque as Forças Armadas estavam do lado do governo, eu realmente não acreditava, não acreditava.<sup>1076</sup>

Por fim, Badger ressalta que o grupo das direitas dentro da PM, responsável pela prisão do cmte. João Evangelista, também foi procurado pelo CRER, formando o “movimento revolucionário aqui”.<sup>1077</sup> Fato esse que podemos observar nitidamente nas notícias divulgadas pela imprensa, durante os primeiros dias após o golpe, sobre o Comando Revolucionário do Estado do Rio, nas quais nomes ligados a polarização política dentro da PM aparecem na listagem de membros, como: o capitão Homero Barreto e o coronel Wilson Cabral Trannin.

Após a volta de Badger, o grupo de pressão intensificou seus esforços para destituí-lo. A pressão exercida pelo CRER foi um dos componentes de recrudescimento e consolidação da oposição sobre o governo Badger da Silveira, após o golpe civil-militar. O Comando Revolucionário do Estado do Rio afirmava que “a reposição do sr. Badger Silveira no Poder significa a negação do movimento revolucionário”.<sup>1078</sup> Diante disso, defendiam veementemente a saída do governador e a instauração de uma

---

<sup>1073</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 77 Grifo Nosso

<sup>1074</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 77

<sup>1075</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 77

<sup>1076</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 77

<sup>1077</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 77

<sup>1078</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p. 5 e 10*

intervenção política no estado do Rio. Visando, com toda certeza, colocar Schueler ou outro membro do CRER no comando.

Deve-se destacar que a intervenção de Schueler, no dia primeiro de abril, foi totalmente ilegal. Conforme o art. 35, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 1947: “Substitui o Governador, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Governador do Estado”.<sup>1079</sup> O governador Badger da Silveira não sofreu um processo de *impeachment* (pelo menos não nesse primeiro momento) e muito menos renunciou ao cargo. Pelo contrário, ele foi arbitrariamente preso e deposto por militares.

Schueler não tinha nenhum vínculo direto com o executivo ou legislativo ou judiciário fluminense. Sendo assim, a intervenção foi completamente inconstitucional, dando mostras de como seria o novo regime brasileiro após o golpe civil-militar de 1964.

Enfurecido com o regresso de Badger, Schueler teria declarado, mais uma vez, a imprensa, durante sua saída do Palácio do Ingá, que: “não arrisquei minha vida e minha fortuna para um dêsfecho dêsses”.<sup>1080</sup> Confiante de que Badger seria impedido, o bancário também teria dito que voltaria dentro de uma semana para o Palácio<sup>1081</sup>, haja vista as expectativas de que o *impeachment* seria aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio.

Nota-se, dessa maneira, como as forças golpistas não eram um grupo homogêneo, considerando a presença tanto de Schueler (representante do comando local), quanto do general Carvalho Lisboa (representando o comando nacional), divergindo, nesse primeiro momento, com relação à continuidade de Badger no comando do estado do Rio. Sendo Schueler um defensor da saída imediata de Badger, enquanto que o general garantiu a permanência do governador pelo menos nesse primeiro momento da volta de Badger ao governo.

### 3.2. Primeira tentativa de *impeachment* contra o governador fluminense

O dia 02 de abril de 1964 não foi marcado somente pela volta de Badger da Silveira ao Palácio do Ingá e pela “Marcha da Vitória”, no estado da Guanabara.

---

<sup>1079</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO (Estado) - **Constituição e ato das disposições constitucionais transitórias promulgados em 20 de junho de 1947.** Niterói: Imprensa Estadual, 1947.

<sup>1080</sup> *Última Hora, A crise no estado do Rio hora hora: Lágrimas na volta de Badger ao Ingá, 06/04/1964.* p. 10

<sup>1081</sup> *Jornal do Brasil, Badger reassume o Governo depois de 15 horas de prisão, 03/04/64.* p. 12

Segundo a historiadora Aline Alves Presot, a versão carioca da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”<sup>1082</sup> já estava sendo organizada “quando o golpe do dia 01 de abril modificou o seu caráter, transformando-a numa espécie de ‘desfile da vitória’”, para comemorar o êxito da “Revolução de 1964”.<sup>1083</sup>

De acordo com a historiadora Janaína Martins Cordeiro, a Marcha da Vitória foi organizada pela entidade cívica feminina, Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), entre outros grupos.<sup>1084</sup> A manifestação carioca contou com cerca de um milhão de pessoas, mobilizando, assim, a participação de moradores de diferentes locais do estado da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro.

Segundo Cordeiro, “um esquema de transporte da população foi especialmente montado para a ocasião”.<sup>1085</sup> No dia 29 de março de 1964, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem afirmando que as mulheres fluminenses também iriam participar da marcha da Guanabara. Além de afirmar que estava sendo organizado um “movimento idêntico”, em Niterói, por deputados da UDN e que contaria com a participação de mais de cem mil pessoas.<sup>1086</sup>

Janaína Cordeiro ressalta que “as marchas entraram para a história como as mais grandiosas manifestações de apoio à intervenção militar, particularmente a da Guanabara, que foi a primeira que ocorreu após a queda de Jango”.<sup>1087</sup> Legitimando, assim, o movimento civil-militar de 1964.

Em Niterói, o dia 02 de abril de 1964 foi marcado também por uma manifestação, mas dessa vez numericamente menor e em prol de Jango e contra o

---

<sup>1082</sup> A primeira “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada pela União Cívica Feminina (UCF) e pelo Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), foi às ruas da grande São Paulo, no dia 19 de março de 1964, data extremamente simbólica, pois se comemora o dia de São José, padroeiro da família. Sendo a marcha, uma resposta ao emblemático comício de 13 de março de 1964, organizado pelos trabalhadores e pelas forças janguistas em prol das reformas de base. Cf. SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. 132f (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>1083</sup> PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 16

<sup>1084</sup> A organização carioca foi fundada em 1962, na casa da senhora Amélia Molina Bastos, esposa do general-médico Virgílio Alves Bastos, irmã do general Antônio de Mendonça Molina e cunhada do general Justino Alves Bastos, sendo ela a primeira presidente da associação feminina. A Camde contou com o apoio de representantes da igreja católica como o frei Leovigildo que se encontrava na reunião de fundação da mesma.

<sup>1085</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 66

<sup>1086</sup> *Jornal do Brasil*, *Marcha da família na Guanabara contará com a mulher fluminense*, 29/03/1964, p.

23

<sup>1087</sup> Idem.

impedimento do governador Badger da Silveira. O protesto ocorreu nas escadarias do Legislativo Fluminense, atualmente Câmara dos Vereadores de Niterói, localizado na parte central da antiga capital do estado do Rio.

Conforme nota oficial divulgada à imprensa pela presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, “uma das estações de rádio do Estado da Guanabara”<sup>1088</sup> noticiou que o legislativo fluminense estaria reunido para votar o impedimento do governador Badger. Deflagrando, assim, uma manifestação política contrária a deposição do governador.<sup>1089</sup>

O comício aconteceu durante a tarde e contou com a participação de grupos sindicais, especialmente operários da indústria naval. Estava também presente o deputado estadual Afonso Celso Nogueira Monteiro, parlamentar pela legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB), devido à ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro.<sup>1090</sup>

Segundo o *Jornal do Brasil*, o deputado insuflou os manifestantes “a se rebelarem contra as Fôrças Armadas” por terem afastado Jango do cargo de presidente.<sup>1091</sup> Com a chegada de um choque da polícia militar, enviado pelo governador Badger da Silveira para dispersar a multidão<sup>1092</sup>, o deputado pessebista retirou uma arma e efetuou disparos, de acordo com o *Diário Carioca*.<sup>1093</sup> Há diferentes relatos sobre o ocorrido na imprensa.

Vê-se, portanto, que uma das primeiras medidas tomadas por Badger, após retornar da prisão, foi suprimir uma manifestação política a favor de Goulart e do seu próprio governo. Nessa conjuntura altamente polarizada, o governador optou por manter a “paz” na capital fluminense, segundo seu próprio discurso na imprensa e em suas memórias construídas *a posteriori*.<sup>1094</sup>

---

<sup>1088</sup> *Correio da Manhã, Polícia do RJ liquida comício antigovêrno, 03/04/1964. p. 8*

<sup>1089</sup> *Correio da Manhã, Polícia do RJ liquida comício antigovêrno, 03/04/1964. p. 8*

<sup>1090</sup> COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE NITERÓI. *II Relatório Parcial de Pesquisas e Atividades*. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/12/cvn-ii-relatorio-parcial-versao-preliminar-niteroi.pdf>>. Acesso em: 02/07/2018

<sup>1091</sup> *Jornal do Brasil, Deputado Socialista do Est. do Rio faz comício, 03/04/1964. p.12*

<sup>1092</sup> *Diário Carioca, Tiros e agitação frente à Assembléia do RJ, 03/04/1964. p. 9*

<sup>1093</sup> *Diário Carioca, Tiros e agitação frente à Assembléia do RJ, 03/04/1964. p. 9; Jornal do Brasil, Deputado Socialista do Est. do Rio faz comício, 03/04/1964. p.12*

<sup>1094</sup> *Diário Carioca, Badger volta e diz: reina paz no Brasil, 03/04/1964. p. 9; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V. SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min).*

Durante a confusão, o parlamentar do PSB refugiou-se no gabinete do presidente da Assembleia Legislativa, Cordolino Ambrósio (PTB).<sup>1095</sup> Logo depois, Alfonso Celso Nogueira (“advogado trabalhista”<sup>1096</sup>) foi preso.<sup>1097</sup> E não só ele, foram também decretadas às prisões dos deputados: Aristóteles de Miranda Melo (“líder ferroviário”<sup>1098</sup>), Élsio Ramalho (“líder do funcionalismo público”<sup>1099</sup>) e Francisco Alves da Costa (Zizinho, “líder estivador”<sup>1100</sup>).<sup>1101</sup>

Todos tinham sido apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante o pleito de 1962, conforme informação do jornal comunista, *Novos Rumos*.<sup>1102</sup> O próprio periódico também foi outra vítima da ditadura. No dia 19 de abril de 1964, a *Novos Rumos* foi tirada de circulação.<sup>1103</sup>

Na mesma página da notícia da prisão dos deputados fluminenses, o *Jornal do Brasil* destaca, numa pequena nota, que foi decretado o pedido de *impeachment* do prefeito de Nilópolis, Eracides Lima de Carvalho, do PSD. Em seu lugar assumiu o vice-prefeito João Batista da Silva, da UDN. Segundo o periódico, o prefeito foi deposto “sob a alegação de que êle sempre exerceu atividades subversivas no município”.<sup>1104</sup> Eracides não foi o único prefeito brasileiro a ser retirado do cargo após o golpe civil-militar de 1964.

Em contrapartida, Cordolino Ambrósio, em nota oficial, refutou a notícia de que “a Assembleia Legislativa do Estado do Rio estaria reunida para votar o *impeachment* do sr. governador Badger Silveira”, afirmando que a reunião era de rotina para “apreciar a matéria constante da pauta”. E que a notícia divulgada pela estação de rádio, da Guanabara, seria “inteiramente destituída de fundamento.”<sup>1105</sup>

---

<sup>1095</sup> *Jornal do Brasil, Deputado Socialista do Est. do Rio faz comício, 03/04/1964. p.12*

<sup>1096</sup> *Novos Rumos, Estes são os candidatos apoiados pelos comunistas no Estado do Rio: para Deputado Estadual, 30/09/1962, p. 4*

<sup>1097</sup> *Última Hora, Prisões em Niterói, 08/04/1964. p. 8*

<sup>1098</sup> *Novos Rumos, Estes são os candidatos apoiados pelos comunistas no Estado do Rio: para Deputado Estadual, 30/09/1962, p. 4*

<sup>1099</sup> *Novos Rumos, Estes são os candidatos apoiados pelos comunistas no Estado do Rio: para Deputado Estadual, 30/09/1962, p. 4*

<sup>1100</sup> *Novos Rumos, Estes são os candidatos apoiados pelos comunistas no Estado do Rio: para Deputado Estadual, 30/09/1962, p. 4*

<sup>1101</sup> *Jornal do Brasil, Comando Militar ordenou prisão de mais três deputados fluminenses, 05/04/1964, p.12*

<sup>1102</sup> *Novos Rumos, Estes são os candidatos apoiados pelos comunistas no Estado do Rio: para Deputado Estadual, 30/09/1962, p. 4*

<sup>1103</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Novos Rumos*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/novos-rumos>>. Acesso em: 16/12/2018

<sup>1104</sup> *Jornal do Brasil, Comando Militar ordenou prisão de mais três deputados fluminenses, 05/04/1964, p.12*

<sup>1105</sup> *Correio da Manhã, Policia do RJ liquida comício antigovêrno, 03/04/1964. p. 8*

Todavia, de acordo com o *Jornal do Brasil*, três deputados da casa, Sá Rego (UDN), Nicanor Campanário<sup>1106</sup> (PL) e Wilson Fredereci (PDC) tentaram de fato articular o impedimento de Badger da Silveira, na reunião do dia 02 de abril de 1964. Porém, foram frustrados do seu intento, devido aos deputados do PSD e PSP que se uniram ao PTB na defesa do mandato do governador petebista.<sup>1107</sup>

Amaral Peixoto, presidente nacional do PSD, deu “apoio total” à permanência de Badger no cargo de governador.<sup>1108</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, a bancada petebista manteve-se “em vigília” para evitar que o pedido de *impeachment* passasse na casa legislativa fluminense.<sup>1109</sup> Conforme o jornal *À Noite*, um grupo de deputados fluminenses chegaram a subscrever uma moção de solidariedade para o governador.<sup>1110</sup>

Sobre o seu retorno, Badger da Silveira declarou a *Última Hora*: “volto ao Poder Executivo após viver algumas horas dramáticas, sem ressentimentos e desejando que o Estado volte à normalidade para o prosseguimento da vida administrativa”.<sup>1111</sup> Em sua autobiografia, o ex-governador fluminense justifica que teria buscado continuar no governo para tentar “evitar que houvesse excessos contra as pessoas do Estado do Rio e resistir ao máximo”.<sup>1112</sup>

Contudo, o perfil político de Badger da Silveira o impediria de lutar contra a nova ordem política instaurada a partir de 31 de março de 1964. Isto é, foi exatamente por ser um político mais moderado que o governador fluminense conseguiu manter-se no cargo (pelo menos inicialmente). Depois essa mesma característica o preveniria de resistir a “Revolução”.

Ao invés disso, Badger preferiu uma saída mais “conciliatória” para lidar com o dito “movimento revolucionário”. Além disso, a presença do general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa, no comando da 1ª Divisão Infantaria, minaria qualquer “possível” tentativa do governador de “resistir” na chefia do estado.

---

<sup>1106</sup> Vale lembrar que o deputado estadual Nicanor Campanário foi nomeado secretário de Saúde e Assistência pelo “interventor” Antônio Schueler. E com a volta de Badger da Silveira o deputado não teve como assumir a pasta. *Última Hora, Badger: - Volto ao poder sem qualquer ressentimento: Ex-Secretariado, 03/04/1964. p.4*

<sup>1107</sup> *Jornal do Brasil, Badger reassume o Governo depois de 15 horas de prisão, 03/04/64. p. 12*

<sup>1108</sup> *Diário Carioca, Badger solto: Assembléia não votou ‘impeachment’, 03/04/1964. p. 1*

<sup>1109</sup> *Jornal do Brasil, Batista da Costa continua articulando o impedimento do governador fluminense, 05/04/1964. p.16*

<sup>1110</sup> *À Noite, Assembleia Legislativa apresenta moção de solidariedade à Badger, 04/04/1964, p. 2*

<sup>1111</sup> *Última Hora, Badger: - Volto ao poder sem qualquer ressentimento: Ex-Secretariado, 03/04/1964. p.4*

<sup>1112</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho, existem “deslocamentos de sentido”<sup>1113</sup> sobre o golpe civil-militar e a ditadura no Brasil. Durante a conjuntura da Lei da Anistia<sup>1114</sup>, em 1979, começaram a ser construídas diferentes versões sobre a resistência à ditadura. Um dos “deslocamentos de sentido” mais comum sobre o período dissemina a idéia de que a “sociedade” brasileira, como um todo, foi contra o golpe “dos militares” e resistiu bravamente à ditadura “militar”.<sup>1115</sup>

Aarão ressalta que essa versão contribui para o “silêncio” do fato de que o golpe não foi engendrado apenas pelos militares, mas que contou com a participação e o apoio de camadas da sociedade civil e que muitos civis continuaram atuando ao decorrer da ditadura, legitimando a mesma e seus aparatos coercitivos.<sup>1116</sup> Tese essa comprovada pelo historiador René Dreifuss, na década de 1980, que nomeou o movimento de 1964, de golpe civil-militar.<sup>1117</sup>

De acordo com as historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, ao problematizar a dicotomia “colaboracionismo *ou* resistência” percebe-se a existência de *ambivalências* que ajudam a compreender a “duplicidade” de determinados grupos e de sujeitos históricos durante regimes autoritários e ditaduras.<sup>1118</sup>

Rollemberg ao analisar o posicionamento da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ao decorrer da ditadura civil-militar, trabalha com o conceito de “zona cinzenta”, formulado por Pierre Laborie. O historiador francês “chamou de *zona cinzenta*: o enorme espaço entre os dois pólos – *resistência* e *colaboração/apoio* e mais, o lugar da *ambivalência* no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo”.<sup>1119</sup>

---

<sup>1113</sup> “(re) construções históricas”. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>1114</sup> A medida concedeu anistia a todas as pessoas envolvidas com “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, durante a ditadura civil-militar. A principal crítica a essa lei é o fato de que a mesma anistiou “torturadores e torturados”, através dela os “algozes da ditadura” não foram julgados por seus crimes. Enquanto isso muitas famílias, ainda hoje, continuam lutando por respostas sobre o paradeiro de seus familiares ligados “a resistência” que desapareceram durante a ditadura. Essas pessoas são consideradas legalmente como desaparecidos políticos. LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>.

<sup>1115</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit.

<sup>1116</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit.

<sup>1117</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987

<sup>1118</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *Apresentação*. IN: \_\_\_\_\_: A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Vol.2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>1119</sup> ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)*. IN: \_\_\_\_\_. QUADRAT, Samantha (Orgs.). A construção social dos regimes

Conforme Denise Rollemberg, a ABI ora manifestava-se contra a censura nos órgãos de imprensa e prisões arbitrárias de jornalistas ora homenageava os ditadores-generais que autorizavam essas medidas autoritárias.<sup>1120</sup> Demonstrando, assim, um comportamento ambivalente. Nesse sentido, o posicionamento do governador fluminense, ao longo de abril de 1964, pode também ser analisado à luz dos conceitos de “zona cinzenta” e de “ambivalência”.

Badger da Silveira não fez parte do grupo de políticos que participaram ativamente do movimento civil-militar de 1964, pelo contrário. O governador petebista continuou declarando apoio a Goulart e suas medidas reformistas, chegando a discursar a favor de Jango na Rádio Nacional, na manhã do dia 01 de abril. No entanto, após ser liberado da prisão com aval de militares, no dia 02 de abril, Badger passa a ter um comportamento, de certa forma, ambíguo com relação às forças ditas “revolucionárias”.

### 3.3. “Paz sem voz, Paz sem voz, não é Paz é Medo”<sup>1121</sup>

De acordo com o relato oral de Badger da Silveira, o general Carvalho Lisboa em determinado momento teria pedido para que ele fizesse um manifesto a favor da “Revolução” e que também aderisse à mesma. Diante da solicitação, Badger teria dito: “General, aderir à Revolução, eu não tenho condição para isso. Mas eu posso lançar um manifesto ao povo fluminense”. O ex-governador afirma que a declaração teria sido:

[...] no sentido de conclamar o povo ao trabalho, à paz. Enfim, no sentido de que o povo fluminense evitasse qualquer reação contra o movimento revolucionário que já estava vitorioso e implantado no país. Eu estava efetivamente convencido de que nenhuma reação armada podia levar a coisa nenhuma. Não havia organização nenhuma no Estado do Rio que pudesse oferecer qualquer resistência ao movimento revolucionário já vitorioso implantado dentro do país. Então eu fiz esse manifesto.<sup>1122</sup>

Todavia, Badger enfatiza que o comandante da ID-1 não teria ficado feliz com o “compromisso” apresentado por ele, como podemos observar no trecho abaixo do depoimento do ex-governador:

---

autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ABI\\_PDF.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ABI_PDF.pdf)>. Acesso em 10/06/2018. p. 5

<sup>1120</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op. cit.

<sup>1121</sup> Verso da música “Minha Alma” do grupo O Rappa. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/o-rappa/minha-alma-a-paz-que-eu-nao-queiro.html>>. Acesso em: 23/05/2018

<sup>1122</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 100

Mas ele [general Lisboa] disse: “Não, mas não é esse o manifesto que nós queremos. Nós queremos um manifesto em que o senhor diga que está integrado no movimento revolucionário.” Eu falei: “Mas general, eu não posso fazer esse manifesto porque realmente eu pertenci e pertencço a um partido que foi despojado do governo federal pela Revolução. Então, eu estou enquadrado dentro do princípio que a Revolução prega: a garantia da democracia no país, o combate à corrupção e o combate à subversão. Dentro desses princípios eu estou integrado. Mas aderir como participante desse movimento revolucionário eu não vou.” Ele falou: “Bem, mas isso não é o que nós queremos. O manifesto do senhor não é esse o que nós queremos.” Eu não podia fazer mais nada senão aquele manifesto que eu fiz<sup>1123</sup>

No dia 03 de abril de 1964, o governador Badger da Silveira divulgou uma nota oficial, na qual enfatizava que o território fluminense se encontrava em paz, após “tantas inquietações”, com a ajuda do Exército “através de sua 1ª. D. I.”. E clamava pelo “espírito de concórdia de todos os fluminenses, sobretudo para os trabalhadores” para que “a normalidade não mais volte a ser perturbada”.<sup>1124</sup>

Em seu comunicado, Badger também desautorizou “quaisquer manifestações de caráter político”, mesmo aquelas organizadas em seu favor vide a necessidade de “apaziguar os ânimos dentro do equilíbrio que só a democracia permite e legítima”. Por fim, o governador afirmou que “a prudência e o bom senso hão de prevalecer sobre quaisquer tentativas isoladas de subversão da ordem” e finalizou reafirmando “a sua disposição de continuar dedicado à tarefa de recuperação da terra fluminense”.<sup>1125</sup>

Pode-se observar, portanto, que Badger da Silveira, ao retornar ao posto de governador, primou por defender a manutenção da “ordem”, através do discurso de “retorno à normalidade<sup>1126</sup>”, recorrente no próprio movimento golpista. Mas, para garantir isso, como trabalhista precisou, de certa maneira, alienar alguns dos seus principais apoiadores, os trabalhadores e seus sindicatos, que foram alvos de forte repressão policial após o golpe.

A Polícia Militar fluminense ocupou e interditou todos os sindicatos de Niterói<sup>1127</sup>, visando sufocar o movimento operário fluminense. Na manhã do dia 02 de abril de 1964, as organizações sindicais foram sitiadas e obrigadas a fechar por

---

<sup>1123</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 100. Grifos nossos

<sup>1124</sup> *Diário Carioca, Badger volta e diz: reina paz no Brasil, 03/04/1964. p. 9*

<sup>1125</sup> *Diário Carioca, Badger volta e diz: reina paz no Brasil, 03/04/1964. p. 9*

<sup>1126</sup> Normalidade pautada na paz e na tranqüilidade.

<sup>1127</sup> *Última Hora, Badger: - Volto ao poder sem qualquer ressentimento: Greves continuam; sindicatos ocupados, Última Hora, 03/04/1964. p. 4*

determinação do general Manuel Lisboa.<sup>1128</sup> O fechamento dos sindicatos foi uma retaliação por parte do comandante da ID-1 contra os grupos sindicais considerados “subversivos” pelos golpistas.

Em várias outras cidades fluminenses sindicatos e membros de grupos dos onze companheiros foram alvos de repressão. O grupo dos Onze foi uma organização idealizada pelo petebista Leonel Brizola, com a finalidade de incentivar e de impulsionar as reformas de bases no Brasil, marcando uma radicalização política mais à esquerda de parte de uma ala do PTB, durante o governo Goulart.<sup>1129</sup>

Vale destacar as pesquisas que discutem a conjuntura do golpe, a partir de um olhar de história local, nos municípios de Cachoeira de Macacu<sup>1130</sup>, Carmo<sup>1131</sup>, Magé<sup>1132</sup>. Nesses trabalhos fica nítido o fato de que os sindicalistas e os sindicatos de diferentes setores do antigo estado do Rio de Janeiro foram perseguidos já nos primeiros dias do golpe civil-militar de 1964.

Nos casos de Cachoeira de Macacu e de Magé, ambos os prefeitos, respectivamente, Ubirajara Muniz e José Barbosa Porto eram do PTB. Além disso, ambos eram ligados aos movimentos sindicais. Com poucos dias de diferença, os dois foram depostos por suas respectivas Câmaras Municipais, logo nos primeiros dias da ditadura civil-militar. Ubirajara Muniz foi impedido no dia 05/04/1964<sup>1133</sup>, enquanto que José Barbosa Porto foi no dia 06/04/1964.<sup>1134</sup>

Segundo os pesquisadores Paulo Knauss e Eric Maia, foram tantas pessoas presas com a alcunha de “subversivas”, no estado do Rio, que o estádio Caio Martins, localizado no bairro de Icaraí, em Niterói, foi transformado em uma prisão política. O estádio chegou a abrigar presos de diferentes municípios fluminenses, tendo um número

---

<sup>1128</sup> *Jornal do Brasil, Fechados os sindicatos localizados em Niterói, 03/04/1964. p.12*

<sup>1129</sup> CPDOC/DHBB. Verbetes Grupos dos Onze. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze>>. Acesso em: 10/05/2018.

<sup>1130</sup> COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. *Ombro a Ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeira de Macacu*. (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015

<sup>1131</sup> FITIPALDI, Marta Lucia. *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores de Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964*. (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012

<sup>1132</sup> RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: Os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>1133</sup> COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. Op.cit.

<sup>1134</sup> RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. Op. cit.

expressivo de sindicalistas entre eles. Porém, os trabalhadores não foram os únicos encarcerados.<sup>1135</sup>

O prefeito de Teresópolis, Flavio Bortoluzzi de Souza, eleito através da coligação PTB-PDC<sup>1136</sup>, ficou também um tempo preso no Caio Martins. Entretanto, foi solto e conseguiu retomar seu posto, em maio de 1964.<sup>1137</sup>

Poucos dias depois da derrubada de Jango e da prisão e da soltura de Badger, o *Jornal do Brasil* já reportava que “a qualquer momento” o capitão da polícia militar Homero Barreto poderia requisitar transformar o estádio Caio Martins “provisoriamente em presídio”, porque as prisões em Niterói já estavam lotadas.<sup>1138</sup> Logo após o golpe civil-militar, Barreto, membro do Comando Revolucionário do Estado do Rio de Janeiro<sup>1139</sup>, substituiu o delegado Carlos de Sousa Lima no comando do DOPS-RJ.<sup>1140</sup>

De acordo com *O Fluminense*, o capitão Homero Barreto teria declarado que faltavam “uns 160 líderes comunistas a serem presos, somente em Niterói, e que não podia estimar ao certo o número dos presos em todo o território fluminense, porque estão detidos em quartéis do Dops, enfim, em quase todas as guarnições militares”.<sup>1141</sup> Para Knauss e Maia, essa fala demonstra nitidamente que o movimento golpista teve uma “ampla ação persecutória” no território fluminense.<sup>1142</sup> Tendo membros do CRER assumindo cargos importantes na área da Segurança, após o golpe.

A secretaria de Educação chefiada pela educadora Clésia Diniz, que tinha a guarda do estádio, colocou-o a disposição do DOPS.<sup>1143</sup> O estádio usado até então para o entretenimento da população niteroiense foi ressignificado oficialmente como presídio político, no dia 21 de abril de 1964.<sup>1144</sup> O Caio Martins recebeu milhares de presos

---

<sup>1135</sup> Knauss, Paulo; MAIA, Eric. *Memórias da prisão esquecida: A operação limpeza e o cárcere político do Caio Martins*. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/462/461>>. Acesso em: 24/02/2018.

<sup>1136</sup> *Diário Carioca, Diplomados prefeitos e vereadores: Teresópolis, 16/10/1962. p. 7*

<sup>1137</sup> *Jornal do Brasil, Teresópolis recebe da prisão o seu prefeito, 14/05/1964. p. 5*

<sup>1138</sup> *Jornal do Brasil, Polícia do Estado do Rio descobre célula do PC em escritório de deputados, 05/04/1964. p.14*

<sup>1139</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p. 5 e 10*

<sup>1140</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia Legislativa sob custódia de tropas, 04/04/1964. p.9 ; Correio da Manhã, Badger recebe telex de Ranieri Mazzilli: Nomeações, 05/04/1964. p.6*

<sup>1141</sup> *O Fluminense, 10 de abril de 1964. Apud Knauss, Paulo; MAIA, Eric. Op. cit. 107*

<sup>1142</sup> Knauss, Paulo; MAIA, Eric. Op. cit.

<sup>1143</sup> *Jornal do Brasil, Polícia procura em São Gonçalo líderes do CGT, 07/04/1964. p.5*

<sup>1144</sup> *Última Hora, Dezenas de preso políticos já no Caio Martins, 22/04/1964. p. 3*

políticos, tendo em vista isso teve algumas “melhorias” em suas instalações, como a montagem de uma barbearia e de um posto de assistência médica.<sup>1145</sup>

Outros locais também foram utilizados como prisões políticas no estado do Rio, dentre eles, a Ilha do Viana, localizada no bairro do Barreto, Niterói;<sup>1146</sup> e a Ilha das Flores, no bairro das Neves, São Gonçalo.<sup>1147</sup> Segundo o relatório parcial da Comissão Municipal da Verdade de Niterói, o Centro de Armamento da Marinha, localizado na região de Ponta D’Areia, Niterói, foi um espaço de tortura durante a ditadura civil-militar.<sup>1148</sup>

Vale lembrar que o CAM foi o primeiro local para onde o governador Badger da Silveira foi levado no dia 01 de abril após ser preso no Palácio do Ingá. Dentre os militares que o prenderam estava o próprio comandante do CAM, Maurício Dantas Torres, outro membro do Comando Revolucionário do Estado do Rio.<sup>1149</sup>

Por sua vez, o novo “diálogo” entre o governador trabalhista e os golpistas foi minando gradativamente qualquer suporte que Badger poderia ter dos trabalhadores fluminenses que foram os primeiros alvos da chamada “revolução”, no estado do Rio. Contrariando, assim, o dito propósito do governador de evitar excessos contra a população fluminense.<sup>1150</sup> Sendo seu dito intento totalmente frustrado pela intransigência e pelo autoritarismo do movimento civil-militar.

### 3.4. “Nunca fui Comunista”<sup>1151</sup>

Uma das primeiras medidas tomadas por Badger da Silveira, após retornar para o Palácio do Ingá, foi substituir seu secretariado. O primeiro assessor a ser demitido oficialmente foi o secretário de Segurança do estado do Rio, Herval Basílio, do PTB. Não muito tempo depois, também foi decretada a sua prisão pelo governador Badger, de acordo com a *Última Hora*.<sup>1152</sup>

---

<sup>1145</sup> *Diário Carioca, Presos recolhidos no Estádio Caio Martins, 23/04/1964. p. 9; Última Hora, Zero Hora: Transferência, 23/04/1964. p.2*

<sup>1146</sup> *Correio da Manhã, Ilha do Viana é presidio, 14/04/1964. p. 1; Última Hora, Ilha do Viana vai ser prisão, 14/04/1964. p. 2 ; Jornal do Brasil, Ilha do Viana pode ser prisão, 14/04/1964. p.1*

<sup>1147</sup> *Jornal do Brasil, Prisão na Ilha, 08/04/1964. p.5; Ilha das Flores é prisão importante, Correio da Manhã, 07/04/1964. p. 10*

<sup>1148</sup> COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE NITERÓI. Op.cit.

<sup>1149</sup> *Tribuna da Imprensa, Estado do Rio na mira: Comando pede que Badger seja afastado, 15/04/1964. p. 6*

<sup>1150</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1151</sup> *Diário Carioca, Badger à imprensa: nunca fui comunista, 07/04/1964. p.9*

<sup>1152</sup> *Última Hora, Prisões em Niterói, 08/04/1964. p.8*

Em seu depoimento, Badger da Silveira enfatiza não saber as razões que levaram a prisão de Herval. No entanto, destaca que dentre os seus assessores “foi o que ficou mais tempo preso”.<sup>1153</sup>

De acordo com publicações na imprensa, o episódio que desencadeou a exoneração foi o comício a favor de Jango e de Badger, no dia 02 de abril. Segundo a *Última Hora*, Herval Basílio se recusou a entrar na Assembleia para prender o deputado Afonso Celso Monteiro (PSB).<sup>1154</sup>

Após o ocorrido, um grupo de delegados da polícia fluminense teria deixado de reconhecer o comando de Basílio. Conforme o *Jornal do Brasil*, o chefe de gabinete da secretaria de Segurança, o delegado Rogério Mont Carp teria chefiado o “movimento contrário a permanência do Sr. Herval Basílio”.<sup>1155</sup>

O tenente-coronel Newton de Faria foi quem imediatamente substituiu Basílio, mas o militar ficou menos de 24 horas no cargo. Faria teve que ser substituído “em virtude da retomada de suas atividades na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército”, segundo comunicado oficial emitido pelo comandante da ID-1, general Manuel Lisboa. O tenente-coronel, Hugo de Sá Campelo Filho, assumiu a secretaria de Segurança.<sup>1156</sup>

Em sua autobiografia, o ex-governador Badger da Silveira destaca que foi o general Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa quem recomendou o nome de Hugo Campelo, pois visava colocar no cargo “uma pessoa de confiança”. Contudo, o governador fluminense teria sido contra a indicação, uma vez que, Campelo “era um coronel arbitrário e estava em choque comigo [com Badger]”.<sup>1157</sup>

Silveira não comenta os motivos do conflito entre o coronel e ele. No entanto, segundo *O Jornal*, o coronel Hugo Sá Campelo, novo secretário de Segurança do estado do Rio, também fazia parte do CRER<sup>1158</sup>, grupo de pressão responsável pela prisão de Badger no dia 01 de abril de 1964.

Por sua vez, a objeção de Badger da Silveira não foi atendida. A recusa de governador em aceitar o cel. Campelo tornaria, momentaneamente, conflituosa a relação

---

<sup>1153</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 93

<sup>1154</sup> *Última Hora, Prisões em Niterói, 08/04/1964. p.8; Jornal do Brasil, Deputado socialista do Est. do Rio faz comício: Herval cai, 03/04/1964. p.12*

<sup>1155</sup> *Jornal do Brasil, Deputado socialista do Est. do Rio faz comício: Rebelados, 03/04/1964. p.12*

<sup>1156</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia Legislativa sob custódia de tropas, 04/04/1964. p.9*

<sup>1157</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V. grigo Nosso

<sup>1158</sup> *O Jornal, Fortalece-se impressão de que a queda de Badger é questão de horas: hostilizado em Brasília, 16/04/1964. p. 6*

de Badger com o comandante da ID-1 general Manuel Lisboa (que até aquele momento seria “cordial”<sup>1159</sup>). Entretanto, mais uma vez o petebista optara pela “conciliação”, relevando a clara insubordinação que dava indícios nítidos de que não tinha mais voz ativa no seu próprio governo.

Conforme o *Diário de Notícias*, que apoiou o movimento civil-militar<sup>1160</sup>, o cel. Hugo Campelo declarou em seu discurso de posse que assumia a secretária de Segurança com o objetivo de “cumprir rigorosamente as determinações e as ordens de seu chefe, o general Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa”. Para o jornal essa declaração representava de forma muito expressiva e sintomática a nova situação do estado do Rio, na qual o território não era mais controlado pelo governador, mas pela “revolução”.<sup>1161</sup>

Além de Basílio, também foram imediatamente demitidos e presos membros do *staff* do governador: Raul Cid Loureiro, Newton Ferreira de Souza e Lutergades Cardoso, sub-chefes do governo Badger.<sup>1162</sup> E também foi preso o procurador geral do estado do Rio, Antônio Carlos Sigmaringa Seixas.<sup>1163</sup>

Paralelamente, crescia a oposição contra a permanência de Badger da Silveira na chefia do estado do Rio. Vários grupos manifestaram sua indignação com a decisão das “forças revolucionárias” por mantê-lo no poder. Na Assembleia Fluminense, o deputado udenista Simão Mansur foi contra o que ele tituló de “política de conciliação de grupos que estão querendo capitalizar os efeitos da revolução para voltar a saquear o tesouro da Nação”.<sup>1164</sup>

No tradicional Clube Naval<sup>1165</sup>, pouco tempo depois de o governador fluminense ser liberado da prisão, o almirante Carlos Penna Botto, fundador e principal porta-voz da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA)<sup>1166</sup>, proferiu um discurso no qual declarou que a soltura de Badger era um sinal de “enfraquecimento e debilidade na área de

---

<sup>1159</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1160</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário de Notícias*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 20/05/2018

<sup>1161</sup> *Diário de Notícias*, “Impeachment” de Badger ou Intervenção no Estado: *Ingá perdeu controle*, 04/04/1964. p. 7

<sup>1162</sup> *Jornal do Brasil*, *Assembléia Legislativa sob custódia de tropas*, 04/04/1964. p. 9

<sup>1163</sup> *Última Hora*, *Três prefeitos e dezenas de vereadores presos no E. do Rio*, 06/04/1964, p. 3; *Tribuna da Imprensa*, *Comunistas fariam revolução em maio: Prisões*, 06/04/1964, p. 3

<sup>1164</sup> *Jornal do Brasil*, *Assembléia Legislativa sob custódia de tropas*, 04/04/1964. p. 9

<sup>1165</sup> Fundado em 12 de abril de 1884 e sediado no estado da Guanabara. Disponível em: <<https://www.clubenaival.org.br/novo/Sobre-o-Clube-Naval>>. Acesso em: 19/05/2018

<sup>1166</sup> CPDOC/DHBB. *Verbete Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzada-brasileira-anticomunista-cba>>. Acesso em: 09/07/2018

repressão aos comunistas” e de euforia para a “caterva vermelha que domina o Estado”.<sup>1167</sup> O almirante lembrou a participação do também almirante, Heleno Nunes<sup>1168</sup>, na libertação do governador fluminense. E concluiu que o “colega e consórcio” talvez tenha ajudado Badger por uma questão de “boa fé”. Todavia, Botto destaca que guardava na memória “os últimos discursos do sr. Badger, apoiando e exaltando a recente indisciplina dos nossos marinheiros.”<sup>1169</sup>

Em entrevista para o periódico *Diário de Notícias*, Penna Botto afirmou que o “normal e legal impedimento do governador” era uma “condição indispensável à normalização da ordem no Estado do Rio”.<sup>1170</sup> O Clube Naval decidiu permanecer permanentemente em assembleia “até que os problemas graves do País sejam solucionados em definitivo”.<sup>1171</sup>

Por outro lado, os pedidos de *impeachment* não estavam sendo aceitos no Legislativo Fluminense, o qual também se encontrava em sessão permanente. Conforme o *Jornal do Brasil*, a oposição não conseguia “sensibilizar a maioria parlamentar a aderir à medida”.<sup>1172</sup> O periódico também destaca que essa oposição era ligada ao vice-governador fluminense, o jornalista João Baptista da Costa (UDN).<sup>1173</sup>

Em comunicado oficial divulgado à imprensa, João Baptista declarou que somente assumiria o Palácio do Ingá “caso fôsse convocado para o cargo, em função de mandato constitucional”.<sup>1174</sup> O vice-governador também lembrou os acontecimentos do dia 01 de abril e afirmou que tinha se preparado “para exercer a governança do Estado do Rio e a exerceria decidida e conscientemente”.<sup>1175</sup>

O retorno de Badger frustrou qualquer tentativa do udenista em assumir o governo fluminense imediatamente após o golpe. No entanto, os jornais continuaram noticiando que Baptista da Costa permanecia articulando o afastamento de Badger da

---

<sup>1167</sup> *Tribuna da Imprensa, Primeira Vitória, 04-05/04/1964. s/p.; Correio da Manhã, Clube naval lança nova proclamação, 04/04/1964. p. 5*

<sup>1168</sup> Secretário de Energia do estado do Rio que acompanhou Badger no momento de sua prisão até o CAM e depois sua transferência a Escola Naval.

<sup>1169</sup> *Tribuna da Imprensa, Primeira Vitória, 04-05/04/1964. s/p.*

<sup>1170</sup> *Diário de Notícias, Pena Boto acusa, 04/04/1964. p. 7*

<sup>1171</sup> *Tribuna da Imprensa, Primeira Vitória, 04-05/04/1964. s/p.*

<sup>1172</sup> *Jornal do Brasil, Batista da Costa continua articulando o impedimento do Governador fluminense, 05/04/1964. p. 16*

<sup>1173</sup> *Jornal do Brasil, Batista da Costa continua articulando o impedimento do Governador fluminense, 05/04/1964. p. 16*

<sup>1174</sup> *Jornal do Brasil, Badger reassume govêrno depois de 15 horas de prisão, 03/04/1964. p. 12*

<sup>1175</sup> *Jornal do Brasil, Badger reassume govêrno depois de 15 horas de prisão, 03/04/1964. p. 12*

Silveira nos bastidores do poder fluminense, assim como, Antônio Schueler, líder do CRER.<sup>1176</sup>

Por sua vez, as bancadas do PTB, do PSD e do PSP prosseguiram apoiando a permanência de Badger da Silveira no comando do estado do Rio.<sup>1177</sup> Essa aliança foi de suma importância para barrar as primeiras investidas de deputados pró-*impeachment*. O líder pessedista Togo de Barros chegou a declarar que o governador fluminense “nunca foi comunista”, ao contrário do que “a UDN pretende caracterizá-lo”.<sup>1178</sup>

De acordo com o *Diário de Notícias*, o PSD deu suporte ao governo Badger, porque os petebistas garantiram que iriam apoiar a candidatura do ex-presidente Juscelino Kubitschek (PSD), na eleição presidencial de 1965.<sup>1179</sup> Já segundo publicação do *O Jornal*, o acordo PTB-PSD seria para garantir a indicação do nome de Amaral Peixoto para a disputa da presidência da República.<sup>1180</sup>

Demonstrando, assim, que havia toda uma expectativa por parte dos políticos brasileiros, envolvidos ou não com o golpe, sobre a manutenção do calendário eleitoral e das prerrogativas “democráticas”, após o sucesso do “movimento revolucionário” que derrubou o presidente João Goulart, em março de 1964. Vale lembrar que desde o início do mandato de Badger, PTB e PSD tinham acertado os ponteiros.

No dia 06 de abril de 1964, Badger da Silveira concedeu uma entrevista coletiva. Durante a qual, o governador buscou reforçar o fato de nunca ter sido comunista e de que era “católico e antiesquerdista”. E por isso teria sido atacado constantemente por parlamentares de esquerda.<sup>1181</sup>

Segundo o *Correio da Manhã*, Badger buscando comprovar sua “conduta anticomunista” citou o fato de ter colocado o padre Carvalho no comando do Plano Piloto de Ação Agrária, afirmando que o religioso era “capaz de levar ao homem do campo o bem-estar e a tranqüilidade dentro da doutrina cristã”.<sup>1182</sup> Vale lembrar que antes do golpe, o padre Carvalho tinha sido acusado de ter envolvimento com o IBAD e de tentar enfraquecer a FALERJ.

---

<sup>1176</sup> *Jornal do Brasil*, Batista da Costa continua articulando o impedimento do Governador fluminense, 05/04/1964. p. 16; *Última Hora*, Badger tranqüilo mas Schuller e JB ainda tramam a sua queda, 08/04/1964. p. 5

<sup>1177</sup> *O Jornal*, Resistência, *O Jornal*, 05/04/1964. p. 7

<sup>1178</sup> *Jornal do Brasil*, Batista da Costa continua articulando o impedimento do Governador fluminense, 05/04/1964.

<sup>1179</sup> *Diário de Notícias*, “Impeachment” de Badger ou Intervenção no Estado: Amaral e Juscelino apóiam, 04/04/1964. p. 7

<sup>1180</sup> *O Jornal*, Resistência, 05/04/1964. p. 7

<sup>1181</sup> *Correio da Manhã*, Badger não crê em seu impeachment, 07/04/1964. p. 8

<sup>1182</sup> *Correio da Manhã*, Badger não crê em seu impeachment, 07/04/1964. p. 8

Ao mesmo tempo, Badger procurou se distanciar das medidas aprovadas por Goulart antes de ser deposto, como o decreto da Superintendência da Política Agrária (SUPRA)<sup>1183</sup>, o qual estipulou “a expropriação de terras ao longo das rodovias e ferrovias federais”.<sup>1184</sup> Nessa conjuntura pós-golpe, Silveira declarou que foi hostilizado pelo superintendente da SUPRA, João Pinheiro Neto, durante o governo Goulart.<sup>1185</sup> O superintendente tinha sido preso, em Petrópolis, dois dias antes da coletiva.<sup>1186</sup>

Antes do golpe, Badger teve um conflito com o ex-superintendente João Caruso, o qual o governador fluminense chegou a acusar de instigar as invasões de terras no estado. Já com Pinheiro Neto não se tem notícias de um conflito aberto. Pelo contrário, como demonstra o registro fotográfico abaixo da assinatura do convênio entre a SUPRA e o estado do Rio de Janeiro.



Figura 24- Badger, Jango e Pinheiro Neto (centro), no Palácio Laranjeiras<sup>1187</sup>

No encontro com a imprensa, Badger da Silveira também garantiu que a “ordem” continuava sendo mantida no estado do Rio. E que seu governo contava “com o apoio incondicional das Forças Armadas”, as quais eram representadas nas figuras do

<sup>1183</sup> *Diário Carioca*, *Badger à imprensa: nunca fui comunista*, 07/04/1964. p. 9

<sup>1184</sup> CPDOC/DHBB. *Verbete Superintendência da Política Agrária (SUPRA)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra>>. Acesso em: 20/05/2018

<sup>1185</sup> *Correio da Manhã*, *Badger não crê em seu impeachment*, 07/04/1964. p. 8

<sup>1186</sup> *Correio da Manhã*, *Como foi a prisão de Pinheiro Neto*, 07/04/1964. p. 8

<sup>1187</sup> ARQUIVO NACIONAL, SIAN, BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_PRP\_07933\_d0005de0009. s/data

general Manuel Lisboa, comandante da ID-1 e do secretário de Segurança Pública, coronel Hugo Campelo.<sup>1188</sup>

O governador também apresentou outra narrativa sobre os acontecimentos do dia 01 de abril no Palácio do Ingá. Badger da Silveira afirmou que não foi preso, mas sim aconselhado a se retirar da sede do governo fluminense “por medida de segurança”. Silveira também elogiou o tratamento dispensado a ele na Escola Naval.<sup>1189</sup>

Vê-se, portanto, que as declarações e as ações do governador, após o golpe, começam a demonstrar certa ambiguidade com relação às “forças revolucionárias”. Porém, a “zona cinzenta” do trabalhista aparenta dizer mais a respeito de uma luta para se preservar no poder.

No entanto, em seu depoimento dado anos depois, Badger da Silveira retoma o discurso de ter sido preso no dia 01 de abril. Mas também, destaca que a postura dos militares teria mudado bastante após o encontro com o ministro da Marinha e de ser transferido para a Escola Naval:

Quando cheguei na Escola Naval, fui recebido com muita cordialidade, muita fidalguia pelo comandante da escola, que era o almirante Xavier, o nome dele todo não me lembro. Meu cunhado já estava lá e eu disse que ele ia levar minha esposa e que eu ia ficar. E ele falou: “Não, governador. O senhor é nosso hóspede. Inclusive sua esposa. Tem um apartamento onde o senhor vai dormir, vai pernoitar.”<sup>1190</sup>

Na coletiva de imprensa realizada após o golpe, o governador fluminense também exaltou o apoio recebido por parte da Igreja. Fez referência às manifestações de solidariedade do bispo de Friburgo D. Isnard; da Cúria de Niterói; de vicentinos niteroienses; e de várias outras entidades religiosas.<sup>1191</sup>

De acordo com o *Diário de Notícias*, Dom Isnard enviou uma carta a Badger da Silveira, na qual congratulou o político petebista por continuar no cargo e afirmou que “o afastamento de V. Ex<sup>a</sup>. do governo do Estado, além de violação flagrante dos ditames legais e das liberdades públicas, seria ainda clamorosa injustiça”, visto que o governador nunca compactuaria com comunistas.<sup>1192</sup> Por outro lado, Badger era atacado

---

<sup>1188</sup> *Diário Carioca, Badger à imprensa: nunca fui comunista, 07/04/1964. p. 9*

<sup>1189</sup> *Diário Carioca, Badger à imprensa: nunca fui comunista, 07/04/1964. p. 9*

<sup>1190</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 91

<sup>1191</sup> *Correio da Manhã, Badger não crê em seu impeachment, 07/04/1964. p. 8*

<sup>1192</sup> *Diário de Notícias, Bispo de Nova Friburgo defende Badger Silveira, 10/04/1964. p. 6; Jornal do Brasil, Bispo apóia Badger, 11/04/1964. p.5*

constantemente pelo pároco de São Gonçalo, Menceslau Valiukevicius, membro do Comando Revolucionário do Estado do Rio.<sup>1193</sup>

O bispo de Nova Friburgo também destacou a forma que Badger tratou de defender as “indispensáveis reformas de base” com “nada de violento, de provocador da luta de classes, de incitador de processo revolucionário”.<sup>1194</sup> Percebe-se, assim, que o D. Isnard ressaltou o comportamento político moderado do governador fluminense que se manifestava “ponderadamente” com relação às questões políticas e sociais levantadas no governo Goulart.

Por fim, Badger da Silveira afirmou na coletiva de imprensa que seu afastamento do cargo de governador só poderia ser concretizado de duas formas: “renúncia ou *impeachment*”.<sup>1195</sup> Porém, renunciar não fazia parte do seu vocabulário e o impedimento seria difícil já que o petebista previa ter a “solidariedade” de mais de 40 deputados estaduais.<sup>1196</sup> Além disso, Silveira deu destaque ao fato de que a Assembleia não pretendia votar seu *impeachment* e reafirmou que iria substituir seu secretariado diante dos últimos acontecimentos no estado do Rio e no Brasil.<sup>1197</sup>

Do lado oposicionista, o deputado Nicanor Campanário (PL) declarou ao *Diário de Notícias* que “caso a Assembléia Legislativa persista no propósito de manter o sr. Badger Silveira no poder [...] o Exército fará a intervenção no Estado do Rio. Daí a Assembléia ter que optar pelo ‘impeachment’, e com urgência”.<sup>1198</sup>

Dito isso, as tentativas de aprovar o impedimento de Badger da Silveira não cessaram no Legislativo Fluminense. De acordo com *O Jornal*, a Assembleia encontrava-se “fortemente guardada” por militares do Exército e “totalmente interdita ao público”, inclusive aos jornalistas credenciados.<sup>1199</sup>

Os primeiros pedidos de *impeachment* não tiveram receptividade. Segundo o *Diário Carioca*, o projeto apresentado no dia 09 de abril de 1964, só teve cinco assinaturas a favor. Apenas o autor do projeto, o deputado Wilson Frederici (PDC), e mais quatro parlamentares assinaram. Dentre eles, os deputados, Sá Rego (UDN) e

---

<sup>1193</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p.5 e 10*

<sup>1194</sup> *Diário de Notícias, Bispo de Nova Friburgo defende Badger Silveira, 10/04/1964. p. 6; Jornal do Brasil, Bispo apóia Badger, 11/04/1964. p.5*

<sup>1195</sup> *Correio da Manhã, Badger não crê em seu impeachment, 07/04/1964. p. 8; Última Hora, Badger não renuncia nem acredita em “impeachment”, 07/04/1964. p. 2*

<sup>1196</sup> *Diário Carioca, Badger à imprensa: nunca fui comunista, 07/04/1964. p. 9; O Jornal, Badger forma o novo secretariado na luta para permanecer no Ingá: reforço do “dispositivo político”, 18/04/1964. p. 6*

<sup>1197</sup> *Correio da Manhã, Badger não crê em seu impeachment, 07/04/1964. p. 8*

<sup>1198</sup> *Diário de Notícias, “Impeachment” de Badger ou Intervenção no Estado, 04/04/1964. p.7*

<sup>1199</sup> *O Jornal, Deputados articulam impedimento de Badger: Continua o policiamento, 07/04/1964. p. 8*

Nicanor Campanário, que já tinham tentando protocolar outro pedido junto com Frederici, na tarde do dia 02 de abril. Também assinaram, os deputados, “Paulo Hervê” (UDN) e Peixoto Filho (PR).<sup>1200</sup>

Em contrapartida, o governador fluminense liberou um comunicado oficial à imprensa, com o objetivo de “evitar qualquer explorações a respeito de sua posição política, passada e futura”. A nota intitulada “Badger desfaz explorações” foi publicada na íntegra pelos jornais *Correio da Manhã*<sup>1201</sup>, *Diário de Notícias*<sup>1202</sup> e *Jornal do Brasil*<sup>1203</sup>, no dia 09 de abril de 1964.

No comunicado, Badger da Silveira intensificou o discurso sobre seu posicionamento político democrata e anticomunista, assim como do próprio PTB. O petebista declarou que defendeu as reformas de base, mas “jamais como veículo de comunização”.<sup>1204</sup> As reformas deveriam ser aprovadas para “evitar justamente processos antidemocráticos, que permitissem condições sociais para conflagrações revolucionárias extremistas”.<sup>1205</sup>

O governador também reafirmou seu compromisso político de continuar lutando “em linha de absoluta coerência política com seu passado e sua vida de homem público”. Além de presidir o PTB fluminense, conforme “a pregação do Presidente Vargas”, continuando a ser o canal político dos “trabalhadores do Brasil”.<sup>1206</sup>

Vê-se, portanto, que após o golpe civil-militar o governador fluminense buscou reforçar seu legado político anticomunista, resgatando a imagem de Vargas (até então um pouco esquecida), durante o governo democrático, para legitimar-se como defensor da democracia e opositor das ideias comunistas. No entanto, percebe-se que a campanha do governador Badger da Silveira na imprensa e as medidas de conciliação com o “movimento revolucionário” tomadas em seu governo, não diminuíram as suspeitas sobre ele, aumentando as investidas oposicionistas.

No mesmo dia 09 de abril de 1964, *O Jornal* noticiou que o governador fluminense tinha ligações com autoridades soviéticas e trocava constantemente correspondências com órgãos da URSS. Conforme o periódico, Badger enviou algumas

---

<sup>1200</sup> *Diário carioca, Deputado apresentou ‘impeachment’ de Badger: não teve receptividade, 10/04/1964. p. 9*

<sup>1201</sup> *Correio da Manhã, Badger desfaz explorações, 09/04/1964. p. 9*

<sup>1202</sup> *Diário de Notícias, Badger desfaz explorações, 09/04/1964. p.5*

<sup>1203</sup> *Jornal do Brasil, Badger desfaz explorações, 09/04/1964. p.13*

<sup>1204</sup> *Diário de Notícias, Badger desfaz explorações, 09/04/1964. p.5*

<sup>1205</sup> *Correio da Manhã, Badger desfaz explorações, 09/04/1964. p. 9*

<sup>1206</sup> *Jornal do Brasil, Badger desfaz explorações, 09/04/1964. p.13*

pessoas para participar de congressos e de eventos “em Moscou, Praga e Pequim”.<sup>1207</sup> E esses delegados retornavam ao Brasil “preparados para montar centros revolucionários e de treinamento de guerrilhas, agora “estourados” nas batidas da Fôrça Pública do Estado do Rio.”<sup>1208</sup>

Em vista disso, segundo *O Jornal*, emissários oficiais das três Forças Armadas aconselharam o governador fluminense a renunciar, “face às provas colhidas do seu comportamento com a conspiração comunista do Sr. João Goulart”. Do contrário seria preso sob as acusações de “favorecimento à infiltração comunista no Estado do Rio”, “malversação de fundos públicos” e “crimes contra a segurança pública”.<sup>1209</sup> Observa-se, dessa forma, que *O Jornal* foi um veículo de comunicação importante para a disseminação de notícias contrárias ao governo trabalhista, alimentando a hostilidade crescente contra Badger.

Ao descrever os acontecimentos do conturbado mês de abril de 1964, o ex-governador Badger da Silveira lembra que “certo dia” ele teria sido advertido pelo coronel, Raul Muñoz, de que “estava ameaçado de ir para o presídio da Ilha de Fernando de Noronha” e de que sua família “poderia ser dizimada.” Ao justificar os motivos da ameaça contra Badger, o coronel teria mencionado a participação do governador no polêmico comício das reformas, realizado no dia 13 de março de 1964, como o principal agravante de sua situação política.<sup>1210</sup>

E só renunciando ao cargo que Badger da Silveira poderia ter chances de ser tratado com “benignidade” pela “revolução”. Porém, o governador fluminense teria feito a seguinte declaração: “Coronel, [...] o senhor conhece um jogo chamado poquer? Pois eu “paguei”. Esta mão jamais assinará a renúncia. A renúncia é uma fraqueza e a confissão do que não fiz. Eu não renuncio em hipótese alguma”.<sup>1211</sup>

Tendo em vista isso, os deputados e a imprensa da oposição continuavam tentando emplacar o impedimento de Badger. Conforme *O Jornal*, o novo pedido acusava o governador fluminense de ter sido conivente “com processos de dissolução democrática”, de ter participado de “comícios subversivos”, de ter atentado contra “o

---

<sup>1207</sup> *O Jornal, Badger na iminência de deixar o governo fluminense: ligado a URSS, 09/04/1964. p.3*

<sup>1208</sup> *O Jornal, Badger na iminência de deixar o governo fluminense: ligado a URSS, 09/04/1964. p.3*

<sup>1209</sup> *O Jornal, Badger na iminência de deixar o governo fluminense: comprometido, 09/04/1964. p.3*

<sup>1210</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1211</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 97

direito de propriedade” e de manter “elementos subversivos” na chefia de cargos ligados “a ordem pública”.<sup>1212</sup>

O *Jornal* também destaca que o deputado estadual Nicanor Campanário entregou ao secretário de Segurança, cel. Hugo Sá Campelo, documentos que corroboravam denúncias de subversão contra Badger da Silveira. Desde o discurso feito no comício do dia 13 de março, apoiando as reformas, ao pronunciamento na manhã do dia 01 de abril, a favor da permanência do presidente João Goulart na cadeia da legalidade.<sup>1213</sup> A nova proposta, mais uma vez como as anteriores, não foi acolhida na Assembleia Legislativa do Estado do Rio.

Vide a essa recorrente situação, a *Tribuna da Imprensa* chega a noticiar que Badger estava utilizando “recursos da corrupção” para angariar apoio na Assembleia e, assim, evitar o protocolamento do pedido de impedimento.<sup>1214</sup> Notícia essa publicada na coluna “Fatos e Rumores: em primeira mão” escrita pelo próprio proprietário, o jornalista Hélio Fernandes.

De acordo com as memórias do ex-governador Badger da Silveira, o deputado udenista Simão Mansur teria o procurado em nome da *Tribuna* para negociar um acordo de “silêncio” por parte do jornal, “em troca dez milhões de cruzeiros”. O petebista alega não ter aceitado a chantagem e por isso foi “agredido pelo *Tribuna* até minha deposição”.<sup>1215</sup>

Enquanto isso, o líder petebista fluminense, Michel Saad, reforçava a tese de que “a revolução foi anticomunista e não antitrabalhista”<sup>1216</sup>, buscando defender o legado do PTB. Após a deposição de Goulart, Badger da Silveira torna-se uma referência nacional do partido<sup>1217</sup>. Haja vista sua posição como vice-presidente do PTB e o exílio de Goulart.

Uma saída forçada do governador Badger poderia afetar o desempenho e o crescimento do PTB nas futuras eleições, especialmente, no estado do Rio. A família Teixeira da Silveira e o sindicalismo fluminense foram responsáveis pela consolidação e pela difusão do trabalhismo no estado. Uma possível deposição de Badger da Silveira poderia minar o capital político do PTB na região.

---

<sup>1212</sup> *O Jornal, Oposicionistas iniciam nova ofensiva visando decretação do impedimento de Badger, 11/04/1964. p. 7*

<sup>1213</sup> *O Jornal, Oposicionistas iniciam nova ofensiva visando decretação do impedimento de Badger, 11/04/1964. p. 7*

<sup>1214</sup> *Tribuna da Imprensa, Fatos e Rumores: em primeira mão (por Hélio Fernandes), 14/04/1964. p. 3*

<sup>1215</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Esboço autobiográfico: Capítulo V.*

<sup>1216</sup> *Diário Carioca, Revolução foi 'anticomunista' e não antitrabalhista: Saad, 15/04/1964. p. 9*

<sup>1217</sup> *Diário Carioca, Bastidores e Notícias: Posição correta, 23/04/1964. p. 9*

Porém, a oposição não parava com os ataques contra o governador fluminense. Segundo publicação do *O Jornal*, Badger não tinha “condições de ser executor do Ato Institucional no âmbito fluminense.”<sup>1218</sup> De acordo com o historiador Daniel Aarão, logo após o golpe de 1964 formou-se uma Junta militar, na qual encontravam-se representantes das três Forças Armadas, que “autodenominaram-se Comando Supremo da Revolução”.

O Comando foi responsável por decretar o primeiro Ato Institucional da “Revolução”, no dia 09 de abril de 1964.<sup>1219</sup> Ato que ficou conhecido, posteriormente, como AI-1 devido à decretação de vários outros ao longo da ditadura. Na introdução do AI-1 dirigida “à Nação”, pode-se observar a importância do decreto para os golpistas:

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País.<sup>1220</sup>

Conforme Aarão, o Ato deixava “explícito que era a revolução que legitimava os demais poderes existentes, assim como a própria Constituição vigente, e não o contrário”.<sup>1221</sup> Um dos artigos mais emblemáticos do AI-1 era o art. 10 que previa:

No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.<sup>1222</sup>

Nesse contexto, Badger da Silveira, (não tão) antigo aliado político do presidente deposto pelos golpistas, não poderia, aos olhos da oposição, ter a prerrogativa de

---

<sup>1218</sup> *O Jornal*, *Piora a situação de Badger: não tem condições para ser executor do Ato Institucional no Estado*, 14/04/1964. p. 8

<sup>1219</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 51

<sup>1220</sup> ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 01/06/18

<sup>1221</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit.

<sup>1222</sup> ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Op. cit.

executar o Ato Institucional no estado do Rio de Janeiro. Visto que o decreto era um símbolo da vitória do “movimento revolucionário”, enquanto que o governador fluminense simbolizava tudo aquilo que repudiavam no governo deposto.

Unidos por um discurso anticomunista, os golpistas do estado do Rio defendiam que a “revolução” só estaria completa no território fluminense após o expurgo de todos os “subversivos”. Especialmente, do governador Badger, porque teria “as ligações mais íntimas com os comunistas”.<sup>1223</sup> Os grupos oposicionistas consolidaram ainda mais seus esforços contra o político trabalhista após a posse do primeiro ditador-general, no dia 15 de abril de 1964.

### **3.5. Badger da Silveira e o governo Castelo Branco**

O historiador Daniel Aarão ressalta que a Junta, através do AI-1, também foi responsável por ampliar e por concentrar “poderes nas mãos do presidente da República, a ser eleito em 48 horas, pelo Congresso Nacional”, após a sanção do “decreto-ditatorial”.<sup>1224</sup> O novo presidente governaria até 31 de janeiro de 1966, sendo esse “uma espécie de compromisso com a restauração da democracia”, uma vez que continuou mantido, até esse primeiro momento da ditadura, o calendário eleitoral.<sup>1225</sup>

Nessa conjuntura, era necessário encontrar um nome que sintetizasse as diferentes forças golpistas para assumir a presidência da República. O nome encontrado foi o do general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército no governo Goulart, que mantinha relações estreitas com grupos anti-janguistas.<sup>1226</sup>

No dia 11 de abril de 1964, Castelo Branco foi eleito presidente da República, pelo Congresso Nacional e o político pessedista, José Maria Alkmin, foi eleito vice-presidente do país. Aarão Reis destaca que o processo para a eleição do novo presidente foi marcado desde o início “por um certo hibridismo”<sup>1227</sup>, visto que existia:

De um lado, em função da proposta de destruir pela raiz o varguismo e o comunismo, o Ato Institucional, o estado de exceção, a revolução, a ditadura. De outro, em virtude da necessidade de considerar o conjunto de forças que haviam se reunido para aquele desfecho, o respeito pela democracia, por seus valores, formas e ritos e as autolimitações, os prazos de validades.<sup>1228</sup>

---

<sup>1223</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p. 5 e 10*

<sup>1224</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit. p. 52

<sup>1225</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit.

<sup>1226</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit.

<sup>1227</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit. p. 54

<sup>1228</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit.

De acordo com Aarão, o general Castelo Branco surgiu como melhor síntese da “heterogeneidade” do movimento golpista.<sup>1229</sup> Em sua autobiografia, Badger da Silveira deu a mesma justificativa, sobre “evitar que houvesse excessos”, para sua participação na posse do ditador-general Humberto Alencar Castelo Branco, em 15 de abril de 1964.<sup>1230</sup>

Badger foi convidado pelo presidente do Congresso Nacional, Pascoal Ranieri Mazzilli, que assumiu a presidência da República após a deposição de Jango. A *Última Hora* destaca que o petebista faria as tão esperadas modificações no seu secretariado após retornar da posse de Castelo Branco. Em nota oficial liberada pelo Palácio do Ingá, o governador enfatizava que era de interesse “formar um secretariado de coalizão partidária, porque o Brasil precisa de paz e nós, como democratas, não vamos lhe negar a paz”.<sup>1231</sup>

Conforme o *Jornal do Brasil*, permaneceriam no cargo somente: o almirante Heleno Nunes (PSD), secretário de Energia, que auxiliou Badger durante sua prisão no CAM; Athanagildo Ferraz (PDC), secretário de Agricultura e candidato a vice-governador pela chapa de Badger na eleição de 1962; e Hamilton Xavier (PSD), secretário do Interior e Justiça.<sup>1232</sup>

Antes de ir para Brasília, o governador fluminense decretou o dia da posse como ponto facultativo no estado do Rio<sup>1233</sup>, liberando, assim, de acordo com a *Última Hora* “todos os funcionários que desejavam ir à Brasília prestigiar a posse do novo chefe da Nação, ou comemorar a investidura do General Castelo Branco”.<sup>1234</sup>

Contudo, nem o espírito de cooperação demonstrado por Badger ao manter-se em diálogo com os perpetuadores do golpe diminuiu a pressão política entorno do seu governo, longe disso. O cerco contra o governador Badger da Silveira aumentou substancialmente após a posse do ditador-general.

O pesquisador Carlos Eduardo Leal destaca que *O Jornal* recebeu “com aplausos o marechal Humberto Alencar Castelo Branco na presidência da República”.<sup>1235</sup> Ao

---

<sup>1229</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit.

<sup>1230</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1231</sup> *Última Hora, Badger hoje em Brasília: muda secretariado na volta, 15/04/1964. p. 8*

<sup>1232</sup> *Jornal do Brasil, Badger volta da posse de Castelo disposto a mudar radicalmente seu estafê, 17/04/1964. p. 13*

<sup>1233</sup> *O Jornal, Estado do Rio: Badger foi assistir à posse do gen. Castelo Branco e decretou ponto facultativo o ponto no Estado, 15/04/1964. p. 7*

<sup>1234</sup> *Última Hora, Badger hoje em Brasília: muda secretariado na volta, 15/04/1964. p. 8*

<sup>1235</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *O Jornal*. Disponível em: <  
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-o>>. Acesso em: 23/05/2018

mesmo tempo, o periódico divulgava notícias de que Badger teria sido hostilizado em Brasília, ao ir assistir a posse.<sup>1236</sup>

Segundo reportagem da *Tribuna da Imprensa*, publicada no dia 17 de abril de 1964, sobre os políticos que “sobraram da Operação Limpeza”<sup>1237</sup>, a permanência de Badger da Silveira no governo fluminense era ultrajante, visto que,

A sua manutenção no govêrno é uma das fraquezas mais estranháveis da Revolução. Negocista, covarde, bajulador, ajudou a subversão porque é um irresponsável. É desses tipos que ajudam qualquer coisa, desde que fique bem. Se o regime comunista fôsse implantado no Brasil, andaria pela rua de foice e martelo na mão. Agora, se diz cem por cento democrata. Deve ser enxotado do govêrno do Estado do Rio e com a maior rapidez.<sup>1238</sup>

*O Jornal e a Tribuna da Imprensa* não foram os únicos que se dispuseram a fazer oposição aberta ao governo Badger. Em seu relato autobiográfico, Badger da Silveira destaca que *O Fluminense* promoveu “uma campanha de desmoralização” contra ele. Segundo o ex-governador, o ataque era motivado porque ele não teria usado “a verba de publicidade do governo nos jornais”, a partir daí *O Fluminense* teria ansiado pelo seu afastamento do governo.<sup>1239</sup>

Vale ressaltar que Badger da Silveira deu a mesma justificativa para a oposição da *Tribuna da Imprensa*. Parecendo desmerecer, assim, o posicionamento político pró-udenista de ambos os periódicos, vinculando a oposição somente a uma questão financeira e não, sobretudo, a uma questão político-ideológica.

Contudo, já em sua entrevista, Badger aponta o relacionamento do *O Fluminense*, comandado pelo udenista Alberto Torres, com o militar que iria futuramente substituí-lo na chefia do estado do Rio, general Paulo Torres. Ambos eram irmãos. Badger conjectura que talvez essa relação de parentesco tivesse sido o grande motivo da oposição apresentada pelo *O Fluminense*.<sup>1240</sup> Sobre isso Badger relata:

Mas a impressão que eu tenho hoje é que eu falei algumas vezes com o general Paulo Torres, nesse período de 64, e ele me disse:

---

<sup>1236</sup> *O Jornal, Fortalece-se impressão de que a queda de Badger é questão de horas: hostilizado em Brasília, 16/04/1964. p.6*

<sup>1237</sup> *Tribuna da Imprensa, Os que sobraram da Operação Limpeza: Badger Silveira, 17/04/1964. p. 8*

<sup>1238</sup> *Tribuna da Imprensa, Os que sobraram da Operação Limpeza: Badger Silveira, 17/04/1964. p. 8*

<sup>1239</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1240</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 97

“Governador, não há nada contra o senhor. Procure permanecer no governo.” Então eu achava que era um apoio que ele estava me dando. Mas é possível que atrás disso já estivesse articulada a possibilidade dele ser governador.<sup>1241</sup>

Dito isso, Badger da Silveira adverte em suas memórias que *O Fluminense* teria publicado diálogos que nunca teriam acontecido entre o secretário de segurança cel. Hugo Campelo e ele: “Um deles é tão absurdo, que não me esqueço. O Campelo teria me perguntado: - Governador o senhor fuma? E eu teria respondido: - Não Secretário, mas se o senhor desejar, eu começo hoje mesmo”.<sup>1242</sup> No entanto, *O Fluminense* não foi o único periódico a divulgar esse tipo de notícia.

*O Jornal* publicou uma nota, na qual destacava que existia um “trocadilho corriqueiro no Estado do Rio, envolvendo o cel. Hugo Sá Campelo, secretário de segurança e o Sr. Badger Silveira: ‘O primeiro é o governador em exercício, o segundo, governador sem exercício’”.<sup>1243</sup> Outros jornais, que não se opuseram abertamente contra Badger, também divulgaram nuances da mesma informação.

*O Correio da Manhã*<sup>1244</sup> publicou uma reportagem destacando que o secretário de Segurança cel. Hugo Sá Campelo, “imposto ao Govêrno do Estado do Rio pelas forças revolucionárias”, era a pessoa responsável por gerir o estado fluminense. Desde questões sobre abastecimento de gás e de açúcar em Niterói, até presidir reuniões com outros secretários e assessores. Enquanto Badger era mantido a distância, “porque o Govêrno revolucionário o proibiu em todo o território fluminense”.<sup>1245</sup>

Observa-se, assim, que existia um questionamento por parte da imprensa, especialmente oposicionista, sobre o papel do governador Badger da Silveira no Palácio do Ingá. No início do golpe, os periódicos tinham dado como certa a prisão e a deposição do político fluminense<sup>1246</sup>, entretanto, a soltura de Badger e a posse de Castelo Branco trouxeram um novo debate sobre a intervenção e/ou impedimento.

---

<sup>1241</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 96

<sup>1242</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; Narrativa semelhante dada sem seu depoimento: SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 97

<sup>1243</sup>*O Jornal, A notícia em poucas palavras, 18/04/1964. p. 5*

<sup>1244</sup> Inicialmente apoiou o golpe civil-militar 1964, mas depois do Ato Institucional nº 1 mudou seu posicionamento.

<sup>1245</sup> *Correio da Manhã, Est. do Rio tem dois governadores, 17/05/1964. s/p*

<sup>1246</sup> *Diário de Notícias, Badger destituído e preso incommunicável na Marinha, 02/04/1964. p.10; Jornal do Brasil, Badger preso em Palácio, 02/04/1964. p. 6*

A partir daí, a imprensa oposicionista (mas não só ela) começou a explorar, simultaneamente, três imagens sobre a figura política de Badger da Silveira: a primeira tratava-o como comunista ou/e protetor de subversivos<sup>1247</sup>; a segunda enxergava Silveira como omissos e/ou subordinado do “movimento revolucionário”<sup>1248</sup>; e a terceira era uma amálgama das duas primeiras representações, que projetava o governador fluminense como um homem influenciável (sem opinião própria) ou uma raposa política que se posicionava politicamente de acordo com a maré.<sup>1249</sup>

Pode-se observar uma ou mais dessas imagens sendo reproduzidas nas matérias da imprensa, nos discursos de políticos e pelos *grupos de pressão* que faziam objeção à Badger da Silveira. Ao decorrer de abril de 1964, a oposição tornou-se cada vez mais forte e radicalizada, aumentando a pressão sobre o governo Badger.

Segundo relatório do DOPS-RJ assinado por Cypriano José ao secretário de Segurança, cel. Hugo Campelo, o governador Badger da Silveira teria se reunido com “alguns conselheiros”, no dia 17 de abril de 1964, para discutir uma “fórmula para suplantam o noticioso que trabalha contra a sua permanência no Palácio”.<sup>1250</sup> O plano consistiria:

EM O GOVERNADOR DISTRIBUIR MUITOS MILHÕES às TVs ., Rádios e Jornais PARA UMA COBERTURA IMEDIATA A FAVOR DE SUA CONTINUAÇÃO NO GOVÉRNO, cuja a programação seria feita pelo próprio Palácio, pelo sr. Jorge Loreti [chefe de gabinete civil do governo fluminense].<sup>1251</sup>

De acordo com o relator, ele teria sido informado por um funcionário da Agência Fluminense de Informações que seria fotógrafo oficial e amigo pessoal do governador trabalhista, mas Cypriano não dá o nome do seu “informante” no documento. Só informa que o funcionário se encontrava presente na citada reunião e teria passado as informações a ele, pois julgava que o mesmo era “amigo do govêrno Badger” e por isso mesmo continuaria informando-o dos acontecimentos no Ingá. Um

---

<sup>1247</sup> *Tribuna da Imprensa, Mobilização Urgente, 04-05/04/1964. p. 8*

<sup>1248</sup> *O Jornal, A notícia em poucas palavras, 18/04/1964. p.5*

<sup>1249</sup> *Tribuna da Imprensa, Os que sobraram da Operação Limpeza: Badger Silveira, 17/04/1964. p. 8*

<sup>1250</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). PRONT. RJ, Notação 21876, Badger da Silveira; s/p

<sup>1251</sup> Idem. Grifos Nossos.

ponto interessante é que o relator “inocenta” seu informante, dizendo que o mesmo não era “político nem comunista”, apesar de ser “muito amigo do governador”.<sup>1252</sup>

Cypriano José também destaca em seu relatório que Badger da Silveira pretendia repartir “as Secretárias de Estado com políticos influenciados, mesmo prejudicando os do seu partido (PTB). Estes, porém, voltariam mais tarde... logo cessassem as divergências.”<sup>1253</sup> Ademais, o relator dá ênfase ao fato de que o governador fluminense “providenciaria várias prisões, melhor, determinaria várias prisões, afastamentos de diversos funcionários, justamente aqueles reconhecidamente propagandistas do comunismo no Estado do Rio”.

À mão, foi acrescentado no relatório o seguinte comentário: “(Note que êle já os conhece)”.<sup>1254</sup> Percebe-se, dessa maneira, como é colocada em questão a rede de sociabilidade de Badger, averiguando as supostas ligações do político fluminense com os ditos “comunistas”.

Outra anotação, feita à mão, informa que o relator, Cypriano José, entrara em contato com o udenista Saramago Pinheiro que teria lhe dito que Badger da Silveira “ofereceu-lhe *um mundo de promessas* (dinheiro e secretaria) para êle *amolecer* o seu pessoal. Disse-me, de modo vago, que não aceitou...”<sup>1255</sup>

Nota-se, assim, que o governador fluminense continuava sendo monitorado pela polícia política do estado do Rio de Janeiro. E com todo o aval do secretário de Segurança, cel. Hugo Sá Campelo, desafeto político de Badger. Demonstrando, mais uma vez, como a perseguição política, após o golpe civil-militar, foi bastante intensa e estruturada no estado do Rio e que Badger da Silveira foi um dos alvos. Em seu depoimento dado anos depois, Badger enfatiza que “a impressão que eu tenho hoje é de que, dentro do meu gabinete, dentro do palácio tinha gente orientada no sentido de me prejudicar”.<sup>1256</sup>

Até antes da posse do ditador-general Castelo Branco, só alguns poucos parlamentares estaduais, não tão organizados, persistiam em articular o impedimento de Badger no legislativo fluminense. Dentre eles: Nicanor Campanário (PL), Wilson Frederici (PDC), Peixoto Filho (PR), Sá Rego (UDN) e Paulo Hervê (UDN). Contudo,

---

<sup>1252</sup> Idem.

<sup>1253</sup> Idem.

<sup>1254</sup> Idem.

<sup>1255</sup> Idem.

<sup>1256</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 96

sofriam constantes derrotas devido ao apoio coletivo do PSD, do PTB e do PSP ao governador petebista.

De fato, Badger da Silveira tentou atrair parte da oposição para seu lado. O ex-governador do estado do Rio diz em suas memórias que teria sido aconselhado pelo deputado federal Rubens Berardo (PTB) a substituir seu secretariado por políticos da UDN. Como podemos observar no fragmento do relato do ex-governador abaixo:

Rubem Berardo veio e me aconselhou que modificasse o secretariado, que fizesse um outro secretariado de 1º de abril em diante. Ele era do PTB. E que eu fizesse um secretariado que fosse mais do agrado da situação instalada no país, com elementos da UDN, do PSD, elementos mais conservadores. E retirasse esses secretários que estavam. Eu pensei realmente em modificar esse secretariado, mas não cheguei a concretizar porque estava estudando ainda a situação, quem eu poderia usar que não viesse uma idéia assim de imposição ao meu governo. Elementos que não fossem desagradar a situação mas que também não viessem impor qualquer situação para mim. Estava nesse estudo para ver quem seria, quem não seria, quando eu fui deposto no dia 1º de maio.<sup>1257</sup>

Entendia-se, portanto, que o partido da “eterna oposição”<sup>1258</sup> seria de grande ajuda para amortecer a crise política que se instalou no estado, a exemplo de todo país. Entendimento esse também noticiado pelos periódicos da época que especulavam a formação do novo secretariado, como *O Jornal*.<sup>1259</sup>

Entretanto, na reunião do diretório regional da UDN fluminense, realizada no dia 20 de abril de 1964, cinco dias depois da posse de Castelo Branco, o partido fechou questão sobre protestar contra a continuidade de Badger no comando do estado do Rio. Nesse sentido, a seção udenista fluminense desautorizou e repudiou “quaisquer entendimentos com o Govêrno do Sr. Badger Silveira, objetivando a participação da UDN no mesmo”. Por fim, prestou “irrestrita solidariedade ao conteúdo ideológico e objetivos do Movimento Revolucionário”, lamentando que a “tranqüilidade” que reinava no resto do país não tivesse alcançado ainda o estado do Rio, “face a permanência” do governador.<sup>1260</sup>

---

<sup>1257</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 82

<sup>1258</sup> Benevides, Maria Victoria. Op cit.

<sup>1259</sup> *O Jornal*, Badger forma o novo secretariado na luta para permanecer no Ingá: reforço do “dispositivo político”, 18/04/1964. p. 6

<sup>1260</sup> *Tribuna da Imprensa, Diretória da UDN exige Badger fora do govêrno*, 21/04/1964. p. 4

Segundo o presidente da seção fluminense da UDN, Alberto Torres, dono do jornal *O Fluminense*, a manutenção do governador Badger da Silveira no poder representava uma “total negação do Movimento Revolucionário nacional”. Em nota de protesto, o político udenista também salientou que a “infiltração comunista no estado do Rio” só foi possível graças à conivência de Badger, “por ação e omissão”.<sup>1261</sup> Vale lembrar que o nome de Alberto Torres foi cogitado para fazer parte do secretariado do interventor Antônio Schueler (líder do CRER), como secretário de Interior e Justiça.<sup>1262</sup>

Nessa conjuntura, os udenistas opositoristas chegaram a cobrar um posicionamento mais energético da UDN nacional frente aos acontecimentos no estado do Rio. Ao mesmo tempo em que congratulou os deputados estaduais que se esforçavam contra Badger na Assembleia Legislativa.<sup>1263</sup>

A decisão do diretório regional de tornar-se oposição ao governo Badger da Silveira não foi bem recebida por todos os correligionários do partido. De acordo com o jornal *Diário Carioca*, a nota liberada pelo diretório protestando a permanência de Badger teria causado uma nova crise dentro da UDN fluminense que se encontrava dividida desde as eleições de 1962.<sup>1264</sup>

Os políticos udenistas que contestaram a tomada de posição criticaram principalmente a decisão de desautorizar a participação de membros do partido no governo Badger.<sup>1265</sup> O udenista Saramago Pinheiro, que estava sendo cogitado para fazer parte do novo secretariado fluminense<sup>1266</sup>, como vimos no relatório do DOPS-RJ<sup>1267</sup>, foi uma das principais vozes contra a deliberação do diretório, segundo o *Diário Carioca*.<sup>1268</sup> Percebe-se, portanto, que Pinheiro posicionou-se de forma contrária ao que tinha dito ao informante do cel. Hugo Campelo, Cypriano José.

Observa-se também que apesar da tentativa de aproximação do governador, a UDN fluminense passou a ter uma postura mais firme e institucionalizada contra Badger da Silveira, logo após a entrada de Castelo Branco no poder. Como partido de

---

<sup>1261</sup> *Tribuna da Imprensa*, UDN fluminense contra a permanência de Badger, 20/04/1964. p. 5

<sup>1262</sup> *Última Hora*, Badger: - Volto ao poder sem qualquer ressentimento: Ex-Secretariado, 03/04/1964. p.4

<sup>1263</sup> *Tribuna da Imprensa*, Diretoria da UDN exige Badger fora do govêrno, 21/04/1964. p. 4

<sup>1264</sup> *Diário Carioca*, ‘Nota’ provoca crise na UDN fluminense, 23/04/1964. p. 9

<sup>1265</sup> *Diário Carioca*, ‘Nota’ provoca crise na UDN fluminense, 23/04/1964. p. 9

<sup>1266</sup> *Jornal do Brasil*, Badger volta da posse de Castelo disposto a mudar radicalmente seu estafe, 17/04/1964. p. 13; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). PRONT. RJ, Notação 21876, Badger da Silveira; s/p

<sup>1267</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). PRONT. RJ, Notação 21876, Badger da Silveira; s/p

<sup>1268</sup> *Diário Carioca*, ‘Nota’ provoca crise na UDN fluminense, 23/04/1964. p. 9

oposição, a UDN buscou frear qualquer tentativa de aproximação entre o executivo estadual e a bancada udenista na Assembleia Legislativa do Estado do Rio.

Todavia, segundo o *Jornal do Brasil*, alguns políticos udenistas ainda esboçaram opiniões favoráveis a manutenção do governo petebista, mesmo após o fechamento de questão contra Badger da Silveira. Foram eles: “Padro Kelly, Raul Fernandes, Raimundo Padilha, Mário Guimarães, Saramago Pinheiro, Simão Mansur, Edilberto Ribeiro de Castro, Nilo Neves, José Leonil e Mário Martins de Almeida”.<sup>1269</sup> Sendo o deputado Simão Mansur um grande coringa nessa situação toda, uma vez que, ora se colocava contra a Badger ora estava a favor do governo trabalhista. Evidenciando, desse modo, outras ambivalências de comportamento, muito calcadas em interesses políticos. Assim como, o posicionamento de Saramago Pinheiro.

Demonstrando, assim, como a política fluminense não obedecia, muitas das vezes, a lógica partidária nacional, também local nesse caso específico; e suas divisões ideológicas. Os laços de amizade, a família e as antigas alianças e/ou disputas regionais, isto é, interesses privados de forma geral se sobrepunham e davam o tom da dinâmica política. Vale ressaltar que o chefe de gabinete civil do Palácio do Ingá, na época, era o político udenista Jorge Loretti, amigo íntimo da família Teixeira da Silveira que ocupou o mesmo cargo nos mandatos de Roberto (1959-1961) e de Badger (1963-1964).

Por sua vez, a crise política no estado do Rio só se agravava. Primeiro, com a pressão do Comando Revolucionário do Estado do Rio; segundo, com as campanhas na imprensa oposicionista objetando o governo Badger da Silveira; terceiro, a UDN fluminense firmando posição oficial contra a permanência de Badger, por fim a mobilização das mulheres anticomunistas fluminenses contra o governador do estado do Rio.

### **3.6. Entidades Cívicas Femininas fluminenses**

Entre 1962-1964, várias organizações femininas foram criadas por mulheres da elite brasileira. Essas mulheres estavam relacionadas com militares e civis membros de grupos das direitas<sup>1270</sup>, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática.<sup>1271</sup>

---

<sup>1269</sup> *Jornal do Brasil*, PDC vê democrata em Badger, 23/04/1964. p. 12

<sup>1270</sup> SIMÕES, Solange de Deus. *DEUS PÁTRIA E FAMÍLIA: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>1271</sup> Ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Op. cit.

As principais entidades fundadas nesse período foram: a paulista União Cívica Feminina (UCF)<sup>1272</sup>, a carioca Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)<sup>1273</sup>, a mineira Liga da Mulher Democrata (LIMDE), a gaúcha Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) e a pernambucana Cruzada Democrática Feminina (CDF).<sup>1274</sup>

As entidades cívicas femininas surgiram no contexto do recrudescimento do discurso anticomunista no Brasil.<sup>1275</sup> Essas organizações foram responsáveis pela mobilização da opinião pública contra o presidente João Goulart e em grande parte por organizar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que se espalharam pelo país.<sup>1276</sup>

Em trabalho pioneiro sobre a atuação das organizações femininas, a cientista social Solange Simões ressalta que as integrantes das entidades cívicas, da década de 1960, desconstroem a tradicional posição das mulheres das direitas na política. Sendo caracterizada por um papel passivo e por uma “internalização pelas mulheres da desvalorização do seu papel político”.<sup>1277</sup>

É importante frisar que essas senhoras das direitas não eram feministas e muito menos se consideravam como tal. Porém, a atuação delas foi uma importante inovação política para a época.<sup>1278</sup> De acordo com a historiadora Janaína Cordeiro, a Camde continuou atuando durante a ditadura civil-militar, encerrando suas atividades somente nos anos de 1970, no contexto da reabertura política. A organização carioca foi um importante veículo de difusão da memória vitoriosa da “revolução”, participando ativamente das comemorações do golpe.<sup>1279</sup>

Armadas por um discurso cívico-matriarcal-religioso, as mulheres anticomunistas mobilizaram famílias brasileiras inteiras, de diferentes religiões e distintas classes sociais a lutarem contra o “perigo vermelho” que, segundo elas, “rondava” o Brasil. Diante disso, entoavam que “vermelho bom, só o batom”.<sup>1280</sup>

---

<sup>1272</sup> Ver: SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Op.cit.

<sup>1273</sup> Para saber mais: CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Op.cit.

<sup>1274</sup> Ver: SIMÕES, Solange de Deus. Op. cit.

<sup>1275</sup> Ver mais: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O segundo grande surto anticomunista: 1961/64*. IN: *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

<sup>1276</sup> Cf. PRESOT, Aline Alves. Op. cit.

<sup>1277</sup> SIMÕES, Solange. Op. cit. p. 14

<sup>1278</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit.

<sup>1279</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. Op. cit.

<sup>1280</sup> Expressão utilizada em cartazes erguidos durante as marchas da Família com Deus pela Liberdade.

No estado do Rio, as mulheres das direitas se organizaram entorno da luta contra a permanência de Badger da Silveira no cargo de governador, após sua prisão em abril de 1964. Nessa conjuntura, duas organizações aparecem no cenário político radicalizado, a Liga Democrática Feminina Fluminense (LDFF) e o núcleo de Niterói da CAMDE.<sup>1281</sup>

As mulheres envolvidas com a LDFF tinham ligações com a Paróquia Nossa Senhora de Fátima, do bairro Barro Vermelho, em São Gonçalo, cidade vizinha à Niterói.<sup>1282</sup> O padre Menceslau Valiukevicius, membro declarado do Comando Revolucionário do Estado do Rio, era o pároco responsável pela instituição e um dos seus fundadores. Segundo a *Última Hora*, o vigário era muito conhecido na capital fluminense “por suas atividades anticomunistas”.<sup>1283</sup>

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta ressalta que a Virgem de Fátima foi um importante símbolo na luta anticomunista no Brasil.<sup>1284</sup> A santa teria aparecido pela primeira vez na cidade de Fátima, em Portugal, em maio de 1917. Não muito tempo depois do início da Revolução Russa.

Segundo a Igreja Católica, um dos três segredos, que teriam sido compartilhados pela Virgem, teria feito referência à Rússia. Essa profecia formou um imaginário religioso, ideológico e político que condenava o movimento revolucionário russo e o que o mesmo representaria para a cristandade mundial.

Sendo assim, a Igreja foi um importante “vetor de socialização”<sup>1285</sup> e de integração da cultura política anticomunista no Brasil. De acordo com o historiador Serge Berstein, o nascimento de uma cultura política não é “fortuito ou acidental” e atravessa gerações até formar “um conjunto de representações de carácter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos”.<sup>1286</sup>

Para a cientista política Mariette Sineau, os conservadorismos político e religioso estão intrinsecamente ligados em países majoritariamente católicos e os seus

---

<sup>1281</sup> CARMO, Andressa Cristina de Miranda do. *Entidades Cívicas Femininas e o impeachment do governador Badger da Silveira*. 64f (Trabalho de Conclusão) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

<sup>1282</sup> *Última Hora*, *As senhoras com listas*, 15/04/1964. p. 2; *Diário Carioca*, *Arcebispo desconhece censura nas igrejas do Estado do Rio*, 17/04/1964. p. 9

<sup>1283</sup> *Última Hora*, *Estado do Rio: “Alto Comando Regional”*, 30/04/1964. p. 3

<sup>1284</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit.

<sup>1285</sup> BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. Para uma história cultural. LISBOA: Estampa, 1998. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/stricto/files/culturapolitica\\_SergeBerstein.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/files/culturapolitica_SergeBerstein.pdf)>. Acesso em: 29/04/2018.

<sup>1286</sup> BERSTEIN, Serge. Op. cit. p. 356

ideais são representados, em sua maioria, por grupos das direitas. Sineau aponta que as mulheres, principalmente idosas, aderiam mais as ideias anticomunistas.<sup>1287</sup>

Tendo em vista isso, o rosário foi uma importante ferramenta política nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Sendo o objeto “sagrado” uma importante alegoria na história da aparição da Virgem de Fátima, a qual foi considerada “protetora ou padroeira” dos anticomunistas.<sup>1288</sup>

Nesse contexto de radicalização das direitas, o pároco do Barro Vermelho também foi responsável pela fundação do Instituto das Irmãs Missionárias de Nossa Senhora de Fátima, em São Gonçalo, em 1964, com o auxílio da Madre Lúcia de Souza, superiora geral da instituição durante 37 anos. Instituição que continua ativa e foi criada tendo como principal objetivo “o combate ao materialismo ateu, nas suas variadas formas, perpetuando as exortações da Virgem Maria aos videntes de Fátima”<sup>1289</sup>, sendo essa uma nítida referência anticomunista.<sup>1290</sup>

Em entrevista para o *Diário de Notícias*, publicada no dia 15 de abril de 1964, o vigário Menceslau Valiukevicius declarou que o governador Badger da Silveira, no dia 01 de abril, teria movido “perseguição à Igreja” e tentado prendê-lo “por quatro vezes, mas logrou seu intento”. Além disso, acusou o falecido ex-governador fluminense, Roberto da Silveira, de ser “comunista fichado” e afirmou que seu irmão mais velho Badger tinha se tornado “cúmplice, entabulando, desde então, as ligações mais íntimas com os comunistas”.<sup>1291</sup>

Na ocasião, de acordo com reportagem do *Diário Carioca*, o patriarca da família Teixeira da Silveira, Boanerges da Silveira, começou a estudar medidas para processar o pároco por ter tentado denegrir a imagem do filho falecido. Ao mesmo tempo a assessoria de imprensa do Palácio do Ingá desmentiu qualquer tentativa do governador fluminense de prender o padre Menceslau.<sup>1292</sup> O arcebispo de Niterói, D. Antônio de Moraes Junior, também declarou desconhecer a existência de “qualquer medida de censura nas Igrejas do Estado do Rio” seja ela decretada “por quem quer que seja”.<sup>1293</sup>

---

<sup>1287</sup> SINEAU, Mariette. *Direito e Democracia*. IN: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente: Século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991

<sup>1288</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit.

<sup>1289</sup> Atualmente, o Instituto continua funcionando e atua também em outros países, Espanha, Itália, Israel e Portugal.

<sup>1290</sup> *Irmãs Missionárias de Nossa Senhora de Fátima, Diocese Leiria-Maria*, 22/09/2015. Disponível em: <[http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9673:irmas-missionarias-de-nossa-senhora-de-fatima&catid=79&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9673:irmas-missionarias-de-nossa-senhora-de-fatima&catid=79&Itemid=671)>. Acesso em: 09/05/2018

<sup>1291</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger*, 15/04/1964. p. 5 e 10

<sup>1292</sup> *Diário Carioca, Pai do governador vai processar vigário*, 17/04/1964. p. 9

<sup>1293</sup> *Diário Carioca, Arcebispo desconhece censura nas igrejas do Estado do Rio*, 17/04/1964. p. 9

Nesse caldeirão de acusações e de contestações na imprensa, as mulheres da LDFF, por meio de um manifesto, se declararam publicamente pela primeira vez contra o governador Badger da Silveira. O documento foi publicado no dia 17 de abril de 1964, pelo jornal *Tribuna da Imprensa*.<sup>1294</sup>

Essa matéria da *Tribuna*<sup>1295</sup> é a única fonte, encontrada até o momento, que faz referência direta ao nome “Liga Democrática Feminina Fluminense”. Já foram pesquisados os acervos do APERJ, do Arquivo Nacional e da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, mas nenhum outro documento foi encontrado com essa nomenclatura sobre a entidade cívica feminina.

Na declaração, as mulheres da LDFF exigiram intervenção federal no estado do Rio; acusaram novamente o governador fluminense de ter tentando prender o vigário; declararam que não iriam participar da organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade niteroiense até que Badger fosse retirado do Palácio do Ingá; e, por fim, pediram a colaboração de outras entidades femininas para auxiliarem na luta contra Badger da Silveira.<sup>1296</sup>

Pode-se observar, portanto, que as demandas da Liga Democrática Feminina Fluminense estavam em sintonia com as ações perpetradas pelo Comando Revolucionário do Estado do Rio, no dia 01 de abril. Como já discutido, o CRER foi responsável pela prisão de Badger no Centro de Armamento da Marinha e pela intervenção de Antônio Schueler.

Ambos os grupos de pressão possuíam um elo em comum, o padre Menceslau Valiukevicius. Além de compartilharem de uma cultura política anticomunista. Essa aproximação entre LDFF e o CRER pode também ser percebida através de uma faixa com os seguintes dizeres “Liga Feminina Fluminense – Schueler e Padre Menceslau”, erguida por fiéis da Igreja Nossa Senhora de Fátima (São Gonçalo), para saudar o general Costa e Silva, em 17 de fevereiro de 1966, por ocasião do seu retorno ao Brasil para “reassumir a Pasta da Guerra”.<sup>1297</sup> Sendo essa a última menção direta a Liga Feminina nas fontes pesquisadas.

No manifesto, as mulheres fluminenses da LDFF também declararam solidariedade às mulheres cariocas da Camde que foram ao Ministério da Guerra, no dia

---

<sup>1294</sup> *Tribuna da Imprensa, Liga Feminina exige: Intervenção federal no E. do Rio, 17/04/1964. p. 5*

<sup>1295</sup> Periódico que fazia oposição ao governo Badger.

<sup>1296</sup> *Tribuna da Imprensa, Liga Feminina exige: Intervenção federal no E. do Rio, 17/04/1964. p. 5*

<sup>1297</sup> *Tribuna da Imprensa, Costa e Silva: Voltei mais Candidato, 18/02/1966. s/p*

14 de abril de 1964, entregar uma lista com nomes de políticos considerados “subversivos” e pedir a cassação dos mesmos.<sup>1298</sup>

Os jornais *Última Hora*<sup>1299</sup> e *Diário Carioca*<sup>1300</sup> noticiaram que mulheres ligadas à paróquia Nossa Senhora de Fátima, do Barro Vermelho, também estiveram presentes na ocasião, acompanhadas do vigário Menceslau. Essas senhoras não conseguiram falar diretamente com o ministro, general Costa e Silva, mas entregaram a listagem ao chefe de gabinete do Ministério, o general Syzeno Sarnento. No encontro, denunciaram a situação no estado do Rio e exigiram “vigilância sobre Badger”.<sup>1301</sup>

A relação entre a Liga Feminina Fluminense e a Camde carioca não parou por aí. Segundo o *Diário de Notícias*, as mulheres cariocas e fluminenses teriam marcado uma reunião, em Niterói, para a semana seguinte a entrega da lista. No encontro discutiriam a situação do estado do Rio e maneiras para “intensificar a campanha para destituir o sr. Badger da Silveira”.<sup>1302</sup>

Conforme *O Jornal*, no dia 18 de abril de 1964, foi estendido às mulheres uma “moção de congratulações” dada inicialmente ao general Castelo Branco pela Assembleia Legislativa Fluminense. Com objetivo de parabenizá-las pela “sua luta em defesa das instituições e da Democracia”.<sup>1303</sup> Além disso, destaca a realização da “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, em Niterói, no dia 23 de abril 1964, no bairro da Engenhoca.<sup>1304</sup>

A marcha contaria com a participação de uma comissão de deputados estaduais enviada pelo presidente Cordolino Ambrósio para representar a Assembleia do estado do Rio. A comissão seria formada pelos parlamentares Dail de Almeida (PDC), Michel Saad (PTB), Aécio Nancy (PSP), José Sally (PSD) e Calixto Kalil (PR).<sup>1305</sup> Percebe-se, que essa marcha inicialmente não foi pensada como ferramenta de protesto contra o governador Badger da Silveira, vide a expectativa de participação de representantes de partidos (PTB, PSD, PSP e PDC) que apoiaram a permanência do petebista. Mas sim como ato para comemorar a vitória da dita “Revolução”.

---

<sup>1298</sup> *Tribuna da Imprensa, Liga Feminina exige: Intervenção federal no E. do Rio, 17/04/1964. p. 5*

<sup>1299</sup> *Última Hora, As senhoras com listas, 15/04/1964. p. 2*

<sup>1300</sup> *Diário Carioca, Arcebispo desconhece censura nas igrejas do Estado do Rio, 17/04/1964. p. 9*

<sup>1301</sup> *Última Hora, As senhoras com listas, 15/04/1964. p. 2*

<sup>1302</sup> *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger, 15/04/1964. p. 5 e 10*

<sup>1303</sup> *O Jornal, Badger forma o novo secretariado na luta para permanecer no Ingá: congratulações, 18/04/1964. p. 6*

<sup>1304</sup> *O Jornal, Badger forma o novo secretariado na luta para permanecer no Ingá: deputados na “Marcha”, 18/04/1964. p. 6*

<sup>1305</sup> *O Jornal, Badger forma o novo secretariado na luta para permanecer no Ingá: deputados na “Marcha”, 18/04/1964. p. 6*

Nessa mesma semana, o PDC fechou questão sobre apoiar Badger da Silveira, assim como, PSD, PSP e PTB. O líder da bancada pedecista, o deputado Dail Almeida, declarou à imprensa “que o seu partido está plenamente integrado ao Governo do Sr. Badger Silveira, defende a sua permanência no Ingá e atesta a sua condição de anticomunista convicto e democrata dos bons”.<sup>1306</sup>

Já no dia 21 de abril de 1964, *O Jornal* publica outra reportagem dizendo que crescia o interesse de realizar uma “Marcha da mulher fluminense contra a permanência de Badger” no governo fluminense. O periódico, que fazia abertamente oposição ao governo Badger, aponta que teria um número “expressivo” de organizações femininas apoiando a marcha, mas não cita os nomes das entidades em questão.<sup>1307</sup>

A primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Niterói aconteceu no dia 23 de abril de 1964.<sup>1308</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, a marcha foi organizada pela Igreja da Divina Providência e contou com a participação do Arcebispo de Niterói D. Antônio Morais Junior, que estava sendo cogitado para ser o novo secretário de educação do estado do Rio.<sup>1309</sup> Além da presença do secretário de Segurança Pública o coronel Hugo Sá Campelo.<sup>1310</sup>

D. Antônio Almeida de Morais Junior foi transferido para arquidiocese da capital fluminense, em 1960.<sup>1311</sup> Antes disso, tinha sido arcebispo de Olinda e Recife (1952-1960), onde atuou ativamente na luta anticomunista, de acordo com a historiadora Viviane Almeida.<sup>1312</sup> Às vésperas do golpe, já se contava com a participação de D. Antônio na marcha da Família a ser realizada em Niterói, segundo publicação do *Jornal do Brasil*.<sup>1313</sup>

---

<sup>1306</sup> *Jornal do Brasil*, PDC vê democrata em Badger, 23/04/1964. p. 12

<sup>1307</sup> *O Jornal*, Desperta interesse a realização da “Marcha da mulher fluminense contra a permanência de Badger”, 21/04/1964. p. 9

<sup>1308</sup> A historiadora Aline Presot, num trabalho pioneiro, catalogou 69 marchas da Família com Deus pela Liberdade pelo país, “ocorridas entre os meses de março e junho de 1964”. (PRESOT, Aline. 2004. p. 72) Em sua dissertação, Presot não menciona a marcha niteroiense do dia 23/04/1964. Contudo, o *Jornal do Brasil*, publicado no dia 24/04/1964, noticia a realização da marcha no dia vinte três. *Jornal do Brasil*, Vinte mil pessoas vão à Marcha da Família realizada em Niterói, 24/04/1964. p. 13

<sup>1309</sup> *Diário Carioca*, Posição da UDN atrasou a composição do secretariado, 21/04/1964. p. 9

<sup>1310</sup> *Jornal do Brasil*, Vinte mil pessoas vão à Marcha da Família realizada em Niterói, 24/04/1964. p. 13

<sup>1311</sup> CPDOC. *Verbetes Antônio Almeida de Morais Junior*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/morais-junior-antonio-de-almeida>>.

Acesso em: 08/12/2018

<sup>1312</sup> ALMEIDA, Viviane Antunes Guimarães. *Chorem os sinos: os discursos e as práticas anticomunistas da Arquidiocese de Olinda e Recife (1952 – 1960)*. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

<sup>1313</sup> *Jornal do Brasil*, Marcha da família na Guanabara contará com a mulher fluminense, 29/03/1964, p. 23

No dia seguinte à marcha, 24 de abril de 1964, foi realizada a reunião de fundação oficial do núcleo niteroiense da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde-Niterói). A educadora Maria José de Souza Cid, diretora do Colégio Nilo Peçanha, foi escolhida como presidente da secção.<sup>1314</sup> Conforme o *Jornal do Brasil*, o Arcebispo de Niterói presidiu a reunião.<sup>1315</sup>

De acordo com reportagem da *Última Hora*, eram integrantes da Camde-Niterói as senhoras Eixa Côrrea Rodrigues, Teresinha Fagundes Matoso, Maria Helena Denys, Ana Vas Cabral, Edith Aurélia Alvim e Silva, Lecenia Jorge Henrique e as educadoras Silvia Bittencourt Bath Rosas, Zélia Campelo da Fonseca, Maria José Brasileiro e Djalma Fagundes. Algumas dessas docentes faziam ou fizeram parte da gestão da União das Professoras Primárias.<sup>1316</sup> Vale lembrar que várias professoras foram afetadas com os decretos de Badger durante a “operação-moralidade”. Política essa extremamente polêmica que foi implantada pelo governador no início do seu governo em 1963.

O Plano Nacional de Alfabetização baseado no método do educador Paulo Freire<sup>1317</sup> que estava sendo executado no estado do Rio antes do golpe foi altamente criticado pelo bispo de Nova Friburgo, Dom Clemente Isnard. Na opinião do sacerdote, o método “cuidava da conscientização e politização do alfabetizando”.<sup>1318</sup> É importante lembrar que Isnard foi o bispo que enviou um comunicado, logo depois da soltura de Badger da Silveira, inocentando-o e avalizando o trabalhista como um homem democrata, antiesquerdista e católico.

Após o golpe de 1964, o bispo levou sua crítica sobre o plano de educação ao Conselho Estadual de Educação e foi apoiado pela secretária da educação Clésia Diniz. Segundo a secretária, o plano feria “frontalmente os princípios cristãos de formação do nosso povo, desvirtuando a mentalidade de formação do adulto” e por isso aconselhou suspender a implementação do mesmo. De acordo com o *Correio da Manhã*, o

---

<sup>1314</sup> *O Jornal, Política Fluminense: Desmentindo*, 26/04/1964. p. 6

<sup>1315</sup> *Jornal do Brasil, Vinte mil pessoas vão à Marcha da Família realizada em Niterói*, 24/04/1964. p. 13

<sup>1316</sup> *Última Hora, Estado do Rio: CAMDE*, 26/06/1964. p. 3

<sup>1317</sup> Segundo o educador Carlos Rodrigues Brandão, “o método foi a matriz construída e testada de um sistema de educação do homem do povo (e de todas as pessoas, por extensão) que imaginou poder inverter a direção e as regras da educação tradicional, para que os seus sujeitos, conscientes, participantes, fossem parte do trabalho de mudarem as suas vidas e a sociedade que, pelo menos em parte, as determina.” BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire*. Disponível em: <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4219/1/FPF\\_PTPF\\_12\\_102.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4219/1/FPF_PTPF_12_102.pdf)>. Acesso em: 10/06/2018. p. 47

<sup>1318</sup> *Correio da Manhã, Notícias do E. do Rio*, 23/04/1964. p. 6

governador Badger da Silveira atendeu as críticas, suspendendo “tôdas as iniciativas tomadas para aplicação do plano” no território fluminense.<sup>1319</sup>

Por sua vez, a secretária Clésia Diniz não parou por aí, propondo uma campanha de “conscientização” para esclarecer a população fluminense e as escolas sobre “os perigos da infiltração comunista no Brasil”. A proposta foi aprovada pela Secretaria de Segurança, comandada pelo cel. Hugo Campelo. A campanha objetivava realizar uma exposição de “materiais subversivos” (manifestos, livros, panfletos) apreendidos nas batidas policiais em sedes de sindicatos, residências e escritórios de pessoas e de grupos considerados “subversivos” pelos golpistas, localizados por todo estado do Rio.<sup>1320</sup>

Dessa forma, pode-se observar como religião, anticomunismo e educação estavam intimamente ligadas no contexto do “segundo surto anticomunista”<sup>1321</sup>. Combinação, que, por sua vez, foi responsável pelo banimento do método Paulo Freire das escolas fluminenses, durante a conjuntura do Golpe Civil-Militar de 1964. Até os dias atuais, discursos anticomunistas ferem e tentam suprimir a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”<sup>1322</sup>, conquistada a duras penas após o fim da ditadura civil-militar no Brasil.

Com relação ao polêmico tema sobre o protagonismo político das mulheres anticomunistas é importante atentar-se ao fato de que as senhoras das entidades cívicas femininas só se organizaram politicamente, uma vez que se identificaram com os valores anticomunistas. Isto é, a proteção das liberdades individuais, representadas pela propriedade, pela religião e pela família. As mulheres das direitas que organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade não foram meras “marionetes” de grupos conservadores e anticomunistas das direitas.

Na capital fluminense, a mobilização civil da Liga Democrática Feminina Fluminense e do núcleo Camde-Niterói foi de extrema importância para o recrudescimento da oposição contra o governo Badger da Silveira, em abril de 1964. Uma semana depois da realização da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na capital fluminense, o governador petebista estava sendo deposto novamente do cargo, mas dessa vez, para sempre.

---

<sup>1319</sup> *Correio da Manhã, RJ retarda plano de alfabetização, 10/04/1964. p. 7*

<sup>1320</sup> *Jornal do Brasil, Campanhas, 07/04/1964. p. 5*

<sup>1321</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit.

<sup>1322</sup> BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Art. 206, inciso II. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 26/01/2019

Ao longo desse capítulo, pode-se observar como a prisão de Badger e as primeiras horas do golpe foram marcadas por desconfiança, apreensão e certa desorganização haja vista as diferentes “lideranças” golpistas que apareceram, quase que inesperada e simultaneamente, no cenário político fluminense, como o civil, Antônio Schueler (chefe do CRER) e o militar, general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa (comandante da ID-1). Com isso, percebe-se como o golpe de 1964 foi heterogêneo quando se trata de analisar os principais sujeitos históricos e grupos envolvidos com o dito “movimento revolucionário” no estado do Rio. Contudo, os golpistas tinham alguns objetivos em comum: a luta contra o “perigo vermelho”, isto é, a luta anticomunista; além de obviamente, a ânsia pelo poder, representada naquele contexto pelo cargo de chefe do executivo fluminense.

Tendo em vista isso, a permanência de Badger no comando do estado do Rio gerou tumulto e diferentes agentes políticos levantaram-se contra o governador. Ao analisar os opositores de Badger, fica nítido que o golpe foi civil e militar vide a participação da imprensa, de militares, de políticos, e de mulheres militando a favor da aclamada “Revolução”, ao mesmo tempo em que pediam “a cabeça” do governador.

Ao mesmo tempo, pode-se observar que após o golpe, Badger da Silveira passa a ter uma atitude mais voltada para a “conciliação/cooperação”, buscando manter a “paz” e não ter atritos com o novo governo dito “revolucionário”. Alienando, assim, seu passado político como aliado do presidente deposto, João Goulart. Contudo, isso não foi suficiente para mantê-lo no poder.

No quarto capítulo, analisaremos os momentos finais do governo Badger, culminando no rápido processo de *impeachment* aberto contra o governador e sua posterior cassação. Além disso, discutiremos o precedente que o impedimento de Badger pós-consolidação do golpe, abre para outros governadores (golpistas ou não) que, assim como Badger da Silveira, eram ameaçados por forças políticas locais; e/ou não se alinhavam completamente com as propostas do movimento civil-militar.

## Capítulo IV: Impeachment e cassação de Badger da Silveira

A queda de Badger Silveira do governo do estado do Rio após uma crise com o exército assinalou o princípio de maio.<sup>1323</sup>

No presente capítulo discutiremos os últimos momentos de Badger da Silveira no comando do estado do Rio, culminando na deposição e na cassação do governador, em maio de 1964. Trataremos também da repercussão que o impedimento de Badger teve em outros governos igualmente ocupados por políticos considerados de oposição ou “ambíguos” por aqueles que realizaram o Golpe-Civil Militar de 1964.

Depois da posse do ditador-general Castelo Branco na presidência da República no dia 15 de abril de 1964, Badger da Silveira continuou adotando um comportamento político de conciliação, agora, com relação ao movimento que derrubou seu correligionário, o presidente João Goulart. Conforme o *Jornal do Brasil*, o governador fluminense buscou cultivar relações políticas com chefes estaduais que apoiaram o golpe civil-militar desde o início: Magalhães Pinto (UDN-MG), Ademar de Barros (PSP-SP), Celso Ramos (PSD-SC) e Ney Braga (PDC-PR).<sup>1324</sup>

No estado do Rio, teve um relaxamento das forças militares entorno do legislativo fluminense, após quinze dias sob forte cerco policial, após a manifestação pró-Goulart e Badger nas escadarias da Assembleia, no dia 02 de abril. Em grande parte, devido às cassações de mandatos de deputados considerados subversivos, como Alfonso Celso Nogueira Monteiro, Elísio Ramalho, José Antônio da Silva e Aristóteles de Miranda Melo.<sup>1325</sup>

Ao retornar de Brasília, o governador Badger da Silveira teve que repensar seu novo secretariado e “todos os departamentos-chaves” da sua administração. Tudo isso se devia à tomada de posição da UDN fluminense como partido oposicionista.<sup>1326</sup>

Nas duas últimas semanas de abril de 1964, a oposição conquistou mais força e os ataques, velados ou explícitos, contra a permanência de Badger da Silveira tornaram-se mais frequentes na imprensa. Segundo *O Jornal*, o próprio Castelo Branco teria

---

<sup>1323</sup> ARQUIVO NACIONAL, SIAN, RJANRIO AA8.0.DSO.1, Programa Música e Informação: A História de 1964

<sup>1324</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger volta da posse de Castelo disposto a mudar radicalmente seu estafê*, 17/04/1964, p. 13

<sup>1325</sup> *Diário Carioca*, *Depois de 15 dias deputados voltam a respirar livres: R. J.*, 18/04/1964, p. 9

<sup>1326</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger volta da posse de Castelo disposto a mudar radicalmente seu estafê*, 17/04/1964, p. 13

mandado apurar as responsabilidades de Badger com relação à subversão no estado do Rio.<sup>1327</sup> Já a *Luta Democrática* noticiava que o novo secretariado fluminense teria sido imposto ao executivo estadual. E a única medida que restava naquele momento ao governador era a renúncia.<sup>1328</sup>

Em paralelo a crescente radicalização política no estado do Rio, o chefe do executivo fluminense foi convidado pelo governador mineiro Magalhães Pinto para participar das comemorações em homenagem ao “herói” nacional Tiradentes, em Ouro Preto (MG), no dia 21 de abril de 1964. Badger, por sua vez, aceitou o convite.<sup>1329</sup>

Segundo o *Jornal do Brasil*, os assessores do governador interpretaram o convite como um endosso de Magalhães Pinto ao governo fluminense. Isto é, o udenista mineiro “como líder civil do movimento revolucionário, nada tem contra o Sr. Badger da Silveira”. Provando, assim, que a situação de Badger no governo era estável.<sup>1330</sup> Participaram também das comemorações a Tiradentes os governadores Mauro Borges (PSD-GO) e Virgílio Távora (UDN-CE).<sup>1331</sup>

Castelo Branco também participou das festividades em Minas Gerais e em seu discurso afirmou que “a revolução não se fez para manter privilégios de quem quer que seja”.<sup>1332</sup> Essa fala pode ser entendida, agora, como um prenúncio do desfecho da situação do governador Badger da Silveira, o qual ainda se encontrava sob mira dos seus opositores anticomunistas.

Enquanto isso, a oposição no estado do Rio mobilizava a população para participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em Niterói. No dia da marcha niteroiense, Hélio Fernandes noticiou na *Tribuna da Imprensa* que a posição de Badger no governo era “insustentável”.<sup>1333</sup> O jornalista também afirmava em sua coluna “Fatos e Rumores em primeira mão” que as atitudes de Badger de comparecer na posse de Castelo Branco e de participar das comemorações de Tiradentes eram pura “sordidez” para se manter no governo.

Fernandes chegou a ironizar o comportamento do governador fluminense, pois “há muito não viajava de avião, do que tem muito pavor, depois da Revolução já fez duas viagens áreas”. Essa fala do jornalista pode ser entendida também como uma

---

<sup>1327</sup> *O Jornal*, Castello mandar apurar exatas responsabilidades de Badger no bojo da trama subversiva, 19/04/1964. p. 4

<sup>1328</sup> *Luta Democrática*, Imposto secretariado ao gov. Badger Silveira, 18/04/1964. p. 1 e 2

<sup>1329</sup> *Última Hora*, Zero Hora: Badger, 21/04/1964. p. 2

<sup>1330</sup> *Jornal do Brasil*, Comemorações de hoje contam com Badger, 21/04/1964. p. 14

<sup>1331</sup> *Diário Carioca*, Badger nas homenagens ao mártir, 23/04/1964. p. 9

<sup>1332</sup> *Diário de Notícias*, Castelo: A Revolução Não manterá Privilégios, 22/04/1964. p. 2

<sup>1333</sup> *Tribuna da imprensa*, Fatos e Rumores em primeira mão, 23/04/1964. p. 3

referência a morte do irmão caçula de Badger, o ex-governador fluminense Roberto da Silveira, em um acidente de helicóptero, em fevereiro de 1961. Por outro lado, o próprio ex-governador afirma em seu depoimento que não gostava de andar de avião e, por isso, preferia realizar as viagens a Brasília de carro, mas Badger não dar a entender se o medo provinha da morte de Roberto ou não.<sup>1334</sup>

O dono da *Tribuna* finalizou seu monólogo dizendo que a “sordidez” de Badger da Silveira era tamanha que “agora resolveu contratar o serviços de uma agência de relações públicas do Rio para ‘colaborar’ na campanha em favor da sua permanência”.<sup>1335</sup> Um fato é adequado afirmar, qualquer tentativa do governador para manter-se no poder até o término do seu mandato foi radicalmente frustrada.

Ao analisar os jornais que circulavam no estado do Rio na conjuntura do golpe civil-militar de 1964, percebe-se que os opositores a partir do dia 23 de abril de 1964 (após a marcha), divulgavam cada vez mais frequentemente notícias sobre uma iminente renúncia, deposição e/ou cassação do governador Badger da Silveira.<sup>1336</sup> Paralelamente, os periódicos que não faziam oposição aberta ao governo trabalhista, noticiavam que Badger encontrava-se “tranquilo quanto sua permanência no Palácio do Ingá” e interessado na reforma de seu secretariado e na “normalização da vida administrativa” fluminense.<sup>1337</sup>

O jornal *Última Hora*, um dos poucos periódicos que apoiou o governador fluminense ao longo do seu governo, publicou uma entrevista com Badger, no dia 24 de abril de 1964. Na reportagem, o trabalhista afirmava ter advertido o ex-presidente João Goulart sobre o “perigo comunista no Estado do Rio, comparando-o e até mesmo considerando-o mais perigoso do que se verificava no Nordeste”.<sup>1338</sup> No mesmo dia o *Correio da Manhã* noticiou que parlamentares da UDN fluminense tinham ido a Brasília para denunciar “atividades subversivas” articuladas no estado do Rio e acusado o governador Badger da Silveira de ser conivente.<sup>1339</sup>

Entre os dias 25 e 26 de abril de 1964, a *Tribuna da Imprensa*, publicou uma matéria afirmando que o “desgoverno do Sr. Badger da Silveira” encontrava-se “na sua reta final”. Visto que, o secretário de segurança cel. Hugo Campelo se reuniu “a portas

---

<sup>1334</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 16

<sup>1335</sup> *Tribuna da imprensa, Fatos e Rumores em primeira mão*, 23/04/1964. p. 3

<sup>1336</sup> *Tribuna da imprensa, Fatos e Rumores em primeira mão*, 24/04/1964. p. 3

<sup>1337</sup> *Jornal do Brasil, Secretário fluminense vai explicar subversão: Despreocupado*, 23/04/1964. p.14

<sup>1338</sup> *Última Hora, Badger: Plano de Obras*, 24/04/1964. p. 3

<sup>1339</sup> *Correio da Manhã, UDN fluminense no DF para denunciar*, 24/04/1964. p. 5

fechadas” com o presidente da Assembleia fluminense para discutir a não mais viável permanência de Badger no comando do estado do Rio.<sup>1340</sup> De acordo com o periódico, o secretário fez a seguinte declaração:

as autoridades militares querem evitar, se possível, a decretação da intervenção no Estado. Mas não admitem, por outro lado, a permanência de Badger. Assim, caso ele não renuncie, como já o deveria ter feito deve caber à Assembléia a iniciativa de decretar o “impeachment” do governador.<sup>1341</sup>

Conforme o *Jornal do Brasil*, o cel. Hugo Campelo tinha sido nomeado para fazer parte do gabinete do novo ministro de Guerra. Ao ser questionado pela imprensa sobre a nomeação, disse que aceitaria o convite, contudo, iria prosseguir primeiro “com a luta para acabar com o comunismo no Estado do Rio”.<sup>1342</sup> Já o ex-governador fluminense relata em sua autobiografia que em determinada ocasião o cel. Campelo teria enviado um telegrama para ele, informando-o que o Palácio do Ingá seria atacado por fuzileiros navais que desembarcariam a qualquer momento em Niterói.<sup>1343</sup>

Segundo Badger da Silveira, ele teria ligado imediatamente para o diretor do departamento de estrada e de rodagem Dilson Pinto e pedido “que [lhe] mandasse carros pipas para bloquear as ruas que davam acesso ao palácio”.<sup>1344</sup> Mais tarde, após ter assegurado o bloqueio, teria sido informado de que “o 3º RI mandou um contingente” para garantir sua segurança. Tendo em vista isso, Badger da Silveira enfatiza que o mês de abril foi cheio de “sobressaltos”.<sup>1345</sup>

No dia 26 de abril, o próprio governador fluminense foi novamente, após o golpe, ao Distrito Federal para reunir-se com o ditador-general Castelo Branco. De acordo com o *Correio da Manhã*, “os círculos políticos fluminenses [atribuíam] grande importância a essa visita”.<sup>1346</sup>

Em seu relato autobiográfico, Badger da Silveira afirma que a audiência teria sido marcada pelo “genro do presidente Castelo Branco, Salvador Diniz”, com a finalidade de mostrar como o estado fluminense estaria sendo governado por ele.<sup>1347</sup> Já em seu depoimento, Badger destaca que Diniz era conhecido de um dos seus auxiliares,

<sup>1340</sup> *Tribuna da Imprensa, Ur-gente, 25 e 26/04/1964. p. 3*

<sup>1341</sup> *Tribuna da Imprensa, Ur-gente, 25 e 26/04/1964. p. 3*

<sup>1342</sup> *Jornal do Brasil, Secretário fluminense vai explicar subversão, 23/04/1964. p. 14*

<sup>1343</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V. Grifos nossos.

<sup>1344</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V. Grifos nossos.

<sup>1345</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1346</sup> *Correio da Manhã, Mundo Político: Badger em Brasília, 26/04/1964. p. 6* Grifos nossos.

<sup>1347</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

o qual o ex-governador afirma não lembrar o nome. E através desse contato, Diniz teria informado “que o presidente gostaria realmente de ter um encontro” com o governador fluminense. O que Badger teria respondido: “Se há esse interesse do presidente, eu evidentemente tenho interesse em ter um contato com ele”.<sup>1348</sup>

Em seu relato oral, Badger ressalta que Castelo Branco teria o recebido, dizendo: “Há tempos que eu queria mesmo falar com o senhor”. E o encontro teria seguido da seguinte forma:

E eu falei: “Presidente, esta audiência tem apenas por finalidade mostrar ao presidente como eu estou governando o Estado do Rio. Eu tenho os planos: Plano de Saúde...” Aí fiz uma exposição de todo o plano de saúde do estado. Plano Rodoviário, fiz também uma exposição. Enfim, de todos os planos. A parte de energia elétrica, a construção da usina de Rosal, que eu desejava fazer. Enfim, levei uma hora e dez minutos expondo o que eu estava realmente fazendo no Estado do Rio. E que gostaria de continuar, terminar o meu mandato para continuar a obra que eu estava realizando. Ele me disse: “Governador, o senhor tem tudo para continuar governando o estado. Não há razão nenhuma para o senhor temer qualquer atitude da parte do governo revolucionário. Vá e governe o Estado do Rio.” Eu dobrei minhas coisas todas e vim embora, certo de que não havia realmente nada contra mim que eu não pudesse prosseguir até quando eu achasse necessário e razoável eu continuar no governo dentro do regime revolucionário. Quando, surpresa minha, três ou quatro dias depois, eu fui deposto.<sup>1349</sup>

Na sua autobiografia, Badger reforça que ao final da reunião, Castelo Branco teria o assegurado que “não havia nenhuma razão para temer qualquer atitude por parte do governo revolucionário contra o governo do estado do Rio”.<sup>1350</sup> O ex-chefe do gabinete civil fluminense, o desembargador Jorge Loretti, também declarou em seu depoimento que “Castelo garantiu a Badger que o regime respeitaria a Constituição”.

Loretti acompanhou Badger na audiência em Brasília. E acrescentou em seu relato que eles também teriam se encontrado com o ministro de Guerra Costa e Silva que também teria dito a eles “que não havia nada contra Badger, que a Revolução ainda estava se estruturando”.<sup>1351</sup>

---

<sup>1348</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 101

<sup>1349</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 102

<sup>1350</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1351</sup> LORETTI, Jorge. op. cit.

Por sua vez, a imprensa apresentou narrativas distintas sobre o encontro de Badger da Silveira com o novo chefe do Estado Nacional. Somente com a análise dos títulos das matérias que circularam na época referentes à ida de Badger a Brasília já se pode ter uma ideia do quão dividido estava o cenário político na capital fluminense no final do mês de abril de 1964.

Em reportagem intitulada “Ministro da Guerra não recebeu Badger”, o *Correio da Manhã* destaca que o governador fluminense e seu chefe de gabinete não teriam conseguido se encontrar com o general Costa e Silva. O ministro de Guerra apenas entrou em contato por telefone com o chefe do executivo fluminense.<sup>1352</sup>

Já o *Diário de Notícias* divulgou a notícia de que “Ninguém deu confiança a Badger” ao chegar a Brasília. Segundo o periódico, o governador fluminense tornou-se um pária político no novo governo federal.<sup>1353</sup> Em contrapartida, a *Última Hora* noticiou que Badger demonstrou “tranqüilidade” ao retornar do distrito federal.<sup>1354</sup> Além de informar que o governador reuniu-se não só com o ministro de Guerra Costa e Silva, mas também com o ministro da Justiça, senador Milton Campos.<sup>1355</sup>

Ao retornar de Brasília, Badger da Silveira fez declarações otimistas para a redação da *Última Hora*, chegando a afirmar que “agora vamos poder governar com tranqüilidade e sem agitações, dentro de um regime de paz e compreensão, regime êste que sempre defendi ao longo de tôda a minha vida de homem público”.<sup>1356</sup> Também assegurou que por fim “entramos numa fase de trabalho e realizações para a Nação. Acredito no desenvolvimento do Brasil e nas intenções do Marechal Castelo Branco, que há de conduzir o nosso País à vitória, à paz e à felicidade, sem demagogia nem agitações”.<sup>1357</sup>

Do lado oposicionista os ânimos continuaram exaltados. O Comando Revolucionário do Estado do Rio que até então só defendera a intervenção, se juntou a retórica “democrática” a favor do pedido de *impeachment* do governador fluminense, lançando uma nota oficial no dia 28 de abril de 1964, na qual:

O Comando reitera, por fim, que o sr. Badger Silveira tem de ser declarado impedido de exercer a chefia do Executivo fluminense, pois não merece contemplação quem transformou o Estado do Rio na base

---

<sup>1352</sup> *Correio da Manhã, Ministro da Guerra não recebeu Badger, 28/04/1964. p. 7*

<sup>1353</sup> *Diário de Notícias, Ninguém deu confiança a Badger, 28/04/1964. p. 2*

<sup>1354</sup> *Última Hora, Tranqüilidade de Badger, 27/04/1964. p. 4*

<sup>1355</sup> *Última Hora, Badger: Nova fase de trabalho, 28/04/1964. p. 3*

<sup>1356</sup> *Última Hora, Tranqüilidade de Badger, 27/04/1964. p. 4*

<sup>1357</sup> *Última Hora, Tranqüilidade de Badger, 27/04/1964. p. 4*

principal da mazerca que incendiaria o Brasil se a Revolução Democrática não varresse a insânia subversiva que conduzia nossa Pátria para o comunismo.<sup>1358</sup>

Na nota, o CRER desmentiu as notícias divulgadas pela imprensa sobre ser contra a posse do vice-governador João Baptista da Costa<sup>1359</sup> “no cargo que o sr. Badger Silveira ocupa indevidamente, insensível ao ridículo de seu comportamento”. E descartou também a hipótese de que fosse “favorável à intervenção federal no Estado como fórmula única para remover o sr. Badger Silveira no govêrno”.<sup>1360</sup> Por fim, fechou o comunicado reforçando seu desagrado quanto a continuação de Badger como chefe do executivo do estado do Rio.

De acordo com reportagem da *Última Hora*, o CRER aparece oficialmente para a imprensa “e por conseguinte o povo fluminense” num *time* um tanto suspeito. Pois, foi logo depois que “o próprio ‘Alto Comando Revolucionário’ – integrado pelos Ministros militares – deixou de existir em virtude da posse do Presidente Castelo Branco”.<sup>1361</sup> As primeiras reportagens sobre a existência do Comando Revolucionário do Estado do Rio são noticiadas no dia 15 de abril de 1964, dia da posse do ditador-general.<sup>1362</sup> Tendo em vista isso, o jornal destaca que as intenções do grupo de pressão das direitas deveriam ser colocadas em cheque.

Ao analisar as falas e o comportamento do CRER e da LDFF, percebe-se que esses grupos de pressão inicialmente defendiam a intervenção imediata no estado do Rio. No entanto, o discurso prol *impeachment* tomou mais força ao longo da radicalização política contra Badger. Sendo assim, a Liga Democrática Feminina Fluminense e o Comando Revolucionário do Estado do Rio passaram a apoiar o impedimento “legal” do governador fluminense.

De acordo com reportagem do *Diário Carioca*, publicada em 30 de abril de 1964, o governador fluminense finalmente “rompeu a cortina de silêncio” com relação às notícias de que seu mandato seria cassado, declarando a imprensa que: “até que aqui tenho me sentado em silêncio porque desejava que minha vida fôsse examinada sem que

---

<sup>1358</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas (POL). PRONT RJ, Notação 21876, Badger da Silveira;

<sup>1359</sup> *O Jornal, Política Fluminense: COMANDO*, 01/05/1964. p. 6; *Diário de Notícias, Comando da Revolução Não Suporta Badger*, 15/04/1964. p. 5 e 10; *Tribuna da Imprensa, Estado do Rio na mira: Comando pede que Badger seja afastado*, 15/04/1964. p.6;

<sup>1360</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícias Políticas (POL). PRONT RJ, Notação 21876, Badger da Silveira.

<sup>1361</sup> *Última Hora, Estado do Rio: “Alto Comando Regional”*, 30/04/1964. p. 3

<sup>1362</sup> *Comando da Revolução Não Suporta Badger, Diário de Notícias*, 15/04/1964. p. 5 e 10; *Tribuna da Imprensa, Estado do Rio na mira: Comando pede que Badger seja afastado*, 15/04/1964. p. 6

alguém pensasse que desejava encobrir alguma coisa incompatível com a opinião pública”. Porém, afirmou categoricamente que nos próximos dias iria começar a contrapor seus opositores. Durante o encontro, Badger também reforçou os discursos de que iria fazer mudanças em seu secretariado de governo e de que desejava concluir o trabalho de seu irmão, Roberto.<sup>1363</sup>

Em depoimento, Badger afirma que Jorge Loretti seria o único assessor que permaneceria após a mudança de seu secretariado, enquanto que “os outros secretários todos haviam colocado os cargos à minha disposição para que eu então fizesse a modificação que fosse necessária”. O ex-governador lembra também que o primeiro nome que indicou para seu novo *staff* foi o do deputado Aécio Nanci, do PSP, para assumir a secretária de Saúde.<sup>1364</sup> Informação essa confirmada na matéria do *Diário Carioca*, do dia 30 de abril de 1964.<sup>1365</sup> Contudo, Badger nunca conseguiu concretizar a esperada e também contestada troca de seu secretariado.

O *Diário Carioca* ainda destaca os “boatos” sobre as oposições apresentadas nas figuras do secretário de Segurança, coronel Hugo Sá Campelo; do comandante da ID-1, general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa e do vice-governador João Baptista da Costa. Conforme o *Diário Carioca*, esse último estava “em posição de expectativa”, esperando assumir o governo do estado do Rio, isto é, o cargo de Badger. Por fim, afirmou que o presidente da UDN fluminense, deputado Alberto Torres, era o “principal informante” de Baptista da Costa.<sup>1366</sup>

O otimismo demonstrado por Badger da Silveira, especialmente após retornar de sua audiência com Castelo Branco, foi interpretado pela imprensa oposicionista como um “efeito psicológico” produzido pelo governador para melhorar sua imagem frente à população fluminense. Segundo *O Jornal*, Badger estava “absolutamente desacreditado”.<sup>1367</sup>

Nesse sentido, a *Luta Democrática* reproduziu no dia 30 de abril de 1964 todas as notícias negativas publicadas no *Correio da Manhã* e no *Diário de Notícias* sobre a viagem de Badger ao Distrito Federal.<sup>1368</sup> O periódico de Tenório Cavalcanti foi um dos primeiros a noticiar a crise no Palácio do Ingá, a qual levou a deposição definitiva do

---

<sup>1363</sup> *Diário Carioca*, *Badger rompe cortina de silêncio e promete revidar ataques sofridos*, 30/04/1964.

<sup>1364</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 99

<sup>1365</sup> *Diário Carioca*, *Badger rompe cortina de silêncio e promete revidar ataques sofridos*, 30/04/1964.

<sup>1366</sup> *Diário Carioca*, *Badger rompe cortina de silêncio e promete revidar ataques sofridos*, 30/04/1964.

<sup>1367</sup> *O Jornal*, *Panorama Político: Confiante*, 29/04/1964. p. 6

<sup>1368</sup> *Luta Democrática*, *Badger sob ataque de todas as forças*, 30/04/1964. p. 5

governador Badger da Silveira, em maio de 1964. Conforme a *Luta Democrática*, o governador fluminense estava “sob ataque de tôdas as forças”, nesse fim de mês de abril.<sup>1369</sup>

O que se provaria correto, uma vez que, um segundo conflito de interesses entre o governador e o comandante da ID-1, general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa, induziu o fim do governo trabalhista fluminense. Até antes do impasse, o general se encontrava em silêncio a respeito das acusações de subversão contra Badger. Ainda que não estivesse mais mantendo uma relação cordial com o governador.

Vê-se, dessa maneira, como o movimento golpista não era heterogêneo. Badger aparentemente tinha tido o “respaldo” do governo federal, representado nas importantes figuras de Castelo Branco e de Costa e Silva, enquanto que na esfera local as forças golpistas, imprensa, mulheres, políticos, civis e militares, buscavam sua deposição de qualquer forma. E quem saiu vitorioso desse imbróglio todo foi o movimento local, como veremos a seguir.

#### 4.1. O estopim

De acordo com as memórias de Badger da Silveira, certo dia teria sido informado, pelo diretor de transporte capitão Antônio Severo, que o comandante da polícia militar, coronel Deserto, “havia entrado na Diretoria de Transporte e retirado, sem autorização, um dos veículos recém-adquiridos pelo governo do estado.” Ao ficar a par da situação, o governador petebista optou por demitir o cel. Deserto, visto que considerou a atitude do comandante “um ato de indisciplina e desrespeito”.<sup>1370</sup>

Vale lembrar que Deserto tinha substituído o coronel João Evangelista (indicado pelo governo Badger, em 1963), que havia sido destituído por um grupo rebelado de policiais militares, no dia 01 de abril de 1964. O mesmo grupo empossou o vice-governador, o udenista João Baptista da Costa, como o novo governador fluminense, no quartel da PM do estado do Rio. Porém, foram rapidamente desautorizados pela Assembleia Legislativa Fluminense e pelo general Oromar Osório que não concordaram com a posse irregular de Baptista da Costa. Mas a substituição de Evangelista permaneceu e o cel. Deserto assumiu a polícia militar fluminense a partir de então. Decisão ratificada por Badger após voltar da prisão.<sup>1371</sup>

---

<sup>1369</sup> *Luta Democrática, Badger sob ataque de tôdas as forças, 30/04/1964. p. 5*

<sup>1370</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V. s/p.

<sup>1371</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia Legislativa sob custódia de tropas, 04/04/1964. p. 9*

Ao saber da conduta do coronel Sévulo através do diretor de transporte, Badger afirmar em seu depoimento que teria ligado para o comandante da PM e tido a seguinte discussão:

“Coronel, eu soube disso assim, assim e assim. É verdade?” “Ah, governador, o comando da polícia estava precisando de um carro e eu fui apanhar o carro.” “Mas coronel, o senhor acaba de praticar um ato de indisciplina porque o meio que o senhor teria que utilizar para requisitar um carro para o seu serviço não é esse. De forma que considere-se demitido do cargo de comandante da Polícia Militar e passe o comando ao subcomandante até que eu resolva o problema do comando.” “Mas governador, eu sou amigo pessoal do senhor!” “Você é meu amigo e eu sou também seu amigo. Mas eu não confundo a administração do estado com amizade. Você praticou um ato de indisciplina e será punido por isso. Passe o comando ao subcomandante.”<sup>1372</sup>

Em sua autobiografia, Badger da Silveira afirma ter escolhido juntamente com o secretário de Energia Heleno Nunes, o nome do coronel Sévulo Mota Lima para assumir o comando da polícia militar fluminense no lugar do cel. Deserto. Em seu depoimento Badger relata que

Pensamos em vários nomes que pudessem assumir o comando da polícia quando o Heleno lembrou de um coronel Sévulo... Sévulo não sei de quê. E eu falei: “Mas você o conhece?” “Conheço. É um homem sereno. Se ele aceitar, será um bom secretário.” “Então você, antes de mais nada, vá ao Ministério da Guerra, sonde ao ministro se aceita a nomeação desse coronel.” O Heleno de lá me telefonou dizendo que estava tudo bem, que ele ia localizar o coronel Sévulo e que eu podia fazer o ato da nomeação para sair publicado no dia seguinte. Tudo bem, não tinha nada...<sup>1373</sup>

Badger afirma que nem teria conseguido chegar a conhecer o cel. Sévulo. Pois, logo após ter informado o Ministério do Exército sobre sua escolha, teria recebido um telefonema do general Manuel Lisboa, informando-o de que queria se reunir urgentemente com ele.<sup>1374</sup>

Na reunião realizada no Palácio do Ingá, o comandante da ID-1 informou a Badger da Silveira que o major José Bismarck de Souza deveria ser nomeado para o

---

<sup>1372</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 103

<sup>1373</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 103 e 104

<sup>1374</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

cargo de comandante da Polícia Militar. Em seu relato autobiográfico, o ex-governador fluminense enfatiza que “não poderia nomear o major José Bismarck porque já havia convidado o coronel Sévulo e além disso o major Bismarck havia me prendido no dia 1º de abril”.<sup>1375</sup> Em seu depoimento, Badger narra com mais detalhes a discussão, afirmando que a mesma teria ocorrido da seguinte maneira, na noite do dia 30 de abril de 1964:

Eram umas sete e meia mais ou menos, eu estava sentado para jantar quando o Loreti me disse: “O general Lisboa está aí. Diz que é urgentíssimo.” Eu levantei, nem acabei de jantar. Fui lá, ele estava em pé e um oficial ajudante de ordens, devia ser, com ele. “Governador, nós temos um assunto muito sério para conversar.” “Pois não, general, sente.” “Não, não quero sentar não!” “Está bem. Então, o que o senhor quer? Qual é o assunto tão sério?” “Nós estamos praticamente sem comando na Polícia Militar.” Eu falei: “É, realmente eu exonerei o comandante da Polícia Militar por um ato de indisciplina.” “Então eu quero que o senhor nomeie o Bismarck para comandante da Polícia Militar.” “Mas general, eu não posso nomear o major Bismarck mesmo porque eu já escolhi, de acordo com o Ministério da Guerra, um novo comandante que é o coronel Sévulo Mota Lima.” “Mas eu não quero o coronel Sévulo Mota Lima, eu quero o major Bismarck.” “Mas o major Bismarck eu não posso nomear.” “Por que o senhor não pode nomear? O major Bismarck é o indicado pelo comando revolucionário.” “Bem, até agora é prerrogativa do governador nomear o comandante da Polícia Militar.” “Mas eu aconselho ao senhor nomear o major Bismarck.” “General, eu sou um homem humilde; gosto de ouvir conselhos. Mas esse eu não vou aceitar. Há uma coisa que um homem não deve permitir que seja levemente arranhada que é a dignidade. E o senhor não quer só arranhar a minha dignidade, o senhor quer me desmoralizar. O major Bismarck me prendeu no dia 1º de abril. Eu não posso, agora, em um ato público nomear esse homem comandante da Polícia Militar. Eu não farei isso não.” “Bom, o senhor vai fazer!” “Não vou fazer. Não assinarei ato nomeando o major Bismarck.”<sup>1376</sup>

Vale lembrar que o major José Bismarck de Souza era membro do Comando Revolucionário do Estado do Rio. Grupo responsável por assegurar a intervenção de Antônio José de Schueler e pela prisão de Badger. Além do mais o CRER passou todo o mês de abril de 1964 conspirando contra a permanência do petebista no comando do estado fluminense.

Nessa conjuntura polarizada, a nomeação de Bismarck era uma retumbante vitória do CRER sobre o governador fluminense. Percebe-se, assim, que Badger da

---

<sup>1375</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1376</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 104

Silveira poderia ter aceitado qualquer nome (mesmo que imposto pelo movimento “revolucionário”), menos de Bismark. Pois, a nomeação do major golpeava irrevogavelmente seu orgulho político e o afrontava frente aos seus pares.

Apesar disso, o general Manuel Lisboa teria continuado insistindo na nomeação de Bismarck e afirmado, segundo Badger, que era uma indicação do “Comando Revolucionário”.<sup>1377</sup> Por sua vez, Silveira teria lembrando ao comandante da ID-1 que “a nomeação era prerrogativa do governador” e por isso mesmo não assinaria a nomeação.<sup>1378</sup> Criando, assim, um impasse político-administrativo que só seria superado caso uma das partes cedesse, mas não foi bem isso que aconteceu.

Por fim, o comte. da ID-1 teria ameaçado Badger da Silveira, dizendo que “se o senhor não nomear o major, amanhã às dez horas eu darei posse ao major na Polícia Militar”.<sup>1379</sup> Badger teria respondido: “O senhor faça se puder e eu impedirei também se puder”, finalizando a discussão com o general.<sup>1380</sup> Ao fazer uma releitura sobre os acontecimentos daquele dia, o ex-governador fluminense ressalta que após a reunião teria dito a Jorge Loretti que estava presente na ocasião: “Agora a vaca vai pro brejo. Ou o General Lisboa vai ter força para me depor ou eu terei condições de governar o estado”.<sup>1381</sup>

Nessa fala percebe-se que o próprio Badger da Silveira reconhecia em sua autobiografia que não teria tido muita autonomia política para administrar o estado do Rio após sua prisão. Desse modo, os questionamentos levantados pela imprensa, sobretudo oposicionista, ao longo do conturbado mês de abril, a respeito do papel secundário de Badger no Palácio do Ingá, não foram apenas especulações. Segundo a *Tribuna da Imprensa*, a decisão tomada pelo general Manuel Lisboa em nomear o major Bismarck a contragosto do governador fluminense foi uma evidência de que Badger “não governa mais nada”.<sup>1382</sup>

No seu depoimento, Badger afirma que depois da discussão com Carvalho Lisboa teria ligado para o ministro da Justiça, Milton Campos, e informado da situação

---

<sup>1377</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1378</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1379</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 104

<sup>1380</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 104

<sup>1381</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 104

<sup>1382</sup> *Tribuna da Imprensa, Ur-gente, 01/05/1964. p. 3*

e “pedido providências”. O ministro teria sinalizado positivamente. No dia seguinte, chegou ao Palácio um ato de nomeação do major José Bismarck de Souza para o comando da PM enviado pelo general Manuel Lisboa. Badger recusou assiná-lo.<sup>1383</sup>

Em tempos de golpe, a falta de endosso do governador não impediu a posse do major Bismarck. Nesse sentido, o comte. da ID-1 cumpriu sua ameaça no dia 01 de maio de 1964. No quartel da PM, em Niterói, o general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa empossou o major Bismarck de Souza como o novo comandante da polícia militar fluminense.<sup>1384</sup>

De acordo com a autobiografia de Badger da Silveira, logo depois o governador teria entrando em contato com o general Castelo Branco para relatar o impasse com o general Lisboa. Durante a ligação com Castelo, Badger o informou que “o estado do Rio estava ameaçado de uma intervenção com a nomeação do Comandante da polícia militar por um general”.<sup>1385</sup>

Em seu relato oral, Badger afirma que Castelo Branco teria dito a ele: “Governador, eu vou ter um encontro agora, às 2h, com o ministro da Guerra e vou colocá-lo a par do que está acontecendo. Logo depois, eu me comunicarei com o senhor”. O que Badger teria agradecido e se despedido do ditador-general em bons termos. Castelo Branco, por sua vez, teria finalizado a ligação dizendo: “Até logo, governador”.<sup>1386</sup> Contudo, essa foi a última conversa dos dois com Badger no comando do estado do Rio.

Depois disso, o chefe da casa militar fluminense, cel. Joaquim da Costa Santos, teria procurado o governador e perguntado se deveria aceitar o convite feito pelo secretário de Segurança, cel. Hugo Campelo, para encontrá-lo na secretaria. Badger teria aconselhado Costa Santos a procurar saber o que Campelo queria.<sup>1387</sup>

Em sua entrevista oral, Badger destaca que, ao retornar do encontro com o secretário de Segurança, o cel. Joaquim da Costa Santos teria dito a ele que: “O coronel Campelo disse que vai ser mudada a guarda aqui do palácio por um contingente do 3º RI e que é para o senhor ter juízo e não reagir”. O que Badger teria respondido: “Mas ele não precisava dar um conselho desse que eu não sou tão cretino para reagir sem

---

<sup>1383</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 104

<sup>1384</sup> *Diário de Notícias, Badger e Batista Costa presos e afastados do governo, 01/05/1964. p.10*

<sup>1385</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1386</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 105

<sup>1387</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

condições de reagir”. Logo depois, Badger da Silveira teria mandado chamar Hugo Campelo ao Palácio.<sup>1388</sup>

Enquanto isso, a sede do governo fluminense era cercada novamente por soldados sob ordens do secretário de segurança cel. Hugo Sá Campelo. Em sua autobiografia, o ex-governador deixa claro que nesse momento teria se dado conta de que não era mais chefe do executivo e em vista disso informou à Campelo que iria para sua casa no bairro de São Francisco. Apesar disso, Badger teria deixado claro ao secretário que não iria renunciar.<sup>1389</sup> Travando o seguinte diálogo:

Ele chegou e falou: “Meu governador.” Eu falei: “Coronel, o senhor sabe que eu não sou seu governador e nem governador do estado. Eu mandei chamar o senhor aqui para dizer que eu vou embora para casa. Eu moro aqui no Saco de São Francisco e vou-me embora, se é que posso ir, porque não sou mais governador e não quero mais permanecer aqui.” “Mas o senhor então está disposto a...” “Eu estou disposto a ir embora.” “O senhor vai renunciar?” “Não vou renunciar não, vou simplesmente embora para casa. Vou pegar um carro aí, um táxi ou qualquer coisa e vou embora para a minha casa.”<sup>1390</sup>

Ao analisar as memórias de Badger da Silveira, nota-se que a renúncia não era um caminho viável para o governador. Badger era cuidadoso com seu legado político e também com o do seu irmão, o falecido Roberto da Silveira. Durante todas as narrativas, percebe-se que o trabalhista nutria toda uma preocupação com a leitura que seria feita posteriormente sobre sua saída do governo fluminense.

Tendo em vista isso, o ex-governador em seus relatos enfatiza que ele próprio articulou o seu impedimento. Badger da Silveira narra que o cel. Hugo Campelo teria informado a ele que o vice-governador João Baptista da Costa nunca assumiria o Palácio, visto que tinha em mãos um dossiê sobre o jornalista, no qual se encontravam acusações de subversão e de corrupção. Badger afirma ter ficado “preocupado de que talvez estivesse traçando o caminho para o general Lisboa assumir o governo”.<sup>1391</sup>

Diante disso, teria articulado seu *impeachment* e do vice João Baptista da Costa para que o presidente da Assembleia fluminense, o petebista Cordolino Ambrósio,

---

<sup>1388</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 106

<sup>1389</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V..

<sup>1390</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 106

<sup>1391</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 106

assumisse legalmente o comando do estado do Rio. Com o objetivo de tentar impedir qualquer manobra para tornar interventor Manuel Lisboa ou Campelo “ou um outro que não tivesse qualquer ligação aqui com o Estado do Rio”, segundo palavras do próprio ex-governador.<sup>1392</sup>

Em suas memórias, Badger da Silveira também ressalta que não articulara o impedimento sozinho, mas que teve a colaboração e o apoio de seus correligionários, os deputados Cordolino Ambrósio (presidente da Assembleia), “Jooadele Cosesse” [Joadélio Codeço] (líder do Governo) e Michel Saad (líder da bancada).<sup>1393</sup>

Em contrapartida, João Baptista da Costa teria ido direto para a Assembleia Legislativa, buscando formar seu secretariado. Na expectativa de assumir o governo do estado do Rio.<sup>1394</sup> Sobre o seu vice, Badger relata um episódio pitoresco que teria envolvido o udenista, nesses momentos finais dos seus mandatos:

Então tinha uma moça que trabalhava no palácio que conhecia o João Batista e conhecia as ligações dele com uma outra moça que se chamava Irene, que eu não conheço nem conhecia. Ela então, Alaíde Teixeira, estava lá no palácio e disse: “Vou dar um trote no ‘.’” Eu soube disso lá nessa noite. Então telefonou para a Assembléia e falou com o João Batista. “Quem está falando aqui é a Irene. Eu estou aqui no gabinete do secretário de Segurança. Você foge porque você vai ser preso agora, você e o Milton e esses elementos que estão com você aí.” Aí ele saiu, fugindo, e quando foi descer pela escada da Assembléia, vinham por acaso subindo uns soldados. Aí ele voltou, pulou a janela de um gabinete onde ele estava e fugiu. Assim, não conseguiu tomar posse. Mas logo em seguida foi votado o impedimento dele também; então não tinha nada que tomar posse.<sup>1395</sup>

Segundo o *Jornal do Brasil*, foi proposto a Badger um pedido de licença, mas o governador só o aceitaria em caso de ser também aprovado o impedimento de João Baptista.<sup>1396</sup> Sobre a oposição de deputados, especialmente udenistas, quanto ao *impeachment* de Baptista da Costa, Silveira levantou o seguinte questionamento:

---

<sup>1392</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 107

<sup>1393</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 107

<sup>1394</sup> *Diário de Notícias*, *Badger foi preso e afastado definitivamente do cargo*, 02/05/1964. p. 1

<sup>1395</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 108. Transcrição disponibilizada pelo CPDOC.

<sup>1396</sup> *Jornal do Brasil*, *Assembléia decide entre licença e impedimento de Badger da Silveira*, 01/05/1964. p. 3

Mas que oposição, se tenho 40 dos 62 deputados na Assembléia. Muito ao contrário eu que estou pedindo a êstes parlamentares para que votem o meu impedimento, pois será uma maneira de acabar logo com esta história, só que comigo também o Sr. João Batista da Costa será impedido. Se me for concedida a licença com impedimento do Sr. João Batista da Costa, não pretendo voltar ao Govêrno, dando oportunidade a quem melhor do que eu possa governar e trazer tranqüilidade para o povo fluminense.<sup>1397</sup>

Logo, é possível observar que a deposição de Badger da Silveira não foi um processo fácil, ainda que extremamente rápido. Os impedimentos de Badger da Silveira e de João Baptista da Costa foram marcados por uma cerelidade processual sem tamanho. Em menos de 24 horas seus mandatos tinham sido impedidos pelo Legislativo Fluminense. E seguidos imediatamente pela posse de Cordolino Ambrósio no cargo de governador do estado do Rio.<sup>1398</sup>

Na imprensa local houve várias narrativas sobre a deposição de Badger da Silveira. Os principais pontos levantados nas coberturas jornalísticas foram: a demissão do coronel Deserto;<sup>1399</sup> o desentendimento entre o governador fluminense e o general Manuel Lisboa sobre a nomeação do major Bismarck de Souza para o comando a polícia militar;<sup>1400</sup> a posse do major sem a autorização do governador;<sup>1401</sup> a conversa entre o governador e Castelo Branco;<sup>1402</sup> o veto dado pelo Exército ao vice-governador;<sup>1403</sup> o medo de intervenção federal no estado do Rio;<sup>1404</sup> a prisão de Badger e o cerco militar no Palácio do Ingá;<sup>1405</sup> e a deposição do governador Badger da Silveira e do vice João Baptista da Costa.<sup>1406</sup>

Entre os dias 30 de abril e 05 de maio de 1964, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio ficou em polvorosa. O pedido de *impeachment* aceito foi protocolado pelo deputado Nicanor Campanário (PL). Durante o tumultuado mês de abril de 1964, Campanário foi uma das principais vozes no legislativo fluminense a favor do

---

<sup>1397</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia decide entre licença e impedimento de Badger da Silveira: Badger Fala, 01/05/1964. p. 3*

<sup>1398</sup> *Jornal do Brasil, Cansaço de Badger não o deixa sair à janela, 03/05/1964. p. 5*

<sup>1399</sup> *Correio da Manhã, Impedimento Hoje de Badger, 01/05/1964. p. 1*

<sup>1400</sup> *Diário de Notícias, Badger e Batista Costa presos e afastados do govêrno, 01/05/1964. p.10*

<sup>1401</sup> *O Jornal, Iminente o impeachment de Badger, 01/05/1964. p. 1 e 8*

<sup>1402</sup> *Diário de Notícias, Badger foi prêso e afastado definitivamente do cargo, 02/05/1964. p. 1*

<sup>1403</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia decide entre licença e impedimento de Badger da Silveira, 01/05/1964. p.3*

<sup>1404</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia decide entre licença e impedimento de Badger da Silveira, 01/05/1964. p.3*

<sup>1405</sup> *Diário Carioca, Badger: cercado no Ingá, 01/05/1964. p. 3*

<sup>1406</sup> *Diário de Notícias, Badger e Batista Costa presos e afastados do govêrno, 01/05/1964. p.10*

afastamento do governador do estado do Rio. No dia 01 de abril, teve seu nome indicado para formar o secretariado do interventor Antônio Schueler, líder do CRER.

De acordo com reportagem do *Jornal do Brasil*, o parlamentar Nicanor Campanário enumerou as seguintes razões para o impedimento:

- a) o Governador não cumpriu a deliberação do General Manuel Lisboa de nomear o Major José Bismarck para o Comando da PM; b) encaminhou o nome de outro militar ao Ministério de Guerra, pedindo autorização para nomear o Comandante da PM sem antes ouvir o Comandante da ID-1; c) manteve ligações com o Govêrno João Goulart e extremistas; d) o impedimento de fato já existe desde às 10 horas, quando o General Lisboa deu posse ao nôvo Comandante da PM.<sup>1407</sup>



Figura 25 - Votação na Assembleia do estado do Rio<sup>1408</sup>

Líder do Partido Republicano (PR), o deputado José Peixoto Filho votou a favor do pedido de *impeachment* do governador Badger da Silveira. O PR tinha rompido relações com o governo fluminense, em 1963, devido à nova política do Palácio do Ingá de endurecer medidas contra sonegadores.<sup>1409</sup> Conforme *O Jornal*, o parlamentar teria feito um longo discurso cheio de acusações ao chefe do executivo fluminense.<sup>1410</sup>

Badger da Silveira foi impedido de exercer o cargo no dia do trabalhador, dia 01 de maio de 1964. Data emblemática para o PTB, o partido trabalhista, e para o movimento operário, já que é um dia historicamente marcado por manifestações de

<sup>1407</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia decide entre licença e impedimento de Badger da Silveira: Os motivos do impedimento, 01/05/1964. p. 3*

<sup>1408</sup> *Jornal do Brasil, A hora da decisão, 03/05/1964. p. 5*

<sup>1409</sup> *Última Hora, PR vai à oposição para ficar com a Sonegação, 18/03/1964. p. 3*

<sup>1410</sup> *O Jornal, Política Fluminense: Oposição, 01/05/1964. p. 6*

trabalhadores e sindicatos que não puderam se manifestar livremente nesse dia, pois foram sumariamente atacados e reprimidos no estado do Rio<sup>1411</sup> e em todo Brasil, após o golpe de 1964.

Segundo o *Diário de Notícias*, devido à importância do dia entre os trabalhistas, foi determinado que as guarnições de Niterói e de São Gonçalo da polícia civil e militar ficassem rigorosamente em prontidão, haja vista o risco de manifestação pública. O que não ocorreu de fato devido à forte repressão.<sup>1412</sup>

Já no dia 02 de maio, Badger afirma em seu relato oral que teria preparado “uma pasta com um pijama, escova de dentes, aparelho de barbear porque eu não sabia o que ia acontecer comigo”, depois disso, teria ido de encontro ao general Carvalho Lisboa, na ID-1. Badger ressalta que:

A primeira coisa que ele falou foi “dr. Badger da Silveira, para onde o senhor deseja ir?” “Ora, general, desejo ir para minha casa.” “Onde, em São Bom Jesus de Itabapoana?” “Não, é Bom Jesus do Itabapoana, minha terra de nascimento. Mas eu não moro lá, estou afastado de lá há muito tempo. Eu moro aqui, no Saco de São Francisco, em um apartamento que tenho ali. É para lá que eu quero ir.” “Então vou mandar conduzir o senhor lá. Dr. Badger, no futuro a história dirá qual de nós dois tem razão.” Eu falei: “Está bem, general. Eu espero que um dia a história diga realmente, se observar tudo o que se passou, qual de nós dois tem razão.” E fui para casa. Aí ele falou: “O senhor não quer nenhuma segurança?” “General, se o senhor puder mandar alguém por um ou dois dias, até amanhã ou depois me dar uma segurança pessoal, para a minha família, eu gostaria disso sim. Apesar de eu não ter inimigos, mas pode qualquer um querer uma vingança, por qualquer razão eu tenha contrariado. Ou mesmo por qualquer motivo querer jogar pedra na minha casa.” “Então está bem.”<sup>1413</sup>

Dois dias depois, no dia 04 de maio de 1964, o governador impedido Badger da Silveira teve seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no primeiro Ato Institucional, publicado no dia 09 de abril de 1964.<sup>1414</sup> É interessante lembrar o fato de que em abril de 1964 a oposição considerara que o governador Badger da Silveira não

---

<sup>1411</sup> COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE NITERÓI. Op. cit.

<sup>1412</sup> *Diário de Notícias*, *Badger foi preso e afastado definitivamente do cargo*, 02/05/1964. p. 1

<sup>1413</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 108

<sup>1414</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. POLÍCIAS POLÍTICAS (POL). SECRETO 54, FOLHA 56. Relação das pessoas cujos direitos políticos foram suspensos por dez anos, de acordo, com os atos institucionais nº 1 de 09 de abril de 1964, nº 2, de 27 de outubro de 1965 e nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

era apto para executar o Ato Institucional no estado do Rio.<sup>1415</sup> Sendo esse um dos motivos para se oporem a permanência dele no cargo. Já o vice João Baptista da Costa, que entrou com recurso para revogar a decisão da Assembleia de impedi-lo<sup>1416</sup>, teve seus direitos políticos suspensos em 10 de junho de 1964.<sup>1417</sup>

#### 4.2. Eleição do general Paulo Torres

Após o impedimento de Badger da Silveira, a Assembleia passou a dedicar-se a outra questão, a eleição do novo governador. O petebista Cordolino Ambrósio só assumiu provisoriamente como interino. Nessa conjuntura, os parlamentares do estado do Rio aprovaram uma emenda constitucional para alterar o processo eleitoral fluminense. O novo governador seria escolhido através de eleição indireta, o que até então não era permitido pela Constituição estadual de 1947. Desse modo, seriam os deputados estaduais quem escolheriam o novo chefe de estado.

Vale lembrar que a eleição do vice-governador José Kezen (PSD), após a morte do governador Roberto da Silveira e a investidura de Celso Peçanha no cargo, foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça fluminense. Dessa forma, o então presidente da Assembleia Legislativa, José de Carvalho Janotti (PSD), assumiu o governo do estado após a saída de Peçanha, em julho de 1962. Já em tempos de ditadura, a decisão de eleger o novo governador fluminense através de eleição indireta não foi contestada pela justiça.

Segundo o *Jornal do Brasil*, cinco militares tiveram seus nomes indicados para concorrer à eleição fluminense: os generais Raul Albuquerque, Paulo Torres e Manuel Lisboa; o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes e o coronel Hugo Sá Campelo. O periódico destaca que o general Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa foi incentivado por Antônio Schueler, “um dos líderes democratas no Estado do Rio” e líder do CRER, a concorrer ao cargo de governador.<sup>1418</sup>

O cel. Campelo e o general Lisboa foram sujeitos históricos importantes no processo de radicalização política contra a permanência do governador Badger da Silveira. Na eleição indireta cujos únicos nomes indicados são de militares, Campelo e Lisboa “surgem” como viáveis alternativas para assumir e “estabilizar” o estado do Rio.

---

<sup>1415</sup> *O Jornal, Piora a situação de Badger: não tem condições para ser executor do Ato Institucional no Estado, 14/04/1964. p. 8*

<sup>1416</sup> *Jornal do Brasil, Batista da Costa entra segunda com recurso, 07/05/64. p.4*

<sup>1417</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. POLÍCIAS POLÍTICAS (POL). SECRETO 54, FOLHA 34. Op. cit.

<sup>1418</sup> *Jornal do Brasil, Cinco militares concorrem ao Governo do Estado do Rio, 03/05/1964. p. 5*

Nesse sentido, o ex-governador ressalta em sua autobiografia que: “Hoje, longe daquela data, percebo que o tratamento amistoso que o general Lisboa me dispensou nos primeiros dias após a revolução, tinha um objetivo. Ele desejava torna-se o governador com o meu apoio.” Contudo, Badger não endossou Manuel Lisboa e muito menos o cel. Hugo Campelo com o qual desde o início nunca teve boas relações.

Badger da Silveira teria dado inicialmente seu apoio ao nome do general Raul Albuquerque. De acordo com Badger, o militar “era um homem de bem, fluminense e que me parecia incapaz de vinganças, portanto resolvi apoiá-lo”. Já em seu relato oral, Badger destaca que conhecia pessoalmente o general Albuquerque, o qual teria ido algumas vezes ao Palácio do Ingá, quando ainda era chefe do executivo, e dito: “Governador, o senhor não sofra nenhum constrangimento porque eu quero saber tudo o que se passa com o senhor”.<sup>1419</sup>

Dando, assim, “uma cobertura muito grande” ao governo Badger. Dito isso, Silveira afirma ter comunicado o deputado Michel Saad de sua decisão, assim, o líder do PTB poderia articular entre os outros correligionários o endosso a candidatura de Albuquerque.<sup>1420</sup>

No entanto, Cordolino Ambrosio teria entrado em contato com o ex-governador e teria informado-o que o General Geisel, então “chefe da Casa Militar da Presidência”<sup>1421</sup>, queria que Badger apoiasse a candidatura do general Paulo Torres, e “em caso de recusa ao nome de Paulo Torres, ele seria nomeado interventor do estado”.<sup>1422</sup> Silveira destaca que preferiria que o território fluminense tivesse um governador ao invés de um interventor.<sup>1423</sup>

Mais a frente em suas memórias, Badger afirma que a ligação feita por Geisel a Cordolino teria sido um “falso telefonema”. Nas palavras do ex-governador:

Teria sido uma articulação do Amaral Peixoto. Eu não sei se é verídico isso ou não, mas o fato é que o Paulo Torres sempre foi muito amigo do comandante Amaral Peixoto. Agora, não sei se o

---

<sup>1419</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 109

<sup>1420</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 109

<sup>1421</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 109

<sup>1422</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1423</sup>SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

Comandante seria capaz de um gesto desse. Eu o tenho na melhor conta possível, um homem de bem, sempre foi um político respeitoso, respeitável, cumpridor de todos os seus compromissos e acordos. Mas ocorreu isso; não houve esse telefonema do Geisel para o Cordolino. Teria sido inventado. Mas de qualquer modo, tanto o Raul Albuquerque quanto o Paulo Torres, qualquer dos dois serviria ao Estado do Rio naquela contingência.<sup>1424</sup>

Após o alerta feito por Cordolino, Badger da Silveira teria retificado seu endosso ao general Raul Albuquerque. Ao ficar sabendo da situação, o general teria desistido “de disputar o governo com o Paulo Torres”, segundo o relato de Badger.<sup>1425</sup> Por fim, os deputados petebistas teriam apoiado a candidatura do general Torres, conforme solicitação do governador impedido.<sup>1426</sup>

Mas antes disso, Badger da Silveira afirma em seu depoimento que Michel Saad teria sido procurado por um major que estava ligado a candidatura do general Carvalho Lisboa que teria requisitado o apoio do PTB ao comandante da ID-1. Segundo Badger, Saad e o major teriam travado o seguinte diálogo:

E falou com o Michel: “Quero que você apóie a candidatura do general Lisboa porque ele vai ser o governador do estado. E o Michel teria dito: “Jamais eu apoiaria o algoz do meu governador. Nem pense que eu possa dar o meu voto, quanto mais pedir o voto a alguém para o general Lisboa.”<sup>1427</sup>

Badger enfatiza que o grupo ligado ao general Manuel Lisboa teria tentado impedir a eleição do general Paulo Torres. Porém, o ex-governador não dá mais detalhes sobre isso em suas memórias.<sup>1428</sup> No entanto, é fato que Torres saiu vitorioso desse pleito irregular e inconstitucional.

A partir da votação indireta, o general Paulo Francisco Torres (1964-1966) foi nomeado governador do estado do Rio. A votação foi unânime.<sup>1429</sup> Natural do município de Cantagalo (RJ), Paulo Torres era membro de uma família de políticos

---

<sup>1424</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 112

<sup>1425</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1426</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1427</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 110

<sup>1428</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 110

<sup>1429</sup> *Jornal do Brasil, Assembléia sofreu 18 horas até escolher, 05/05/64. p. 3*

fluminenses, seus irmãos eram Acúrcio Francisco Torres<sup>1430</sup> e Alberto Francisco Torres<sup>1431</sup>, líder udenista e proprietário do *O Fluminense* que fez franca oposição ao governo Badger da Silveira, sobretudo, durante abril de 1964.

O general Paulo Torres por si só não era estranho a política. Em 1955, substituiu o governador Francisco de Oliveira Conde no comando do governo do Acre. Torres permaneceu um ano no cargo, sendo substituído por Valério Calda Magalhães.<sup>1432</sup>

Em janeiro de 1964, Jango vetou o nome do general Paulo Torres para assumir “o cargo de Secretário-Geral do Ministério de Guerra”. Goulart optou por nomear o general João Carlos Gross para a secretaria, pegando de surpresa os militares, segundo o *Jornal do Brasil*.<sup>1433</sup> Logo depois da consolidação do golpe, Torres foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército.<sup>1434</sup> Menos de um mês depois foi escolhido para assumir o comando do governo fluminense.

Para o cargo de vice-governador do estado do Rio foi eleito o deputado Simão Mansur.<sup>1435</sup> Entretanto, o udenista ficou muito pouco tempo na função. Em junho de 1964, Mansur teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos, surpreendendo vários parlamentares fluminenses. Na mesma listagem de políticos cassados constava o nome do deputado Tenório Cavalcanti<sup>1436</sup>, do PST, principal rival de Badger nas eleições de 1962.

Por sua vez, as marchas da Família com Deus pela Liberdade se espalharam pela capital fluminense e pelo estado do Rio, comemorando a vitória plena da “Revolução de 64”, representada na figura do novo governador fluminense, o general Paulo Torres. O novo governador juntamente com sua família compareceu a marcha realizada no dia 15 de maio de 1964, em Niterói.

Antes do *impeachment* de Badger da Silveira, a marcha niteroiense tinha sido intitulada “Marcha da Família com Deus pela Restauração da Democracia”. Segundo a presidente da Camde-Niterói, a educadora Maria José Cid, a única diferença da marcha

---

<sup>1430</sup> CPDOC-DHBB. *Verbetes TORRES, Acúrcio.* Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/acurcio-francisco-torres>>. Acesso em: 01/06/18

<sup>1431</sup> CPDOC-DHBB. *Verbetes TORRES, Alberto.* Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-francisco-torres>>>. Acesso em: 01/06/18

<sup>1432</sup> CPDOC-DHBB. *Verbetes TORRES, Paulo.* Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-francisco-torres>>. Acesso em: 01/06/18

<sup>1433</sup> *Jornal do Brasil, Goulart surpreende militares, 08/01/1964. p. 3*

<sup>1434</sup> *Jornal do Brasil, Novos chefes, 03/04/1964, p. 4*

<sup>1435</sup> *Jornal do Brasil, Simão relaciona seus bens que são milhões, 07/05/64. p. 4*

<sup>1436</sup> *Jornal do Brasil, Cassação de Mansur surpreende, 16/06/1964. p. 3*

após a deposição do petebista seria “a extensão do movimento que expressará, também, a satisfação do povo fluminense pela investidura do General Paulo Tôrres no Governo do Estado do Rio”.<sup>1437</sup>

#### 4.3. Repercussão do impedimento de Badger em outros governos

Os golpistas fluminenses não só venceram a batalha contra Badger, mas também, abriram um novo precedente para os outros governos estaduais. Isto é, o *impeachment a posteriori* do governador fluminense, em maio de 1964, tornou-se um grande exemplo do que poderia vir a acontecer com outros chefes de executivo que não seguissem a risca a “cartilha da revolução”. Independentemente de terem ou não apoiado o golpe, qualquer um poderia sofrer sanções das “forças revolucionárias”. Pairando, assim, uma ameaça sobre a cabeça dos governadores brasileiros que apoiaram ou sobreviveram ao golpe.

Segundo *O Jornal*, fontes do Conselho de Segurança Nacional declararam que “a ‘operação limpeza’ voltou a funcionar em tôda plenitude” após a autorização da deposição do governador Badger.<sup>1438</sup> Nesse contexto, era noticiado na imprensa que os governos da Bahia e de Goiás estavam instáveis e foram ameaçados de sofrer intervenção militar após os acontecimentos no estado do Rio. Ambos os governadores desses estados estavam na mira dos seus opositores que não paravam de tentar protocolar pedidos de *impeachment* nas suas respectivas Assembleias Legislativas.<sup>1439</sup>

De acordo com o *Correio da Manhã*, as crises nos estados de Goiás e da Bahia eram uma marca do “processo de degenerescência do movimento militar” que não mais “se entende entre si”.<sup>1440</sup> Assim, percebe-se que o periódico passa a fazer duras críticas ao golpe, atenuando consciente ou inconscientemente sua participação no movimento civil-militar que derrubou o governo democrático de João Goulart.

Contudo, os governos baiano e goiano tiveram uma sobrevida muito maior, se comparados com o caso do primeiro governador eleito pelo voto popular do Acre, José Augusto de Araújo (1963-1964), do PTB. O governador do Acre foi destituído quatro dias depois de Badger ter seus direitos políticos cassados, ou seja, no dia 08 de maio de

---

<sup>1437</sup> *Jornal do Brasil, Marcha com Deus é também por Torres, 10/05/64. p. 20*

<sup>1438</sup> ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, BR\_AN\_RIO\_PE\_0\_0\_0062\_d0001de0001, p. 13, *O Jornal*, 03/05/1964.

<sup>1439</sup> *Última Hora, Agora Lomanto Júnior Marcado para Cair, 04/05/1964. p. 4. Tribuna da Imprensa, Lomanto pode cair esta semana, 05/05/1964. s/p; Tribuna da Imprensa, Queda de Mauro em Votação, 05/05/1964. s/p; Correio da Manhã, Degenerescência, 05/05/1964. p. 6.*

<sup>1440</sup> *Correio da Manhã, Degenerescência, 05/05/1964. p. 6.*

1964. Assumindo em seu lugar, o capitão Edgar Pedreira de Cerqueira Filho, comandante da 4ª Companhia de Fronteiras, o qual foi um dos responsáveis pela deposição de Araújo.<sup>1441</sup>

De acordo com o *Diário de Notícias*, o “governador do Acre caiu por ser comunista”.<sup>1442</sup> Por outro lado, José Augusto de Araújo só foi cassado em 1966. No mesmo ano, Maria Lúcia Melo de Araújo, esposa do ex-trabalhista que compartilhava da sua visão política, foi eleita deputada federal pelo Acre, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Todavia, em 1969, a deputada também teve seus direitos políticos cassados.<sup>1443</sup>

Segundo o historiador Muniz Gonçalves Ferreira, o governador baiano, Antônio Lomanto Junior (PL), chegou a ensaiar certa resistência ao golpe, em abril de 1964, reunindo-se com “sindicalistas na sede do Jornal da Bahia na suposta expectativa de organização de um movimento de defesa do mandato do presidente Goulart”, mas a expectativa não se concretizou.<sup>1444</sup> Logo depois, o governador baiano declarou seu apoio ao golpe civil-militar. Sobre isso a *Última Hora* destaca que “a exemplo do que ocorreu com o Sr. Badger Silveira, no Estado do Rio, o Sr. Lomanto Júnior concordou com tudo, o que não satisfiz os elementos interessados na sua deposição”.<sup>1445</sup>

Apesar da oposição<sup>1446</sup>, o governador conseguiu se manter no poder até 1967, chegando a se filiar na Aliança Renovadora Nacional (Arena), após a instauração do bipartidarismo através do AI-2, em 1965.<sup>1447</sup> Lomanto não foi o único a ter esse tipo de comportamento político.

O governador piauiense Petrônio Portela Nunes também defendeu o presidente João Goulart inicialmente, discursando até na cadeia da legalidade, em abril de 1964. Depois da vitória do movimento civil-militar, chegou a sofrer certa resistência ao seu governo devido ao apoio prestado a Jango. Contudo, Petrônio Portela não foi destituído, porque contou com o apoio do ditador-general Castelo Branco ao seu governo.

---

<sup>1441</sup> CPDOC-DHBB. *Verbetes José Augusto de Araújo*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/araujo-jose-augusto-de>>. Acesso em: 19/12/2018

<sup>1442</sup> *Diário de Notícias, Governador do Acre caiu por ser comunista, 10/05/1964, p. 13*

<sup>1443</sup> CPDOC-DHBB. *Verbetes José Augusto de Araújo*. Op.cit.

<sup>1444</sup> FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia_02.pdf)>. Acesso em: 20/07/2017. p. 5

<sup>1445</sup> *Última Hora, Agora Lomanto Júnior Marcado para Cair, 04/05/1964, p. 4.*

<sup>1446</sup> *Tribuna da Imprensa, Lomanto pode cair esta semana, 05/05/1964, s/p*

<sup>1447</sup> CPDOC-DHBB. *Antônio Lomanto Junior*. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-lomanto-junior>>. Acesso em: 10/06/2018

Permanecendo no cargo até 1966. Após o decreto do AI-2, filiou-se a Arena, elegendo-se senador pelo partido da situação.<sup>1448</sup>

Vê-se, portanto, que as estratégias política de Lomanto Júnior e de Petrônio Portela deram muito mais certo do que qualquer tentativa de Badger da Silveira para manter a “paz” e “ordem” no estado do Rio e, conseqüentemente, se manter no poder. O governador fluminense teve uma curta sobrevida, de apenas um mês, enquanto que os governadores da Bahia e do Piauí atuaram politicamente durante boa parte da ditadura civil-militar. Petrônio Portela era ministro da Justiça quando veio a falecer, em 1980.<sup>1449</sup> Já Lomanto acompanhou todo o processo de reabertura política, chegando a filiar-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), em 1986.<sup>1450</sup>

Já o governador goiano, Mauro Ludovico Borges Teixeira, do PSD, apoiou desde o início o movimento civil-militar de 1964.<sup>1451</sup> Entretanto, esse apoio não foi o bastante para mantê-lo no cargo. Conforme o *Correio da Manhã*, a instabilidade no governo goiano era fruto da demora por parte do governador em executar as prisões de membros do seu secretariado solicitadas pelo “movimento revolucionário”.<sup>1452</sup>

Segundo a *Tribuna da Imprensa*, um dos projetos de *impeachment* propostos contra o pessedista acusava-o de cometer “atos que incidem na legislação de crime de responsabilidade” e de tentar implantar em Goiás um “nôvo estilo de vida, à moda cubana, russa ou chinesa”.<sup>1453</sup> Em novembro de 1964, Mauro Borges foi destituído do cargo a mando do ditador-general Castelo Branco que decretou também uma intervenção militar no estado de Goiás, chefiada pelo cel. Carlos de Meira Matos.<sup>1454</sup>

Quatro meses antes, o governador do Pará, Aurélio Correia do Carmo, do PSD, também foi depois do cargo. Assim como, Mauro Borges, Correia do Carmo apoiou o golpe, segundo o verbete do DHBB, ele foi o primeiro governador a apoiar o movimento civil-militar que derrubou Jango. Apesar disso, foi destituído depois de negar aparecer numa comissão de investigação sumária, a qual tinha sido convocado,

---

<sup>1448</sup> CPDOC-DHBB. Verbetes Petrônio Portela. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/petronio-portela-nunes>>. Acesso em: 26/01/2019

<sup>1449</sup> CPDOC-DHBB. Verbetes Petrônio Portela. Op.cit.

<sup>1450</sup> CPDOC-DHBB. *Antônio Lomanto Junior*. Op. cit.

<sup>1451</sup> CPDOC-DHBB. Verbetes Mauro Ludovico Borges Teixeira. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauro-ludovico-borges-teixeira>>. Acesso em: 10/06/2018

<sup>1452</sup> *Correio da Manhã*, *Militares Vão dizer se Mauro Fica*, 08/05/1964. p. 2

<sup>1453</sup> *Tribuna da Imprensa*, *Queda de Mauro em Votação*, 05/05/1964. s/p

<sup>1454</sup> CPDOC-DHBB. Verbetes Mauro Ludovico Borges Teixeira. Op. cit.

“alegando não ser réu de crime algum”.<sup>1455</sup> A veemente recusa de Aurélio do Carmo culminou na sua cassação, no dia 09 de junho de 1964. No mesmo embalo, o ditador-general Castelo Branco também assinou as cassações do:

vice-governador Newton Burlamaqui de Miranda, a Luís Geolás de Moura Carvalho, prefeito de Belém, e a seu vice-prefeito, Isaac Soares, além de seis outros membros do PSD e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assim como do presidente da seção paraense do Comando Ge-ral dos Trabalhadores (CGT). Na mesma data foram cassados os mandatos de três parlamen-tares, sem a suspensão de seus direitos políti-cos. A conseqüência da onda de punições foi a ida do coronel Jarbas Passarinho para o governo do estado, eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa.<sup>1456</sup>

Fazendo, assim, uma “limpeza geral” no estado do Pará. Poucos dias depois, no dia 13 de junho de 1964, o governador do Amazonas, Plínio Ramos Coelho, do PTB, também foi deposto.<sup>1457</sup> “Sob acusação de corrupção administrativa”, Plínio Coelho foi substituído pelo historiador Artur César Ferreira Reis, nome indicado pelo próprio Castelo Branco.<sup>1458</sup>

Tal como Badger, o governador amazonense também buscou ter uma atitude “conciliatória” com os golpistas, mas, assim como aconteceu com o então governador fluminense, a estratégia não deu certo. No mesmo dia da deposição de Plínio Coelho, o governador do então território federal de Roraima, Francisco de Assis Albuquerque Peixoto, também foi deposto, assumindo em seu lugar o tenente-coronel Dilermando Cunha da Rocha.<sup>1459</sup>

No Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar, do PSP, apoiou o movimento golpista. Apesar disso, foi ameaçado por opositores que defendiam o seu impedimento. Dentre as acusações estava: “enriquecimento ilícito e da prática de irregularidades administrativas”. Frente à pressão política, o governador capixaba renunciou ao cargo em abril de 1966. Mesmo assim, filiou-se a Arena, pois, não teve seus direitos políticos

---

<sup>1455</sup> CPDOC-DHBB. *Verbete Aurélio Correia do Carmo*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carmo-aurelio-correia-do>>. Acesso em 19/12/2018

<sup>1456</sup> CPDOC-DHBB. *Verbete Aurélio Correia do Carmo*. Op. cit.

<sup>1457</sup> CPDOC-DHBB. *Verbete Plínio Ramos Coelho*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-ramos-coelho>>. Acesso em: 10/06/2018 cf. QUEIRÓZ, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 8. n. 15. janeiro-junho de 2016. p. 49-65

<sup>1458</sup> CPDOC-DHBB. *Verbete Artur César Ferreira Reis*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reis-artur-cesar-ferreira>>. Acesso em: 10/06/2018

<sup>1459</sup> *Jornal do Brasil, Presidente nomeia governador, 18/06/1964, p. 5*

cassados. Ainda que tenha se afastado da vida pública após a sua saída polêmica do governo capixaba.<sup>1460</sup>

#### 4.4. Badger após o impedimento e a cassação

Na conjuntura pós-impedimento, as principais preocupações de Badger da Silveira foram o Inquérito da Polícia Militar (IPM) instaurado para investigar a subversão no território fluminense<sup>1461</sup>; e o seu cargo de Ministro do Tribunal de Contas que estava em risco, especialmente, após a cassação dos seus direitos políticos.

Em seu depoimento, Badger declara que “houve uma comissão de oficiais do Exército que investigou a minha vida”. Sobre seu posicionamento político, Badger reforça o fato de ter sido um político trabalhista, tendo em vista isso teria defendido que o PTB era “um partido de transição”. E como tal seria o grande responsável por “uma transição demorada para um socialismo democrático”. Segundo o ex-governador, “iríamos para um socialismo democrático dentro do Partido Trabalhista e não comunista. Eu não era comunista, nunca fui participante de nada do Partido Comunista”.<sup>1462</sup>

E muito por conta disso, Badger afirma que não teria temido que o acusassem de “comunista” e sobre as acusações sabia que não encontrariam nada, “o que eu tinha realmente eram dívidas”. A comissão teria chegado à conclusão de que nada existia contra o governador impedido.<sup>1463</sup> Ainda que não tivesse relações com o PCB, Badger faz uma declaração um tanto que polêmica, afirmando que:

defendi a legalização do Partido Comunista como um partido dentro de um regime democrático porque tem que ter o Partido Comunista. Até o partido fascista, o partido que for. Dentro do regime democrático nós temos que ter todas as manifestações de pensamento do povo. Então o povo é que vai escolher.<sup>1464</sup>

---

<sup>1460</sup> CPDOC-DHBB. *Francisco Lacerda de Aguiar*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aguiar-francisco-lacerda-de>>. Acesso em: 10/06/2018

<sup>1461</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger nervoso*, 10/05/1964. p. 3

<sup>1462</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 111

<sup>1463</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 111

<sup>1464</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 111

Com relação ao cargo de Badger no ministério, os ministros do Tribunal de Contas fluminense deixaram nas mãos do novo governador, general Paulo Torres, a decisão sobre o futuro do trabalhista.<sup>1465</sup> Silveira estava afastado do cargo desde as eleições de 1962. Segundo a *Última Hora*, o cargo de Badger era vitalício.<sup>1466</sup>

Paulo Torres decidiu por manter Badger da Silveira como ministro do Tribunal de Contas do estado do Rio e “dá disponibilidade remunerada a Badger até terminar sua proscricção”.<sup>1467</sup> Isto é, Badger iria continuar recebendo seu salário como ministro mesmo depois de suspenso seus direitos políticos, mas com certo decréscimo. Essa decisão pegou de surpresa a oposição que esperava uma medida mais dura por parte de Torres.<sup>1468</sup>

Ao assumir o governo do estado do Rio, o general Torres declarou que faria “um governo sem perseguições, mas dentro do espírito vitorioso da revolução de abril”.<sup>1469</sup> Assim sendo, a decisão do general estava condizente com sua declaração inicial. Contudo, as críticas a Paulo Torres não pararam por aí. No prontuário feito sobre o general pelo DOPS-RJ pode se observar que o comportamento político de Paulo Torres foi bastante controverso, ao longo de sua trajetória política durante a ditadura.<sup>1470</sup>

Já no seu depoimento oral, Badger da Silveira faz a seguinte declaração sobre o general: “Paulo Torres foi um homem que passou pelo governo sem fazer perseguições, sem prisões que tivessem qualquer caráter de perseguição. Enfim, foi um governador humano a quem eu respeito”.<sup>1471</sup>

Por outro lado, em dezembro de 1964, membros do CRER foram acusados de terem orquestrado uma conspiração contra o governador Paulo Torres, buscando implementar novamente a interventoria de Schueler.<sup>1472</sup> Antônio José de Schueler e Jorge Uchoa de Mendonça (advogado, indicado para ser chefe do gabinete civil durante

---

<sup>1465</sup> *Jornal do Brasil, Tribunal deixa destino de Badger para General, 07/05/64. p. 4; Última Hora, Tribunal de Contas transfere a general demissão de Badger, 06/05/1964, p. 2*

<sup>1466</sup> *Última Hora, Tribunal de Contas transfere a general demissão de Badger, 06/05/1964, p. 2*

<sup>1467</sup> *Jornal do Brasil, Tôres dá disponibilidade remunerada a Badger até terminar sua proscricção, 11/06/1964. p.13;*

<sup>1468</sup> *Jornal do Brasil, Tôres dá disponibilidade remunerada a Badger até terminar sua proscricção, 11/06/1964. p.13*

<sup>1469</sup> *Jornal do Brasil, Tôres afirma que não perseguiu no governo, 05/05/1964. p. 3; Diário de Notícias, Paulo Tôres: Governarei sem ódio mas com prudência, 07/05/1964, p. 5 e 11*

<sup>1470</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícias Políticas (POL). PRONT. RJ, Notação 30096, Paulo Francisco Torres.

<sup>1471</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 112

<sup>1472</sup> *Jornal do Brasil, Estado do Rio nega que o levante na PM fôsse para depor Paulo Tôres, 29/12/1964, p. 4; Luta Democrática, Militares e civis envolvidos na frustrada conspiração para depor o general Paulo Tôres, 05/01/1965. p. 1 ; Diário Carioca, Totalmente esmago “complot” para derrubar o general Tôres, 10-11/01/1965, p. 3*

a intervenção do bancário) foram presos, mas não ficaram muito tempo na prisão, pois foram soltos a pedido do comandante da polícia militar, major José Bismarck de Souza, outro membro do CRER.<sup>1473</sup>

Poucos dias depois da decisão de Torres de dar “disponibilidade remunerada” a Badger da Silveira, o trabalhista sofreu um acidente de trânsito perto da Assembleia Legislativa do estado do Rio, no dia 12 de junho de 1964. De acordo com o *Jornal do Brasil*, um ônibus do Centro de Armamento da Marinha atingiu o carro de Joaquim Sizinio da Rocha, amigo do ex-governador. No momento do acidente, Badger se encontrava no banco do carona.

O motorista do ônibus, o soldado Raimundo Furtado da Silva, declarou que o veículo tinha perdido os freios. Sizinio e Badger ficaram bem.<sup>1474</sup> Vale lembrar que o CAM era chefiado pelo comandante da Marinha, Maurício Dantas Torres, membro do CRER, responsável pela prisão de Badger, no dia 01 de abril de 1964.

Em julho de 1964, a *Tribuna da Imprensa* publicou um dossiê sobre o ex-governador Badger da Silveira. Na reportagem varias acusações foram feitas contra o petebista, dentre elas: incitação da greve dos marítimos do Grupo Carreteiro que levou a eclosão da Revolta das Barcas, em 1959; posse ilegal do governo fluminense devido à consanguinidade com o ex-governador falecido Roberto Silveira; beneficiamento e corrupção através do jogo do bicho; participação e apoio no comício “subversivo” das reformas; e “atuação, decidida, contra o movimento revolucionário de 31 de março de 64, discursando através da chamada ‘rede da legalidade’ de propriedade do sr. Leonel Brizola, chamando vários militares de ‘gorilas’.”<sup>1475</sup>

Ao analisar o dossiê, observa-se que a imprensa oposicionista continuou construindo um perfil político ameaçador do ex-governador, mesmo após o impedimento e cassação. Badger da Silveira foi vendido pelo periódico como “rico, amigo de Jango e agitador comunista”, contrariando, assim, todo o passado político de Badger como uma figura politicamente discreta e moderada. E colocando também no esquecimento o posicionamento político do trabalhista após a vitória do movimento

---

<sup>1473</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Policias Políticas (POL). PRONT. RJ, Notação 23502, Antônio José Schueler.

<sup>1474</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger sofre desastre e fica prêso sem sentidos no carro que viajava*, 13/06/1964.p.5

<sup>1475</sup> *Tribuna da Imprensa*, *Dossiê mostra Badger rico, amigo de Jango e agitador comunista*, 06/07/64. s/p.; ARQUIVO NACIONAL. FUNDO CAMDE. Cartão, textos e recortes de jornais sobre subversão, especialmente no governo de João Goulart III, pág. 7

civil-militar, a qual passa a ser de “conciliação/cooperação” com os agentes políticos da dita “Revolução” de 1964.

De acordo com o *Jornal do Brasil*, Badger da Silveira foi interrogado em inquérito<sup>1476</sup> sobre “a ligação de autoridades com contraventores do jôgo do bicho no Estado do Rio”.<sup>1477</sup> O *Diário de Notícias* ridiculariza a pendência de Badger na polícia da seguinte forma:

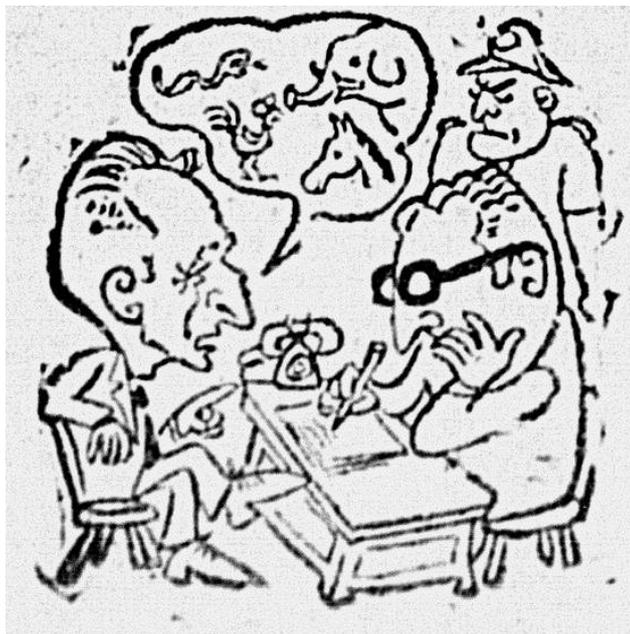


Figura 26 – Caricatura sobre o depoimento de Badger<sup>1478</sup>

Vale lembrar que o *Diário de Notícias* foi um dos jornais que alimentou a oposição contra o governador fluminense durante o intenso abril de 1964. Vê-se, assim, que os ataques contra Badger continuaram ainda depois do seu *impeachment*. Segundo publicação do *Jornal do Brasil*, o general Carvalho Lisboa declarou que a permanência de Badger, em abril de 1964,

à frente do Executivo estadual criou uma série de dificuldades ao desenvolvimento das atividades revolucionárias, não por resistência sua, já que não tinha condições para fazê-lo, mas pelo aspecto desmoralizante da manutenção no poder de um elemento

<sup>1476</sup> *Jornal do Brasil*, *Badger vai depor hoje sobre bicho*, 27/05/1964, p. 3; *Jornal do Brasil*, *Depoimentos de 4 grandes sobre bicho*, 30/05/1964, p. 3

<sup>1477</sup> *Diário de Notícias*, *Resenha Policial: Badger vai dizer como ia até às propinas do bicho*, 11/07/1964, p. 6

<sup>1478</sup> *Diário de Notícias*, *Resenha Policial: Badger vai dizer como ia até às propinas do bicho*, 11/07/1964, p. 6

comprovadamente comprometido com o governo federal deposto e perfeitamente sintonizado com seus objetivos desagregadores”.<sup>1479</sup>

Jogando, assim, Badger da Silveira para debaixo do ônibus. Ao passo que esqueceu seu papel, garantindo a continuidade de Silveira no poder após sua prisão, no dia 01 de abril. Foi o general quem acompanhou Badger de volta para o seu posto no Palácio do Ingá, no dia 02 do mesmo mês. Por sua vez, Carvalho Lisboa ainda acusou o governo Badger de proteger a “ação de comunistas no Estado do Rio”. O general fez essa declaração após cerimônia, na qual transferiu o seu cargo de comte. da ID-1 para o coronel Raimundo Ferreira de Sousa.<sup>1480</sup>

Após a deposição de Badger, várias demissões de funcionários públicos decretadas pelo governador no início do seu governo foram revistas pela justiça e pela Assembleia Legislativa Fluminense.<sup>1481</sup> A polêmica “operação-moralidade” tinha sido uma das vitórias do governo Badger. Sendo assim, a revisão dos seus decretos foi mais um balde de água fria no legado do governador impedido.

Em contrapartida, Badger da Silveira se afasta da vida pública. Entre os anos de 1966-1967, o ex-governador trabalhista destaca em seu relato oral que teria ido à casa do general Paulo Torres. Nessa época, Torres já tinha deixado o posto de governador e tinha sido eleito senador pela legenda da Arena. Silveira afirmar que:

[...] estive na casa dele para agradecer uma referência que ele fez no Senado, quando não havia necessidade de fazer. O substituto dele foi o Jeremias e o chefe do Serviço de Informações do Jeremias fez uma declaração dizendo que o Jeremias foi até então o melhor governador que o Estado do Rio tinha tido. Um bobo, um pusilânime, só podia ser. Então o Paulo Torres fez um discurso no Senado dizendo que lamentava que no estado dele tivesse um diretor de um departamento de informação que fizesse uma declaração daquela; porque o Estado do Rio tinha tido grandes governadores como fulano, beltrano, sicrano, Roberto Silveira e Badger Silveira. De modo que essa declaração, quando não havia necessidade, em uma fase ainda revolucionária, a meu respeito, eu achei que devia agradecer essa manifestação pessoal dele. E também na campanha dele na televisão,

---

<sup>1479</sup> *Jornal do Brasil, Govêrno protegia ação de comunistas no Estado do Rio, acusa gen. Lisboa, 27/05/1964, p. 5*

<sup>1480</sup> *Jornal do Brasil, Govêrno protegia ação de comunistas no Estado do Rio, acusa gen. Lisboa, 27/05/1964, p. 5*

<sup>1481</sup> *Luta Democrática, Vitória dos servidores fluminenses: Exonerados por Badger vão ser reintegrados!, 22/05/1964, p. 1; Jornal do Brasil, Assembléia fluminense dá aprovação a projeto que prevê volta de “marajás”, 22/05/1964, p.13; Diário de Notícias, Cargos não serão extintos, 13/08/1964, p. 4; Diário de Notícias, Supremo anula demissão, 13/08/1964, p. 4*

eu assisti, ele disse: “Recebi o governo em ordem das mãos honradas do dr. Badger Silveira.”<sup>1482</sup>

Já em 1969, o nome do ex-governador fluminense aparece em diferentes páginas do processo aberto contra o senador João Batista de Vasconcelos Torres pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN). O documento se encontra no fundo do CSN, no Arquivo Nacional.<sup>1483</sup>

No processo acusam o senador de ter confabulado uma possível candidatura sua ao governo do estado do Rio, em 1965, com o apoio do governador deposto Badger da Silveira, entre várias outras acusações.<sup>1484</sup> Vale lembrar que Vasconcelos Torres foi eleito senador pelo estado do Rio na chapa de Badger no pleito de 1962, rompendo com seu antigo partido PSD e filiando-se ao PTB.<sup>1485</sup>

Após o decreto do Ato Institucional nº 2<sup>1486</sup>, em outubro de 1965, o senador filiou-se a Arena. Apesar disso, o secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, general Jayme Portella de Mello, assinou um relatório solicitando à presidência que fossem “suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS TORRES consoante dispõe o artigo 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968”.<sup>1487</sup>

A partir desse documento podemos observar que ninguém estava totalmente a salvo de perseguições políticas e de investigações durante o regime autoritário. No entanto, Vasconcelos Torres nunca foi cassado e continuou atuando politicamente até a sua morte, em 1982.<sup>1488</sup>

Em seu depoimento, o ex-governador contestou as acusações de que teria atuado nos bastidores da política fluminense durante a ditadura. Badger relata que certos rumores diziam que quem o denunciou uma das vezes foi o deputado Paulo Pfeil<sup>1489</sup>,

---

<sup>1482</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 113

<sup>1483</sup> ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo Conselho de Segurança Nacional, BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_CSS\_0899\_d0001de0001.

<sup>1484</sup> ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo Conselho de Segurança Nacional, BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_CSS\_0899\_d0001de0001.

<sup>1485</sup> CPDOC-DHBB. *Verbete João Batista de Vasconcelos Torres*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-vasconcelos-torres>>. Acesso em: 13/01/2019

<sup>1486</sup> Ver mais: ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 02/06/18

<sup>1487</sup> ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo Conselho de Segurança Nacional, BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_CSS\_0899\_d0001de0001, p. 20

<sup>1488</sup> CPDOC-DHBB. *Verbete João Batista de Vasconcelos Torres*. Op.cit.

<sup>1489</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 113 e 114

primeiro da UDN e, mais tarde, da Arena. E que devido às acusações feitas contra ele, teria sido chamado para dar explicações.<sup>1490</sup> Depois disso, Badger da Silveira afirma que teria tomado:

uma deliberação de evitar todo contato, toda a aparição, já não ia mais a casamento, a batizado, a festa, não ia a lugar nenhum para não ter nenhum aborrecimento que pudesse ter ligações com investigação etc. O Heleno um dia me disse, logo depois: “Governador — ainda me chamava de governador —, você tenha cuidado com as pessoas com quem você anda, com quem vem aqui na sua casa, conversa ao telefone porque seu telefone é controlado e você está sendo vigiado.” E eu disse: “Heleno, acontece o seguinte: se eu tivesse 50% de probabilidade de participar de um movimento que pudesse derrubar o que está aí, evidentemente eu entraria. Mas a questão é que não há probabilidade nenhuma. Zero, zero, zero, zero. Então, pode todo mundo ficar me vigiando, andando atrás de mim, fiscalizando meu telefone que não vão encontrar coisa nenhuma contra mim. Mesmo porque eu não tenho espírito de guerrilheiro, de guerrilha, essas coisas. Então é bobagem. Eu agradeço sua advertência mas pode estar tranqüilo que eu não participo nem participarei de movimento nenhum. A não ser que tivesse realmente uma chance enorme de poder equilibrar forças. Mas não tem e nunca vai ter.”<sup>1491</sup>

Nota-se, assim, que mais uma vez o almirante Heleno Nunes age em favor de Badger, ao alertá-lo sobre as vigilâncias entorno dele. É importante lembrar que Nunes foi líder da Arena e teve ligações íntimas com o governo autoritário, chegando a chefiar a CBF, durante a ditadura civil-militar. Além disso, Badger deixa nítido nesse relato que não se envolveu e muito menos atuou como oposição ao regime ditatorial. Provando-se, assim, mais conservador do que moderado, ao buscar respeitar “a risca” sua cassação, apesar do Brasil, escancaradamente, não ser mais uma democracia.

Badger da Silveira só volta aparecer oficialmente no cenário político brasileiro durante a conjuntura de reabertura política nos anos finais da ditadura civil-militar. Em suas memórias, Badger diz que inicialmente defendeu “a não criação de partidos políticos”<sup>1492</sup>, assim, manter-se-ia toda a oposição no MDB – Movimento Democrático Brasileiro<sup>1493</sup>, criado depois do AI-2 que instaurou o sistema bipartidário no Brasil.<sup>1494</sup>

---

<sup>1490</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 113 e 114

<sup>1491</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 113 e 114

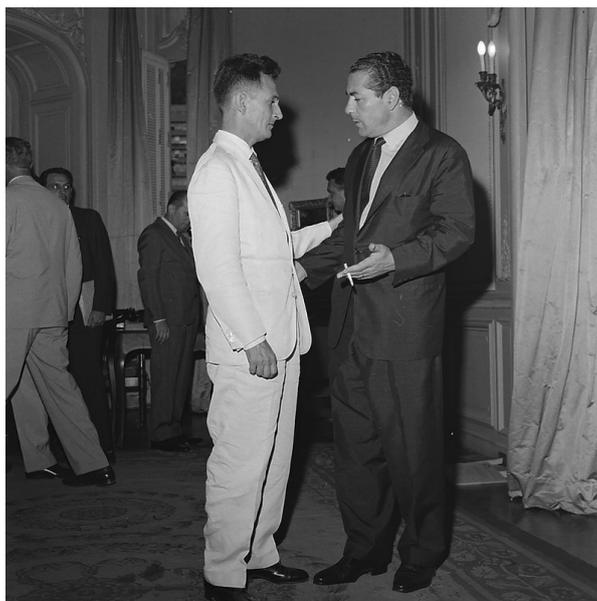
<sup>1492</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 114

<sup>1493</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Op. cit.

<sup>1494</sup> Ver mais: ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 02/06/18

Como as tentativas nesse sentido não deram certo devido à pluralidade dos grupos que fizeram oposição ao regime ditatorial, o governador passou a apoiar o “ressurgimento do PTB”<sup>1495</sup>, o qual “era um partido de tradição, que tinha raízes na massa”.<sup>1496</sup>

Tendo em vista isso, teria feito algumas reuniões em sua casa, “convocando os velhos companheiros do partido”. Dentre eles, Edésio da Cruz Nunes, Valmir Silva, Herval Basílio, Michel Saad, José Saad e Osvaldo Gomes. O ex-governador destaca que teria reunido “sempre 40, 50 pessoas lá em casa para retomar o caminho do Partido Trabalhista Brasileiro. Nessa fase a gente tinha contato com o Brizola e tal”.<sup>1497</sup>



**Figura 27 – Badger e Brizola, foto tirada entre 1962-1964**<sup>1498</sup>

Sobre a disputa entre Leonel Brizola e Ivete Vargas pelo nome da legenda, Badger da Silveira descreve o político gaúcho “como uma pulga que quer um cachorro só para ela. Ele queria um partido para ele e entrou logo em divergência com a Ivete Vargas”.<sup>1499</sup>

---

<sup>1495</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Op. cit.

<sup>1496</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 114

<sup>1497</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 114

<sup>1498</sup> ARQUIVO NACIONAL, Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_PPU\_01644\_d0001de0002.

<sup>1499</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Op. cit.

Com essa fala logo se repara que Badger não era muito fã de Brizola, ao contrário do que era noticiado pela imprensa oposicionista. Ao longo dos seus relatos<sup>1500</sup>, o ex-governador fluminense não fez muitos comentários sobre sua relação com o político gaúcho, mas pelos poucos feitos fica nítido que não eram muito próximos. Principalmente, porque as posturas políticas eram bem diferentes se comparadas. Badger era de uma ala mais moderada do PTB, enquanto que Brizola era quem impulsionava o partido para uma pauta mais radical e de esquerda.

Observa-se ao longo da narrativa de Badger que o ex-governador faz deferência a memória de Getúlio Vargas e em nenhum momento faz menção ao período do Estado Novo como ditadura. Chegando a lembrar que sua família filiou-se ao PTB, depois de 1945, muito por conta do seu pai, Boanerges Borges da Silveira, ser getulista.<sup>1501</sup> Dito isso, depois que Ivete Vargas ganhou a disputa judicial, Badger, prontamente, apoiou a filha de Getúlio. Nas palavras do ex-governador: “eu era do PTB, portanto ficaria com a Ivete”.<sup>1502</sup>

Enquanto que Leonel Brizola construiu outro partido, o PDT, Partido Democrático Trabalhista. Badger afirma em seu depoimento que teria aconselhado seu sobrinho Jorge Roberto Saad Silveira, filho de Roberto, a juntar-se ao PTB e não ao PDT. Contudo, Jorge Silveira optou por apoiar o partido de Brizola.<sup>1503</sup>

Partido pelo qual Jorge Silveira foi eleito três vezes prefeito de Niterói, ao decorrer da Nova República. Em 2002, desincompatibilizou-se da prefeitura para concorrer ao governo do estado, mas perdeu para Rosinha Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O resgate do legado político da família Silveira foi uma das falas de campanha do sobrinho de Badger.

Em seu relato oral, Badger da Silveira enfatiza que logo de início teria se dado conta que estaria “correndo um certo risco” ao se envolver novamente com o PTB. Muito por conta do seu cargo como conselheiro do Tribunal de Contas do estado “e, como tal, não podia participar de atividades político-partidárias”.<sup>1504</sup>

---

<sup>1500</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: capítulos IV e V.; SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min).

<sup>1501</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 2

<sup>1502</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulo V.

<sup>1503</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 114

<sup>1504</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 114

Entretanto, o ex-governador afirma que ainda teria participado de alguns encontros e teria chegado a apoiar a candidatura de Sandra Cavalcanti, ex-deputada udenista e arenista<sup>1505</sup>, pela legenda do novo PTB. De acordo com Badger, “mesmo que ela não estivesse integrada no espírito do Partido Trabalhista, ajudaria o partido a fazer uma boa bancada federal, uma boa bancada estadual. E mesmo que ela amanhã tomasse outro rumo, o partido teria se consolidado melhor”.<sup>1506</sup>

O ex-governador relata que desde seu apoio a Sandra Cavalcanti teria começado a ser “marginalizado pelos elementos que tomaram conta do partido”.<sup>1507</sup> Badger também destaca que uma ala ligada a ele teria querido que fosse candidato a vice-governador pelo PTB, levando com que se afasta-se do partido, visto que não queria concorrer a nenhum cargo eletivo.<sup>1508</sup>

Por sua vez, Badger da Silveira finaliza sua entrevista agradecendo seus entrevistadores, destacando:

Eu é que agradeço a oportunidade que tive de prestar um depoimento que talvez até eu transforme em uma publicação para ser um depoimento não só fechado dentro de centro de pesquisa, que possa interessar aos pesquisadores, mas também, de um certo modo, a dar uma satisfação ao povo fluminense. A essas gravações eu terei acesso, e terei cópia e poderei daí partir realmente para publicar um livro que eu tenho interesse em publicar. E acho que vocês estão prestando um grande serviço à história do Estado do Rio, manter essa memória ouvindo os homens que participaram de fatos realmente interessantes para a história do nosso estado”.<sup>1509</sup>

Observa-se nas palavras finais de Badger a importância que o mesmo dava ao fato de poder contar sua própria história. E da mesma chegar aos ouvidos de toda população fluminense. Tanto a entrevista concedida por Badger da Silveira ao prof. Dr. José Ribas Vieira quanto à autobiografia não-publicada do ex-governador fazem parte

---

<sup>1505</sup> CPDOC-DHBB. *Verbete Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>>. Acesso em: 20/12/2018

<sup>1506</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 115

<sup>1507</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Esboço autobiográfico: Capítulo V*.

<sup>1508</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 115

<sup>1509</sup> SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Badger da Silveira* (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min). p. 115

de um “gênero de escritos”<sup>1510</sup>, conhecido como “escrita auto-referencial ou escrita de si”<sup>1511</sup>, que, por sua vez, tem uma forte relação com a metodologia História Oral.<sup>1512</sup>

De acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes, os agentes históricos constroem “uma identidade para si” ao narrar sua história de vida e/ou contar um determinado episódio que vivenciaram. Diante disso, esses relatos pessoais são “por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários”<sup>1513</sup>, e a importância do estudo dessas fontes históricas mora exatamente no fato das mesmas serem subjetivas, ao trazer o olhar dos “investigados”. A pesquisadora destaca que:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem.<sup>1514</sup>

Tendo em vista isso, Angela de Castro Gomes ressalta que esse encantamento gerou certo receio com relação ao uso dessas fontes.<sup>1515</sup> Contudo, a historiadora alerta que a análise crítica desse tipo de documentação “não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra”.<sup>1516</sup> Porém, nós pesquisadores precisamos nos atentar para a especificidade da “escrita de si” (subjetiva e fragmentada) ao nos debruçarmos sobre ela, evitando, assim, encantamentos.

Dito isso, ao analisarmos os “registros de memória” de Badger da Silveira devemos levar em consideração que o ex-governador tinha por objetivo conservar seu espaço e o da sua família dentro da memória Fluminense. Haja vista, a forma abrupta que tanto ele quanto seu irmão deixaram o governo do estado do Rio. Roberto devido a um fato jurídico natural (a morte) e Badger a força após o golpe civil-militar de 1964.

---

<sup>1510</sup> GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

<sup>1511</sup> GOMES, Angela de Castro (Org.). Op.cit., p. 10

<sup>1512</sup> Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>1513</sup> GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Op. cit, p. 13

<sup>1514</sup> GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Op. cit, p. 15

<sup>1515</sup> “ilusão biográfica”. Ver mais: BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>1516</sup> GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Op. cit, p. 15

Apesar do governador Badger da Silveira ter sido um dos vários políticos presos e cassados durante a ditadura. A sua postura “ambivalente”<sup>1517</sup> durante o intenso abril de 1964, último mês do seu governo, levanta certos questionamentos. Sobre isso, uma das suas filhas, Ana Maria Silveira, “articulista”<sup>1518</sup> do jornal, *O Norte Fluminense*<sup>1519</sup>, justifica as atitudes tomadas por seu pai da seguinte forma:

Pequeno esclarecimento: O que poucos sabem: após o golpe militar, em 1º de Abril de 1964, Badger NÃO quis ficar no poder, como muitos pensam e divulgam. Não é tão simples assim. Quando tomou conhecimento dos fatos, Badger percebeu que não teria mais condições de ficar no governo, mas também não iria renunciar. Tinha um compromisso com seu povo, foi eleito democraticamente. Os fatos foram se descortinando e alguns golpistas, ávidos pelo seu posto, o deixavam apreensivo, por serem indivíduos de má índole, má fé, com perfis de perseguidores e revanchistas, despreparados para um cargo de tal importância. Havia toda uma população a proteger e a respeitar e Badger se sentia responsável por ela. Nesses 30 dias pós-golpe, foi perseguido, ameaçado e quase morto por mais de uma ocasião. Recusou a oferta de exílio de umas cinco ou seis Embaixadas. Foi ganhando tempo para, por trás dos bastidores, conseguir indicar como seu sucessor uma pessoa de caráter. Por convite, foi à “posse” do “Presidente” Castelo Branco, o que lhe valeu um enorme custo político, mas que em cuja ocasião pode solidificar o nome do General Paulo Torres, homem de bem, para sucedê-lo no governo. Seus contatos principais foram o Governador Amaral Peixoto e um dos secretários de governo, de patente militar. Badger jamais renunciaria. Como o caso de sua sucessão estava resolvido, não tinha mais o que fazer no governo. Estudou com seus correligionários uma maneira digna de deixar o cargo. Quando achou que a Assembleia Legislativa iria pedir seu impedimento, votaram maciçamente uma moção de apoio. Em 30 de Abril o deputado Nicanor Campanário solicitou e os deputados votaram o impeachment de Badger Silveira.<sup>1520</sup>

Percebe-se, assim, que há uma tentativa por parte da filha em conservar a memória do pai. Vale lembrar que a família tem a guarda do esboço autobiográfico de Badger. Dito isso, “o esclarecimento” de Ana Silveira está aparentemente calcado nas

---

<sup>1517</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *Apresentação*. IN: \_\_\_\_\_ . A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Vol.2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>1518</sup> *O Norte Fluminense, Filha do ex-Governador Badger Silveira é a nova articulista de O Norte Fluminense*, 05/01/2015. Disponível em: <<http://onortefluminense.blogspot.com/2015/01/filha-do-ex-governador-badger-silveira.html>>. Acesso em: 14/01/2019

<sup>1519</sup> Fundado em 1946, por Ésio Martins Bastos. No periódico online encontram-se várias reportagens sobre a família Silveira, principalmente, sobre os irmãos Roberto e Badger da Silveira. Disponível em: <<http://onortefluminense.blogspot.com/>>.

<sup>1520</sup> *O Norte Fluminense, Dezessete anos sem Badger Teixeira da Silveira*, 09/05/2016. Disponível em: <<http://onortefluminense.blogspot.com/2016/05/dezessete-anos-sem-badger-teixeira-da.html>>. Acesso em: 05/10/2016

memórias deixadas pelo seu pai. Dessa forma, “encantamentos” com a fonte podem ser mais recorrentes, haja vista, a relação de parentesco (proximidade) e a natureza do documento. Podendo, assim, mexer com qualquer pessoa na mesma situação.

É importante ressaltar que essa explicação da filha de Badger foi dada no setor de comentários do *O Norte Fluminense*. Após uma reportagem, escrita pela advogada Lucília Stanzani, que destaca os dezessete anos do falecimento de Badger publicada no dia 09 de maio de 2016.<sup>1521</sup> Demonstrando, portanto, como a memória sobre Badger e sua família está sendo atualmente resgatada em sua terra natal.

Em 07 de agosto de 2016, um grupo denominado “Associação dos Amigos do Memorial Governadores Roberto e Badger Silveira” inaugurou o “Memorial Governadores Roberto e Badger Silveira”, em Bom Jesus de Itabapoana, em homenagem aos filhos ilustres do município.<sup>1522</sup>

Em comemoração a abertura do “lugar de memória”<sup>1523</sup>, a prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vânia Leite Fróes escreveu um memorial em homenagem aos irmãos Teixeira da Silveira, no qual lembra que os conheceu ainda criança, visto que seu pai era “amigo da família Silveira”. A historiadora lembra-os como representantes de um “modelo de político orgulhoso de suas origens, com fortes vínculos com a terra que representavam, cujos ideais prendiam-se ao bem-comum mais que aos propósitos individuais, reforçando identidades cidadinas e regionais”.<sup>1524</sup> Sobre a deposição de Badger a professora lembra que foi uma:

Dura decepção quando as portas do Palácio se fecharam para os jovens, para o povo e para as utopias. Nosso governador eleito foi destituído. Os sonhos haviam acabado. Os anos de chumbo chegavam, impondo o medo e o autoritarismo, sufocando artistas e intelectuais, impondo a censura e os governadores biônicos.

Hoje resgatamos nossas lembranças nas justas medidas em que devem estar. Materializadas em pedra e argila este memorial é um lugar de memória, que presentifica merecidamente atos e feitos de nossos contemporâneos os irmãos Roberto e Badger Silveira.<sup>1525</sup>

---

<sup>1521</sup> *O Norte Fluminense, Dezessete anos sem Badger Teixeira da Silveira, 09/05/2016*. Disponível em: <<http://onortefluminense.blogspot.com/2016/05/dezessete-anos-sem-badger-teixeira-da.html>>. Acesso em: 05/10/2016

<sup>1522</sup> Link do site do Memorial Governadores Roberto e Badger Silveira: <<http://memogovrobertoebadgersilveira.blogspot.com/>>

<sup>1523</sup> Ver mais: NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 20/07/2017

<sup>1524</sup> FRÓES, Vânia Leite. *Memorial dos irmãos Roberto e Badger Silveira*. Disponível em: <<http://onortefluminense.blogspot.com/2016/08/memorial-dos-irmaos-roberto-e-badger.html>>. Acesso em: 21/12/2018

<sup>1525</sup> FRÓES, Vânia Leite. *Memorial dos irmãos Roberto e Badger Silveira*. Op.cit.

Sendo o memorial escrito pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vânia Fróes, um claro exemplo de como os irmãos Roberto e Badger são lembrados na sua cidade natal e em cidades interioranas pelas quais passaram, como Resende, no caso de Badger da Silveira. Com carinho, respeito e saudosismo. Já se aumentarmos o escopo de análise, Roberto da Silveira continua sendo uma figura muito lembrada e conhecida, enquanto que Badger é uma figura que fica mais no ostracismo. Ainda que ambos não tenham trabalhos que se dediquem ao estudo dos seus governos propriamente, até o momento.

Segundo reportagem do *O Norte Fluminense*, existe a perspectiva da publicação de um livro “com textos inéditos datilografados pelo próprio ex-governador Badger Silveira”. O periódico ainda enfatiza que “esta obra, que será editada pela Editora O Norte Fluminense, promete agitar a historiografia do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil”. E será lançada durante um grande encontro programado com a família Silveira e amigos, em agosto de 2019. A reunião será promovida pela “a Associação dos Amigos do Memorial Governadores Roberto e Badger Silveira, em parceria com a Secretaria de Cultura, Turismo e Urbanismo, e a Prefeitura Municipal”.<sup>1526</sup>

Esses textos provavelmente devem ser fragmentos do esboço autobiográfico deixado pelo ex-governador. Em 09 de maio de 2019, Badger da Silveira fará vinte anos de falecido. O livro deve sair exatamente em comemoração a essa data simbólica, buscando promover a memória sobre o ex-governador fluminense.

Enquanto isso, já se tem uma biografia e um documentário sobre o seu irmão Roberto. Ambas as obras dividem o mesmo título, “Roberto Silveira - A Pedra e o Fogo”, e foram lançados em 2003. A biografia foi escrita pelo jornalista José Sérgio Rocha e publicado pela editora Casa Jorge Editorial, propriedade do filho do ex-governador, Jorge Silveira.

Oficialmente, o nome de Badger da Silveira é lembrado numa curta avenida, que fica localizada entre o Shopping Plaza Niterói e o campus do Valonguinho, da UFF, no centro de Niterói. Além de uma rua no município de Duque de Caxias, no bairro Parque da Felicidade; e uma unidade da saúde da família, USF Badger Silveira, localizada no bairro de Tribobo, em São Gonçalo.

Hoje, quase 55 anos depois do seu impedimento, muitas pessoas cariocas e fluminenses não fazem a mínima idéia de que existiam dois governos completamente

---

<sup>1526</sup> *O Norte Fluminense, Filha do ex-governador Badger Silveira visita Bom Jesus do Itabapoana, 04/01/2019*. Disponível em: < <http://onortefluminense.blogspot.com/2016/05/dezessete-anos-sem-badger-teixeira-da.html>>. Acesso em: 14/01/2019

diferentes e autônomos na região que conhecemos atualmente, como estado do Rio de Janeiro. Muitos se quer ouviram falar de Badger da Silveira e do seu impedimento, em 1964. Segundo o sociólogo Michael Pollak, “existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”.<sup>1527</sup>

Nesse sentido, observa-se, seja pela fusão, em 1975, do estado do Rio com o estado da Guanabara, ou pelos “não-ditos” da Ditadura Civil-Militar, que há certo “esquecimento e silêncio” a respeito do antigo estado do Rio de Janeiro, de maneira especial sobre o governo Badger. Enquanto que, em comparação, muito já se falou do estado da Guanabara; do papel hostil que o governador Carlos Lacerda (1960-1965) fez ao governo do presidente Goulart; e do seu apoio ao movimento civil-militar de 1964.

Durante toda pesquisa, observei que era muito difícil falar de Badger sem precisar recorrer à figura do seu irmão mais novo. O que é normal se pensarmos como a morte de Roberto afetou a população fluminense. Entretanto, a deposição de Badger também foi um episódio importante na história da capital, Niterói, mas não é guardada com a mesma força na memória fluminense.

Em suma, o governador Badger da Silveira (1963-1964) foi um importante articulador político trabalhista no estado do Rio e um importante aliado do governo João Goulart (1961-1964). E foi exatamente essa aproximação política entre Badger e Jango que alimentou a oposição contra o governador fluminense durante o golpe civil-militar, levando ao seu *impeachment* e a sua cassação, em maio de 1964.

Por outro lado, a tentativa de “conciliação” de Badger após o golpe não surtiu efeito, abrindo, assim, um precedente para outros governadores. Antes e depois de Badger, vários chefes estaduais, golpistas ou não, foram depostos dos seus cargos por diferentes motivos. O que podemos tirar disso é que o golpe de 1964 teve a participação de civis, de militares e de diferentes grupos de pressão, os quais não eram homogêneos entre si, sobretudo, com relação aos caminhos que o movimento civil-militar deveria seguir.

Cada estado e território federal tiveram suas especificidades. No estado do Rio, Badger foi deposto devido à radicalização de políticos conservadores, da imprensa oposicionista, das mulheres das direitas, de padres anticomunistas e de militares que não

---

<sup>1527</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, Silêncio*. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em: 10/09/16. p. 8

queriam um antigo aliado do presidente Goulart no governo fluminense, custe o que custar... a liberdade de expressão, os direitos políticos, a democracia!

## Considerações Finais

Ao longo dessa pesquisa, observamos que a projeção da família Teixeira da Silveira no cenário político fluminense estava intrinsecamente atrelada ao próprio crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro no antigo estado do Rio de Janeiro. Membros da família participaram ativamente no processo de construção de diretórios do PTB em diferentes municípios fluminenses, como em Bom Jesus de Itabapoana (cidade natal dos Teixeira da Silveira); em Resende (local onde Badger da Silveira residiu por um tempo, exercendo cargos públicos e políticos); e na capital Niterói (onde Roberto da Silveira fez toda sua trajetória acadêmica e política, seguindo os passos do seu irmão mais velho Badger na antiga Faculdade de Direito de Niterói).

Ainda que não possamos falar especificamente sobre uma cultura política trabalhista fluminense, podemos com toda certeza afirmar que a família Teixeira da Silveira foi extremamente importante para a construção e o desenvolvimento do PTB no estado do Rio. E as consecutivas eleições de Roberto (1958) e de Badger (1962) foram uma prova da importância da família dentro do cenário político fluminense.

As vitórias de ambos demonstram também como o *amaralismo*, representado na figura de Amaral Peixoto (PSD) que liderou a política fluminense por anos a fio, perdeu a força política de outrora. Comprovando, assim, a tese geral de que o PSD caiu de produção eleitoralmente, ao decorrer do período entre 1946-1964.

Vale ressaltar que devido a crescente proeminência da família Teixeira da Silveira no cenário político e social desse período, o trabalhismo fluminense, sobretudo na capital Niterói, foi desenvolvido entorno desse grupo familiar e da sua rede de sociabilidade. Protagonismo político esse concentrado, especialmente, na figura de Roberto da Silveira.

Jovem e carismático, Roberto carregava consigo as perspectivas de elevar o nome de sua família a um nível nacional ao passo que ia crescendo politicamente dentro e fora do PTB; e de consolidar a recém posição de liderança do partido no estado do Rio. Contudo, sua morte precoce fez com que seu irmão mais velho, Badger da Silveira, passasse a ser o principal nome da família Teixeira da Silveira e do PTB fluminense. Nesse contexto politicamente incerto, Badger ficou responsável por levar adiante os projetos políticos de ambos os grupos. Planos esses que se encontravam ameaçados após o falecimento inesperado de Roberto.

Nessa conjuntura, Badger da Silveira conquistou o principal posto do executivo fluminense muito por conta de três fatores: primeiro através da memória, na época

muito recente, da morte trágica do seu irmão, o ex-governador Roberto da Silveira (1958-1961), fato esse nunca negado por Badger em suas memórias; segundo devido ao crescimento do trabalhismo no estado do Rio; terceiro e último a disputa acirrada com o deputado Tenório Cavalcanti (PST), durante a qual Badger utilizou-se do discurso do “perigo vermelho” para conquistar o eleitorado mais conservador fluminense.

Apesar de serem irmãos e correligionários, Badger e Roberto tinham posturas políticas um tanto distintas. Badger da Silveira era um político mais discreto, moderado e pragmático, enquanto seu irmão era um dos principais nomes da ala jovem reformista do PTB. No entanto, Badger defendeu bandeiras reformistas ao longo de seu curto governo, cumprindo, assim, uma das suas principais promessas de campanha. Isto é, de continuar o legado político de seu irmão, Roberto.

É importante destacar que as pautas reformistas também estavam em alta no governo João Goulart (1961-1964), especialmente nos seus momentos finais. Diante disso, o trabalhismo fluminense pode ser entendido numa linha mais reformista tanto devido à influência presencial e, mais tarde, simbólica de Roberto da Silveira quanto às próprias demandas cada vez mais reformistas e progressistas do governo Goulart, as quais Badger da Silveira buscou apoiar “intransigentemente” ao decorrer do seu mandato. Por sua vez, Badger defendia que essas medidas deveriam ser concretizadas respeitando os preceitos legais, sem radicalismos de qualquer espécie.

Dito isso, vimos também que o governo Badger (1963-1964) foi palco da crescente polarização política que marcou o início dos anos 1960 no Brasil. E muitas das questões polêmicas desse período como a luta pela terra e os movimentos sindicais também tiveram repercussão no estado do Rio.

Como já apontado, Badger da Silveira apoiou abertamente o presidente João Goulart. Tornando-se, dessa forma, um importante contraponto ao governador Carlos Lacerda, no estado da Guanabara. Ao passo que a radicalização política foi aumentando, Badger continuou apoiando Jango, chegando a defender muitas propostas das esquerdas progressivas, como a implantação das reformas de base, a nacionalização e a estatização de serviços considerados de primeira necessidade, como luz e água.

O apoio de Badger a Goulart culminou no discurso proferido pelo governador fluminense no histórico comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. E no pronunciamento feito por Badger, apoiando o governo Goulart e a legalidade, o qual foi transmitido pela Rádio Nacional, no dia 01 de abril de 1964, levando a sua prisão, no

final do mesmo dia. Em ambos os casos, Badger foi o único governador petebista a se pronunciar.

Devido a seu apoio a Goulart, o governador foi retirado à força do Palácio do Ingá por um grupo de militares ligado ao Comando Revolucionário do Estado do Rio (CRER). Grupo de pressão fundado por civis e militares e liderado por Antônio Schueler, o qual se autointitulou interventor do estado depois da prisão de Badger.

Por sua vez, Badger da Silveira não ficou nem um dia inteiro preso. Após reassumir o Palácio do Ingá, o governador buscou se “conciliar” com os golpistas, cooperando com boa parte das demandas dos ditos “revolucionários”. Essa postura de Badger pode levar a dois tipos de leituras iniciais: 1ª – o governador pode ser entendido como um traidor, principalmente pelas esquerdas, porque ele permaneceu no governo e dialogou com as forças golpistas; 2ª – a permanência de Badger e sua atuação no governo após o golpe pode demonstrar uma ideia vigente no início da ditadura em que se acreditava que a intervenção militar seria temporária, haja vista as expectativas da manutenção do calendário eleitoral, sobretudo, com relação à eleição presidencial de 1965.

Contudo, optamos por uma terceira explicação. Ao analisarmos a postura política de Badger percebemos que o governador teve um comportamento ambíguo ao decorrer de toda a sua trajetória política. Visto que, num primeiro momento ele se utiliza do discurso anticomunista para suprimir a campanha de Tenório que teve o apoio de membros do clandestino Partido Comunista Brasileiro; já durante a radicalização, principalmente em março de 1964, Badger endossou o discurso progressista de Goulart e das esquerdas sobre as reformas de base, culminando em sua participação no comício de 13 de março de 1964; e apoiou Goulart durante o golpe, mas quando o presidente foi obrigado a sair de cena, o governador fluminense passa a dialogar com os golpistas, ao mesmo tempo em que nega seu apoio as medidas mais “radicalizadas” de Jango e das esquerdas.

Durante as suas declarações a imprensa, em abril de 1964, o governador ao contestar seu envolvimento com os ditos “subversivos” reforçava sempre o discurso de que era um político cristão, antiesquerdista e democrata, sendo avalizado pelo bispo de Nova Friburgo, Dom Clemente Isnard (anticomunista convicto). Ao passo que outros membros da igreja eram contrários a sua permanência no governo fluminense, especialmente, o padre Menceslau Valiukevicius (membro do CRER).

Tendo em vista o comportamento do governador ao decorrer de sua trajetória política, Badger da Silveira pode ser entendido a partir do conceito “pensar duplo”, elaborado pelo pesquisador francês Pierre Laborie.<sup>1528</sup> Ao destacarmos que Badger da Silveira teve uma postura “ambivalente”<sup>1529</sup> após o golpe, não queremos dizer que o político apoiou o golpe de 1964 ou a ditadura, mas sim que o governador passou a tomar medidas mais cautelosas, de não enfrentamento aos golpistas. Buscando, assim, a “conciliação”. Contudo, não podemos afirmar com certeza absoluta se era uma estratégia pura e simples para se manter no poder (fisiologismo político) ou se era uma forma de evitar represálias, como prisão ou deposição.

Porém, essa tentativa de “conciliação” não amenizou a intransigência da oposição no estado do Rio, formada por civis (imprensa, políticos, mulheres, religiosos e afins) e por militares. Que compartilhavam de uma visão mais radical sobre o papel da dita “revolução”, defendendo que a mesma só estaria completa no território fluminense após a deposição do governador trabalhista.

Não podemos também afirmar o que poderia ter sido do futuro político do governador, se o mesmo tivesse conseguido se preservar no poder. Isto é, se o mesmo teria ido para o MDB ou para a Arena, após a assinatura do AI-2. Porém, a história nos mostra que a maioria dos governadores que se mantiveram no poder até 1965-1966 – golpistas ou não – filiaram-se ao partido de situação do regime autoritário, a Arena. Como nos casos do governador baiano Lomanto Junior e do governador piauiense Petrônio Portela que apoiaram Goulart durante o golpe, mas depois da vitória do movimento civil-militar passaram a dialogar com os golpistas, ao ponto de que, em 1966, filiaram-se a Aliança Renovadora Nacional.

Por outro lado, é correto afirmar que depois de deposto, Badger da Silveira não ofereceu qualquer resistência a Ditadura e, muito por isso, não precisou sair do país em exílio político. Vale destacar também que Badger, em suas memórias, se refere geralmente ao movimento civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, como “Revolução” ou “movimento revolucionário”. Sendo esse discurso muito similar ao

---

<sup>1528</sup> LABORIE, Pierre. *Os franceses de pensar duplo*. IN: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Vol.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>1529</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *Apresentação*. IN:.....*A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Vol.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

defendido pelos perpetuadores do golpe ao longo da ditadura e até mesmo nos dias atuais por entusiastas do movimento civil-militar de 1964.

Desse modo, o ex-governador foi na contramão do discurso opositor, ao não fazer duras críticas ao movimento que o depôs. Vale ressaltar que Badger concedeu sua entrevista no período da reabertura política, momento de efervescência das diferentes memórias criticando o golpe de 1964, mas também de bastante incerteza, visto que o país ainda se encontrava sob o regime autoritário. Nessa conjuntura, Badger continuou a demonstrar uma postura conciliatória com relação aos seus “algozes”, indo na linha “lenta, gradual e recíproca” que aprovou a Lei da Anistia, em 1979, que completará 40 anos nesse ano. Postura conciliatória essa que não teve com Brizola, no entanto.

Talvez seja exatamente o fato de Badger da Silveira não ter tido uma postura mais aguerrida com relação ao golpe civil-militar de 1964 e ao regime autoritário que a memória do seu governo e da sua deposição se encontre quase que num estado de ostracismo histórico a nível nacional e regional. Ainda que seu mandato e seu impedimento tenham sido durante um período tão importante para a história brasileira e ocorrido num estado tão importante quanto o Rio de Janeiro.

Por sua vez, falar sobre Badger da Silveira e seu governo é falar da projeção e da centralidade política de sua família dentro do trabalhismo fluminense; da conjuntura polarizada entre as direitas e as esquerdas e “o surto anticomunista”; da relação política entre Badger e Jango; dos conflitos de interesses entre estado do Rio e o estado da Guanabara; da crescente radicalização a favor da luta pela reforma agrária e das reformas de base; por fim, do golpe civil-militar de 1964.

Resgatar essa parte da história fluminense é trazer à tona debates importantes para a historiografia como à pluralidade regional do golpe de 1964, a participação civil no movimento golpista, a falta de coesão entre os conspiradores civis e militares, influenciados tanto por questões regionais quanto nacionais, e a quebra do mito de que toda a sociedade civil lutou contra a ditadura no Brasil.

Em suma, o governador Badger da Silveira como todo sujeito histórico é uma figura complexa cheia de luz e de sombras que nos faz a todo o momento rever os paradigmas da política e da sociedade brasileira. Sociedade essa que constantemente “flerta” com o conservadorismo, o fanatismo, a intolerância cultural, política e religiosa. E que esquece com muita frequência do seu passado, lembrando apenas de discursos excludentes prontos há décadas, ao mesmo tempo em que ignora os retrocessos auto-infringidos e impostos ao longo da história brasileira.

## **Referências:**

### **Fontes**

#### Arquivos:

Arquivo Nacional (AN)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

#### Autobiografia e memorial:

FRÓES, Vânia Leite. Memorial dos irmãos Roberto e Badger Silveira. Disponível em: <<http://onortefluminense.blogspot.com/2016/08/memorial-dos-irmaos-roberto-e-badger.html>>. Acesso em: 21/12/2018

SILVEIRA, Badger Teixeira da. Esboço autobiográfico: Capítulos IV e V.

#### Imprensa:

Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN):

*À Noite;*

*Correio da Manhã;*

*Diário Carioca;*

*Diário de Notícias;*

*Jornal do Brasil;*

*Luta Democrática;*

*Manchete;*

*Novos Rumos;*

*O Cruzeiro;*

*O Fluminense;*

*O Jornal;*

*O Mundo Ilustrado;*

*Tribuna da Imprensa;*

*Última Hora;*

Orais:

COELHO NETO, Rogério. Rogério Coelho Neto (depoimento,1998). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/rogerio-coelhoneto>>. Acesso em: 15/04/2017.

LORETTI, Jorge; FARIAS, Ignez Cordeiro de. Jorge Loretti: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, Assembléia Legislativa do Estado, 2001.

SILVEIRA, Badger Teixeira da. Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min).

### **Bibliografia:**

ABREU, Alzira Alves de. *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALBURQUERQUE, Afonso de. *Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil*. Disponível em: <  
<http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17299/10937>>. Acesso em: 28/07/2017.

ALBURQUERQUE, Afonso de. *As Três Faces do Quarto Poder*. Disponível em: <  
[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1068.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1068.pdf)>. Acesso em: 28/07/2017.

ALMEIDA, Viviane Antunes Guimarães. *Chorem os sinos: os discursos e as práticas anticomunistas da Arquidiocese de Olinda e Recife (1952 – 1960)*. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

AMADO, Janaína. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. IN: SILVA, Marcos Antônio da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. *Niterói Operário: Trabalhadores, Política e Lutas Sociais na Antiga Capital Fluminense (1942-1964)*. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação. Getulio Vargas, 1996.

BELOCH, Israel. *CAVALCANTI, Tenório*. Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <  
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio>>. Acesso em: 08/06/2017.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: a ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. LISBOA: Estampa, 1998. Disponível em: <  
[http://www.historia.uff.br/stricto/files/culturapolitica\\_SergeBerstein.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/files/culturapolitica_SergeBerstein.pdf)>. Acesso em: 29/04/2018.

BRESCIANI, Maria Stella Martins; NAXARA, Márcia, (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagação sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004; FERRO, Marc. *O ressentimento na história: ensaio*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos & Abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Lott, a opção das esquerdas: uma bibliografia política*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. *Ombro a Ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeira de Macacu (1954-1964)*. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

COSTA, Rafael Navarro. *(Re) definindo práticas: Amaral Peixoto e a política fluminense no período democrático*. IN: CÔRTE, Andréa Telo (org.). *Amaral Peixoto: história, memória, política*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012

\_\_\_\_\_. *Tecendo redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo*. (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

Ferreira, Jorge. *A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos*. IN: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (Coordenador). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2013.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_ ; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_ ; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_ ; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_ ; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. *A República na velha província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro [1889-1930]*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. Pág. 13. Disponível em: < [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/143.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/143.pdf)>. Acesso em: 08/02/2018

\_\_\_\_\_. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

\_\_\_\_\_. *Niterói Poder: a cidade como centro político*. IN: MARTINS, Ismênia; KNAUSS (Org.). *Cidade Múltipla: temas de História de Niterói*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997.

\_\_\_\_\_ ; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_ ; FLAKSMAN, Dora. *Partido Democrata Cristão (1945)*. Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível online: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-1945>>. Acesso em: 22/05/2017

\_\_\_\_\_ ; GRZYNSZPAN, Mário; *A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro*. IN: FERREIRA, Marieta (Coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. Disponível em: < [http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia_02.pdf)>. Acesso em: 20/07/2017

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004.

FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores do Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964*. 128f (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.

GASPARIAN, Helena. *Luta Democrática*. Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/luta-democratica>>.

Acesso em: 05/05/2017

GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed., reimpr. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

GRYNSZPAN, Mário. *A mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, 1987. Disponível em: <[http://nmspp.net.br/arquivos/para\\_leitura/conflitos\\_no\\_campo\\_no\\_rj/Mobilizacao%20camponesa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf](http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/conflitos_no_campo_no_rj/Mobilizacao%20camponesa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf)> Acesso em: 15/06/2016

\_\_\_\_\_. DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical: (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KELLER, Vilma. *Carlos Lacerda*. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Carlos%20Lacerda.pdf>>. Acesso em: 23/10/18

HARTOG, François. *Crer em História*. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed., 42. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KNAUSS, Paulo. *Amaral Peixoto e a arquitetura moderna: a construção do patrimônio cultural fluminense*. IN: CÔRTE, Andréa Telo (org.). Amaral Peixoto: história, memória, política. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.

\_\_\_\_\_.; MAIA, Eric. *Memórias da prisão esquecida: A operação limpeza e o cárcere político do Caio Martins*. Disponível em: <

<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/462/461>>.

Acesso em: 10/09/2016

KORNIS, Mônica Almeida. *Badger Teixeira da Silveira*. Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível online:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/badger-teixeira-da-silveira>>. Acesso em: 05/07/2017

\_\_\_\_\_. *Parlamentarismo: sim ou não?*. Disponível em: <

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao)>. Acesso em: 26/10/2018

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2012.

LABORIE, Pierre. *Os franceses de pensar duplo*. IN: ROLLEMBERG, Denise;

QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários:*

legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Vol.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. IN: \_\_\_\_\_. *História e memória*. 2. reimpr.

Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

LEAL, Carlos Eduardo. *Última Hora*. Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>>. Acesso em: 05/05/2017

\_\_\_\_\_.; COUTO, André. *O Fluminense*. Verbetes do Dicionário

Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>>. Acesso em: 05/05/2017

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Disponível em: <

<https://lehmae.files.wordpress.com/2013/04/scan0117.pdf>>. Acesso em: 10/05/2018

LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

- MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- MÜLLER, Angélica; LEGELSKI, Francine. *Entrevista com Henry Rousso*. Tempo. Niterói. Vol. 24. n.2, p. 390-391.
- NUNES, Edson de Oliveira. *A revolta das barcas: populismo, violência e conflito político*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- PESSANHA, Elina. *Niterói Operário: o caso dos trabalhadores da indústria naval*. IN: MARTINS, Ismênia; KNAUSS (orgs). *Cidade Múltipla: temas de História de Niterói*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Revisitando o Nilismo*. IN: CÔRTE, Andréa Telo (org.). *Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no cenário da federação*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010.
- POLLAK, Michell. *Memória, esquecimento, Silêncio*. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em: 10/09/16
- PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- \_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- RÉMOND, RENÉ (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: Os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: Tomo III*. Campinas: Papyrus, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/ricoeur-p-tempo-e-narrativa-tomo-iii.pdf>>. Acesso em: 28/08/2017

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Vol.1: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Vol.2: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROUSSO, Henry. *A Última Catástrofe*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Shirlene Linny da. *Construindo o Direito de Acesso aos Arquivos da Repressão: O caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais*. (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007

SIMÕES, Solange de Deus. *DEUS PÁTRIA E FAMÍLIA: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.